



BANCO ESPÍRITO SANTO, S.A.

Sociedade Aberta

Sede: Avenida da Liberdade, n.º 195, 1250 – 142 Lisboa - Portugal

Nº de Mat. na Conservatória Registo Comercial Lisboa e de Pessoa Colectiva 500 852 367

Capital Social: 5.040.124.063,26 Euros representado por 4.017.928.471 acções

## **RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADO E INDIVIDUAL**

**1º TRIMESTRE DE 2012**

(Informação financeira não auditada elaborada de acordo com os IFRS conforme adoptados pela União Europeia)

(De acordo com o disposto no artigo 10º do Regulamento CMVM nº 5/2008)

## Índice

### I. RELATÓRIO DE GESTÃO

#### **Aspectos mais relevantes da actividade e resultados**

##### **1. Enquadramento macroeconómico**

##### **2. Resultados**

- 2.1 Resultado financeiro
- 2.2 Serviços a clientes
- 2.3 Resultados de operações financeiras e diversos
- 2.4 Custos operativos
- 2.5 Produtividade e eficiência
- 2.6 Provisões
- 2.7 Rendibilidade

##### **3. Actividade**

- 3.1 Evolução geral
- 3.2 Principais áreas de negócio (segmentos operacionais)

##### **4. Solidez financeira e outros indicadores**

- 4.1 Qualidade do crédito
- 4.2 Liquidez, solvabilidade e solidez financeira
- 4.3 Indicadores de referência do Banco de Portugal

##### **5. Actividade e resultados do BES (individual)**

- 5.1 Evolução da actividade e qualidade dos activos
- 5.2 Condições de funcionamento, produtividade e rendibilidade

##### **6. Acções próprias do BES**

##### **7. Responsabilidade da Informação**

### II. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS E NOTAS EXPLICATIVAS

- Demonstrações Financeiras Consolidadas Trimestrais e Notas Explicativas
- Demonstrações Financeiras Individuais Trimestrais e Notas Explicativas

# I. RELATÓRIO DE GESTÃO

## ASPECTOS MAIS RELEVANTES DA ACTIVIDADE E RESULTADOS

- A crise financeira da Zona Euro, a contracção da actividade económica e da procura interna em Portugal, o importante agravamento do desemprego e o cumprimento dos objectivos de *deleverage* e de capitalização dos bancos portugueses, decorrentes do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro, condicionaram o desempenho do Grupo BES no primeiro trimestre de 2012.
- O rácio Crédito/Depósitos evoluiu positivamente para 135% (Dez,11: 141%; Mar,11: 163%). Realce para o crescimento dos depósitos no trimestre (+1,8 mil milhões de euros; +5,1%) e em relação ao período homólogo do ano anterior (+5,4 mil milhões de euros; +17,7%). A carteira de crédito teve uma redução de 0,2 mil milhões de euros no trimestre e de 0,7 mil milhões de euros (-1,3%) em termos homólogos.
- A solidez financeira foi reforçada com o rácio *Core Tier I* a evoluir para 9,4% (Mar,11: 7,9%; Dez,11: 9,2%). Sublinhe-se, neste âmbito, o aumento de capital do BES de 1010 milhões de euros, concluído com sucesso em 11 de Maio, que deverá ter um impacto, *ceteris paribus*, próximo de +154 pontos base no rácio *Core Tier I*. A concretização desta operação constitui uma prova de confiança na capacidade do Grupo ultrapassar os actuais desafios e continuar a gerar valor para os accionistas do BES.
- A inactividade do mercado interbancário e a inacessibilidade aos mercados internacionais de dívida têm conduzido a que o Banco Central Europeu (BCE) assuma um papel decisivo na cedência de liquidez ao sistema bancário da Zona Euro. Em 31 de Março de 2012 a posição líquida devedora do Grupo BES junto do BCE era de 12,1 mil milhões de euros, dos quais 10,2 mil milhões de euros com maturidade superior a 1 ano. A *pool* de títulos elegíveis para o mercado de *repos* situou-se em 24,2 mil milhões de euros, sendo 20,5 mil milhões de euros elegíveis para operações junto do BCE.

- Não obstante o processo de *deleverage*, sublinha-se a evolução do produto bancário comercial que regista um crescimento de 8,7% face ao período homólogo do ano anterior (p.h.a.a.), suportado quer pelo resultado financeiro (+8,6%), quer pelo comissionamento (+8,9%), fazendo realçar o *earnings power* do Grupo num contexto adverso. A redução dos ganhos no *trading*, decorrente da desvalorização geral dos mercados, não impediu que o produto bancário do primeiro trimestre tenha também registado uma evolução positiva (+0,7%). Aliada esta evolução favorável à contracção dos custos, verificou-se que o resultado bruto obteve um crescimento de 5,2% contra um decréscimo de 18,6% no período homólogo do ano anterior.
- Os custos operativos reduziram 3,2%, assente na evolução da área doméstica (-5,8%). A expansão internacional originou ainda, um aumento de custos de 3,1%, mas em clara desaceleração face ao ocorrido no exercício de 2011 (+18,7%).
- O *Cost to Income*, excluindo mercados, manteve a sua trajectória de melhoria passando para 54,3% (1ºTri,11: 61,0%; ano de 2011: 57,3%) tendo-se alcançado igualmente uma evolução positiva para 51,4% no *Cost to Income* com mercados (1º Tri,11: 53,5%; ano de 2011: 57,9%).
- O agravamento do desemprego e da acentuada dificuldade das empresas continuam a obrigar a uma robusta política de provisionamento. Assim, o reforço de provisões totalizou 190,7 milhões de euros, valor semelhante ao registo do terceiro e quarto trimestres de 2011 (191 milhões de euros e 188 milhões de euros, respectivamente), para o qual contribuiu a carga de provisionamento para crédito (149 milhões de euros) que se manteve ao nível do observado em todo o exercício de 2011 (1,17%). O aumento de 85% (+87,6 milhões de euros) no reforço das provisões determinou que o resultado do primeiro trimestre do corrente exercício atingisse 11,6 milhões de euros.
- O rácio do crédito vencido há mais de 90 dias evoluiu para 2,96% (Dez,11: 2,74%) e o respectivo rácio de cobertura por provisões passou para 150,3% (Dez,11: 154,5%). Sublinha-se a sustentada melhoria do rácio "Provisões para Crédito/Crédito a Clientes" que aumentou para 4,45% (Mar,11: 3,47%; Dez,11: 4,23%).

PRINCIPAIS INDICADORES	31-Mar-12	31-Mar-11 <sup>(1)</sup>	Variação
<b>ACTIVIDADE (milhões de euros)</b>			
Activos Totais <sup>(2)</sup>	97 345	102 570	-5,1%
Activo	81 265	80 127	1,4%
Crédito a Clientes (bruto)	50 984	51 652	-1,3%
Depósitos de Clientes	35 959	30 545	17,7%
<i>Core Capital</i>	6 066	5 395	12,4%
<b>SOLVABILIDADE</b>			
Rácio de Solvabilidade <sup>(3)</sup>			
- Total	10,8%	11,4%	-0,6 pp
- <i>TIER I</i>	9,6%	8,8%	0,8 pp
- <i>CORE TIER I</i>	9,4%	7,9%	1,5 pp
<b>LIQUIDEZ (milhões de euros)</b>			
Recursos ou (Aplicações) líquidos do BCE <sup>(4)</sup>	12 108	5 745	6 363
Carteira Elegível para Operações de <i>Repos</i>	24 231	14 300	9 931
Rácio Crédito a Clientes líquido/Depósitos <sup>(5)</sup> (%)	135%	163%	-28 pp
<b>QUALIDADE DOS ACTIVOS</b>			
Crédito Vencido >90 dias/Crédito a Clientes (bruto)	2,96%	2,17%	0,79 pp
Provisões para Crédito/Crédito Vencido > 90 dias	150,3%	159,4%	-9,1 pp
Crédito em Risco/Crédito Total <sup>(5)</sup>	7,15%	5,22%	1,93 pp
Provisões para Crédito/Crédito a Clientes (bruto)	4,45%	3,47%	0,98 pp
Custo do Risco <sup>(6)</sup>	1,17%	0,63%	0,54 pp
<b>RESULTADOS / RENDIBILIDADE</b>			
Resultado do Exercício (M€)	11,6	72,2	-84,0%
Rendibilidade dos Capitais Próprios ( <i>ROE</i> ) <sup>(7)</sup>	0,5%	4,1%	-3,6 pp
Rendibilidade do Activo ( <i>ROA</i> ) <sup>(7)</sup>	0,06%	0,36%	-0,3 pp
<b>EFICIÊNCIA</b>			
<i>Cost to Income</i> (com mercados)	51,4%	53,5%	-2,1 pp
<i>Cost to Income</i> (sem mercados)	54,3%	61,0%	-6,7 pp
<b>REDE DE DISTRIBUIÇÃO (nº)</b>			
Rede de Retalho	789	825	-36
- Doméstica	686	728	-42
- Internacional	103	97	6

(1) Reexpresso por alteração da política contabilística no registo dos desvios actuariais, conforme referido no ponto 2 deste documento

(2) Activo Líquido + *Asset Management* + Outra Desintermediação Passiva + Crédito Securitizado

(3) Valores calculados com base no método *IRB Foundation*

(4) Inclui recursos e aplicações de/no SEBC; o valor positivo significa um recurso; o valor negativo significa uma aplicação

(5) Rácio calculado de acordo com a definição para efeitos do objectivo fixado pelo Banco de Portugal para este indicador no *Funding & Capital Plan*

(6) Provisões para Crédito/Crédito a Clientes Bruto

(7) Cálculo com resultado anualizado

## 1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

O primeiro trimestre de 2012 foi marcado por uma desaceleração do crescimento nos EUA e na China e por uma nova contracção no PIB da Zona Euro. No entanto, e não obstante a persistência de dificuldades, que se viriam a acentuar no segundo trimestre, os primeiros três meses do ano foram também marcados por uma diminuição dos riscos sistémicos da crise da dívida da Zona Euro, em função dos efeitos favoráveis do 2º pacote de ajuda à Grécia e, sobretudo, das *Long Term Refinancing Operations* com prazo de 3 anos levadas a cabo pelo BCE, num montante global de cerca de EUR 1 bilião (*EUR 1 trillion*). Esta intervenção permitiu um alívio das restrições de liquidez enfrentadas pelo sistema bancário da Zona Euro, que se traduziu numa redução dos *spreads* nos mercados monetário e de crédito, bem como num estreitamento dos *spreads* soberanos da periferia. No conjunto do trimestre, a taxa Euribor a 3 meses reduziu-se em 58 pontos base, para 0,777%. O euro observou uma apreciação de 2,9% face ao dólar, para EUR/USD 1,333, e os índices accionistas *DAX* e *CAC40* registaram subidas de 17,78% e 8,35%, respectivamente. No entanto, dúvidas sobre o processo de consolidação orçamental em Espanha levaram a uma nova deterioração da confiança dos investidores no final do trimestre, levando o índice *IBEX* a desvalorizar 6,52%. Nos EUA, as perspectivas de recuperação da actividade num contexto de juros baixos levaram os índices *Dow Jones*, *S&P500* e *Nasdaq* a subirem 8,14%, 12% e 18,67%, respectivamente. Na China e Brasil, os índices *Shanghai Composite* e *Bovespa* registaram valorizações de 2,88% e 13,67%, respectivamente.

Em Portugal, a conjuntura continuou marcada por uma forte contracção da actividade económica, em função não apenas da natureza restritiva da política orçamental mas, também, de uma desaceleração da procura externa e do necessário processo de *deleverage* em curso no sector privado. O indicador coincidente de actividade do Banco de Portugal recuou 2,4% em termos homólogos no primeiro trimestre e a taxa de desemprego subiu para um valor próximo de 15% da população activa. Este contexto penalizou particularmente a procura interna e, consequentemente, a actividade das empresas, com o indicador coincidente do consumo privado do Banco de Portugal, a produção industrial e o volume de negócios nos serviços a registarem quedas homólogas de 5%, 5,8% e 7,5%, respectivamente. Apesar de uma desaceleração, as exportações de bens e serviços mantiveram-se como uma importante fonte de actividade, com um crescimento nominal homólogo próximo de 8%. Numa conjuntura extremamente difícil, o cumprimento das metas de execução do Programa de Ajustamento e a estabilização financeira da Zona Euro contribuíram para um estreitamento dos *spreads* dos títulos de dívida pública portuguesa a

10 anos face à Alemanha em 180 pontos base, para 974 pontos base, e a uma queda das *yields* médias nas emissões de BTs. O índice PSI-20 registou uma valorização de 1,14% no conjunto do trimestre.

## 2. RESULTADOS<sup>1</sup>

No primeiro trimestre de 2012 mantiveram-se os factores que já haviam condicionado, em 2011, o desempenho dos bancos europeus em geral e, em particular, dos bancos portugueses, ou seja: persistência das incertezas e riscos sobre a Zona Euro; reforço da capitalização do sistema financeiro europeu quer quantitativa, quer qualitativamente; prossecução do processo de *deleverage*, com especial incidência dos bancos portugueses; aumento dos riscos decorrentes da recessão económica doméstica, impulsionada pelo aumento do desemprego e pelo encerramento de muitas empresas e das indispensáveis medidas de austeridade, com consequente agravamento significativo do provisionamento.

### DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Variáveis	até Mar,12	até Mar,11	Variação		milhões de euros
			absoluta	relativa	
Resultado Financeiro	294,5	271,3	23,2	8,6%	
+ Serviços a Clientes	206,5	189,6	16,9	8,9%	
= <b>Produto Bancário Comercial</b>	<b>501,0</b>	<b>460,9</b>	<b>40,1</b>	<b>8,7%</b>	
+ Resultados de Operações Financeiras e Diversos	27,8	64,4	- 36,6	-56,8%	
= <b>Produto Bancário</b>	<b>528,8</b>	<b>525,3</b>	<b>3,5</b>	<b>0,7%</b>	
- Custos Operativos	271,9	281,0	- 9,1	-3,2%	
= <b>Resultado Bruto</b>	<b>256,9</b>	<b>244,3</b>	<b>12,6</b>	<b>5,2%</b>	
- Provisões líquidas de Reposições	190,7	103,1	87,6	84,9%	
para Crédito	149,0	80,9	68,1	84,2%	
para Títulos	1,9	0,6	1,3	...	
para Outros Activos	39,8	21,6	18,2	83,9%	
= <b>Resultado antes de Impostos</b>	<b>66,2</b>	<b>141,2</b>	<b>- 75,0</b>	<b>-53,1%</b>	
- Carga Tributária Imediata	48,8	20,9	27,9	...	
Impostos Correntes	41,0	13,3	27,7	...	
Contribuição sobre o Sector Bancário	7,8	7,6	0,2	2,0%	
- Impostos Diferidos	- 23,5	9,0	- 32,5	...	
= <b>Resultado após Impostos</b>	<b>40,9</b>	<b>111,3</b>	<b>- 70,4</b>	<b>-63,3%</b>	
- Interesses que não Controlam	29,3	39,1	- 9,8	-25,1%	
= <b>Resultado do Exercício</b>	<b>11,6</b>	<b>72,2</b>	<b>- 60,6</b>	<b>-84,0%</b>	

<sup>1</sup> Em Dezembro de 2011 o Grupo BES alterou a política contabilística relativa à contabilização dos desvios actuariais apurados nos benefícios de longo prazo concedidos aos colaboradores, que passaram a ser registados em OCI (Other Comprehensive Income / Outro Rendimento Integral). De acordo com o estipulado no IAS 8, dado tratar-se de uma alteração de política contabilística com impacto material, as demonstrações financeiras dos períodos anteriores devem ser reexpressas para efeitos de comparabilidade. Neste contexto, a informação financeira constante do presente documento, relativa ao período compreendido entre 1 de Janeiro de 2011 e 31 de Dezembro de 2011, está reexpressa para efeitos comparativos com a informação relativa ao 1º trimestre do corrente exercício. Para maior detalhe sobre a referida alteração da política contabilística recomendamos a consulta do Relatório e Contas do exercício de 2011 disponível em [www.bes.pt](http://www.bes.pt).

Considerando o enquadramento acima referido, sublinhamos as seguintes aspectos fundamentais que determinaram os resultados do Grupo BES no primeiro trimestre do corrente exercício:

- progressão positiva do produto bancário comercial (+8,7%), sustentada no crescimento do resultado financeiro (+8,6%) e no acréscimo do comissionamento (+8,9%);
- redução dos resultados de operações financeiras e diversos, em consequência da quebra geral das cotações e, em particular, do segmento de acções que impediram um aumento expressivo do produto bancário (+0,7%);
- redução dos custos operativos (-3,2%), assente tanto nos custos com pessoal (-2,9%), como nos fornecimentos e serviços externos (-4,9%);
- aumento do resultado bruto gerado em 5,2%, confirmando, mais uma vez o *earnings power* do Grupo em contextos adversos;
- reforço significativo das provisões (+85%), designadamente para riscos de crédito (+84%), que acabou por condicionar o resultado do trimestre que atingiu 11,6 milhões de euros (-84%).

## **Actividade Internacional**

A progressão da actividade internacional durante o primeiro trimestre continuou a ser condicionada negativamente pelos reflexos da crise da dívida soberana europeia, pela adopção por parte dos países emergentes de políticas monetárias e orçamentais de pendor contraccionista sobre as respectivas economias e ainda pela redução significativa da actividade em algumas das unidades do Grupo no exterior, designadamente em Londres, Espanha e Nova Iorque decorrente da implementação do programa de venda de créditos internacionais.

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS**  
**Actividade Doméstica e Actividade Internacional**

Variáveis	ACTIVIDADE DOMÉSTICA			ACTIVIDADE INTERNACIONAL			milhões de euros
	até Mar,12	até Mar, 11	Variação	até Mar,12	até Mar, 11	Variação	
Resultado Financeiro	197,3	124,8	58,1%	97,2	146,6	-33,6%	
+ Serviços a Clientes	142,8	134,2	6,4%	63,7	55,3	15,2%	
= <b>Produto Bancário Comercial</b>	<b>340,1</b>	<b>259,0</b>	<b>31,3%</b>	<b>160,9</b>	<b>201,9</b>	<b>-20,3%</b>	
+ Resultados de Oper. Financeiras e Diversos	21,3	61,9	-65,5%	6,5	2,5	...	
= <b>Produto Bancário</b>	<b>361,4</b>	<b>320,9</b>	<b>12,6%</b>	<b>167,4</b>	<b>204,4</b>	<b>-18,1%</b>	
- Custos Operativos	188,4	200,0	-5,8%	83,5	81,0	3,1%	
= <b>Resultado Bruto</b>	<b>173,0</b>	<b>120,9</b>	<b>43,1%</b>	<b>83,9</b>	<b>123,4</b>	<b>-32,0%</b>	
- Provisões líquidas de Reposições	165,3	90,7	82,2%	25,4	12,4	104,3%	
para Crédito	126,4	70,1	80,3%	22,6	10,7	...	
para Títulos	1,9	0,6	...	0,0	0,0	...	
para Outros Activos	37,0	20,0	85,1%	2,8	1,7	70,2%	
= <b>Resultado antes de Impostos</b>	<b>7,7</b>	<b>30,2</b>	<b>-74,4%</b>	<b>58,5</b>	<b>111,0</b>	<b>-47,3%</b>	
- Carga Tributária Imediata	46,1	13,4	...	2,7	7,5	-64,3%	
Impostos Correntes	38,3	5,7	...	2,7	7,5	-64,3%	
Contribuição sobre o Sector Bancário	7,8	7,7	2,0%	-	-	-	
- Impostos Diferidos	- 31,8	0,8	...	8,3	8,2	0,8%	
= <b>Resultado após Impostos</b>	<b>- 6,6</b>	<b>16,0</b>	...	<b>47,5</b>	<b>95,3</b>	<b>-50,1%</b>	
- Interesses que não Controlam	4,7	- 0,2	...	24,6	39,3	-37,3%	
= <b>Resultado do Exercício</b>	<b>- 11,3</b>	<b>16,2</b>	...	<b>22,9</b>	<b>56,0</b>	<b>-59,1%</b>	

Pese embora as referidas condicionantes, assinala-se o facto de as actividades do Grupo no exterior continuarem a reflectir-se em resultados positivos (22,9 milhões de euros) em contraste com o desempenho da actividade doméstica. A área internacional teve um desempenho positivo nos serviços prestados a clientes, que atingiram 63,7 milhões de euros (+15,2%), e uma desaceleração acentuada na evolução dos custos operativos que aumentaram 3,1% (ano de 2011: +18,7%).

No entanto, o desempenho acabou por ser influenciado negativamente pela diminuição do resultado financeiro (-33,6%) - associado por um lado, à venda dos créditos internacionais e, por outro, a uma menor contribuição da nossa filial em Angola - e pelo aumento do reforço das provisões que totalizou nesta área 25,4 milhões de euros (+104%).

## ACTIVIDADE INTERNACIONAL

### Resultado por geografia

Países	até Mar, 12	até Mar, 11	Variação absoluta
África*	13,6	27,2	-13,6
Brasil	7,0	5,7	1,3
Espanha	4,7	5,8	-1,1
<b>TRIÂNGULO ESTRATÉGICO</b>	<b>25,3</b>	<b>38,7</b>	<b>-13,4</b>
Reino Unido	- 2,1	10,2	-12,3
EUA	0,6	4,5	-3,9
Outros	- 0,9	2,6	-3,5
<b>TOTAL</b>	<b>22,9</b>	<b>56,0</b>	<b>-33,1</b>

\* Angola, Líbia, Cabo Verde e Moçambique

O resultado do triângulo estratégico atingiu 25,3 milhões de euros tendo sido determinante para o desempenho de toda a área internacional.

A estratégia internacional do Grupo BES conheceu mais um marco importante: a abertura, nos primeiros dias de Janeiro, de duas novas Sucursais do BES, uma no Luxemburgo e outra na Venezuela. Com a Sucursal no Luxemburgo espera-se constituir uma relação de proximidade com a importante comunidade portuguesa neste país; com a Sucursal em Caracas o Grupo visa também, por um lado, reforçar os laços com a relevante comunidade lusa e luso-descendente e beneficiar, por outro lado, da dinâmica de crescimento do comércio entre Portugal e a Venezuela.

## 2.1 Resultado Financeiro

O resultado financeiro do trimestre foi determinado pelo aumento generalizado do custo dos recursos, cuja taxa média passou para 3,7% (1º Tri,11: 3,07%), com reflexos inevitáveis na taxa média das operações activas que aumentou para 5,41% (1º Tri,11: 4,63%), com reflexos positivos na margem financeira que evoluiu para 1,71% (+15 pontos base).

## RESULTADO E MARGEM FINANCEIRA

Variáveis	até Mar,12			até Mar,11		
	Capitais Médios	Tx Média (%)	Proveitos / Custos	Capitais Médios	Tx Média (%)	Proveitos / Custos
ACTIVOS FINANCEIROS	68 597	5,52	934	70 268	4,65	805
Crédito a Clientes	50 430	5,57	692	51 891	4,64	593
Outras Aplicações	18 167	5,41	242	18 377	4,67	212
APLICAÇÕES DIFERENCIAIS	1388	-	-	222	-	-
<b>ACTIVOS FINANCEIROS E DIFERENCIAIS</b>	<b>69 985</b>	<b>5,41</b>	<b>934</b>	<b>70 490</b>	<b>4,63</b>	<b>805</b>
PASSIVOS FINANCEIROS	69 985	3,70	639	70 490	3,07	534
Depósitos	34 981	3,44	296	30 994	2,87	219
Outros Passivos	35 004	3,98	343	39 496	3,23	315
RECURSOS DIFERENCIAIS	-	-	-	-	-	-
<b>PASSIVOS FINANCEIROS E DIFERENCIAIS</b>	<b>69 985</b>	<b>3,70</b>	<b>639</b>	<b>70 490</b>	<b>3,07</b>	<b>534</b>
<b>MARGEM/RESULTADO</b>		<b>1,71</b>	<b>295</b>		<b>1,56</b>	<b>271</b>
<b>Euribor 3 M - média</b>		<b>1,04</b>			<b>1,09</b>	

No que respeita ao custo dos recursos (639 milhões de euros; +20%), destacamos o aumento da taxa média dos “Outros Passivos” para 3,98% (+75 pontos base) determinado pelo agravamento do custo dos passivos titulados (obrigações, certificados de depósito e papel comercial), tendo ocorrido também um encarecimento dos depósitos cuja taxa média passou para 3,44%, ou seja, 240 pontos de base acima da Euribor média a 3 meses (1,04%). Esta evolução traduz uma melhoria substancial no rendimento obtido pelos nossos depositantes porquanto, no primeiro trimestre de 2011, o diferencial face à Euribor a 3 meses era substancialmente menor (178 pontos de base).

No que respeita à evolução dos juros activos (934 milhões de euros; +16%), sublinhamos o aumento da taxa média do crédito concedido que passou para 5,57% (+93 pontos base), demonstrativo da capacidade do Grupo poder ajustar o preço das operações às condições prevalecentes no mercado. A melhoria na taxa média dos restantes activos financeiros decorre, fundamentalmente, das taxas de juro implícitas na carteira de títulos de dívida pública portuguesa.

Da desagregação do resultado financeiro pelos efeitos volume e preço, conclui-se que o aumento do resultado se ficou a dever ao acréscimo proporcionado pelo efeito do ganho de margem (+25,3 milhões de euros), tendo a redução da actividade provocado uma diminuição de 2,1 milhões de euros no resultado financeiro.

## 2.2 Serviços a Clientes

Os serviços a clientes totalizaram 206,5 milhões de euros, representativos de um crescimento de 8,9% e de um peso de 39% no produto bancário gerado (1º Tri,11: 36%).

### SERVIÇOS A CLIENTES

Tipo de Comissões	até Mar, 12	até Mar, 11	Variação		milhões de euros
			absoluta	relativa	
Cobrança de Valores	4,5	5,6	-1,1	-19,2%	
Operações sobre Títulos	18,4	29,6	-11,2	-37,7%	
Garantias Prestadas <i>(das quais: garantias do Estado)</i>	17,3 <i>(-12,6)</i>	25,6 <i>(0,0)</i>	-8,3 <i>(-12,6)</i>	-32,3% -	
Gestão de Meios de Pagamento	19,3	19,4	-0,1	-0,6%	
Comissões sobre Empréstimos e similares <sup>(1)</sup>	47,4	41,7	5,7	13,5%	
Créditos Documentários	18,8	11,3	7,5	66,7%	
Gestão de activos <sup>(2)</sup>	19,9	23,7	-3,8	-16,0%	
Cartões	10,0	9,7	0,3	2,7%	
Bancasseguros	19,1	11,7	7,4	62,8%	
Outros Serviços	31,8	11,3	20,5	...	
<b>TOTAL</b>	<b>206,5</b>	<b>189,6</b>	<b>16,9</b>	<b>8,9%</b>	

<sup>(1)</sup> Inclui comissões sobre empréstimos, *project finance*, financiamentos externos e *factoring*

<sup>(2)</sup> Inclui fundos de investimento e gestão de carteiras

Assinalamos, em primeiro lugar, o comportamento das comissões sobre empréstimos e similares com um crescimento de 13,5% (para os 47,4 milhões de euros). Destacamos também o caso dos créditos documentários que aumentaram 7,5 milhões de euros (+66,7%) para os 18,8 milhões de euros onde se faz sentir o desenvolvimento do negócio de *trade finance*, nomeadamente com os países emergentes da América Latina, na linha do crescente apoio do Grupo às empresas portuguesas exportadoras.

No caso das garantias sublinhamos o impacto das comissões suportadas com a garantia prestada pelo Estado Português na emissão de obrigações (12,6 milhões de euros). Sem este efeito o comissionamento com origem neste produto teria crescido 16,8% e o total dos serviços a clientes teria aumentado 15% em vez dos 8,9% reportados, evolução claramente alinhada com o ajustamento geral dos *spreads* de crédito e com a contribuição das comissões associadas ao *Express Bill*.

Os produtos de poupança/capitalização foram fortemente condicionados pelas flutuações dos mercados de capitais, com os serviços de títulos e de gestão de activos a registarem contracções de 37,7% e 16,0%, respectivamente. Constituem aqui excepção os produtos de bancasseguros (que passaram de 11,7 milhões de euros para os actuais 19,1 milhões de euros).

A gestão de meios de pagamento, essencialmente constituída por comissões de origem transaccional como sejam as comissões sobre cheques, transferências, ordens de pagamento, POS e ATM, etc., mantêm-se ao nível do ano anterior em torno dos 19 milhões de euros devido à retracção da procura interna. No caso dos cartões, verifica-se mesmo um crescimento (2,7%) ligado à diversificação dos serviços prestados com o recente desenvolvimento dos cartões da rede *American Express* e cartões *À La Card*.

Nos outros serviços, incluem-se as actividades de assessoria e aconselhamento financeiro desenvolvidas pela nossa filial angolana e, globalmente, destaca-se o contributo da área internacional que se eleva agora a 63,7 milhões de euros de comissionamento, com uma evolução positiva de 15,2% (+6,4% na actividade doméstica).

### **2.3 Resultados de Operações Financeiras e Diversos**

Os resultados de operações financeiros e diversos atingiram 27,8 milhões de euros que compara com 64,4 milhões de euros registados no período homólogo do ano anterior.

### **RESULTADOS DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS E DIVERSOS**

<b>Tipo de Resultados</b>	milhões de euros		
	<b>até Mar, 12</b>	<b>até Mar, 11</b>	<b>Variação absoluta</b>
<b>Taxa de Juro, Crédito e Cambial</b>	<b>80,9</b>	<b>50,5</b>	<b>30,4</b>
Taxa de Juro	58,1	37,8	20,3
Crédito	23,3	8,4	14,9
Cambiário e Outros	-0,5	4,3	-4,8
<b>Acções</b>	<b>-41,7</b>	<b>49,9</b>	<b>-91,6</b>
Negociação	-78,4	45,6	-124,0
Dividendos	36,7	4,3	32,4
<b>Outros Resultados</b>	<b>-11,4</b>	<b>-36,0</b>	<b>24,6</b>
<b>TOTAL</b>	<b>27,8</b>	<b>64,4</b>	<b>-36,6</b>

No primeiro trimestre do ano, o Grupo ajustou moderadamente a composição da sua carteira de dívida pública, nomeadamente através da aquisição de obrigações com maturidade de médio e longo prazo. Esta decisão coincidiu com o movimento de diminuição do risco de crédito de Portugal implícito no mercado financeiro, o que se traduziu numa melhoria do preço das obrigações do Tesouro, ou seja, a *yield curve* da República Portuguesa registou uma redução das taxas de juro na generalidade dos prazos. O Grupo BES beneficiou com este movimento fazendo com que os ganhos em instrumentos de taxa de juro e de crédito tivesse ultrapassado os lucros gerados no primeiro trimestre de 2011.

No segmento accionista, apesar da performance geral do mercado a nível mundial, verificou-se na Europa uma assimetria acentuada entre o crescimento na Alemanha e nos países periféricos, com o sector das telecomunicações e das *utilities* a registarem as performances mais fracas. No âmbito da gestão activa da carteira de acções estratégicas, foram reconhecidas menos-valias nas posições detidas na Portugal Telecom e na EDP, fazendo com que o Grupo tivesse registado um prejuízo de 41,7 milhões de euros neste segmento em contraste com os ganhos de 49,9 milhões de euros conseguidos no p.h.a.a..

## 2.4 Custos Operativos

Os custos operativos dos primeiros três meses do exercício totalizaram 271,9 milhões de euros, representativos de uma redução de 3,2% (-9,1 milhões de euros) face ao trimestre homólogo do ano anterior. Para esta evolução foi determinante a redução de custos na área doméstica que atingiu -5,8% (-11,6 milhões de euros).

### CUSTOS OPERATIVOS

Natureza	até Mar, 12	até Mar, 11	Variação	
			absoluta	relativa
Custos com Pessoal	143,1	147,4	-4,3	-2,9%
Gastos Gerais Administrativos	102,2	107,5	-5,3	-4,9%
Amortizações	26,6	26,1	0,5	2,0%
<b>TOTAL</b>	<b>271,9</b>	<b>281,0</b>	<b>-9,1</b>	<b>-3,2%</b>
Actividade Doméstica	188,4	200,0	-11,6	-5,8%
Actividade Internacional	83,5	81,0	2,5	3,1%

Não obstante a entrada em actividade das novas unidades no exterior, realça-se a significativa desaceleração no crescimento dos custos na área internacional que passou de um aumento de 18,7% em todo o exercício de 2011 para apenas 3,1% no primeiro trimestre de 2012.

### CUSTOS COM PESSOAL

Natureza	até Mar, 12	até Mar, 11	Variação	
			absoluta	relativa
Remunerações	114,7	116,0	-1,3	-1,2%
Pensões, Seg.Social e Outros Encargos Sociais	28,4	31,4	-3,0	-9,4%
<b>TOTAL</b>	<b>143,1</b>	<b>147,4</b>	<b>-4,3</b>	<b>-2,9%</b>
Actividade Doméstica	94,7	101,1	-6,4	-6,3%
Actividade Internacional	48,4	46,3	2,1	4,5%

No que respeita aos custos com pessoal, assinalamos a redução dos mesmos na área doméstica em 6,3% (-6,4 milhões de euros) tendo a área internacional observado um aumento de 4,5% (+2,1 milhões de euros). A redução de custos ocorreu nas remunerações (-1,2%), com especial incidência nas de natureza variável e, também, nos encargos com pensões de reforma, decorrente da transmissão das respectivas responsabilidades para a esfera da Segurança Social, que fez reduzir os encargos sociais em 9,4% (-3,0 milhões de euros) face ao p.h.a.a..

Por outro lado, os gastos com fornecimentos e serviços externos também registaram uma redução expressiva (-4,9%; -5,3 milhões de euros) com origem na actividade doméstica (-6,0%) e também, embora em menor amplitude, na vertente internacional (-2,1%). A redução nesta categoria de custos foi especialmente significativa nas rubricas de deslocações e representação (-21%), consultoria (-30%) e publicidade (-6%).

Quanto às amortizações, que totalizaram 26,6 milhões de euros (+2%) reflectem a entrada em produção dos aplicativos informáticos de suporte às unidades internacionais que fez aumentar as respectivas depreciações para 6,8 milhões de euros (+17,4%), tendo a área doméstica reduzido o respectivo montante para 19,8 milhões de euros (-2,6%).

## 2.5 Produtividade e Eficiência

O crescimento de 8,7% do produto bancário comercial e a redução dos custos operativos em 3,2% proporcionaram uma melhoria significativa no indicador de eficiência *Cost to Income*, com exclusão dos resultados de mercado e diversos, que passou de 61,0% (1ºTrim,11) para 54,3%. No mesmo sentido, mas com menor amplitude, a eficiência medida através do indicador *Cost to Income* total passou de 53,5% (1ºTrim,11) para 51,4%.

## INDICADORES DE PRODUTIVIDADE E EFICIÊNCIA

Indicadores	Mar, 12	Mar, 11	Variação
<i>Cost to Income</i> (com mercados)	51,4%	53,5%	-2,1 p.p.
<i>Cost to Income</i> (sem mercados)	54,3%	61,0%	-6,7 p.p.
Movimento Financeiro per capita <sup>(1)</sup> (M€)	8,8	8,3	0,5

<sup>(1)</sup> (Crédito + Depósitos) / Nº Empregados

## 2.6 Provisões

O primeiro trimestre, na linha de tendência das projecções conhecidas para o ano de 2012 da economia portuguesa, caracterizou-se por uma redução do PIB e pelo agravamento do desemprego e das dificuldades crescentes no sector empresarial, orientado apenas para o mercado doméstico. Consequentemente, os níveis de risco não melhoraram face ao ocorrido no ano de 2011, obrigando à manutenção de um exigente esforço de provisionamento.

### PROVISÕES PARA CRÉDITO

	Mar, 12	Mar, 11	Variação	
			absoluta	relativa
Crédito a Clientes (bruto)	50 984	51 652	- 668	-1,3%
Reforço de Provisões	149,0	80,9	68,1	84,2%
Saldo de Provisões em balanço	2 271,2	1 790,1	481,1	26,9%
Carga de Provisionamento	1,17%	0,63%	0,54 pp	
Provisões para Crédito / Crédito a Clientes	4,45%	3,47%	0,98 pp	

No quadro do contexto referido, o Grupo reforçou as provisões para crédito em 149 milhões de euros que representam um aumento de 84,2% (+68,1 milhões de euros) face ao p.h.a.a.. A carga de provisionamento representa 1,17% da carteira de crédito, ao nível do realizado para todo o exercício de 2011, e significativamente acima do contabilizado no período homólogo (0,63%), fazendo elevar o saldo de provisões para crédito para 2271 milhões de euros (Mar,11: 1790 milhões de euros) e permitindo aumentar, uma vez mais, o rácio Provisões para Crédito/Crédito a Clientes que passou para 4,45% (1ºTrim,11: 3,47%).

## REFORÇO DE PROVISÕES

	até Mar, 12	até Mar, 11	Variação	
			absoluta	relativa
Provisões para Crédito	149,0	80,9	68,1	84,2%
Provisões para Títulos	1,9	0,6	1,3	...
Provisões para Outros Activos	39,8	21,6	18,2	83,9%
<b>TOTAL</b>	<b>190,7</b>	<b>103,1</b>	<b>87,6</b>	<b>84,9%</b>

Adicionalmente, foram contabilizados reforços de 1,9 milhões de euros de provisões para títulos e de 39,8 milhões de euros para outros activos e contingências diversas, num total de 190,7 milhões de euros que representam um custo adicional de quase 85% face ao primeiro trimestre de 2011, cujo efeito acabou por se traduzir numa redução do resultado do Grupo no trimestre para 11,6 milhões de euros (-84%).

## 2.7 Rendibilidade

A rendibilidade dos capitais próprios (*ROE*) e dos activos (*ROA*) evoluiu conforme se apresenta no quadro seguinte:

### RENDIBILIDADE

Indicadores	até Mar, 12 <sup>(1)</sup>	até Mar, 11 <sup>(1)</sup>
<b>Rendibilidade dos Capitais Próprios (<i>ROE</i>)</b>	0,5%	4,1%
<b>Rendibilidade dos Activos (<i>ROA</i>)</b>	0,06%	0,36%

(1) Cálculo realizado com base no resultado do trimestre anualizado

Apesar da evolução positiva do *earnings power* recorrente e da redução dos custos, a rendibilidade do Grupo foi prejudicada pelo exigente esforço de provisionamento necessário para fazer face ao agravamento do risco de crédito.

### 3. ACTIVIDADE

#### 3.1 Evolução Geral

A crise financeira que afecta a Zona Euro e a execução do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro implicaram profundas alterações nas políticas de captação de recursos e de concessão de crédito por parte dos bancos portugueses com vista a um maior equilíbrio de balanço entre os depósitos captados e o crédito concedido. A evolução da actividade do Grupo BES reflecte, também, os efeitos da execução do referido Programa.

#### ACTIVOS, CRÉDITO E RECURSOS DE CLIENTES

	milhões de euros		
	31-Mar-12	31-Mar-11	Variação
<b>DADOS DE BALANÇO</b>			
<b>Activos Totais<sup>(1)</sup></b>	<b>97 345</b>	<b>102 570</b>	<b>-5,1%</b>
<b>Activo</b>	<b>81 265</b>	<b>80 127</b>	<b>1,4%</b>
<b>Crédito a Clientes (bruto)</b>	<b>50 984</b>	<b>51 652</b>	<b>-1,3%</b>
Crédito a Particulares	14 095	14 333	-1,7%
Habitação	11 496	11 650	-1,3%
Outro Crédito a Particulares	2 599	2 683	-3,1%
Crédito a Empresas	36 889	37 319	-1,2%
<b>Recursos Totais de Clientes</b>	<b>54 675</b>	<b>56 013</b>	<b>-2,4%</b>
Recursos de Clientes de Balanço	41 415	38 298	8,1%
Depósitos	35 959	30 545	17,7%
Obrigações e Outros Títulos colocados em Clientes <sup>(2)</sup>	5 456	7 753	-29,6%
Recursos de Desintermediação	13 260	17 715	-25,2%
<b>RÁCIOS</b>			
<b>Crédito<sup>(3)</sup> / Depósitos<sup>(4)</sup></b>	<b>135%</b>	<b>163%</b>	<b>-28 p.p.</b>
<b>Crédito<sup>(3)</sup> / Recursos de Clientes</b>	<b>117%</b>	<b>130%</b>	<b>-13 p.p.</b>

<sup>(1)</sup> Activo Líquido + Asset Management + Outra Desintermediação Passiva + Crédito Securitizado não consolidado

<sup>(2)</sup> Inclui recursos associados às operações de titularização consolidadas e papel comercial

<sup>(3)</sup> Crédito a Clientes líquido em balanço

<sup>(4)</sup> Rácio calculado de acordo com a definição para efeitos do objectivo fixado pelo Banco de Portugal para este indicador no *Funding & Capital Plan*

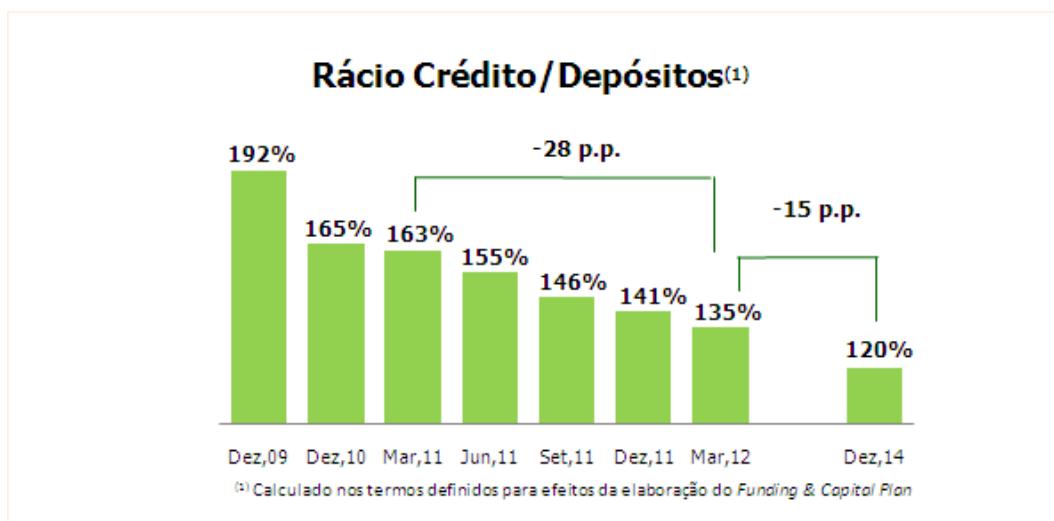
Em relação à captação de depósitos importa realçar o expressivo crescimento que, de forma sistemática, o Grupo BES tem registado ao longo dos últimos trimestres: no ano de 2011, os depósitos cresceram 3,4 mil milhões de euros, que correspondeu a um aumento de 11%; neste trimestre, confirma-se o desempenho do ano anterior tendo os depósitos registado um aumento de 1,75 mil milhões de euros que corresponde a um aumento face ao p.h.a.a. de 5,4 mil milhões de euros (+17,7%).

No que respeita à condução da política de crédito, realçamos a decisão do Grupo BES de desencadear um processo de *deleverage* a partir do segundo semestre do ano de 2010, muito antes do pedido de auxílio financeiro solicitado pelo Governo português. Esta antecipação, materializada na venda de créditos internacionais, acabou por se revelar muito oportuna atendendo a que minimizou os impactos que uma redução na concessão de crédito poderia ter sobre as empresas portuguesas e em especial sobre as pequenas e médias empresas exportadoras.

O crédito a clientes apresenta uma redução de 1,3%, extensiva a todos os segmentos, com especial incidência no outro crédito a particulares (-3,1%). O crédito a empresas, influenciado pela venda de créditos internacionais, observou uma redução de 1,2%. O crédito às PME exportadoras aumentou 4,2%.

O aumento da carteira de depósitos conjugada com a redução da carteira de crédito conduziu a uma melhoria expressiva do rácio crédito/depósitos que evoluiu de 141% (Dez,11) para 135%.

Na base anualizada, a redução do rácio foi de 28 p.p. faltando agora 15 p.p. para atingir, até ao final de 2014 (2 anos e 9 meses), o objectivo imposto pela Troika (CE, BCE, FMI).



Considerando as demais formas de captação de recursos de clientes com expressão no balanço, realçamos a circunstância de o acréscimo nos depósitos mais que compensar o decréscimo no saldo da dívida titulada colocada em investidores institucionais internacionais que observou, por força da evolução negativa dos *ratings*, uma redução expressiva (-2,3 mil milhões de euros), na base anualizada (-29,6%) fazendo com que os recursos de clientes de balanço, mesmo assim, tenham aumentado 8,1%.

A evolução apresentada pelos recursos de desintermediação (-4,4 mil milhões de euros) reflecte a desvalorização dos activos financeiros sob gestão, a diminuição nos fundos de pensões devido à transferência para a Segurança Social e a maior procura de clientes por depósitos em detrimento de outros produtos incluindo a bancasseguros.

## Actividade Internacional

Como referido anteriormente, o programa de venda de créditos teve repercussões no nível de actividade das Sucursais do BES de Londres e Nova Iorque. No entanto, a área internacional evidencia um aumento da carteira de crédito em 2,7% assente na actividade do BES Angola, com a respectiva carteira a reflectir um crescimento de 1,0 mil milhões de euros (+34% em termos homólogos).

Os recursos totais de clientes apresentam uma redução de 8,2% reflectindo a redução experimentada pelos activos sob gestão na área internacional (-19,3%) e a diminuição dos recursos representados por certificados de depósito (-1,3 mil milhões de euros).

## ACTIVIDADE DAS UNIDADES OPERACIONAIS DOMÉSTICAS E NO EXTERIOR

Variáveis							milhões de euros	
	Actividade Doméstica			Actividade Internacional				
	31-Mar-12	31-Mar-11	Variação	31-Mar-12	31-Mar-11	Variação		
<b>Activos Totais<sup>(1)</sup></b>	<b>72 274</b>	<b>73 729</b>	<b>-2,0%</b>	<b>25 071</b>	<b>28 841</b>	<b>-13,1%</b>		
<b>Crédito a Clientes</b>	<b>40 012</b>	<b>40 966</b>	<b>-2,3%</b>	<b>10 972</b>	<b>10 686</b>	<b>2,7%</b>		
<b>Recursos Totais de Clientes</b>	<b>41 572</b>	<b>41 732</b>	<b>-0,4%</b>	<b>13 103</b>	<b>14 281</b>	<b>-8,2%</b>		
Rácio Crédito <sup>(2)</sup> /Depósitos <sup>(3)</sup>	132%	172%	-40 p.p.	142%	138%	4 p.p.		

<sup>(1)</sup> Activo Líquido + Actividade *Asset Management* + Outra Desintermediação Passiva + Crédito Securitizado não consolidado

<sup>(2)</sup> Crédito a Clientes líquido em balanço

<sup>(3)</sup> Rácio calculado de acordo com a definição para efeitos do objectivo fixado pelo Banco de Portugal para este indicador no *Funding & Capital Plan*

## 3.2 Principais Áreas de Negócio (Segmentos Operacionais)

### Caracterização Geral do Grupo

O Grupo BES desenvolve a sua actividade suportada em propostas de valor direcionadas para a satisfação das necessidades dos clientes particulares, empresas e institucionais, com o centro de decisão e principal mercado em Portugal.

As ligações históricas com África e com a América do Sul, nomeadamente com Angola e com o Brasil, a internacionalização das empresas nacionais, a crescente interdependência das economias e as importantes comunidades de cidadãos portugueses estabelecidas em vários continentes, têm constituído a base para a expansão da estrutura internacional do Grupo recentemente alargada à Venezuela e Luxemburgo.

No acompanhamento do desempenho por áreas de negócio são considerados os seguintes Segmentos Operacionais:

- Banca Comercial Nacional (inclui os subsegmentos de Retalho, Empresas e Institucionais e *Private Banking*)
- Banca Comercial Internacional
- Banca de Investimento
- Gestão de Activos
- Mercados e Participações Estratégicas
- Centro Corporativo

Cada segmento engloba as estruturas directamente dedicadas do BES, bem como as unidades do Grupo com o qual a actividade mais se identifica. A monitorização individual e isolada de cada unidade operacional (encarada numa óptica de centro de investimento) é complementada, a nível da Comissão Executiva, pela definição de estratégias e planos comerciais para cada Segmento Operacional.

Complementarmente é utilizada uma segunda segmentação da actividade e dos resultados baseada em critérios geográficos, individualizando a performance das unidades localizadas em Portugal (área doméstica) e das localizadas no exterior (área internacional).

### **3.2.1 Retalho**

Este segmento engloba a actividade com clientes particulares, com destaque para o crédito à habitação e ao consumo, o financiamento dos pequenos negócios, os depósitos, os PPR e outros produtos de seguros para particulares, a gestão de contas e de meios de pagamento e os serviços de colocação de fundos de investimento, de compra e venda de títulos e de custódia.

## BANCA DE RETALHO

Variáveis	Mar,12	Mar,11	Variação
<b>BALANÇO</b>			
Crédito a Clientes (bruto)	16 552	17 662	-6,3%
Recursos de Clientes de Balanço	12 809	10 633	20,5%
<b>DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS</b>			
Produto Bancário Comercial	143,3	136,5	5,0%
Res. Operações Financeiras e Diversos	11,9	8,8	35,2%
Produto Bancário	155,2	145,3	6,8%
Custos Operativos	102,7	105,4	-2,6%
Provisões	25,0	12,2	104,9%
Resultado antes de Impostos	27,5	27,7	-0,7%
<i>Cost to Income</i>	66,2%	72,5%	-6,4 pp

Este segmento de actividade está assente numa rede de balcões que atingiu no final de Março de 2012 um total de 686 unidades em Portugal (uma redução líquida de 15 agências desde o início do ano, que resulta do encerramento de 17 balcões e da abertura de 2 novos postos avançados (*Assurfinance*)). Este processo de optimização desta área de negócio, permitiu registar uma redução homóloga de 2,6% dos custos operativos. A rede inclui 49 postos avançados e agências resultantes de parcerias com agentes de seguros ao abrigo do programa *Assurfinance*, contribuindo significativamente para o crescimento da actividade do Retalho.

A actividade continua a ser marcada por uma trajectória sustentada de crescimento dos recursos: mais 6,1% face a Março de 2011, com particular destaque para os recursos de balanço, que registaram um crescimento homólogo de 20,5%. Esta dinâmica nos depósitos permitiu obter uma melhoria de 41pp do rácio crédito/depósitos do Retalho face a Março de 2011. O crescimento dos recursos do Retalho ao longo do primeiro trimestre de 2012 resultou em grande medida do forte contributo dos clientes novos. Desde o início do ano foram captados 38 mil novos clientes, fruto da articulação entre a rede de balcões e os principais canais de captação de clientes (em particular os programas *Cross-Segment* e *Assurfinance*). O programa *Assurfinance* manteve um contributo central para o desempenho comercial do Retalho através da captação de 4,5 mil novos clientes. A captação total do Grupo no trimestre, incluindo as unidades internacionais, ascendeu a 42 mil clientes.

Para além do impacto da captação de clientes, o crescimento dos recursos foi igualmente suportado pela forte procura de diversos produtos inovadores de aforro lançados pelo Grupo BES ao longo do último ano. A título de exemplo, as soluções de poupança programada e de micro-poupança atingiram no final de Março de 2012 cerca de 230 mil contas.

Ao nível do crescimento dos recursos, o Retalho tem procurado assegurar em permanência uma gestão optimizada da respectiva margem, como forma de preservar a evolução do produto bancário, que registou um crescimento homólogo de 6,8%. Esta evolução do produto bancário, aliada à redução da base de custos acima referida permitiu genericamente compensar a degradação observada ao nível da imparidade, tendo esta área de negócio apresentado no primeiro trimestre de 2012 um resultado antes de impostos idêntico ao do p.h.a.a..

Para além da forte prioridade dada à captação de recursos, a actividade do Retalho foi caracterizada neste trimestre pela manutenção de políticas selectivas de concessão de crédito e por importantes níveis de *cross-selling*.

Para assegurar a manutenção de níveis sustentados de *cross-selling*, a dinâmica comercial tem-se suportado num conjunto alargado de produtos, serviços e ferramentas inovadoras. A título de exemplo importa destacar o crescimento da produção em diversas famílias de seguros: mais 49%, face ao período homólogo, na venda seca de seguros casa, mais 41% nos seguros de protecção ao salário (produto particularmente adaptado ao actual contexto económico), mais 14% nos seguros automóvel e mais 8% nos seguros saúde.

No que se refere aos **Canais Directos**, o número de aderentes do *Internet Banking* de particulares – **BESnet** – atingiu um milhão, duzentos e cinquenta e sete mil clientes em Março de 2012 (+4,8% face ao período homólogo). Simultaneamente, verificou-se uma intensificação da utilização, com o número de utilizadores frequentes a crescer 7,5% e o número total de acessos a aumentar 12,4%, em termos homólogos. Neste trimestre houve um enfoque importante na consolidação da utilização das novas funcionalidades lançadas em 2010 e 2011, destacando-se:

- a crescente utilização do serviço *BESmobile* para particulares e empresas, com aplicações para *Android*, *iPhone* e uma solução *Web* para os restantes dispositivos, tendo o número de aderentes atingido 55 mil clientes, um crescimento de 178% face ao período homólogo; a aposta na solução *mobile* responde às crescentes necessidades de mobilidade da base de clientes do Grupo;
- a utilização das novas funcionalidades de orçamento, planeamento e gestão do quotidiano familiar - Orçamento Familiar BES - cuja crescente utilização por parte dos clientes demonstra a correcção da aposta, tendo em conta os tempos de rigor e a necessidade de poupança, motivados pela envolvente económica; no final de Março

os utilizadores do “Orçamento Familiar BES” atingiram 93 mil clientes, quase o dobro do registado no final do 2011;

- na vertente comercial, continua a apostar-se na oferta de canais de interacção alternativos para apoio à venda de produtos, tendo para isso uma equipa comercial especializada que apoia e concretiza remotamente a venda de produtos de poupança, crédito e seguros; do total das interacções com esta equipa, cerca de 40% são realizadas através de ferramentas de *chat* e *Click-to-call*, complementando a tradicional abordagem telefónica.

A actividade do **Banco Espírito Santo dos Açores** continuou a ser condicionada pela situação de crise que se vive no País e na Região e pelas medidas que têm vinda a ser adoptadas para a recuperação económica. Assim, assistiu-se, por um lado, a uma retracção na concessão de crédito e a um esforço suplementar no seu controlo e recuperação; e, por outro, intensificou-se o esforço de captação de recursos, ao mesmo tempo que se manteve a estratégia de aumento da quota de mercado e de captação de novos clientes, nomeadamente através de assinatura de novos protocolos com empresas e instituições regionais. Salientamos a evolução registada nos depósitos de clientes (+11,3%) e no crédito concedido a clientes (-1,8%), tendo o trimestre encerrado com um activo líquido de 549,8 milhões de euros, o que representa uma redução, em termos homólogos, de 1,3%. O resultado líquido, no montante de 113 mil euros, registou um decréscimo de 86,8% em relação ao primeiro trimestre de 2011 e foi influenciado pela quebra registada no resultado financeiro (-17,2%) e no resultado de operações financeiras e diversos (-47,3%).

No início de 2012 o **BEST – Banco Electrónico de Serviço Total** foi o vencedor da categoria Melhor *Site/App Mobile* para *eCommerce*, no âmbito dos Prémios Navegantes XXI da ACEPI (Associação do Comércio Electrónico e Publicidade Interactiva). Esta distinção veio reforçar o posicionamento do Banco enquanto líder na inovação da oferta de serviços e produtos financeiros em Portugal. O serviço de *Mobile Banking* foi assim distinguido como o mais completo do mercado português oferecendo aos clientes, nomeadamente, todas as operações bancárias correntes e o serviço de Bolsa *mobile* mais completo do mercado, que permite acompanhar as principais bolsas a nível mundial e negociar mais de 1200 títulos. O Banco continuou a desenvolver o *site* do **SAXO CAPITAL MARKETS** no Reino Unido (lançado a 14 de Dezembro de 2011), facto que atesta a capacidade da plataforma do BEST para a

actividade bancária e de gestão de activos num dos mercados financeiros mais competitivos e sofisticados do mundo. É um exemplo de exportação de serviços e tecnologia nacional e que neste trimestre representou 16% das receitas do Banco. A nível de indicadores financeiros é de registar o crescimento do crédito em 4% (face ao início do ano) e a redução de 16% no volume dos depósitos de clientes, por via da forte concorrência existente no sistema bancário português e pela variada oferta de produtos alternativos disponibilizados pelo BEST, da qual se salientam perto de 2000 fundos de investimento. Os activos totais sob custódia atingiram 1,7 mil milhões de euros no final do primeiro trimestre de 2012 e o resultado líquido alcançou os 2,2 milhões de euros, 17% acima do valor do período homólogo do ano anterior.

### **3.2.2 Empresas e Institucionais**

Esta área de negócio abrange a actividade com as grandes e médias empresas e o negócio com os clientes institucionais e municípios. O Grupo BES detém uma importante presença neste segmento, fruto do seu tradicional papel no apoio ao desenvolvimento do tecido empresarial nacional, focalizado nas empresas de bom risco, com cariz inovador e com vocação internacional.

#### **BANCA DE EMPRESAS E INSTITUCIONAIS**

<b>Variáveis</b>	<b>milhões de euros</b>		
	<b>Mar,12</b>	<b>Mar,11</b>	<b>Variação</b>
<b>BALANÇO</b>			
Crédito a Clientes (bruto)	21 353	21 409	-0,3%
Recursos de Clientes de Balanço	10 675	9 879	8,1%
<b>DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS</b>			
Produto Bancário Comercial	111,6	81,2	37,4%
Res. Operações Financeiras e Diversos	2,9	4,1	-29,3%
Produto Bancário	114,5	85,3	34,2%
Custos Operativos	15,7	16,6	-5,4%
Provisões	72,7	21,2	....
Resultado antes de Impostos	26,1	47,5	-45,1%
<i>Cost to Income</i>	13,7%	19,5%	-5,8 pp

A evolução dos resultados continua influenciada pela sinistralidade do crédito, que se tem vindo a traduzir em necessidades de reforço do provisionamento.

Para contrariar o impacto deste efeito, o Grupo BES tem actuado ao nível dos seguintes vectores: (i) intensificação das práticas de prevenção do risco, nomeadamente através de maiores níveis de colateralização das operações de crédito, tanto nas novas operações como

no *stock*; (ii) actualização permanente das políticas de *pricing*, tanto ao nível dos *spreads* de crédito, como ao nível das taxas praticadas na captação de recursos e como no combate a práticas de descontos/isenções no comissionamento e (iii) optimização da base de custos. A actuação ao nível do preço permitiu registar, no primeiro trimestre de 2012, um expressivo crescimento do produto bancário: mais 34,2% face a período homólogo. As iniciativas de reestruturação da base de custos permitiram atingir uma quebra homóloga de 5,4% dos custos operativos.

Apesar das dificuldades do sector empresarial nacional na geração de excedentes de tesouraria, o rácio de crédito/depósitos deste Segmento melhorou 21pp face a Março de 2011:

- os recursos de clientes em balanço cresceram 8,1% face ao período homólogo;
- não obstante a forte quebra da procura de crédito pelo sector empresarial, o Grupo BES manteve um nível de concessão de novo crédito equivalente aos reembolsos efectuados pelos clientes, mantendo-se a carteira de crédito essencialmente estável, reflexo do apoio do Grupo ao tecido empresarial, em especial às empresas exportadoras e aos modelos de negócio com cariz inovador.

A aposta no apoio à internacionalização das empresas nacionais assenta numa importante rede de plataformas bancárias do Grupo BES, numa rede de mais de 2200 bancos correspondentes e ainda, no reconhecido *know-how* das nossas equipas em lidar com este tipo de transacções, incluindo o *trade finance*.

Esta abordagem integrada tem permitido alcançar importantes quotas de mercado: 44% das empresas portuguesas exportadoras são clientes do Grupo BES e a quota de mercado de *Trade Finance* atingiu, no primeiro trimestre de 2012, um valor de 31,3% (+3,3pp que no período homólogo, com um impacto muito favorável no nível de comissionamento).

No caso específico da crescente interligação económica do mercado ibérico, a articulação entre a rede doméstica e a rede do Grupo em território espanhol tem permitido assegurar uma acção comercial de captação e desenvolvimento de negócio: cerca de 50% das empresas ibéricas de bom risco são clientes do Grupo BES.

Ainda neste domínio, importa referir que o Grupo BES dispõe de uma equipa inteiramente dedicada ao apoio à internacionalização do tecido empresarial: a unidade *Internacional Premium* que, através das suas equipas especializadas, assegura um apoio efectivo tanto nos processos de exportação das empresas como nos investimentos directos nos mercados, em

perfeita articulação com a rede internacional do Grupo e os bancos parceiros e correspondentes.

No decorrer do ano de 2012, o Grupo BES manteve diversas iniciativas complementares no âmbito do apoio à internacionalização das empresas nacionais, entre as quais merecem especial referência as seguintes:

- Participação activa no “Clube Portugal Exportador”, uma iniciativa que nasceu no âmbito do Fórum Portugal Exportador com o intuito de proporcionar aos seus membros informação sobre mercados e *leads* de negócio nos principais mercados externos;
- Lançamento da segunda edição dos Prémios “Exportação & Internacionalização BES/Jornal de Negócios”, que visam distinguir as empresas que mais se destacam na internacionalização e na dinamização das suas exportações;
- Publicação, pelo terceiro ano consecutivo, no Jornal Expresso, de um suplemento periódico (“Empresas & Internacionalização”) dedicado à divulgação de mercados estratégicos para as empresas portuguesas, com apresentação das oportunidades de negócio nesses mercados e testemunhos de empresas portuguesas que constituem casos de sucesso nessas geografias.

Também o apoio à inovação e ao empreendedorismo tem continuado a assumir um enfoque crescente pela equipa do Grupo BES. Este trabalho no terreno, em parceria entre as várias estruturas do Banco, tem permitido aumentar o número de oportunidades levantadas e classificadas em todo o país, tanto a nível de projectos como de empresas. Em consequência deste esforço de identificação e triagem, tem-se igualmente registado uma dinâmica muito positiva de investimentos a nível de *Seed* e *Pré-Seed*. Em concreto, em Fevereiro de 2012 foi efectuado o primeiro investimento no âmbito do Fundo I-START I, em parceria com o Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa.

Face ao actual contexto de mercado, o apoio à tesouraria das empresas tem constituído igualmente um dos principais focos de actuação. Neste campo, o BES *Express Bill*, uma solução, inovadora e exclusiva de gestão de pagamentos e recebimentos tem ganho uma preponderância muito significativa. Esta solução assegura às empresas aderentes uma fonte de liquidez fundamental e constitui um instrumento gerador de confiança nas transacções comerciais entre elas. Até ao momento cerca de 10 mil empresas aderiram ao BES *Express Bill*, estando aprovados mais de 1800 milhões de euros em linhas de crédito, o que permite garantir mais de 8000 milhões de euros de pagamentos por ano.

Na área dos Canais Directos, o **Internet Banking** para empresas – **BESnetwork** – registou um crescimento de 11,2% face ao período homólogo, atingindo cento e quatro mil aderentes neste trimestre. O número de utilizadores frequentes cresceu 9,5% e o número de acessos aumentou 9,4%.

### **3.2.3 Private Banking**

Esta área de negócio abrange a actividade com clientes *private* integrando todos os produtos do activo e de captação de recursos a eles associados, nomeadamente, os depósitos, a gestão discricionária, os serviços de custódia, de compra e venda de títulos e os produtos de seguros.

<b>PRIVATE BANKING</b>			
<b>Variáveis</b>	<b>Mar,12</b>	<b>Mar,11</b>	<b>Variação</b>
<b>BALANÇO</b>			
Crédito a Clientes (bruto)	986	1 052	-6,2%
Recursos de Clientes de Balanço	2 337	1 731	35,0%
<b>DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS</b>			
Produto Bancário Comercial	19,3	23,6	-18,2%
Res. Operações Financeiras e Diversos	1,7	1,7	0,0%
Produto Bancário	21,0	25,3	-17,0%
Custos Operativos	4,5	5,1	-11,8%
Provisões	0,2	-1,6	....
Resultado antes de Impostos	16,3	21,8	-25,2%
<i>Cost to Income</i>	21,4%	20,2%	1,2 pp

Os activos totais sob gestão e custódia nesta importante área de negócio cresceram ao longo do primeiro trimestre de 2012, atingindo os 7,5 mil milhões de euros em Março. Estes volumes incorporam um forte crescimento nos recursos de clientes de balanço (+35% face ao período homólogo), assegurando assim um importante contributo para o rácio de transformação do Grupo, em virtude do volume de depósitos ser excedentário face ao crédito (melhoria homóloga do rácio crédito/depósitos de 20pp).

O nível praticado nas taxas de captação de depósitos gerou uma erosão do produto bancário deste segmento, efeito que foi em parte mitigado por um esforço significativo de optimização da base de custos operativos, que registou uma redução homóloga de 11,8%.

### 3.2.4 Banca Comercial Internacional

As unidades de negócio localizadas no exterior que integram este segmento operacional continuam a evidenciar um desempenho globalmente positivo denotando, no entanto, uma quebra de 13,0% do produto bancário e de 31,8% do resultado antes de impostos, que se situou em 64,7 milhões de euros.

Os recursos de clientes de balanço tiveram um decréscimo de 2,7% devido à quebra na colocação dos certificados de depósito no mercado internacional em resultado da redução dos *ratings* da dívida soberana e do sistema bancário e o crescimento do crédito reflecte a intensificação da actividade, sobretudo, do BES Angola.

#### BANCA COMERCIAL INTERNACIONAL

Variáveis	milhões de euros		
	Mar,12	Mar,11	Variação
<b>BALANÇO</b>			
Crédito a Clientes (bruto)	10 324	10 108	2,1%
Recursos de Clientes de Balanço	8 473	8 706	-2,7%
<b>DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS</b>			
Produto Bancário Comercial	126,3	154,2	-18,1%
Res. Operações Financeiras e Diversos	6,9	-1,1	....
Produto Bancário	133,2	153,1	-13,0%
Custos Operativos	53,1	48,0	10,6%
Provisões	15,4	10,2	51,0%
Resultado antes de Impostos	64,7	94,9	-31,8%
<i>Cost to Income</i>	39,9%	31,4%	8,5 pp

No actual contexto de instabilidade económica, a actividade da **Sucursal do BES em Espanha** desenvolveu-se na senda da evolução registada nos trimestres anteriores, com destaque para: (i) os depósitos de clientes que apresentam um crescimento homólogo de 17%, enquanto o volume de crédito a clientes reflecte uma redução de 11% no mesmo período melhorando a autonomia financeira da Sucursal; (ii) os volumes de risco fora de balanço (garantias) aumentaram significativamente registando um crescimento de 43%; (iii) o negócio de apoio a empresas com actividade internacional registou um crescimento de 47%; (iv) o número de clientes-alvo regista um aumento de 36% superando em 6000 o nível de Março de 2011, incremento este suportado, quase inteiramente, na banca de particulares e *private* (+57%); e (v) a prossecução de uma gestão prudente do risco de crédito, com reforço do provisionamento. Reflexo dos referidos desenvolvimentos, foi possível manter a tendência de incremento das margens das aplicações creditícias, compensando parcialmente

os efeitos da pressão sobre os custos dos passivos decorrente da forte concorrência na captação de depósitos. A contenção de custos proporcionou uma evolução positiva dos mesmos ao apresentarem uma redução de 2,5%, em termos homólogos. O resultado depois de impostos situou-se em 1,7 milhões de euros, valor que compara com 4,3 milhões de euros registados em igual período do ano anterior. Esta redução deveu-se, no essencial, à quebra dos proveitos financeiros decorrente da redução da carteira de crédito.

A **Sucursal do BES em Londres (Reino Unido)** centra o seu negócio na banca de *Wholesale* ao nível do mercado europeu. Durante o primeiro trimestre de 2012, o crescimento do volume de negócios reflectiu, por um lado, a emissão de um programa de *EMTN*, mas também alguma capacidade renovada de angariação de recursos de clientes (+32% face a Dez.11) e, por outro, o aumento da carteira de crédito (+8%). Em termos homólogos, no entanto, verifica-se uma redução dos depósitos de clientes em aproximadamente 21%, em resultado das condições desfavoráveis dos mercados financeiros e da penalização decorrente dos sucessivos  *downgrade* do *rating* da República Portuguesa ocorridos ao longo de 2011, e ainda da estratégia de venda de crédito do Grupo (*deleverage*). Neste contexto adverso, o produto bancário comercial gerado no período situou-se em 9,3 milhões de euros, apresentando uma contracção de 38% em termos homólogos. Simultaneamente, a estrutura de custos tem vindo a ser ajustada, com uma redução de 19% dos mesmos, em termos homólogos, e uma diminuição do número de colaboradores.

A performance do **Espirito Santo Bank (EUA) em Miami**, continuou a ser condicionada pela difícil conjuntura que o sul da Florida vem experimentando nos últimos anos, sobretudo no que se refere ao negócio imobiliário. Neste contexto, e apesar das dificuldades na realização de negócios com níveis aceitáveis de risco tendo em consideração os padrões conservadores que norteiam a actividade do Banco, a carteira de crédito situou-se em 438 milhões de dólares (menos 8 milhões de dólares que no final do exercício de 2011). Os depósitos atingiram 476 milhões de dólares, dos quais 42% eram depósitos à ordem. Os activos sob gestão situavam-se em cerca de 1,1 mil milhões de dólares no final do trimestre e o resultado líquido elevou-se a 1,2 milhões de dólares.

A **Sucursal do BES em Nova Iorque (EUA)** concentra a sua actividade na banca de *Wholesale*, maioritariamente nos EUA e Brasil. No período em análise, e após os sucessivos *downgrade* do *rating* da República Portuguesa, ocorreu um agravamento das condições de acesso à liquidez nos mercados com impacto negativo na colocação dos programas de certificados de depósito e papel comercial. Nesta conjuntura, a actividade continuou a desenvolver-se com extrema prudência e enfoque na gestão e monitorização do risco, de acordo com a estratégia internacional do Grupo. De realçar o resultado alcançado (1,0 milhão de euros), num contexto de acentuada redução da carteira de crédito (-62% face ao período homólogo do ano anterior), em linha com o plano de *deleverage* estabelecido.

Durante o período de três meses findo em 31 de Março de 2012, o **Banco Espírito Santo Angola** continuou a apoiar o dinamismo da economia angolana. Durante este período, o BES Angola continuou a merecer o reconhecimento internacional através de distinções, como (i) *Best Trade Finance in Angola 2012 (Global Finance)*; (ii) *Best Foreign Exchange Provider 2012 (Global Finance)*; e (iii) *Best Bank Award (Global Finance)*. Do ponto de vista da actividade, consolidou-se a comercialização do leque de produtos e serviços colocados à disposição dos clientes e que tinha vindo a desenvolver-se desde o segundo semestre de 2011, nomeadamente, a nova série de cartões de crédito e a disponibilização de novos produtos de poupança dirigidos aos segmentos *target*. Adicionalmente, e também no âmbito da estratégia de diversificação de produtos e de um posicionamento de vanguarda, a operativa do *leasing* encontra-se pronta a arrancar, tendo o Banco Central emitido a necessária regulamentação específica no início de 2012. Em 31 de Março de 2012, o activo líquido ascendia a 6752 milhões de euros, representando um acréscimo de 9% quando comparado com o período homólogo do ano anterior; os recursos de clientes atingiram 2357 milhões de euros (-4%) enquanto que o crédito concedido se situou em 3983 milhões de euros (+34%). O produto bancário ascendeu a 74 milhões de euros e o resultado do período reduziu-se a 45 milhões de euros, que compara com 75 milhões de euros no período homólogo do exercício anterior.

A actividade do **BES Cabo Verde (Cabo Verde)** centra-se no mercado local de empresas, com particular relevância para as empresas do sector público e filiais de grupos portugueses com interesses económicos em Cabo Verde, e no mercado de *affluent* local. Durante o primeiro trimestre de 2012, registou-se um crescimento de 4% do volume de recursos

captados e um aumento de 20% da carteira de crédito, terminando o período com um activo de 111 milhões de euros.

O **Banco Espírito Santo do Oriente (Macau)** manteve ao longo do primeiro trimestre de 2012, face ao trimestre anterior, o valor da sua carteira de crédito praticamente inalterado, explicado, no essencial, pela deterioração dos *ratings* da República e da banca portuguesa e consequente conjunto de implicações/dcisões que se materializaram numa gestão de liquidez de grande rigor e de grande selectividade na aprovação de novas operações de crédito. A diminuição da actividade de crédito (médio prazo) tem sido compensada pelo aumento substancial de operações de *trade finance (L/C Advising/Forfaiting/Discount)*, associadas a importantes fluxos comerciais entre a República Popular da China (RPC) e os países onde a presença estratégica do Grupo BES é determinante, nomeadamente, em África, na América Latina e na Europa, utilizando Macau como plataforma de negócio entre a RPC e os países de língua portuguesa. A fidelização e o crescimento da base de depósitos ao longo dos últimos anos, por força de uma oferta ajustada, continua a assumir particular relevância no contexto actual, tendo-se desenvolvido um conjunto de iniciativas junto de clientes institucionais, bem como junto de fundos locais, que permitiram registar um aumento de 5,7% (em moeda local) nos depósitos de clientes, comparativamente ao trimestre anterior.

As actividades desenvolvidas pelo **Banque Espírito Santo et de la Vénétie (França)**, no decurso do primeiro trimestre de 2012, resultaram num produto bancário de 10,6 milhões de euros, inferior em 2,7% ao valor obtido em idêntico período de 2011. Esta performance, apesar de negativamente influenciada pelo aumento dos custos de refinanciamento, foi conseguida graças ao bom desempenho da área da banca comercial, cujo produto bancário aumentou 15%. Os custos gerais situaram-se em 6,3 milhões de euros, valor superior em 10% ao do período homólogo. O resultado líquido foi de 2,1 milhões de euros, menos 27,6% que em Março de 2011.

O **Moza Banco (Moçambique)** prossegue a execução do plano de expansão comercial, tendo inaugurado dois novos balcões durante o primeiro trimestre, em zonas do país com importante dinâmica económica, contando actualmente com um total de nove agências. Em paralelo, tem vindo a reforçar todas as suas áreas de suporte, a alinhar os seus processos

com as melhores práticas de mercado e a promover um ambicioso e robusto plano de formação dos seus recursos humanos. A actividade tem demonstrado um desenvolvimento rápido, verificando-se desde o início do ano um crescimento do activo líquido (+28%), dos depósitos (+40%), bem como do número de clientes.

Na **Líbia**, que continua numa fase de consolidação política, social e económica, o **Aman Bank** durante o primeiro trimestre apresentou um aumento do activo de 36%, suportado exclusivamente pelos depósitos dos clientes e o banco encontra-se em posição para retomar a execução dos planos comerciais e de reforço operacional e para beneficiar das oportunidades de crescimento do país. Durante o primeiro trimestre de 2012, o resultado líquido atingiu 2,5 milhões de euros.

Em Janeiro de 2012, com a abertura de uma Sucursal, o BES reforçou a sua posição na **Venezuela**, país onde está presente desde há 17 anos com um escritório de representação. Esta iniciativa permitirá ao Grupo potenciar uma relação de proximidade com a comunidade portuguesa residente no país, estimada em cerca de 500 mil, assim como com as grandes empresas e instituições locais. Desde 18 de Janeiro do corrente ano, foram já efectuadas mais de 420 aberturas de contas de clientes.

Também em Janeiro de 2012, o BES inaugurou uma nova **Sucursal no Luxemburgo**, para actuação junto da comunidade emigrante portuguesa residente nesta geografia e em países vizinhos do centro da Europa, e oferecer aos clientes da rede global do Grupo a possibilidade de opção por uma praça financeira segura, credível e com um contexto socio-económico único.

### 3.2.5 Banca de Investimento

Esta área de negócio inclui, para além da actividade bancária tradicional com clientes empresariais e institucionais (crédito e depósitos), os serviços de consultoria de *project finance*, fusões e aquisições, reestruturação e consolidação de passivos, preparação e colocação pública ou privada de emissões de acções, obrigações e outros instrumentos de dívida e de capital, serviços de corretagem e demais serviços de banca de investimento.

## BANCA DE INVESTIMENTO

Variáveis	Mar,12	Mar,11	Variação
<b>BALANÇO</b>			
Crédito a Clientes (bruto)	2 291	2 302	-0,5%
Recursos de Clientes de Balanço	1 086	1 354	-19,8%
<b>DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS</b>			
Produto Bancário Comercial	53,3	62,9	-15,3%
Res. Operações Financeiras e Diversos	6,8	1,7	....
Produto Bancário	60,1	64,6	-7,0%
Custos Operativos	42,5	45,4	-6,4%
Provisões	6,3	3,4	85,3%
Resultado antes de Impostos	11,3	15,8	-28,5%
<i>Cost to Income</i>	70,7%	70,3%	0,4 pp

Durante este período e não obstante as restrições que continuam a fazer-se sentir, nomeadamente no que respeita ao *funding*, a actividade de banca de investimento decorreu de forma positiva, embora a um nível inferior ao verificado no período homólogo de 2011. O produto bancário, no montante de 60,1 milhões de euros, apresentou uma queda homóloga de 7,0%, já que a recuperação verificada na actividade de *trading* não foi ainda suficiente para compensar um menor dinamismo das áreas de Mercado de Capitais e *Project Finance*. O resultado antes de impostos ascendeu a 11,3 milhões de euros, montante inferior em 28,5% ao verificado em igual período de 2011. A actividade internacional, onde se destacou o Brasil, continuou a ter um papel decisivo na performance desta área de actividade, representando cerca de 71% do produto bancário do 1º trimestre de 2012.

No que respeita à internacionalização, concluiu-se durante o primeiro trimestre de 2012 o processo de licenciamento da actividade de corretagem na Índia, a qual se iniciará no segundo trimestre através da *Espírito Santo Securities India Private Limited*, uma parceria (75%/25%) com a família *Burman*. O BES Investimento (BESI) concretizou igualmente, em Março, na África do Sul, uma parceria com um importante *broker* local independente, a *Avior Research*. O âmbito desta parceria estratégica envolve a distribuição exclusiva de *equity research* para clientes institucionais na Europa e a actividade de *trading* nos mercados Sul-africano e Pan-Africano e reforça a oferta do BESI em acções de mercados emergentes.

Na área de **Fusões e Aquisições** o BESI destacou-se em Portugal na assessoria à *State Grid Corporation of China* na aquisição de 25% do capital da REN – Redes Energéticas Nacionais

no âmbito da 2<sup>a</sup> fase de reprivatização da empresa (operação anunciada no valor de 387 milhões de euros). Na Polónia, o BESI assessorou a venda de 100% da *Lotos Parafiny* ao fundo de *private equity* *Krokus*, uma operação de *Leverage Management Buy-Out*.

No **Project Finance e Securitização**, o BESI actuou como Assessor Financeiro e *Mandated Lead Arranger* na reestruturação do financiamento, no montante de 45 milhões de euros, para o aumento de capacidade de uma central de biodiesel em Huelva (Espanha) e no Brasil actuou como Assessor Financeiro da Furnas Centrais Elétricas nos leilões para construção, operação e manutenção de linhas de transmissão de energia promovidos pela ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica.

Na área de **Acquisition Finance** é de salientar (i) em Portugal, a actuação do BESI como *Mandated Lead Arranger* no financiamento sindicado à Tagus Holdings, no montante de 590 milhões de euros para financiamento da Oferta Pública de Aquisição à Brisa – Auto-Estradas de Portugal, no financiamento à *WTG Corporation Limited*, no montante de 9 milhões de euros, para a aquisição da totalidade do capital da IMG Energias e na operação de refinanciamento da SIC, no montante de 20 milhões de euros; (ii) em Espanha, a participação do BESI no refinanciamento parcial do empréstimo da *Sacyr*, no montante de 2,4 mil milhões de euros; (iii) na Polónia, o apoio do BESI ao desenvolvimento dos negócios de vários dos seus clientes locais e internacionais, sobretudo através da emissão de garantias bancárias; (iv) no Brasil, a liderança da emissão de *debentures* da Semapa no valor de 128 milhões de reais, relativa à aquisição de parte da Supremo Cimentos. Na actividade de Outros Financiamentos no Brasil, o BESI actuou como *Lender* nas operações de Cédulas de Crédito Bancário (CCB) da Districar (15 milhões de reais) e da Engevix (20 milhões de reais).

Na área de **Mercado de Capitais – Renda Variável**, o BESI destacou-se: (i) no Brasil, como assessor financeiro na venda de 1,2% do capital da Klabin pela Monteiro Aranha (93,8 milhões de reais); (ii) no Reino Unido, como *Sole Bookrunner* na colocação de 5,18 milhões de acções da *GlobeOp Financial Services* (25 milhões de libras), como *Joint Bookrunner* na colocação de 43,75 milhões de acções da IQE plc (10,5 milhões de libras), como assessor financeiro na oferta pública de aquisição sobre acções próprias da SVG Capital plc (até 170 milhões de libras) e como *joint corporate broker* da oferta pública de aquisição em curso sobre o capital da *GlobeOp Financial Services* (570 milhões de libras).

Na área de **Mercado de Capitais – Renda Fixa**, salienta-se a actuação do BESI no Brasil como (i) *Joint Bookrunner* da emissão de *bonds* da Brasil Telecom, no valor de 1,5 mil milhões de dólares; (ii) *Joint Bookrunner* na emissão de *debentures* da Sabesp no valor de

771 milhões de reais; e (iii) *Co-Manager* na emissão de *debentures* da Locamerica, no valor de 120 milhões de reais.

Na **Corretagem**, o BESI manteve a liderança da actividade em Portugal, com uma quota de mercado de 11,6% e subiu ao 3º lugar do *ranking* das corretoras da Bolsa de Madrid, com uma quota de mercado de 8,2%. No Brasil, manteve a trajectória ascendente, subindo à 21ª posição no *ranking* Bovespa (num universo de cerca de 100 corretoras), com uma quota de mercado de 1,1%. Na Polónia, consolidou a 13ª posição no *ranking* das corretoras polacas, aumentando a sua quota de mercado para 2,7%. No Reino Unido, concentrou a sua actuação na integração da sua actividade com o *Execution Noble*.

Na área de **Private Equity** destaca-se a concretização de novos investimentos no segmento das energias renováveis através do fundo de infra-estruturas ESIF com a aquisição de (i) uma participação de 40% num parque eólico, com capacidade de 20MW e investimento total estimado de 39,8 milhões de euros, em Espanha; e (ii) duas licenças para a construção de duas centrais solares em Portugal, com uma capacidade de 4MW e um investimento de 10 milhões de euros.

### 3.2.6 Gestão de Activos

Este segmento engloba toda a actividade de gestão de activos desenvolvida, fundamentalmente, pela Espírito Santo Activos Financeiros (ESAF), em território nacional e no estrangeiro (Espanha, Luxemburgo, Angola e Brasil) através de sociedades especializadas constituídas para o efeito. A oferta de produtos abrange todo o tipo de fundos – mobiliários, imobiliários e de pensões – para além da prestação de serviços de gestão discricionária e de carteiras.

#### GESTÃO DE ACTIVOS

Variáveis	Mar,12	Mar,11	Variação
<b>milhões de euros</b>			
<b>ACTIVOS SOB GESTÃO</b>	13 260	19 398	-31,6%
<b>DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS</b>			
Produto Bancário	12,1	14,2	-14,8%
Custos Operativos	4,3	5,4	-20,4%
Provisões	-0,1	0,0	....
Resultado antes de Impostos	7,9	8,8	-10,2%
<i>Cost to Income</i>	35,5%	38,0%	-2,5 pp

No final do primeiro trimestre de 2012, o volume global de activos sob gestão atingiu 13,3 mil milhões de euros, reflectindo uma redução de 31,6% face ao período homólogo do ano anterior. De destacar que esta redução dos activos se deveu, em grande medida, à gestão de patrimónios e aos fundos de investimento, parcialmente compensada pela recuperação ou estabilização relativa dos volumes em todos os restantes segmentos de negócio. Atendendo às circunstâncias envolventes, a ESAF tem vindo a accionar um programa de reorganização e de redução de custos, o que permitiu atenuar a queda do resultado.

### **3.2.7 Mercados e Participações Estratégicas**

Este segmento congrega a actividade de gestão financeira global do Grupo, que abrange a tomada e cedência de fundos nos mercados financeiros, bem como o investimento e gestão de risco de instrumentos de crédito, de taxa de juro, cambial e de acções, quer de natureza estratégica, quer relacionados com a actividade corrente da área de mercados. Considera-se ainda a actividade com investidores institucionais não residentes e os efeitos decorrentes de decisões de ordem estratégica com impacto transversal a todo o Grupo.

#### **MERCADOS E PARTICIPAÇÕES ESTRATÉGICAS**

<b>Variáveis</b>	milhões de euros		
	<b>Mar.12</b>	<b>Mar.11</b>	<b>Var %</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS</b>			
Produto Bancário	32,6	37,3	-12,6%
Custos Operativos	10,7	12,3	-13,0%
Provisões	71,3	57,8	23,4%
Resultado antes de Impostos	-49,4	-32,8	50,6%

O desempenho deste segmento operacional foi negativamente influenciado pela desvalorização na carteira de acções e pela exigência em termos de provisionamento. O produto bancário apresenta uma diminuição de 12,6% determinada por menores ganhos no *trading*, e apesar dos custos operativos terem registado uma redução de 13,0%, o aumento das provisões levou a que o resultado antes de impostos se apresente negativo em 49,4 milhões de euros.

## 4. SOLIDEZ FINANCEIRA E OUTROS INDICADORES

### 4.1 Qualidade do Crédito

No quadro seguinte apresenta-se a evolução ocorrida no crédito, crédito vencido, crédito em risco, provisões para imparidade e indicadores de sinistralidade e de cobertura:

#### **QUALIDADE DO CRÉDITO A CLIENTES**

	<b>31-Mar-12</b>	<b>31-Dec-11</b>	<b>31-Mar-11</b>	<b>Variação no trimestre</b>	
				<b>absoluta</b>	<b>relativa</b>
<b>DADOS DE BASE (milhões de euros)</b>					
Crédito a Clientes (bruto)	50 984	51 211	51 652	-227	-0,4%
Crédito Vencido	1776,5	1545,6	1231,5	230,9	14,9%
Crédito Vencido > 90 dias	1510,8	1403,3	1122,7	107,5	7,7%
Crédito em Risco <sup>(1)</sup>	3646,8	3373,6	2693,8	273,2	8,1%
Provisões para Crédito	2271,2	2167,4	1790,1	103,8	4,8%
<b>INDICADORES (%)</b>					
Crédito Vencido / Crédito a Clientes (bruto)	3,48	3,02	2,38	0,46 p.p.	
Crédito Vencido > 90 dias / Crédito a Clientes (bruto)	2,96	2,74	2,17	0,22 p.p.	
Crédito em Risco <sup>(1)</sup> / Crédito a Clientes (bruto)	7,15	6,59	5,22	0,56 p.p.	
Provisões para Crédito / Crédito Vencido	127,8	140,2	145,4	-12,4 p.p.	
Provisões para Crédito / Crédito Vencido > 90 dias	150,3	154,5	159,4	-4,1 p.p.	
Provisões para Crédito / Crédito em Risco <sup>(1)</sup>	62,3	64,2	66,4	-1,9 p.p.	
Provisões para Crédito / Crédito a Clientes	4,45	4,23	3,47	0,22 p.p.	

<sup>(1)</sup> De acordo com a definição constante da Instrução nº23/2011 do Banco de Portugal. O crédito em risco inclui: a) crédito (vencido + vencendo) com prestações de capital e juros vencidos há mais de 90 dias; b) créditos restruturados em que tenha havido capitalização de juros ou capital sem cobertura total por garantias ou que os juros e outros encargos não tenham sido pagos na integra pelo devedor; c) prestações de capital ou juros vencidos há menos de 90 dias em que se verifique a falência ou liquidação do devedor.

A recessão que caracterizou a economia doméstica no exercício de 2011, e que se deverá acentuar durante o primeiro semestre do exercício corrente, penalizou a evolução dos indicadores de risco de crédito. A sinistralidade agravou-se no trimestre, com o rácio “Crédito vencido há mais de 90 dias/Crédito a Clientes” a evoluir para 2,96% (Dez,11: 2,74%) e o respectivo rácio de cobertura por provisões a situar-se em 150,3% (Dez,11: 154,5%). O crédito em risco atingiu cerca de 3647 ,milhões de euros, passando a representar 7,15% do crédito total (Dez,11: 6,59%), com uma cobertura bruta (não deduzida do valor dos colaterais) de 62,3% por provisões (Dez,11: 64,2%).

A cobertura do crédito total por provisões (provisões para crédito/crédito a clientes) continuou a ser reforçada, passando a representar 4,45% do crédito (Dez,11: 4,23%).

O agravamento da sinistralidade centrou-se sobretudo no crédito a empresas que passou para 4,18% (Dez,11: 3,56%) e no crédito a particulares para consumo e finalidades diversas que atingiu 5,40% (Dez,11: 4,98%). Por sua vez, o crédito à habitação não registou qualquer agravamento tendo mesmo observado uma ligeira melhoria para 0,83% (Dez,11: 0,84%).

## SINISTRALIDADE POR TIPO DE CRÉDITO

Finalidade	31-Mar-12	31-Dez-11	31-Mar-11	Variação no trimestre (p.p.)
CRÉDITO VENCIDO	3,48%	3,02%	2,38%	0,46
Particulares	1,67%	1,62%	1,52%	0,05
- Habitação	0,83%	0,84%	0,84%	-0,01
- Outros Fins	5,40%	4,98%	4,46%	0,42
Empresas	4,18%	3,56%	2,72%	0,62

Os rácios de sinistralidade do Grupo comparam favoravelmente com o total do sistema bancário nacional que aponta para uma sinistralidade de 6,08% nas empresas (Grupo BES: 4,18%), de 1,79% na habitação (Grupo BES: 0,83%) e de 10,35% no outro crédito a particulares (Grupo BES: 5,40%), de acordo com os últimos dados estatísticos publicados pelo Banco de Portugal (Fevereiro de 2012).

## 4.2 Liquidez, Solvabilidade e Solidez Financeira

### 4.2.1 Liquidez

O início do ano de 2012 caracterizou-se por uma intervenção mais acentuada do Banco Central Europeu no que respeita a medidas de reposição de liquidez no mercado, nomeadamente através de uma nova operação de cedência de liquidez a 3 anos (*Long Term Refinancing Operations* ou *LTO*), efectuada em 29 de Fevereiro (a primeira *LTO* ocorreu em Dezembro de 2011), do alargamento dos critérios de elegibilidade de activos aceites como colateral em operações de política monetária e da redução do limite das reservas mínimas obrigatórias junto do Banco Central Europeu.

Através da operação de refinanciamento a três anos, o Banco Central Europeu disponibilizou 529mM€ a 800 bancos da Zona Euro. Em conjunto com a *LTO* de Dezembro (489 mil milhões de euros), o BCE injectou um pouco mais de 1000 mil milhões de euros no sistema financeiro através destas operações, aliviando de forma significativa as tensões sentidas pelos bancos europeus ao nível da liquidez. O montante total de financiamento obtido pelo Grupo BES no âmbito destas duas operações foi de 10,2 mil milhões de euros.

A estrutura de financiamento do Grupo BES no primeiro trimestre de 2012 continuou a evidenciar um aumento do peso dos recursos de clientes de 11p.p. em termos homólogos, passando estes a representar 59% da estrutura de financiamento. Por outro lado, o peso dos recursos de médio e longo prazo registou, em termos homólogos, uma redução de 5p.p. na

estrutura de financiamento, passando de 25% para 20%, em resultado dos reembolsos ocorridos durante o trimestre e da inacessibilidade aos mercados internacionais de dívida de curto e médio prazo, que continua a persistir.

No global, a carteira de activos elegíveis atingiu no final do primeiro trimestre o valor de 24,2 mil milhões de euros, dos quais 20,5 mil milhões de euros são elegíveis para operações de redesconto junto do Banco Central Europeu. Neste total está incluída toda a exposição à dívida pública portuguesa no montante global de 4,7 mil milhões de euros (dos quais 2,2 mil milhões de euros com maturidade inferior a um ano). Relativamente à exposição à dívida pública de outros países periféricos, o Grupo BES tinha uma exposição de 78 milhões de euros à dívida pública espanhola, não detendo qualquer exposição à dívida pública irlandesa, italiana e grega.

#### **4.2.2 Solvabilidade**

Os rácios de capital do Grupo BES são determinados de acordo com o quadro regulamentar de Basileia II, tendo o Banco de Portugal autorizado a utilização, a partir do primeiro trimestre de 2009, da abordagem das notações internas (método *IRB Foundation*) para cobertura do risco de crédito e da abordagem *TSA* para a cobertura do risco operacional.

De acordo com a regulamentação portuguesa em vigor (Aviso 3/2011 do Banco de Portugal) os bancos portugueses deverão cumprir com um rácio *Core Tier I* de 9% em Dezembro de 2011 e de 10% em Dezembro de 2012. Por outro lado, os bancos europeus incluindo os portugueses, deverão apresentar um rácio *Core Tier I* de 9% em 30 de Junho de 2012 de acordo com as regras definidas pela Autoridade Bancária Europeia (EBA).

#### **Recomendações de Basileia III**

No final do terceiro trimestre de 2010, o Comité de Supervisão Bancária de Basileia tomou um conjunto de decisões relativas ao funcionamento do sistema financeiro mundial que se materializaram em recomendações que passaram a ser conhecidas como Basileia III. Os bancos abrangidos irão dispor de um período transitório (de 1 de Janeiro de 2013 até 1 de Janeiro de 2019) para cumprimento das regras aprovadas que têm em vista a garantia de uma maior solidez das instituições e a prevenção de novas crises financeiras no futuro.

As regras de Basileia III apontam para o seguinte enquadramento regulamentar a alcançar, de forma gradual, até 1 de Janeiro de 2019:

- rácio mínimo *Core Tier I* : 7% (4,5% de valor base e um adicional de 2,5% de *conservation buffer*);
- rácio mínimo *Tier I* : 8,5% (6,0% de valor e um adicional de 2,5% de *conservation buffer*);
- rácio total: 10,5%;
- introdução de um *buffer* anti-ciclo entre 0% e 2,5% de elementos *Core Tier I* em condições a designar pelas autoridades regulamentares;
- fixação de períodos transitórios para absorção das deduções a elementos de capital não elegíveis segundo *BIS III* e para as novas deduções à base de capital;
- estabelecimento de rácios de alavancagem e de liquidez de curto e de médio/longo prazos em condições a definir.

O Grupo continua a acompanhar muito de perto a evolução do enquadramento regulamentar, bem como os trabalhos que vêm sendo desenvolvidos no sentido de apurar as regras finais que suportarão os novos rácios prudenciais regulamentares.

## Rácios de Capital

A informação relevante sobre os activos de risco, fundos próprios e rácios de capital de acordo com abordagem *BIS II IRB* é a seguinte:

### ACTIVOS DE RISCO E CAPITAIS ELEGÍVEIS

	milhões de euros	
	Mar,12	Dez,11
<b>Activos de Risco Equivalentes (A)</b>	<b>64 587</b>	<b>65 385</b>
<i>Banking Book</i>	58 451	59 705
<i>Trading Book</i>	2 198	1 742
Risco Operacional	3 938	3 938
<b>Fundos Próprios</b>		
<b>Core Tier I (B)</b>	<b>6 067</b>	<b>6 020</b>
<b>Tier I (C)</b>	<b>6 185</b>	<b>6 171</b>
Complementares e Deduções	782	799
<b>Fundos Próprios Totais (D)</b>	<b>6 967</b>	<b>6 970</b>
<b>Rácio Core Tier I (B/A)</b>	<b>9,4%</b>	<b>9,2%</b>
<b>Rácio Tier I (C/A)</b>	<b>9,6%</b>	<b>9,4%</b>
<b>Rácio de Solvabilidade (D/A)</b>	<b>10,8%</b>	<b>10,7%</b>

Durante o 1º trimestre de 2012 o *Core Tier I* registou um aumento de 47 milhões de euros atingindo os 6067 milhões de euros. A redução de 798 milhões de euros registada nos activos ponderados pelo risco ficou a dever-se a uma melhoria no peso dos activos com menor risco que, conjugado com o acréscimo dos fundos próprios elegíveis levou a um aumento do rácio *Core Tier I* para 9,4%; o rácio *Tier I* subiu para 9,6% e o rácio de solvabilidade atingiu 10,8%.

Os rácios de capital serão substancialmente melhorados, a partir do mês de Maio decorrente da operação de aumento de capital, cujo efeito positivo, *ceteris paribus*, deverá rondar os 154pb de aumento no rácio *Core Tier I*.

#### **4.2.3 Aumento do Capital Social do Banco Espírito Santo**

O Conselho de Administração do Banco Espírito Santo, após parecer favorável da Comissão de Auditoria, deliberou, em 11 de Abril de 2012, um aumento de capital social por novas entradas em dinheiro a realizar através de subscrição pública de até 2.556.688.387 novas acções ordinárias.

As referidas novas acções foram oferecidas para subscrição com observância dos direitos de preferência dos accionistas ao preço de subscrição de 0,395 euros por acção, permitindo um encaixe de até 1010 milhões de euros.

O Banco Espírito Santo de Investimento, *Nomura* e *UBS Investment Bank* actuaram como *Joint Global Coordinators* e *Joint Bookrunners*. O *Citigroup*, *Credit Suisse* e *J.P. Morgan* actuaram como *Joint Bookrunners*.

Com a presente operação o Grupo BES deverá cumprir plenamente com o requisito mínimo de *Core Tier I* de 9% exigido pela Autoridade Bancária Europeia (EBA) para 30 de Junho de 2012 e com o requisito mínimo de 10% que os grupos financeiros sujeitos à supervisão do Banco de Portugal deverão cumprir em 31 de Dezembro de 2012.

A liquidação financeira concretizou-se em 11 de Maio último e a admissão à negociação das novas acções à *NYSE Euronext Lisbon* ocorreu em 14 de Maio, não se tendo registado alterações relevantes na estrutura de accionistas de referência do BES.

A operação, apesar de ter decorrido num período adverso e de grande instabilidade dos mercados, foi integralmente subscrita e concluída com inegável sucesso, tornando-a num caso ímpar em Portugal. O Conselho de Administração pretende deixar expressa a sua gratidão aos accionistas do BES por mais esta prova de confiança, à qual não deixará de

corresponder com a sua energia e determinação na superação das actuais dificuldades e na construção de um novo ciclo de criação de valor no Grupo BES.

### **Aquisição dos restantes 50% das acções representativas do capital da BES Vida**

Na mesma data em que foi publicitado o aumento de capital do BES foi também anunciado o acordo com o Grupo *Crédit Agricole* para a aquisição dos restantes 50% do capital social da BES Vida pelo valor global de 225 milhões de euros, que será financiada com parte do encaixe do aumento de capital. Esta operação foi já aprovada pelas entidades reguladoras competentes.

A presente aquisição visa atribuir ao BES o controlo de gestão da BES Vida, de modo a potenciar a comercialização de seguros vida e capitalização, com a qual o Banco tem um acordo de distribuição exclusiva.

No final de 2011, as reservas matemáticas da BES Vida somavam 5,3 mil milhões de euros, o que a posicionava como a sexta maior seguradora do “ramo vida” com uma quota (medida em prémios) de 4,0% de acordo com o Instituto de Seguros de Portugal (7,4% em planos de pensões). Este valor compara com uma quota de mercado de 12,3% em 2009 e de 11,4% em 2010 que, sob o controlo do Grupo BES, se pretende que a companhia venha novamente a tingir no futuro.

O BES acredita que o mercado de seguros em Portugal apresenta boas oportunidades de crescimento, tendo em conta a baixa percentagem de colocação deste tipo de produtos quando comparada com a maior parte dos países europeus, nomeadamente nos Planos Poupança Reforma.

Atendendo à sua larga experiência na área seguradora, o Grupo BES acredita que, na sequência desta aquisição, está bem posicionado para recuperar competitividade nos próximos anos e aproveitar as oportunidades que este segmento apresenta.

Actualmente a BES Vida integra as contas consolidadas do Grupo BES pelo método de equivalência patrimonial; o controlo obriga à consolidação desta filial pelo método integral nas demonstrações financeiras do Grupo.

Com base na informação financeira da BES Vida e do Grupo BES em 31 de Dezembro de 2011, os impactos estimados decorrentes da aquisição dos restantes 50% da BES Vida nas demonstrações financeiras consolidadas do BES serão os seguintes:

## IMPACTOS DA AQUISIÇÃO DA BES VIDA

Impactos	31 de Dezembro de 2011		Impacto no Grupo BES	milhões de euros	
	BES VIDA	Grupo BES		BES Vida	Relevância
<b>Mensuração dos activos e passivos da BES VIDA ao justo valor</b>					
Impacto no activo da BES Vida	-	-	-	-38	-
Impacto no capital próprio BES Vida	-	-	-	-18	-
Activo Líquido	5 659	80 237	3 619	-	4%
Passivo	5 564	74 045	3 557	-	5%
Capital Próprio	95	6 193	62	-	1%

A expectativa do Grupo BES aponta para que esta aquisição venha a determinar um consumo de *Core Tier I* de cerca de 140 milhões de euros equivalentes a uma redução no rácio *Core Tier I* de 22 pontos de base, considerando os activos ponderados pelo risco em 31 de Dezembro de 2011.

### Programa Especial de Inspecções (*SIP*)

Em 1 de Março de 2012 o Banco de Portugal divulgou os resultados globais da terceira vaga (*workstream 3*) de trabalho do Programa Especial de Inspecções (*SIP*) no quadro das medidas e acções acordadas relativamente ao sistema financeiro, no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira estabelecido entre o Governo Português e o FMI/UE/BCE, em Maio de 2011.

O *SIP* abrangeu os oito maiores grupos bancários portugueses, incluindo o Espírito Santo Financial Group (ESFG), entidade que consolida o Grupo BES, tendo as duas primeiras vertentes sido concluídas e os respectivos resultados publicados no dia 16 de Dezembro de 2011.

A terceira *workstream* do *SIP*, concluída durante o primeiro trimestre de 2012, teve por objectivo avaliar a adequação dos parâmetros e das metodologias utilizados pelos grupos bancários na realização das projecções financeiras que suportam a avaliação da sua solvabilidade futura, no quadro da elaboração dos Planos de Médio Prazo e dos exercícios de *stress test*.

Os trabalhos do *workstream 3* foram realizados pela empresa de consultadoria internacional especializada *Oliver Wyman* tendo concluído que o Grupo BES utilizou parâmetros e metodologias claramente adequados (a classificação mais elevada atribuída) confirmado as competências do Grupo na projecção dos impactos de cenários macroeconómicos adversos no seu balanço e na sua conta de exploração.

### **Rating**

Ao longo do trimestre, as revisões de *rating* efectuados à República Portuguesa continuaram a ter repercussão nos *ratings* dos bancos portugueses, inclusivamente nos *ratings* do BES.

No dia 1 de Fevereiro, a agência de *rating* **DBRS**, na sequência da revisão em baixa do *rating* de longo prazo da Republica Portuguesa de BBB para BBB (*low*), com tendência negativa, procedeu também à revisão do *rating* da dívida de longo prazo do Banco Espírito Santo para o mesmo nível do *rating* soberano de Portugal. O *rating* de curto prazo foi também revisto de R-2(*high*) para R-2(*mid*), com tendência negativa.

A 15 de Fevereiro a **Standar&Poors** procedeu à revisão dos *ratings* dos bancos portugueses na sequência da revisão do *rating* soberano de Portugal de BBB- para BB, no longo prazo, e de A-3 para B, no curto prazo, com tendência negativa. Consequentemente, o BES viu o seu *rating* de longo prazo revisto de BB para BB-, com tendência negativa, tendo o *rating* de curto prazo permanecido em B.

Em 28 de Março, a **Moody's** também viria a comunicar os resultados da revisão aos *ratings* dos bancos portugueses, iniciada em Fevereiro após a revisão em baixa do *rating* soberano de Portugal, tendo o *rating* do BES sido revisto de Ba2 para Ba3, isto é, a mesma notação de *rating* da República Portuguesa.

### **4.3 Indicadores de Referência do Banco de Portugal**

O quadro seguinte sistematiza os indicadores de referência instituídos através da Instrução n.º 16/2004 do Banco de Portugal, com as alterações introduzidas pela Instrução n.º 23/2011 para o final do primeiro trimestre de 2012, em comparação com os evidenciados no período homólogo do ano anterior.

**INDICADORES DE REFERÊNCIA DO BANCO DE PORTUGAL**

	<b>31-Mar-12</b>	<b>31-Mar-11</b>
<b>SOLVABILIDADE</b>		
Fundos Próprios/Activos de Risco <sup>(a)</sup>	10,8	11,4
Fundos Próprios de Base/Activos de Risco <sup>(a)</sup>	9,6	8,8
Core Tier I/Activos de Risco <sup>(a)</sup>	9,4	7,9
<b>QUALIDADE DO CRÉDITO</b>		
Crédito com Incumprimento <sup>(b)</sup> / Crédito Total <sup>(c)</sup>	3,8	3,0
Crédito com Incumprimento, líquido <sup>(c)</sup> / Crédito Total, líquido <sup>(c)</sup>	-0,7	-0,5
Crédito em Risco <sup>(c/f)</sup> / Crédito Total <sup>(c)</sup>	7,2	5,2
Crédito em Risco, líquido <sup>(c/f)</sup> / Crédito Total, líquido <sup>(c)</sup>	2,8	1,8
<b>RENDIBILIDADE</b>		
Resultado antes de Impostos e de Interesses Minoritários / Activo Líquido médio	0,3	0,7
Produto Bancário <sup>(d)</sup> /Activo Líquido médio	2,6	2,5
Resultado antes de Impostos e de Interesses Minoritários / Capitais Próprios médios <sup>(e)</sup>	3,8	8,3
<b>EFICIÊNCIA</b>		
Custos de Funcionamento <sup>(d)</sup> + Amortizações / Produto Bancário <sup>(d)</sup>	51,4	53,5
Custos com Pessoal / Produto Bancário <sup>(d)</sup>	27,1	28,1
<b>RÁCIO DE TRANSFORMAÇÃO</b>		
(Crédito Total <sup>(c)</sup> - Provisões para Crédito <sup>(c)</sup> )/ Depósitos de Clientes <sup>(f)</sup>	135	163

<sup>(a)</sup> Valores calculados com base no método *IRB Foundation*

<sup>(b)</sup> De acordo com a definição constante da Carta Circular nº 99/2003/DSB do Banco de Portugal

<sup>(c)</sup> De acordo com a definição constante da Instrução nº22/2011 do Banco de Portugal

<sup>(d)</sup> De acordo com a definição constante da Instrução nº16/2004 do Banco de Portugal

<sup>(e)</sup> Incluem Interesses que não controlam

<sup>(f)</sup> De acordo com a definição constante da Instrução nº23/2011 do Banco de Portugal

A análise dos indicadores apresentados permite destacar os seguintes aspectos: (i) os rácios de solvabilidade superam os níveis actuais recomendados pelo Banco de Portugal; (ii) os indicadores de qualidade de crédito registam um agravamento destacando-se, porém, a circunstância de as provisões em balanço ultrapassarem o crédito com incumprimento líquido; (iii) a evolução dos indicadores de rendibilidade reflecte, por um lado, a evolução favorável do produto bancário e, por outro, a redução do resultado líquido face ao trimestre homólogo do ano anterior; (iv) os níveis de eficiência registam melhorias reflexo da redução de custos e do aumento do produto bancário; e (v) o rácio de transformação evidencia uma evolução francamente positiva e em direcção ao objectivo a atingir.

## 5. ACTIVIDADE E RESULTADOS DO BES (INDIVIDUAL)

### 5.1. Evolução da Actividade e Qualidade dos Activos

A evolução da actividade do BES caracterizou-se pela redução de 1458 milhões de euros no crédito concedido a clientes face ao valor registado em Março de 2011, fruto da execução do plano de *deleverage* estabelecido pelo Grupo.

No que se refere aos recursos, os depósitos de clientes registaram um crescimento de 25,3%, em termos homólogos. Os recursos de clientes com expressão no balanço, influenciados pela redução da dívida titulada colocada junto de clientes internacionais, designadamente, de certificados de depósito, na sequência das sucessivas reduções do *rating* da República Portuguesa, apresentaram uma evolução mais moderada registando um acréscimo de 14,8%. Os recursos de desintermediação decresceram 13,2% fruto de uma maior procura por produtos de balanço por parte dos clientes e da transferência dos activos do fundo de pensões do BES para a Segurança Social.

### PRINCIPAIS VARIÁVEIS DA ACTIVIDADE

Variáveis	31-Mar-12	31-Mar-11	Variação p.h.a.a.
<b>Activo</b>	<b>72 875</b>	<b>73 698</b>	<b>-1,1%</b>
<b>Crédito a Clientes (bruto)</b>	<b>40 544</b>	<b>42 002</b>	<b>-3,5%</b>
Crédito a Particulares	10 636	11 118	-4,3%
Habitação	8 417	8 574	-1,8%
Outro Crédito a Particulares	2 219	2 544	-12,8%
Crédito a Empresas	29 908	30 884	-3,2%
<b>Recursos Totais de Clientes</b>	<b>48 194</b>	<b>45 797</b>	<b>5,2%</b>
Recursos de Clientes de Balanço	34 570	30 103	14,8%
Depósitos	32 001	25 542	25,3%
Obrigações e Outros Títulos colocados em Clientes	2 569	4 561	-43,7%
Recursos de Desintermediação	13 624	15 694	-13,2%

No âmbito da qualidade do crédito a clientes a evolução do crédito vencido há mais de 90 dias evidencia um agravamento do respectivo rácio de sinistralidade para 3,37% (Dez, 11: 3,11%), com o rácio de cobertura a situar-se em 149,1%.

Ainda no contexto da cobertura do crédito por provisões, realçamos a evolução do rácio provisões/crédito total (vivo e vencido), que tem vindo a aumentar de forma consistente, atingindo 5,03% em 31 de Março de 2012 (Dez, 11: 4,81%).

#### QUALIDADE DO CRÉDITO A CLIENTES

	Mar,12	Dez,11	Mar,11	Variação no trimestre	
				absoluta	relativa
<b>DADOS DE BASE (milhões de euros)</b>					
Crédito a Clientes (bruto)	40 544	40 638	42 002	- 94	-0,2%
Crédito Vencido	1620,1	1389,2	1153,0	230,9	16,6%
Crédito Vencido >90 dias	1367,9	1262,2	1062,4	105,7	8,4%
Provisões para Crédito	2039,1	1955,9	1588,0	83,2	4,3%
<b>INDICADORES (%)</b>					
Crédito Vencido / Crédito a Clientes (bruto)	4,00	3,42	2,75	0,58 p.p.	
Crédito Vencido > 90 dias/ Crédito a Clientes (bruto)	3,37	3,11	2,53	0,26 p.p.	
Provisões para Crédito / Crédito Vencido	125,9	140,8	137,7	-14,9 p.p.	
Provisões para Crédito / Crédito Vencido >90 dias	149,1	155,0	149,5	-5,9 p.p.	
Provisões para Crédito / Crédito a Clientes	5,03	4,81	3,78	0,22 p.p.	

#### 5.2. Condições de Funcionamento, Eficiência e Rendibilidade

O resultado apurado atingiu 45,1 milhões de euros, influenciado pela política de prudência colocada no provisionamento que é superior em 67,9 milhões de euros, à dotação realizada no período homólogo do ano anterior.

#### DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Variáveis	até Mar,12	até Mar,11	Variação	
			absoluta	relativa
Resultado Financeiro	187,8	139,9	47,9	34,2%
+ Serviços a Clientes	115,1	104,1	11,0	10,6%
= <b>Produto Bancário Comercial</b>	<b>302,9</b>	<b>244,0</b>	<b>58,9</b>	<b>24,1%</b>
+ Resultados de Operações Financeiras e Diversos	79,4	178,7	-99,3	-55,6%
= <b>Produto Bancário</b>	<b>382,3</b>	<b>422,7</b>	<b>-40,4</b>	<b>-9,6%</b>
- Custos Operativos	184,9	195,4	-10,5	-5,4%
= <b>Resultado Bruto</b>	<b>197,4</b>	<b>227,3</b>	<b>-29,9</b>	<b>-13,2%</b>
- Provisões líquidas de Reposições	143,5	75,6	67,9	89,7%
para Crédito	106,5	52,5	54,0	102,8%
para Títulos	1,9	2,8	-0,9	-31,8%
para Outros Activos	35,1	20,3	14,8	72,4%
= <b>Resultado antes de Impostos</b>	<b>53,9</b>	<b>151,7</b>	<b>-97,8</b>	<b>-64,5%</b>
- Carga Tributária Imediata	40,5	9,2	31,3	....
Impostos Correntes	33,1	2,0	31,1	....
Contribuição sobre o Sector Bancário	7,4	7,2	0,2	3,2%
- Impostos Diferidos	-31,7	7,6	-39,3	....
= <b>Resultado do Exercício</b>	<b>45,1</b>	<b>134,9</b>	<b>-89,8</b>	<b>-66,6%</b>

O produto bancário comercial apresenta um aumento de 24,1%, fruto da evolução tanto do resultado financeiro (suportado exclusivamente no efeito preço), como dos serviços a clientes. Os resultados de operações financeiras e diversos apresenta uma redução de cerca de 100 milhões de euros (influenciado pelo facto de em Março de 2011 se encontrar registado o valor dos dividendos da Avistar no montante de 134,9 milhões de euros), fazendo com que o produto bancário total apresente uma redução de cerca de 9,6%.

A redução de 5,4% nos custos operativos, visível em todas as categorias de custos, foi mais significativa nos custos com pessoal (-6,1%) e nos outros gastos administrativos (-5,6%), sendo de destacar neste último agregado a evolução dos estudos e consultas (-74%) e das deslocações (-39%).

O reforço de provisões situou-se em 143,5 milhões de euros, valor que representa uma acréscimo de 89,7% face ao período homólogo, sendo que 74% deste montante se destina a fazer face à imparidade do crédito. O reforço de provisões para outros activos, cujo montante ascendeu a 35,1 milhões de euros, visa fundamentalmente a cobertura da desvalorização de activos diversos, nomeadamente, da carteira de imóveis recebidos em dação por recuperações de crédito.

Em termos de eficiência registou-se uma melhoria do *Cost to Income* (sem mercados) decorrente da redução dos custos e da performance do produto bancário comercial, enquanto que a evolução do *Cost to Income* (com mercados) reflecte a quebra registada nos resultados de *trading*.

#### INDICADORES DE EFICIÊNCIA

Indicadores	Mar,12	Mar,11	Variação
<i>Cost to Income</i> (com mercados)	48,4%	46,2%	2,1 p.p.
<i>Cost to Income</i> (sem mercados)	61,1%	80,1%	-18,9 p.p.

#### 6. ACÇÕES PRÓPRIAS DO BES

As transacções com acções próprias realizadas no decurso do primeiro trimestre de 2012 decorrem da execução do Plano de Remuneração Variável em Instrumentos Financeiros (PRVIF), parte integrante da política de remuneração dos membros Comissão Executiva do BES aprovada na Assembleia Geral de 6 de Abril de 2010.

## TRANSACÇÕES COM ACÇÕES PRÓPRIAS

	Número de acções	Preço por acção (euros)	Valor de balanço (milhares euros)
Saldo no início do exercício	342 475	2,909	996
Acções alienadas no trimestre	67 184	1,315	88
<b>Saldo em 31 de Março de 2012</b>	<b>275 291</b>	<b>3,298</b>	<b>908</b>

Informação detalhada sobre este plano consta das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras.

## 8. RESPONSABILIDADE PELA INFORMAÇÃO

A forma e o conteúdo do presente relatório obedecem às exigências normativas aplicáveis à publicação das contas trimestrais, sendo a sua elaboração da responsabilidade exclusiva do Conselho de Administração do Banco Espírito Santo, S.A., Sociedade Aberta.

Lisboa, 14 de Maio de 2012

O Conselho de Administração

---

**Ricardo Espírito Santo Silva Salgado**  
Vice-Presidente do Conselho de Administração  
e Presidente da Comissão Executiva

---

**Amílcar Carlos Ferreira de Moraes Pires**  
Vogal do Conselho de Administração  
e Membro da Comissão Executiva

**BANCO ESPÍRITO SANTO, S.A.**  
**BALANÇO CONSOLIDADO EM 31 DE MARÇO DE 2012**

	Mar,11 reportado (eur '000)	Mar,11 reexpresso (eur '000)	Dez,11 (eur '000)	Mar,12 (eur '000)
<b>ACTIVO</b>				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1 252 038	1 252 038	1 090 439	1 527 167
Disponibilidades em outras instituições de crédito	670 682	670 682	580 813	561 621
Activos financeiros detidos para negociação	3 397 724	3 397 724	3 434 639	3 885 002
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	1 525 470	1 525 470	1 963 989	2 096 192
Activos financeiros disponíveis para venda	10 776 611	10 776 611	11 482 866	12 438 061
Aplicações em instituições de crédito <i>(das quais, no Sistema Europeu de Bancos Centrais)</i>	3 765 072	3 765 072	3 282 576	2 287 809
Crédito a clientes <i>(Provisões)</i>	49 862 088	49 862 088	49 043 382	48 713 189
Investimentos detidos até à maturidade	(1 790 051)	(1 790 051)	(2 167 444)	(2 271 178)
Activos com acordo de recompra	2 349 258	2 349 258	1 541 182	1 182 764
Derivados de cobertura	-	-	-	-
Activos não correntes detidos para venda	295 625	295 625	510 090	468 055
Propriedades de investimento	604 876	604 876	1 646 683	1 826 674
Outros activos tangíveis	-	-	-	-
Activos intangíveis	780 060	780 060	851 678	834 396
Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação	229 676	229 676	230 332	226 868
Activos por impostos correntes	960 518	960 518	806 999	857 515
Activos por impostos diferidos	98 675	98 675	28 692	31 064
Outros activos	292 301	292 301	546 308	712 157
<b>TOTAL DO ACTIVO</b>	<b>80 746 473</b>	<b>80 127 303</b>	<b>80 237 372</b>	<b>81 264 524</b>
<b>PASSIVO</b>				
Recursos de Bancos Centrais	8 521 444	8 521 444	10 013 713	13 315 601
<i>(das quais, do Sistema Europeu de Bancos Centrais)</i>	(6 465 237)	(6 465 237)	(8 786 204)	(12 357 467)
Passivos financeiros detidos para negociação	1 875 436	1 875 436	2 125 253	1 943 007
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-
Recursos de outras instituições de crédito	7 198 908	7 198 908	6 239 360	4 949 916
Recursos de clientes e outros empréstimos	30 545 189	30 545 189	34 206 162	35 958 987
Responsabilidades representadas por títulos	20 742 101	20 742 101	18 452 648	15 116 065
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	-	-	-
Derivados de cobertura	217 140	217 140	238 633	181 541
Passivos não correntes detidos para venda	5 411	5 411	140 950	140 950
Provisões	212 025	212 025	190 450	166 148
Passivos por impostos correntes	27 409	27 409	44 937	45 753
Passivos por impostos diferidos	109 978	109 978	110 533	115 349
Instrumentos representativos de capital	-	-	-	-
Outros passivos subordinados	2 327 121	2 327 121	961 235	945 913
Outros passivos	1 603 482	1 603 482	1 321 023	1 995 824
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>73 385 644</b>	<b>73 385 644</b>	<b>74 044 897</b>	<b>74 875 054</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>				
Capital	3 500 000	3 500 000	4 030 232	4 030 232
Prémios de emissão	1 085 399	1 085 399	1 081 663	1 081 832
Outros instrumentos de capital	269 414	269 414	29 505	29 275
Ações próprias	( 997)	( 997)	( 997)	( 908)
Ações preferenciais	600 000	600 000	211 913	199 398
Reservas de reavaliação	( 32 914)	( 707 107)	( 1 086 491)	( 900 491)
Outras reservas e resultados transitados	1 317 112	1 363 493	1 446 961	1 329 695
Resultado do exercício	60 865	72 189	( 108 758)	11 556
Dividendos antecipados	-	-	-	-
Interesses que não controlam	561 950	559 268	588 447	608 881
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>7 360 829</b>	<b>6 741 659</b>	<b>6 192 475</b>	<b>6 389 470</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO + CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>80 746 473</b>	<b>80 127 303</b>	<b>80 237 372</b>	<b>81 264 524</b>

O Director do Departamento  
de Planeamento e Contabilidade

O Conselho de Administração

**BANCO ESPÍRITO SANTO, S.A.**  
**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS EM 31 DE MARÇO DE 2012**

	<b>Mar,11 reportado</b> (eur '000)	<b>Mar,11 reexpresso</b> (eur '000)	<b>Mar,12</b> (eur '000)
Juros e rendimentos similares	955 526	955 526	1 072 249
Juros e encargos similares	684 188	684 188	777 703
<b>Margem financeira</b>	<b>271 338</b>	<b>271 338</b>	<b>294 546</b>
Rendimentos de instrumentos de capital	4 250	4 250	36 740
Rendimentos de serviços e comissões	215 171	215 171	241 770
Encargos com serviços e comissões	34 591	34 591	45 411
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	( 18 847)	( 18 847)	( 2 936)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	36 667	36 667	( 59 840)
Resultados de reavaliação cambial	42 182	42 182	32 912
Resultados de alienação de outros activos	( 38 586)	( 38 586)	( 10 386)
Outros resultados de exploração	36 002	36 002	30 192
<b>Produto da actividade</b>	<b>513 586</b>	<b>513 586</b>	<b>517 587</b>
Custos com pessoal	158 706	147 355	143 091
Gastos gerais administrativos	107 469	107 469	102 183
Amortizações do exercício	26 122	26 122	26 654
Provisões líquidas de reposições e anulações	1 348	1 348	( 6 223)
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	80 872	80 872	148 956
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	657	657	2 274
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	20 272	20 272	45 651
Diferenças de consolidação negativas	-	-	-
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos (equivalência patrimonial)	4 075	4 075	3 446
<b>Resultado antes de impostos e de interesses que não controlam</b>	<b>122 215</b>	<b>133 566</b>	<b>58 447</b>
Impostos			
Correntes	13 273	13 273	41 019
Diferidos	9 013	9 013	( 23 509)
<b>Resultado após impostos e antes de interesses que não controlam</b>	<b>99 929</b>	<b>111 280</b>	<b>40 937</b>
do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas	( 658)	( 658)	( 1 086)
Interesses que não controlam	39 064	39 091	29 381
<b>Resultado consolidado do exercício</b>	<b>60 865</b>	<b>72 189</b>	<b>11 556</b>

O Director do Departamento  
de Planeamento e Contabilidade

O Conselho de Administração

**BANCO ESPÍRITO SANTO, S.A.**  
**BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE MARÇO DE 2012**

				milhares de euros
		<b>Mar,12</b>		
		Valor antes de provisões, imparidade e amortizações	Provisões, imparidade e amortizações	Valor líquido
<b>ACTIVO</b>				
Caixa e disponibilidades bancos centrais	867 441	-	867 441	486 385
Disponibilidades em outras instituições de crédito	187 831	-	187 831	411 386
Activos financeiros detidos para negociação	2 021 092	-	2 021 092	1 370 963
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	2 100 392	-	2 100 392	1 772 328
Activos financeiros disponíveis para venda	14 155 778	128 899	14 026 879	11 200 650
Aplicações em Instituições de Crédito	6 852 158	369	6 851 789	8 461 369
Crédito a clientes	40 543 887	1 620 252	38 923 635	40 859 284
Investimentos detidos até à maturidade	813 335	30 821	782 514	1 554 037
Activos com acordo de recompra	-	-	-	-
Derivados de cobertura	428 376	-	428 376	272 222
Activos não correntes detidos para venda	1 052 361	192 604	859 757	558 433
Propriedades de investimento	-	-	-	-
Outros activos tangíveis	1 107 081	740 468	366 613	371 656
Activos intangíveis	624 347	510 216	114 131	115 944
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	2 205 639	450 937	1 754 702	1 785 701
Activos por impostos correntes	838	-	838	77 251
Activos por impostos diferidos	780 727	-	780 727	651 380
Outros activos	2 870 387	62 375	2 808 012	3 135 493
<b>TOTAL DE ACTIVO</b>	<b>76 611 670</b>	<b>3 736 941</b>	<b>72 874 729</b>	<b>73 084 482</b>
<b>PASSIVO</b>				
Recursos de bancos centrais	12 647 878	-	12 647 878	7 693 274
Passivos financeiros detidos para negociação	1 531 123	-	1 531 123	1 549 728
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-
Recursos de outras instituições de crédito	9 608 153	-	9 608 153	14 289 130
Recursos de clientes e outros empréstimos	32 000 586	-	32 000 586	25 539 240
Responsabilidades representadas por títulos	7 937 805	-	7 937 805	12 244 854
Passivos financeiros associados a activos transferidos	1 181 104	-	1 181 104	2 053 735
Derivados de cobertura	103 819	-	103 819	198 839
Passivos não correntes detidos para venda	-	-	-	-
Provisões	547 667	-	547 667	621 852
Passivos por impostos correntes	16 064	-	16 064	3 941
Passivos por impostos diferidos	97 365	-	97 365	144 901
Instrumentos representativos de capital	-	-	-	-
Outros passivos subordinados	876 915	-	876 915	2 471 430
Outros passivos	1 048 263	-	1 048 263	743 503
<b>TOTAL DE PASSIVO</b>	<b>67 596 742</b>		<b>67 596 742</b>	<b>67 554 427</b>
<b>CAPITAL</b>				
Capital	4 030 232	-	4 030 232	3 500 000
Prémios de emissão	1 075 738	-	1 075 738	1 080 258
Outros instrumentos de capital	231 795	-	231 795	867 654
Acções próprias	( 908)	-	( 908)	( 997)
Reservas de reavaliação	( 736 830)	-	( 736 830)	( 739 079)
Outras reservas e resultados transitados	632 849	-	632 849	687 312
Resultado do exercício	45 111	-	45 111	134 907
Dividendos antecipados	-	-	-	-
<b>TOTAL DE CAPITAL</b>	<b>5 277 987</b>		<b>5 277 987</b>	<b>5 530 055</b>
<b>TOTAL DE PASSIVO + CAPITAL</b>			<b>72 874 729</b>	<b>73 084 482</b>
O Director do Departamento de Planeamento e Contabilidade				O Conselho de Administração

**BANCO ESPÍRITO SANTO, S.A.**  
**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS INDIVIDUAL EM 31 DE MARÇO DE 2012**

	Mar,12	Mar,11 expresso	Mar,11 reportado
Juros e rendimentos similares	827 785	679 751	679 751
Juros e encargos similares	640 018	539 834	539 834
<b>Margem financeira</b>	<b>187 767</b>	<b>139 917</b>	<b>139 917</b>
Rendimentos de instrumentos de capital	36 021	131 431	131 431
Rendimentos de serviços e comissões	160 825	139 558	139 558
Encargos com serviços e comissões	49 880	39 286	39 286
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	( 3 635)	( 30 500)	( 30 500)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	22 367	40 513	40 513
Resultados de reavaliação cambial	( 2 924)	29 331	29 331
Resultados de alienação de outros activos	( 4 342)	( 23 496)	( 23 496)
Outros resultados de exploração	28 690	28 105	28 105
<b>Produto bancário</b>	<b>374 889</b>	<b>415 573</b>	<b>415 573</b>
Custos com pessoal	88 008	93 767	104 689
Gastos gerais administrativos	75 705	80 193	80 193
Amortizações do exercício	21 201	21 488	21 488
Provisões líquidas de reposições e anulações	( 25 589)	( 2 319)	( 2 319)
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	121 716	56 097	56 097
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	1 890	2 772	2 772
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	45 450	19 091	19 091
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>46 508</b>	<b>144 484</b>	<b>133 562</b>
Impostos	<b>1 397</b>	<b>9 577</b>	<b>9 577</b>
Correntes	33 132	1 948	1 948
Diferidos	( 31 735)	7 629	7 629
<b>Resultado após impostos</b>	<b>45 111</b>	<b>134 907</b>	<b>123 985</b>
do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas	( 1 569)	( 936)	( 936)

O Director do Departamento de  
Planeamento e Contabilidade

O Conselho de Administração

## **II. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERCALARES E NOTAS EXPLICATIVAS**

○ **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS TRIMESTRAIS E NOTAS EXPLICATIVAS**

---

## GRUPO BANCO ESPÍRITO SANTO

### DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS DOS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2012 E 2011

	Notas	(milhares de euros)		
		Período de 3 meses findo em		
		31.03.2012	31.03.2011 Reexpresso	
Juros e proveitos similares	5	1 072 249	955 526	
Juros e custos similares	5	777 703	684 188	
<b>Margem financeira</b>		<b>294 546</b>	<b>271 338</b>	
Rendimentos de instrumentos de capital		36 740	4 250	
Rendimentos de serviços e comissões	6	241 770	215 171	
Encargos com serviços e comissões	6	( 45 411)	( 34 591)	
Resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados	7	( 2 936)	( 18 847)	
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	8	( 59 840)	36 667	
Resultados de reavaliação cambial	9	32 912	42 182	
Resultados de alienação de outros activos	10	( 10 386)	( 38 586)	
Outros resultados de exploração	11	30 192	36 002	
<b>Proveitos operacionais</b>		<b>517 587</b>	<b>513 586</b>	
Custos com pessoal	12	143 091	147 355	
Gastos gerais administrativos	14	102 183	107 469	
Depreciações e amortizações	26 e 27	26 654	26 122	
Provisões líquidas de anulações	34	( 6 223)	1 348	
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	22	148 956	80 872	
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	20, 21 e 23	2 274	657	
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	25, 27 e 29	45 651	20 272	
<b>Custos operacionais</b>		<b>462 586</b>	<b>384 095</b>	
Alienação de subsidiárias e associadas	1	-	-	
Resultados de associadas	28	3 446	4 075	
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>58 447</b>	<b>133 566</b>	
<b>Impostos sobre o rendimento</b>				
Correntes	35	41 019	13 273	
Diferidos	35	( 23 509)	9 013	
		<b>17 510</b>	<b>22 286</b>	
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>40 937</b>	<b>111 280</b>	
<b>Atribuível aos accionistas do Banco</b>		<b>11 556</b>	<b>72 189</b>	
<b>Atribuível aos interesses que não controlam</b>	39	<b>29 381</b>	<b>39 091</b>	
		<b>40 937</b>	<b>111 280</b>	
Resultados por acção básicos (em euros)	15	0,01	0,05	
Resultados por acção diluídos (em euros)	15	0,01	0,05	

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas

## GRUPO BANCO ESPÍRITO SANTO

### DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADO DOS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2012 E 2011

	(milhares de euro)	
	Período de 3 meses findo em	
	31.03.2012	31.03.2011
		Reexpresso
<b>Resultado líquido do período</b>		
Atribuível aos accionistas do Banco	11 556	72 189
Atribuível aos interesses que não controlam	29 381	39 091
	<b>40 937</b>	<b>111 280</b>
<b>Outro rendimento integral do período</b>		
Benefícios de longo prazo	( 92)	( 3 357)
Diferenças de câmbio	( 32 327)	( 36 466)
Impostos sobre o rendimento	3 793	5 535
	<b>( 28 626)</b>	<b>( 34 288)</b>
Activos disponíveis para venda		
Ganhos e perdas no período	170 916	( 11 668)
Reclassificação de ganhos e perdas incluídos em resultados do período	62 842	( 37 129)
Impostos diferidos	( 49 264)	25 463
	<b>184 494</b>	<b>( 23 334)</b>
<b>Total do rendimento integral do período</b>	<b>196 805</b>	<b>53 658</b>
<b>Atribuível aos accionistas do Banco</b>	<b>183 734</b>	<b>26 052</b>
<b>Atribuível aos interesses que não controlam</b>	<b>13 071</b>	<b>27 606</b>
	<b>196 805</b>	<b>53 658</b>

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas

## GRUPO BANCO ESPÍRITO SANTO

**BALANÇO CONSOLIDADO**  
**EM 31 DE MARÇO DE 2012 E 31 DE DEZEMBRO DE 2011**

(milhares de euros)

	Notas	31.03.2012	31.12.2011 Reexpresso
<b>Activo</b>			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	16	1 527 167	1 090 439
Disponibilidades em outras instituições de crédito	17	561 621	580 813
Activos financeiros detidos para negociação	18	3 885 002	3 434 639
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	19	2 096 192	1 963 989
Activos financeiros disponíveis para venda	20	12 438 061	11 482 866
Aplicações em instituições de crédito	21	2 287 809	3 282 576
Crédito a clientes	22	48 713 189	49 043 382
Investimentos detidos até à maturidade	23	1 182 764	1 541 182
Derivados para gestão de risco	24	468 055	510 090
Activos não correntes detidos para venda	25	1 826 674	1 646 683
Outros activos tangíveis	26	834 396	851 678
Activos intangíveis	27	226 868	230 332
Investimentos em associadas	28	857 515	806 999
Activos por impostos correntes		31 064	28 692
Activos por impostos diferidos	35	714 081	712 157
Outros activos	29	3 614 066	3 030 855
<b>Total de Activo</b>		<b>81 264 524</b>	<b>80 237 372</b>
<b>Passivo</b>			
Recursos de bancos centrais	30	13 315 601	10 013 713
Passivos financeiros detidos para negociação	18	1 943 007	2 125 253
Recursos de outras instituições de crédito	31	4 949 916	6 239 360
Recursos de clientes	32	35 958 987	34 206 162
Responsabilidades representadas por títulos	33	15 116 065	18 452 648
Derivados para gestão de risco	24	181 541	238 633
Passivos não correntes detidos para venda	25	140 950	140 950
Provisões	34	166 148	190 450
Passivos por impostos correntes		45 753	44 937
Passivos por impostos diferidos	35	115 349	110 533
Passivos subordinados	36	945 913	961 235
Outros passivos	37	1 995 824	1 321 023
<b>Total de Passivo</b>		<b>74 875 054</b>	<b>74 044 897</b>
<b>Capital Próprio</b>			
Capital	38	4 030 232	4 030 232
Prémios de emissão	38	1 081 832	1 081 663
Outros instrumentos de capital	38	29 275	29 505
Acções próprias	38	( 908)	( 997)
Acções preferenciais	38	199 398	211 913
Reservas, resultados transitados e outro rendimento integral	39	429 204	360 470
Resultado líquido do período atribuível aos accionistas do Banco		11 556	( 108 758)
<b>Total de Capital Próprio atribuível aos accionistas do Banco</b>		<b>5 780 589</b>	<b>5 604 028</b>
Interesses que não controlam	39	608 881	588 447
<b>Total de Capital Próprio</b>		<b>6 389 470</b>	<b>6 192 475</b>
<b>Total de Passivo e Capital Próprio</b>		<b>81 264 524</b>	<b>80 237 372</b>

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas

**GRUPO BANCO ESPÍRITO SANTO**
**DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADO  
DOS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2012, 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 31 DE MARÇO DE 2011**

(milhares de euros)

	Capital	Prémios de emissão	Outros instrumentos de capital	Acções próprias	Acções preferenciais	Reservas, resultados transitados e outro rendimento integral			Resultado líquido do período atribuível aos acionistas do Banco	Capital Próprio atribuível aos acionistas do Banco	Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
						Reservas de justo valor	Outras reservas, resultados transitados e outro rendimento integral	Total				
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2010 (reexpresso)</b>	<b>3 500 000</b>	<b>1 085 398</b>	<b>269 953</b>	<b>-</b>	<b>600 000</b>	<b>( 9 580)</b>	<b>307 666</b>	<b>298 086</b>	<b>556 901</b>	<b>6 310 338</b>	<b>538 701</b>	<b>6 849 039</b>
Outro rendimento Integral												
Alterações de Justo valor, líquidas de Imposto	-	-	-	-	-	( 23 334)	-	( 23 334)	-	( 23 334)	-	( 23 334)
Desvios actuariais, líquidos de Imposto	-	-	-	-	-	-	( 3 357)	( 3 357)	-	( 3 357)	-	( 3 357)
Diferenças de câmbo, líquidas de Imposto	-	-	( 539)	-	-	-	( 18 907)	( 18 907)	-	( 19 446)	( 11 485)	( 30 931)
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	72 189	72 189	39 091	111 280
<b>Total do rendimento Integral do período</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>( 539)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>( 23 334)</b>	<b>( 22 264)</b>	<b>( 45 598)</b>	<b>72 189</b>	<b>26 052</b>	<b>27 606</b>	<b>53 658</b>
Aumento de capital	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
- custos com aumento de capital	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	-	409 946	409 946	( 409 946)	-	-	-
Dividendos de acções ordinárias (a)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	( 146 955)	-	( 146 955)
Variações de acções próprias (ver Nota 38)	-	-	-	( 997)	-	-	-	-	-	( 997)	-	( 997)
Juros de outros Instrumentos de Capital, líquido de Imposto (c)	-	-	-	-	-	-	( 6 048)	( 6 048)	-	( 6 048)	-	( 6 048)
Outras variações em interesses que não controlam (ver Nota 39)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	( 7 039)	( 7 039)
<b>Saldo em 31 de Março de 2011</b>	<b>3 500 000</b>	<b>1 085 399</b>	<b>269 414</b>	<b>( 997)</b>	<b>600 000</b>	<b>( 32 914)</b>	<b>689 300</b>	<b>656 386</b>	<b>72 189</b>	<b>6 182 391</b>	<b>559 268</b>	<b>6 741 659</b>
Outro rendimento Integral												
Alterações de Justo valor, líquidas de Imposto	-	-	-	-	-	( 412 261)	-	( 412 261)	-	( 412 261)	46	( 412 215)
Desvios actuariais, líquidos de Imposto	-	-	-	-	-	-	32 924	32 924	-	32 924	1 355	34 279
Outro rendimento Integral aportado de associadas	-	-	-	-	-	-	( 8 053)	( 8 053)	-	( 8 053)	-	( 8 053)
Diferenças de câmbo, líquidas de Imposto	-	-	539	-	-	-	18 519	18 519	-	19 058	21 142	40 200
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	( 180 947)	( 180 947)	73 463	( 107 484)
<b>Total do rendimento Integral do período</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>539</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>( 412 261)</b>	<b>43 390</b>	<b>( 368 871)</b>	<b>( 180 947)</b>	<b>( 549 279)</b>	<b>96 006</b>	<b>( 453 273)</b>
Aumento de Capital	530 232	( 3 736)	( 240 448)	-	( 197 446)	-	54 673	54 673	-	143 275	( 46 269)	97 006
- emissão de 294 573 418 novas acções	530 232	-	-	-	-	-	-	-	-	530 232	-	530 232
- troca de instrumentos de capital e acções preferenciais	-	-	( 240 448)	-	( 197 446)	-	54 673	54 673	-	( 383 221)	( 46 269)	( 429 490)
- custos com aumento de capital	-	( 3 736)	-	-	-	-	-	-	-	( 3 736)	-	( 3 736)
Compra de acções preferenciais (ver Nota 38)	-	-	-	-	-	( 190 641)	-	50 975	50 975	( 139 666)	-	( 139 666)
Transacções com interesses que não controlam	-	-	-	-	-	-	-	3 630	3 630	( 10 102)	-	( 6 472)
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos de acções ordinárias (a)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos de acções preferenciais, líquido de Imposto (b)	-	-	-	-	-	-	( 25 717)	( 25 717)	-	( 25 717)	-	( 25 717)
Juros de outros Instrumentos de Capital, líquido de Imposto (c)	-	-	-	-	-	-	( 9 430)	( 9 430)	-	( 9 430)	-	( 9 430)
Outros movimentos	-	-	-	-	-	-	( 1176)	( 1176)	-	( 1176)	-	( 1176)
Outras variações em interesses que não controlam (ver Nota 39)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	( 10 456)	( 10 456)
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2011</b>	<b>4 030 232</b>	<b>1 081 663</b>	<b>29 505</b>	<b>( 997)</b>	<b>211 913</b>	<b>( 445 175)</b>	<b>805 645</b>	<b>360 470</b>	<b>( 108 758)</b>	<b>5 604 028</b>	<b>588 447</b>	<b>6 192 475</b>
Outro rendimento Integral												
Alterações de Justo valor, líquidas de Imposto	-	-	-	-	-	186 088	-	186 088	-	186 088	( 1594)	184 494
Desvios actuariais, líquidos de Imposto	-	-	-	-	-	-	( 89)	( 89)	-	( 89)	( 3)	( 92)
Diferenças de câmbo, líquidas de Imposto	-	-	-	-	-	-	( 13 821)	( 13 821)	-	( 13 821)	( 14 713)	( 28 534)
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	11 556	11 556	29 381	40 937
<b>Total do rendimento Integral do período</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>186 088</b>	<b>( 13 910)</b>	<b>172 178</b>	<b>11 556</b>	<b>183 734</b>	<b>13 071</b>	<b>196 805</b>
Compra de acções preferenciais (ver Nota 38)	-	-	-	-	( 12 515)	-	6 565	6 565	-	( 5 950)	-	( 5 950)
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	-	( 108 758)	( 108 758)	108 758	-	-	-
Variações de acções próprias (ver Nota 38)	-	-	-	89	-	-	-	-	-	89	-	89
Juros de outros Instrumentos de Capital, líquido de Imposto (c)	-	-	-	-	-	-	( 1 251)	( 1 251)	-	( 1 251)	-	( 1 251)
Outros movimentos	-	169	( 230)	-	-	-	-	-	-	( 61)	-	( 61)
Outras variações em interesses que não controlam (ver Nota 39)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7 363	-	7 363
<b>Saldo em 31 de Março de 2012</b>	<b>4 030 232</b>	<b>1 081 832</b>	<b>29 275</b>	<b>( 908)</b>	<b>199 398</b>	<b>( 259 087)</b>	<b>688 291</b>	<b>429 204</b>	<b>11 556</b>	<b>5 780 589</b>	<b>608 881</b>	<b>6 389 470</b>

(a)Corresponde a um dividendo por acção de 0,126 euros pagos às acções em circulação em 2011

(b)Corresponde a um dividendo preferencial calculado com base numa taxa anual de 5,58% em relação às acções preferenciais em circulação emitidas pela BES Finance (Nota 38)

(c)Corresponde a um juro condicionado pago semestralmente e calculado com base numa taxa anual de 8,5% (para as emissões em euros) e 8,0% (para as emissões em dólares) em relação às obrigações perpétuas subordinadas emitidas pelo BES (ver Nota 38)

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas

**GRUPO BANCO ESPÍRITO SANTO**
**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS  
DOS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2012 E 2011**

	Notas	31.03.2012	31.03.2011	(milhares de euros)
<b>Fluxos de caixa de actividades operacionais</b>				
Juros e proveitos recebidos		955 732	919 977	
Juros e custos pagos		( 921 909)	( 806 734)	
Serviços e comissões recebidas		243 720	217 202	
Serviços e comissões pagas		( 46 386)	( 38 040)	
Recuperações de créditos		5 750	6 311	
Pagamentos de caixa a empregados e fornecedores		( 97 415)	( 124 169)	
		<b>139 492</b>	<b>174 547</b>	
<i>Variação nos activos e passivos operacionais:</i>				
Aplicações em e Recursos de bancos centrais		3 154 875	557 436	
Activos financeiros ao justo valor através de resultados		( 763 684)	777	
Aplicações em outras instituições de crédito		1 334 773	476 550	
Recursos de outras instituições de crédito		( 1 282 343)	833 675	
Crédito a clientes		( 18 059)	929 615	
Recursos de clientes e outros empréstimos		1 754 953	( 225 777)	
Derivados para gestão do risco		27 641	34 085	
Outros activos e passivos operacionais		( 58 107)	321 391	
		<b>4 289 541</b>	<b>3 102 299</b>	
<b>Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais, antes de impostos sobre os lucros</b>				
Impostos sobre os lucros pagos		( 10 373)	( 10 467)	
		<b>4 279 168</b>	<b>3 091 832</b>	
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>				
Aquisição de investimentos em subsidiárias e associadas	1	-	( 11 052)	
Dividendos recebidos		36 877	4 366	
Compra de activos financeiros disponíveis para venda		( 19 124 810)	( 7 558 746)	
Venda de activos financeiros disponíveis para venda		18 232 010	8 269 996	
Investimentos detidos até à maturidade		345 247	91 365	
Compra de imobilizações		( 19 150)	( 12 864)	
Venda de imobilizações		225	1	
		<b>( 529 601)</b>	<b>783 066</b>	
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>				
Compra de acções preferenciais		( 5 950)	-	
Emissão de obrigações e outros passivos titulados		3 384 718	2 472 327	
Reembolso de obrigações e outros passivos titulados		( 6 173 095)	( 5 852 660)	
Reembolso de passivos subordinados		( 438 651)	( 2 961)	
Acções próprias		89	( 997)	
Juros de outros instrumentos de capital		( 1 251)	( 6 048)	
		<b>( 3 234 140)</b>	<b>( 3 390 339)</b>	
<b>Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento</b>				
<b>Variação líquida em caixa e seus equivalentes</b>		<b>515 427</b>	<b>484 559</b>	
<b>Caixa e equivalentes no início do exercício</b>				
Efeitos da alteração da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes		( 42 939)	( 50 438)	
Variação líquida em caixa e seus equivalentes		515 427	484 559	
		<b>2 014 739</b>	<b>1 775 524</b>	
<b>Caixa e equivalentes engloba:</b>				
Caixa	16	289 162	251 737	
Disponibilidades em Bancos Centrais	16	1 238 005	1 000 301	
(Das quais, Disponibilidades de natureza obrigatória)		( 74 049)	( 147 196)	
Disponibilidades em outras instituições de crédito	17	561 621	670 682	
		<b>2 014 739</b>	<b>1 775 524</b>	

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas

## Grupo Banco Espírito Santo

### Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas intercalares em 31 de Março de 2012

(Montantes expressos em milhares de euros, excepto quando indicado)

#### NOTA 1 – ACTIVIDADE E ESTRUTURA DO GRUPO

O **Banco Espírito Santo, S.A. (Banco ou BES)** é um banco comercial com sede em Portugal, na Avenida da Liberdade, n.º 195, em Lisboa. Para o efeito possui as indispensáveis autorizações das autoridades portuguesas, bancos centrais e demais agentes reguladores para operar em Portugal e nos países onde actua através de sucursais financeiras internacionais.

As origens do BES remontam ao último quartel do século XIX, tendo iniciado a actividade como banco comercial em 1937, altura em que ocorreu a fusão do Banco Espírito Santo com o Banco Comercial de Lisboa da qual resultou o Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa. Por escritura pública de 6 de Julho de 1999 passou a adoptar a firma Banco Espírito Santo, S.A.. O BES constitui o núcleo central de um grupo financeiro – Grupo BES – formado pelo Banco e por um conjunto de empresas financeiras localizadas em Portugal e no estrangeiro.

O BES é uma sociedade anónima cujas acções ordinárias se encontram cotadas na NYSE Euronext Lisbon. Em 31 de Março de 2012, encontravam-se também admitidas à cotação na Bolsa de Valores do Luxemburgo 203 mil acções preferenciais da subsidiária BES Finance, Ltd.

Desde 1992 o BES faz parte do Grupo Espírito Santo, pelo que as suas demonstrações financeiras são consolidadas pela BESPAR SGPS, S.A., com sede na Rua de São Bernardo, n.º 62, em Lisboa e também pela Espírito Santo Financial Group, S.A. (ESFG), com sede no Luxemburgo.

O Grupo BES dispõe de uma rede de 789 balcões em Portugal e no estrangeiro (31 de Dezembro de 2011: 801), incluindo sucursais no exterior em Londres, Espanha, Nova Iorque, Nassau, Ilhas Caimão, Cabo Verde, Venezuela e Luxemburgo, e uma sucursal financeira exterior na Zona Franca da Madeira, para além de 13 escritórios de representação no estrangeiro.

Seguidamente apresenta-se a estrutura do Grupo com discriminação das empresas nas quais o Banco detém uma participação directa ou indirecta, superior ou igual a 20%, ou sobre as quais exerce controlo ou influência significativa na sua gestão, e que foram incluídas no perímetro de consolidação.

a) Empresas consolidadas directamente no BES:

	Ano constituição	Ano aquisição	Sede	Actividade	% interesse económico	Método de consolidação
<b>BANCO ESPÍRITO SANTO, SA (BES)</b>	1937	-	Portugal	Banca		
Banco Espírito Santo de Investimento, SA (BESI)	1993	1997	Portugal	Banca de Investimento	100,00%	Integral
Aman Bank for Commerce and Investment Stock Company	2003	2010	Líbia	Banca	40,00% a)	Integral
Avistar, SGPS, SA	2009	2009	Portugal	Gestão de participações sociais	100,00%	Integral
Espírito Santo Serviços, SA	1996	1997	Espanha	Colocação de seguros	100,00%	Integral
Espírito Santo Activos Financieros, SA	1988	2000	Espanha	Gestão de activos	95,00%	Integral
Espírito Santo Vanguarda, SL	2011	2011	Espanha	Prestação de serviços diversos	100,00%	Integral
Banco Espírito Santo dos Açores, SA (BAC)	2002	2002	Portugal	Banca	57,53%	Integral
BEST - Banco Electrónico de Serviço Total, SA (BEST)	2001	2001	Portugal	Banca electrónica	66,00%	Integral
BES África, SGPS, SA	2009	2009	Portugal	Gestão de participações sociais	100,00%	Integral
Banco Espírito Santo Angola, SA (BESA)	2001	2001	Angola	Banca	51,94%	Integral
BESAACIF - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, SA	2008	2008	Angola	Gestão de fundos de investimento	63,70%	Integral
BESAACIF Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA	2009	2009	Angola	Gestão de fundos de pensões	63,70%	Integral
Banco Espírito Santo do Oriente, SA (BESOR)	1996	1996	Macau	Banca	99,75%	Integral
Espírito Santo Bank (ESBANK)	1963	2000	Estados Unidos	Banca	99,99%	Integral
BES Betreibungs, GmbH (BES GMBH)	2006	2006	Alemanha	Gestão de participações sociais	100,00%	Integral
BIC International Bank Ltd. (BIBL)	2000	2000	Ilhas Calmão	Banca	100,00%	Integral
Parsuni - Sociedade Unipessoal, SGPS	2004	2005	Portugal	Gestão de participações sociais	100,00%	Integral
Praça do Marquês - Serviços Auxiliares, SA (PÇMARQUÊS)	1990	2007	Portugal	Gestão de investimentos imobiliários	100,00%	Integral
Espírito Santo, plc. (ESPLC)	1999	1999	Irlanda	Sociedade financeira	99,99%	Integral
ESAF - Espírito Santo Activos Financeiros, S.G.P.S., SA (ESAF)	1992	1992	Portugal	Gestão de participações sociais	89,99%	Integral
ES Tech Ventures, S.G.P.S., SA (ESTV)	2000	2000	Portugal	Gestão de participações sociais	100,00%	Integral
Banco Espírito Santo North American Capital Limited Liability Co. (BESNAC)	1990	1990	Estados Unidos	Emissão papel comercial	100,00%	Integral
BES Finance, Ltd. (BESFINANCE)	1997	1997	Ilhas Calmão	Emissão acções preferenciais e outros títulos	100,00%	Integral
ES Recuperação de Crédito, ACE (ESREC)	1998	1998	Portugal	Recuperação de crédito vencido	99,15%	Integral
ES Concessões, SGPS, SA (ES CONCESSÕES)	2002	2003	Portugal	Gestão de participações sociais	71,66%	Integral
Espírito Santo - Informática, ACE (ESINF)	2006	2006	Portugal	Prestação de serviços diversos	81,28%	Integral
Espírito Santo Prestação de Serviços, ACE 2 (ES ACE2)	2006	2006	Portugal	Prestação de serviços diversos	86,71%	Integral
ESGEST - Esp. Santo Gestão Instalações, Aprov. e Com., SA (ESGEST)	1995	1995	Portugal	Prestação de serviços diversos	100,00%	Integral
Espírito Santo e Comercial de Lisboa, Inc. (ESCLINC)	1982	1997	Estados Unidos	Serviços de representação	100,00%	Integral
Espírito Santo Representações, Ltda. (ESREP)	1996	1996	Brasil	Serviços de representação	99,99%	Integral
Quinta dos Cónegos - Sociedade Imobiliária, SA (CÓNEGOS)	1991	2000	Portugal	Compra e venda de imóveis	81,00%	Integral
Fundo de Capital de Risco - ES Ventures II	2006	2006	Portugal	Fundo de Capital de Risco	58,79%	Integral
Fundo de Capital de Risco - ES Ventures III	2009	2009	Portugal	Fundo de Capital de Risco	56,73%	Integral
Fundo de Capital de Risco - BES PME Capital Growth	2009	2009	Portugal	Fundo de Capital de Risco	100,00%	Integral
Fundo FCR PME / BES	1997	1997	Portugal	Fundo de Capital de Risco	55,07%	Integral
OBLOG Consulting, SA	1993	1993	Portugal	Prestação de serviços informáticos	66,63%	Integral
BES-Vida, Companhia de Seguros, SA (BES VIDA)	1993	2006	Portugal	Seguros	50,00%	Eq. Patrimonial
BES, Companhia de Seguros, SA (BES SEGUROS)	1996	1996	Portugal	Seguros	25,00%	Eq. Patrimonial
Société Civile Immobilière du 45 Avenue Georges Mandel (SCI GM)	1995	1995	França	Construção e gestão de imóveis	22,50%	Eq. Patrimonial
ESEGUR - Espírito Santo Segurança, SA (ESEGUR)	1994	2004	Portugal	Prestação de serviços de segurança privada	44,00%	Eq. Patrimonial
Locarent - Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas, SA (LOCARENT)	1991	2003	Portugal	Renting	50,00%	Eq. Patrimonial
Banco delle Tre Venezie, Spa	2006	2007	Itália	Banca	20,00%	Eq. Patrimonial
Nanlum, SA	1996	2010	Portugal	Produção de semicondutores	41,06%	Eq. Patrimonial
Ascend Douro - Estradas do Douro Interior, S.A.	2008	2010	Portugal	Concessionária de auto-estradas	18,57% b)	Eq. Patrimonial
Ascend Pinhal Interior - Estradas do Pinhal Interior, S.A.	2010	2010	Portugal	Concessionária de auto-estradas	18,57% b)	Eq. Patrimonial
UNICRE - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	1974	2010	Portugal	Sociedade financeira de crédito	17,50% b)	Eq. Patrimonial
Ijar Leasing Argélia	2011	2011	Argélia	Leasing	35,00%	Eq. Patrimonial

b) Sub-grupos:

	Ano constituição	Ano aquisição	Sede	Actividade	% Interesse económico	Método de consolidação
<b>Banco Espírito Santo de Investimento, SA (BESI)</b>	1993	1997	Portugal	Banca de Investimento	100,00%	Integral
<i>Espirito Santo Capital - Sociedade de Capital de Risco, SA (ESCAPITAL)</i>	1988	1996	Portugal	Capital de risco	100,00%	Integral
<i>SES Iberia</i>	2004	2004	Espanha	Gestora de Fundos	50,00%	Integral
<i>HLC - Centrals de Cogeração, S.A.</i>	1999	1999	Portugal	Prestação de serviços	24,50%	Eq. Patrimonial
<i>Copergest, SA</i>	2002	2005	Portugal	Gestão de participações sociais	25,00%	Eq. Patrimonial
<i>Synergy Industry and Technology, S.A.</i>	2006	2006	Espanha	Gestão de participações sociais	26,00%	Eq. Patrimonial
<i>Salgar Investments</i>	2007	2007	Espanha	Prestação de serviços	52,00%	Eq. Patrimonial
<i>Só Peso Restauração e Hotelaria, S.A.</i>	2003	2007	Portugal	Restauração e hotelaria	9,77% <sup>b)</sup>	Eq. Patrimonial
<i>ESSI Comunicações SGPS, SA</i>	1998	1998	Portugal	Gestão de participações sociais	100,00%	Integral
<i>ESSI SGPS, SA</i>	1997	1997	Portugal	Gestão de participações sociais	100,00%	Integral
<i>Espirito Santo Investment Sp. Z.o.o.</i>	2005	2005	Polónia	Prestação de serviços	100,00%	Integral
<i>Espirito Santo Securities India</i>	2011	2011	Índia	Corretagem	75,00%	Integral
<i>Espirito Santo Investment Holding, Limited</i>	2010	2010	Reino Unido	Gestão de participações sociais	65,42%	Integral
<i>Execution Holding, Ltd</i>	2010	2010	Reino Unido	Gestão de participações sociais	65,42%	Integral
<i>Espirito Santo Investments PLC</i>	1996	1996	Irlanda	Sociedade Financeira	100,00%	Integral
<i>ESSI Investimentos SGPS, SA</i>	1998	1998	Portugal	Gestão de participações sociais	100,00%	Integral
<i>ESSI FIN, SGPS, SA</i>	2008	2008	Portugal	Gestão de participações sociais	60,00%	Integral
<i>Fin Solutia - Consultoria e Gestão de Créditos, SA</i>	2007	2007	Portugal	Gestão e recuperação de créditos	29,70%	Eq. Patrimonial
<i>Polish Hotel Company, SP</i>	2008	2008	Polónia	Serviços diversos	33,00%	Eq. Patrimonial
<i>Polish Hotel Capital SP</i>	2008	2008	Polónia	Serviços diversos	33,00%	Eq. Patrimonial
<i>Polish Hotel Management Company, SP</i>	2008	2008	Polónia	Serviços diversos	25,00%	Eq. Patrimonial
<i>Espirito Santo Investimentos, SA</i>	1996	1999	Brasil	Gestão de participações sociais	100,00%	Integral
<i>BES Investimento do Brasil, SA</i>	2000	2000	Brasil	Banca de Investimento	80,00%	Integral
<i>2BCapital, SA</i>	2005	2005	Brasil	Gestão de participações sociais	45,00%	Eq. Patrimonial
<i>BES Securities do Brasil, SA</i>	2000	2000	Brasil	Corretagem	80,00%	Integral
<i>Gespar Participações, Ltda.</i>	2001	2001	Brasil	Gestão de participações sociais	80,00%	Integral
<i>BES Activos Financeiros, Ltda</i>	2004	2004	Brasil	Gestão de activos	85,00%	Integral
<i>Espirito Santo Serviços Financeiros DTVM, SA</i>	2009	2010	Brasil	Gestão de activos	74,56%	Integral
<i>FI Multimercado Treasury</i>	2005	2005	Brasil	Fundo de Investimento	80,00%	Integral
<i>BES REFRAN Investimentos, Ltda</i>	2001	2009	Brasil	Intermediação Financeira	80,00%	Integral
<i>R Consult Participações, Ltda</i>	1998	2009	Brasil	Intermediação Financeira	80,00%	Integral
<i>BRB International, S.A.</i>	2001	2001	Espanha	Produção e distribuição de entretenimento	25,00%	Eq. Patrimonial
<i>Prosport - Com. Desportivas, S.A.</i>	2001	2001	Espanha	Comércio de produtos desportivos	25,00%	Eq. Patrimonial
<i>Apolo Films, SL</i>	2001	2001	Espanha	Produção e distribuição de entretenimento	25,15%	Eq. Patrimonial
<i>ComInvest- SGII, S.A.</i>	1993	1993	Portugal	Gestão de investimentos Imobiliários	49,00% <sup>a)</sup>	Integral
<i>Fundo Espírito Santo IBERIA I</i>	2004	2004	Portugal	Fundo de Capital de Risco	38,69%	Eq. Patrimonial
<i>Fundo FIM BES Moderado</i>	2011	2011	Brasil	Fundo de Investimento	57,68%	Integral
<i>Fundo BES Absolute Return</i>	2002	2009	Brasil	Fundo de Investimento	44,61% <sup>a)</sup>	Integral
<b>BES Betiliggs, GmbH (BES GMBH)</b>	2006	2006	Alemanha	Gestão de participações sociais	100,00%	Integral
<i>Bank Espírito Santo International, Ltd. (BESIL)</i>	1983	2002	Ilhas Calmão	Banca	100,00%	Integral
<b>BES África, SGPS, SA (BES ÁFRICA)</b>	2006	2006	Portugal	Gestão de participações sociais	100,00%	Integral
<i>Banco Espírito Santo Cabo Verde, SA</i>	2010	2010	Cabo Verde	Banca	99,99%	Integral
<i>Moza Banco, SA</i>	2008	2010	Moçambique	Banca	25,10%	Eq. Patrimonial
<b>ESAF - Espírito Santo Activos Financeiros, S.G.P.S., SA (ESAF)</b>	1992	1992	Portugal	Gestão de participações sociais	89,99%	Integral
<i>Espirito Santo Fundos de Investimento Mobiliário, SA</i>	1987	1987	Portugal	Gestão de fundos de investimento	89,99%	Integral
<i>Espirito Santo International Management, SA</i>	1995	1995	Luxemburgo	Gestão de fundos de investimento	89,81%	Integral
<i>Espirito Santo Fundos de Investimento Imobiliário, SA</i>	1992	1992	Portugal	Gestão de fundos de investimento	89,99%	Integral
<i>Espirito Santo Fundo de Pensões, SA</i>	1989	1989	Portugal	Gestão de fundos de investimento	89,99%	Integral
<i>Capital Mals - Assessoria Financeira, SA</i>	1998	1998	Portugal	Gestão de fundos de investimento	89,99%	Integral
<i>Espirito Santo International Asset Management, Ltd.</i>	1998	1998	Ilhas Virgem Inglesas	Gestão de fundos de investimento	44,10%	Eq. Patrimonial
<i>Espirito Santo Gestão de Patrimónios, SA</i>	1987	1987	Portugal	Gestão de fundos de investimento	89,99%	Integral
<i>ESAF - Espírito Santo Participações Internacionais, SGPS, SA</i>	1996	1996	Portugal	Gestão de fundos de investimento	89,99%	Integral
<i>ESAF - International Distributors Associates, Ltd</i>	2001	2001	Ilhas Virgem Inglesas	Gestão de fundos de investimento	89,99%	Integral

	Ano constituição	Ano aquisição	Sede	Actividade	% Interesse económico	Método de consolidação
<b>ES Tech Ventures, S.G.P.S., SA (ESTV)</b>	<b>2000</b>	<b>2000</b>	<b>Portugal</b>	<b>Gestão de participações sociais</b>	<b>100,00%</b>	<b>Integral</b>
<i>ES Ventures - Sociedade de Capital de Risco, SA</i>	2005	2005	Portugal	<i>Capital de risco</i>	100,00%	<i>Integral</i>
<i>Yunit Serviços, SA</i>	2000	2000	Portugal	<i>Gestão de portais na Internet</i>	33,33%	<i>Eq. Patrimonial</i>
<i>FCR Espírito Santo Ventures Inovação e Internacionalização</i>	2011	2011	Portugal	<i>Fundo de Capital de Risco</i>	50,00%	<i>Eq. Patrimonial</i>
<i>Fundo Bem Comum, FCR</i>	2011	2011	Portugal	<i>Fundo de Capital de Risco</i>	20,00%	<i>Eq. Patrimonial</i>
<i>Espírito Santo Contact Center, Gestão de Call Centers, SA (ESCC)</i>	2000	2000	Portugal	<i>Gestão de call centers</i>	41,67%	<i>Eq. Patrimonial</i>
<i>Banque Espírito Santo et de la Vénétie, SA (ES Vénétie)</i>	1927	1993	França	<i>Banca</i>	42,69%	<i>Eq. Patrimonial</i>
<b>Fundo de Capital de Risco - ES Ventures II</b>	<b>2006</b>	<b>2006</b>	<b>Portugal</b>	<b>Fundo de Capital de Risco</b>	<b>58,79%</b>	<b>Integral</b>
<i>Atlantic Ventures Corporation</i>	2006	2006	Estados Unidos	<i>Gestão de participações sociais</i>	58,79%	<i>Integral</i>
<i>Sousacamp, SGPS, SA</i>	2007	2007	Portugal	<i>Gestão de participações sociais</i>	22,99%	<i>Eq. Patrimonial</i>
<i>Global Active - SGPS, SA</i>	2006	2006	Portugal	<i>Gestão de participações sociais</i>	26,26%	<i>Eq. Patrimonial</i>
<i>Outsystems, SA</i>	2007	2007	Portugal	<i>Tecnologias de Informação</i>	17,22% <sup>b)</sup>	<i>Eq. Patrimonial</i>
<i>Coreworks - Proj. Circuito Sist. Elect., SA</i>	2006	2006	Portugal	<i>Tecnologias de Informação</i>	23,53%	<i>Eq. Patrimonial</i>
<i>Multrowave Photonics, SA</i>	2003	2008	Portugal	<i>Tecnologias de Informação</i>	12,20% <sup>b)</sup>	<i>Eq. Patrimonial</i>
<i>Bio-Genesis</i>	2007	2007	Brasil	<i>Gestão de participações sociais</i>	17,60% <sup>b)</sup>	<i>Eq. Patrimonial</i>
<i>YDreams - Informática, SA</i>	2000	2009	Portugal	<i>Tecnologias de Informação</i>	15,33% <sup>b)</sup>	<i>Eq. Patrimonial</i>
<b>Fundo de Capital de Risco - ES Ventures III</b>	<b>2009</b>	<b>2009</b>	<b>Portugal</b>	<b>Fundo de Capital de Risco</b>	<b>56,73%</b>	<b>Integral</b>
<i>Atlantic Ventures III Corporation</i>	2011	2011	Estados Unidos	<i>Gestão de participações sociais</i>	56,73%	<i>Integral</i>
<i>Nutrigreen, SA</i>	2007	2009	Portugal	<i>Prestação de serviços diversos</i>	11,35% <sup>b)</sup>	<i>Eq. Patrimonial</i>
<i>Advance Ciclone Systems, SA</i>	2008	2009	Portugal	<i>Tratamento eliminação de resíduos inertes</i>	18,15% <sup>b)</sup>	<i>Eq. Patrimonial</i>
<i>Watson Brown, HSM, Ltd</i>	1997	2009	Reino Unido	<i>Reciclagem de borracha</i>	15,64% <sup>b)</sup>	<i>Eq. Patrimonial</i>
<i>Domática, Electrónica e Informática, SA</i>	2002	2011	Portugal	<i>Tecnologias de Informação</i>	13,38% <sup>b)</sup>	<i>Eq. Patrimonial</i>
<b>Fundo FCR PME / BES</b>	<b>1997</b>	<b>1997</b>	<b>Portugal</b>	<b>Fundo de Capital de Risco</b>	<b>55,07%</b>	<b>Integral</b>
<i>Mobile World - Comunicações, SA</i>	2009	2009	Portugal	<i>Telecomunicações</i>	26,98%	<i>Eq. Patrimonial</i>
<i>MMCI - Multimédia, SA</i>	2008	2008	Portugal	<i>Gestão de participações sociais</i>	26,98%	<i>Eq. Patrimonial</i>
<i>TLCI 2 - Soluções Integradas de Telecomunicações, SA</i>	2006	2006	Portugal	<i>Telecomunicações</i>	26,98%	<i>Eq. Patrimonial</i>
<i>Soprattutto Café, SA</i>	2006	2006	Portugal	<i>Comércio e dist. Equipamentos de café</i>	23,38%	<i>Eq. Patrimonial</i>
<i>Enkrott SA</i>	2006	2006	Portugal	<i>Gestão e Tratamento de Águas</i>	16,52% <sup>b)</sup>	<i>Eq. Patrimonial</i>
<i>Palexpo - Imagem Empresarial, SA</i>	2009	2009	Portugal	<i>Fábrica de mobiliário</i>	27,26%	<i>Eq. Patrimonial</i>
<i>Nova Fligfort - Têxtil, Lda</i>	1995	2009	Portugal	<i>Fábrica de vestuário</i>	18,34% <sup>b)</sup>	<i>Eq. Patrimonial</i>
<i>Rodí - Síntesis &amp; Ideas, SA</i>	2006	2006	Portugal	<i>Indústria metálica</i>	24,81%	<i>Eq. Patrimonial</i>
<b>Espírito Santo Activos Financieros, SA</b>	<b>1988</b>	<b>2000</b>	<b>Espanha</b>	<b>Gestão de activos</b>	<b>95,00%</b>	<b>Integral</b>
<i>Espírito Santo Gestión, SA, SGIC</i>	2001	2001	Espanha	<i>Gestão de activos</i>	95,00%	<i>Integral</i>
<i>Espírito Santo Pensiones, S.G.F.P., SA</i>	2001	2001	Espanha	<i>Gestão de fundos de pensões</i>	95,00%	<i>Integral</i>
<b>Espírito Santo Bank (ESBANK)</b>	<b>1963</b>	<b>2000</b>	<b>Estados Unidos</b>	<b>Banca</b>	<b>99,99%</b>	<b>Integral</b>
<i>ES Financial Services, Inc.</i>	2000	2000	Estados Unidos	<i>Corretagem</i>	99,99%	<i>Integral</i>
<i>Taglide Properties, Inc.</i>	1991	1991	Estados Unidos	<i>Gestão de investimentos imobiliários</i>	99,99%	<i>Integral</i>
<i>Espírito Santo Representaciones</i>	2003	2003	Uruguai	<i>Serviços de representação</i>	99,99%	<i>Integral</i>
<i>ES Advisors, Inc.</i>	2011	2011	Estados Unidos	<i>Consultoria de investimentos</i>	99,99%	<i>Integral</i>
<b>ES Concessões, SGPS, SA (ES CONCESSÕES)</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>Portugal</b>	<b>Gestão de participações sociais</b>	<b>71,66%</b>	<b>Integral</b>
<i>ES Concessions International Holding, BV</i>	2010	2010	Holanda	<i>Gestão de participações sociais</i>	71,66%	<i>Integral</i>
<i>Empark - Aparcamientos y Servicios, SA</i>	1968	2009	Espanha	<i>Exploração de parques estacionamento</i>	15,92% <sup>b)</sup>	<i>Eq. Patrimonial</i>
<i>ES Concessions Latam, BV</i>	2011	2011	Holanda	<i>Gestão de participações sociais</i>	71,66%	<i>Integral</i>
<i>Concesionaria Autopista Perote-Xalapa, CV</i>	2008	2008	México	<i>Concessionária de auto-estradas</i>	14,33% <sup>b)</sup>	<i>Eq. Patrimonial</i>
<i>Ascend Group SGPS, SA</i>	2010	2010	Portugal	<i>Concessionária de auto-estradas</i>	28,66%	<i>Eq. Patrimonial</i>
<i>SCUTVIAS - Autoestradas da Beira Interior, SA</i>	1999	2010	Portugal	<i>Concessionária de auto-estradas</i>	15,93% <sup>b)</sup>	<i>Eq. Patrimonial</i>
<i>Portviás - Portagem de Vias, SA</i>	2010	2010	Portugal	<i>Concessionária de auto-estradas</i>	15,93% <sup>b)</sup>	<i>Eq. Patrimonial</i>
<i>Auvisa - Autovía de los Vélez, SA</i>	2003	2010	Espanha	<i>Concessionária de auto-estradas</i>	35,83% <sup>b)</sup>	<i>Eq. Patrimonial</i>

- a) Estas entidades foram incluídas no balanço consolidado pelo método integral uma vez que o Grupo detém o controlo sobre as suas actividades.
- b) A percentagem apresentada reflecte o interesse económico do Grupo. Estas entidades foram incluídas no balanço consolidado pelo método da equivalência patrimonial uma vez que o Grupo exerce uma influência significativa sobre as suas actividades, conforme política contabilística descrita na Nota 2.2.

Adicionalmente, e de acordo com a SIC 12, o perímetro de consolidação do Grupo inclui as seguintes entidades de finalidade especial:

	Ano de Constituição	Ano de aquisição	Sede	% interesse económico	Método de consolidação
SIGNUM, Ltd 05/14/12	2001	2010	Ilhas Caimão	54,80%	Integral
SIGNUM, Ltd 05/21/12	2001	2010	Ilhas Caimão	63,96%	Integral
Lusitano SME No.1 plc (*)	2006	2006	Irlanda	100%	Integral
Lusitano Mortgages No.6 plc (*)	2007	2007	Irlanda	100%	Integral
Lusitano Project Finance No.1, FTC (*)	2007	2011	Portugal	100%	Integral
Lusitano Mortgages No.7 plc (*)	2008	2008	Irlanda	100%	Integral
Lusitano Leverage Finance No. 1 BV (*)	2010	2010	Holanda	100%	Integral
Lusitano Finance No. 3 (*)	2011	2011	Portugal	100%	Integral
IM BES Empresas 1 (*)	2011	2011	Espanha	100%	Integral

(\*) Entidades constituídas no âmbito de operações de titularização (ver Nota 43)

Em 31 de Março de 2012, a consolidação destas entidades teve os seguintes impactos nas contas do Grupo:

	(milhares de euros)	
	31.03.2012	31.12.2011
Caixa e disponibilidades em Instituições de crédito	202 174	572 182
Activos financeiros detidos para venda	-	306 380
Crédito a Clientes (líquido de imparidade)	4 323 033	5 828 664
Responsabilidades representadas por títulos	890 114	951 660

Durante os primeiros três meses de 2012 as alterações mais relevantes ao nível da estrutura do Grupo BES foram as seguintes:

- Empresas associadas (ver Nota 28)

- Em Março de 2012, a MRN - Manutenção de Rodovias Nacionais, SA deixou de consolidar pelo método da equivalência patrimonial, tendo sido transferida para a carteira de activos financeiros disponíveis para venda.

Durante os primeiros três meses de 2012 e 2011, os movimentos relativos a aquisições, vendas e outros investimentos e reembolsos em empresas subsidiárias e associadas detalham-se como segue:

	31.03.2012					
	Aquisições			Vendas		
	Valor de aquisição	Outros investimentos (a)	Total	Valor de venda	Outros Reembolsos (a)	Total
<b>Empresas associadas</b>						
MRN - Manutenção de Rodovias Nacionais, SA (b)	-	-	-	-	( 11)	( 11)
	-	-	-	-	( 11)	( 11)

(a) Aumentos de capital, prestações suplementares e suprimentos

(b) Empresa que deixou de integrar o perímetro de consolidação do Grupo, passando a ser registada na carteira de activos disponíveis para venda

	31.03.2011					
	Aquisições			Vendas		
	Valor de aquisição	Outros investimentos (a)	Total	Valor de venda	Outros Reembolsos (a)	Total
<b>Empresas associadas</b>						
Moza Banco	8 018	-	8 018	-	-	-
Watson Brown	68	2 938	3 006	-	-	-
Global Active	-	28	28	-	-	-
	8 086	2 966	11 052	-	-	-
	<b>8 086</b>	<b>2 966</b>	<b>11 052</b>	-	-	-

(a) Aumentos de capital, prestações suplementares e suprimentos

## NOTA 2 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

### 2.1. Bases de apresentação

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro, e do Aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal, as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Espírito Santo, S.A. (Banco ou BES) são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC), e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras consolidadas do BES agora apresentadas reportam-se ao período de três meses findo em 31 de Março de 2012 e foram preparadas de acordo com os IFRS em vigor tal como adoptados na União Europeia até 31 de Março de 2012. As demonstrações financeiras consolidadas intercalares agora apresentadas foram preparadas em conformidade com o IAS 34 – Relato Financeiro Intercalar e não incluem toda a informação requerida para as demonstrações financeiras completas anuais que serão apresentadas com referência a 31 de Dezembro de 2012.

As políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo na preparação das suas demonstrações financeiras consolidadas interinas referentes a 31 de Março de 2012 são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anuais com referência a 31 de Dezembro de 2011. Contudo, em Dezembro de 2011 o Grupo alterou a sua política contabilística de reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais decorrentes dos planos de pensões de benefício definido tendo passado a registar os mesmos, conforme opção permitida pelo parágrafo 93A do IAS 19 ‘Benefícios a empregados’, como uma dedução a capitais próprios na rubrica de outro rendimento integral. Anteriormente a esta alteração, os desvios actuariais eram diferidos em balanço e reconhecidos em resultados com base no método do corredor previsto no parágrafo 92 do IAS 19. Os impactos desta alteração de política contabilística podem ser analisados na Nota 47.

As demonstrações financeiras consolidadas estão expressas em milhares de euros, arredondado ao milhar mais próximo. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros derivados, activos e passivos financeiros ao justo valor através dos resultados, activos financeiros disponíveis para venda e activos e passivos cobertos, na sua componente que está a ser objecto de cobertura.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com os IFRS requer que o Grupo efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as actuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou de complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativos na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, encontram-se analisadas na Nota 3.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 14 de Maio de 2012.

## 2.2. Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas reflectem os activos, passivos, proveitos e custos do BES e das suas subsidiárias (Grupo ou Grupo BES), e os resultados atribuíveis ao Grupo referentes às participações financeiras em empresas associadas.

As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo, relativamente aos períodos cobertos por estas demonstrações financeiras consolidadas.

### Subsidiárias

São classificadas como subsidiárias as empresas sobre as quais o Grupo exerce controlo. Controlo normalmente é presumido quando o Grupo detém o poder de exercer a maioria ou a totalidade dos direitos de voto. Poderá ainda existir controlo quando o Grupo detém o poder, directa ou indirectamente, de gerir as políticas financeiras e operacionais de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas actividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja igual ou inferior a 50%. As empresas subsidiárias são consolidadas integralmente desde o momento que o Grupo assume o controlo sobre as suas actividades até ao momento que esse controlo cessa.

As perdas acumuladas de uma subsidiária são atribuídas aos interesses que não controlam nas proporções detidas, o que poderá implicar o reconhecimento de interesses que não controlam de valor negativo.

Numa operação de aquisição por etapas (*step acquisition*) que resulte na aquisição de controlo, qualquer participação minoritária anteriormente detida é reavaliada ao justo valor por contrapartida de resultados aquando do cálculo do *goodwill*. No momento de uma venda parcial, da qual resulte a

perda de controlo sobre uma subsidiária, qualquer participação minoritária remanescente retida é reavaliada ao justo valor na data da venda e o ganho ou perda resultante dessa reavaliação é registado por contrapartida de resultados.

### **Associadas**

São classificadas como associadas todas as empresas sobre as quais o Grupo detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo. Normalmente é presumido que o Grupo exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Mesmo quando os direitos de voto sejam inferiores a 20%, poderá o Grupo exercer influência significativa através da participação na gestão da associada ou na composição dos órgãos de Administração com poderes executivos.

Os investimentos em associadas são registados nas demonstrações financeiras consolidadas do Banco pelo método da equivalência patrimonial, desde o momento que o Grupo adquire a influência significativa até ao momento em que a mesma termina. O valor de balanço dos investimentos em associadas inclui o valor do respectivo *goodwill* determinado nas aquisições e é apresentado líquido de eventuais perdas por imparidade.

Numa operação de aquisição por etapas (*step acquisition*) que resulte na aquisição de influência significativa, qualquer participação anteriormente detida é reavaliada ao justo valor por contrapartida de resultados aquando da primeira aplicação do método da equivalência patrimonial.

Quando o valor das perdas acumuladas incorridas por uma associada e atribuíveis ao Grupo iguala ou excede o valor contabilístico da participação e de quaisquer outros interesses de médio e longo prazo nessa associada, o método da equivalência patrimonial é interrompido, excepto se o Grupo tiver a obrigação legal ou construtiva de reconhecer essas perdas ou tiver realizado pagamentos em nome da associada.

Ganhos ou perdas na venda de partes de capital em empresas associadas são registados por contrapartida de resultados mesmo que dessa venda não resulte a perda de influência significativa.

### **Entidades de finalidade especial (SPE)**

O Grupo consolida pelo método integral determinadas entidades de finalidade especial, constituídas especificamente para o cumprimento de um objectivo restrito e bem definido, quando a substância da relação com tais entidades indica que o Grupo exerce controlo sobre as suas actividades, independentemente da percentagem que detém sobre os seus capitais próprios.

A avaliação da existência de controlo é efectuada com base nos critérios estabelecidos na SIC 12 – Consolidação de Entidades de Finalidade Especial, os quais se resumem como segue:

- As actividades da SPE são conduzidas exclusivamente de acordo com as necessidades específicas do negócio do Grupo e por forma a que este obtenha os benefícios dessas actividades;
- O Grupo detém o poder de decisão conducente à obtenção da maioria dos benefícios das actividades da SPE;
- O Grupo tem o direito a obter a maioria dos benefícios da SPE estando por isso exposto aos riscos inerentes à sua actividade;
- O Grupo está exposto à maioria dos riscos da SPE com o objectivo de obter os benefícios decorrentes da sua actividade.

### **Fundos de investimento geridos pelo Grupo**

No âmbito da actividade de gestão de activos, o Grupo gera fundos de investimento por conta e risco dos detentores das unidades de participação. As demonstrações financeiras destes fundos não são consolidadas pelo Grupo excepto nos casos em que é exercido controlo sobre a sua actividade nos termos definidos na SIC – 12. Presume-se que existe controlo sobre um fundo quando o Grupo detém mais do que 50% das respectivas unidades de participação.

### ***Goodwill***

O *goodwill* resultante das aquisições ocorridas até 1 de Janeiro de 2004 encontra-se deduzido aos capitais próprios, conforme opção permitida pelo IFRS 1, adoptada pelo Grupo na data de transição para os IFRS.

As aquisições de empresas subsidiárias e associadas ocorridas no período entre 1 de Janeiro de 2004 e 31 de Dezembro de 2009 foram registadas pelo Grupo pelo método da compra. O custo de aquisição equivalia ao justo valor determinado à data da compra, dos activos e instrumentos de capital cedidos e passivos incorridos ou assumidos, adicionados dos custos directamente atribuíveis à aquisição.

O *goodwill* representava a diferença entre o custo de aquisição da participação assim determinado e o justo valor atribuível aos activos, passivos e passivos contingentes adquiridos.

A partir de 1 de Janeiro de 2010, e conforme o *IFRS 3 – Business Combination*, o Grupo mensura o *goodwill* como a diferença entre o justo valor do custo de aquisição da participação, incluindo o justo valor de qualquer participação minoritária anteriormente detida, e o justo valor atribuível aos activos adquiridos e passivos assumidos. Os justos valores são determinados na data de aquisição. Os custos directamente atribuíveis à aquisição são reconhecidos no momento da compra em custos do exercício.

Na data de aquisição, o Grupo reconhece como interesses que não controlam os valores correspondentes à proporção do justo valor dos activos adquiridos e passivos assumidos sem a respectiva parcela de *goodwill*. Assim, o *goodwill* reconhecido nestas demonstrações financeiras consolidadas corresponde apenas à parcela atribuível aos accionistas do Banco.

O *goodwill* positivo é registado no activo pelo seu valor de custo e não é amortizado, de acordo com o IFRS 3 – Concentrações de Actividades Empresariais. No caso de investimentos em associadas, o *goodwill* está incluído no respectivo valor de balanço determinado com base no método da equivalência patrimonial. O *goodwill* negativo é reconhecido directamente em resultados no período em que a aquisição ocorre.

O valor recuperável do *goodwill* registado no activo é revisto anualmente, independentemente da existência de sinais de imparidade. As eventuais perdas por imparidade determinadas são reconhecidas na demonstração dos resultados. O valor recuperável corresponde ao maior de entre o valor de uso e o valor de mercado deduzido dos custos de venda. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados com base numa taxa que reflecte as condições de mercado, o valor temporal e os riscos do negócio.

#### **Transacções com interesses que não controlam**

A aquisição de interesses que não controlam da qual não resulte uma alteração de controlo sobre uma subsidiária, é contabilizada como uma transacção com accionistas e, como tal, não é reconhecido *goodwill* adicional resultante desta transacção. A diferença entre o custo de aquisição e o valor de balanço dos interesses que não controlam adquiridos é reconhecida directamente em reservas. De igual forma, os ganhos ou perdas decorrentes de alienações de interesses que não controlam, das quais não resulte uma perda de controlo sobre uma subsidiária, são sempre reconhecidos por contrapartida de reservas.

Os ganhos ou perdas decorrentes da diluição ou venda de uma parte da participação financeira numa subsidiária, com perda de controlo, são reconhecidos pelo Grupo na demonstração dos resultados.

#### **Transcrição de demonstrações financeiras em moeda estrangeira**

As demonstrações financeiras de cada uma das subsidiárias e associadas do Grupo são preparadas na sua moeda funcional, definida como a moeda da economia onde essas subsidiárias e associadas operam. As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo são preparadas em euros, que é a moeda funcional do BES.

As demonstrações financeiras das empresas do Grupo cuja moeda funcional difere do euro são transcritas para euros de acordo com os seguintes critérios:

- Os activos e passivos são convertidos à taxa de câmbio da data do balanço;
- Os proveitos e custos são convertidos com base na aplicação de taxas de câmbio aproximadas das taxas reais nas datas das transacções;
- As diferenças cambiais apuradas entre o valor de conversão em euros da situação patrimonial do inicio do ano e o seu valor convertido à taxa de câmbio em vigor na data do balanço a que se reportam as contas consolidadas são registadas por contrapartida de reservas. Da mesma forma, em relação aos resultados das subsidiárias e empresas associadas, as diferenças cambiais resultantes da conversão em euros dos resultados do exercício, entre as taxas de câmbio utilizadas na demonstração dos resultados e as taxas de câmbio em vigor na data de balanço, são registadas em reservas. Na data de alienação da empresa, estas diferenças são reconhecidas em resultados como parte integrante do ganho ou perda resultante da alienação.

### **Saldos e transacções eliminadas na consolidação**

Saldos e transacções entre empresas do Grupo, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações intra grupo, são eliminados no processo de consolidação, excepto nos casos em que as perdas não realizadas indiciam a existência de imparidade que deva ser reconhecida nas contas consolidadas.

Ganhos não realizados resultantes de transacções com entidades associadas são eliminados na proporção da participação do Grupo nas mesmas. Perdas não realizadas são também eliminadas, mas apenas nas situações em que as mesmas não indiciem existência de imparidade.

### **2.3. Operações em moeda estrangeira**

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transacção. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, excepto no que diz respeito às diferenças relacionadas com acções classificadas como activos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

## 2.4. Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

### Classificação

O Grupo classifica como derivados para gestão do risco os (i) derivados de cobertura e (ii) os derivados contratados com o objectivo de efectuar a cobertura económica de certos activos e passivos designados ao justo valor através de resultados mas que não foram classificados como de cobertura.

Todos os restantes derivados são classificados como derivados de negociação.

### Reconhecimento e mensuração

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (*trade date*), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente em resultados do exercício, excepto no que se refere aos derivados de cobertura. O reconhecimento das variações de justo valor dos derivados de cobertura depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (*discounted cash flows*) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

Os derivados negociados em mercados organizados, nomeadamente futuros e alguns contratos de opções, são registados como de negociação sendo os mesmos reavaliados por contrapartida de resultados. Uma vez que as variações de justo valor destes derivados são liquidadas diariamente através das contas margem que o Grupo detém, os mesmos apresentam um valor de balanço nulo. As contas margem são registadas em Outros activos (ver Nota 29) e incluem o colateral mínimo exigido relativamente às posições em aberto.

### Contabilidade de cobertura

- Critérios de classificação

Os instrumentos financeiros derivados utilizados para fins de cobertura podem ser classificados contabilisticamente como de cobertura desde que cumpram, cumulativamente, com as seguintes condições:

- (i) À data de início da transacção a relação de cobertura encontra-se identificada e formalmente documentada, incluindo a identificação do item coberto, do instrumento de cobertura e a avaliação da efectividade da cobertura;
  - (ii) Existe a expectativa de que a relação de cobertura seja altamente efectiva, à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;
  - (iii) A eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;
  - (iv) Para operações de cobertura de fluxos de caixa os mesmos devem ser altamente prováveis de virem a ocorrer.
- Cobertura de justo valor (*fair value hedge*)

Numa operação de cobertura de justo valor de um activo ou passivo (*fair value hedge*), o valor de balanço desse activo ou passivo, determinado com base na respectiva política contabilística, é ajustado por forma a reflectir a variação do seu justo valor atribuível ao risco coberto. As variações do justo valor dos derivados de cobertura são reconhecidas em resultados, conjuntamente com as variações de justo valor dos activos ou dos passivos cobertos, atribuíveis ao risco coberto.

Se a cobertura deixar de cumprir com os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, o instrumento financeiro derivado é transferido para a carteira de negociação e a contabilidade de cobertura é descontinuada prospectivamente. Caso o activo ou passivo coberto corresponda a um instrumento de rendimento fixo, o ajustamento de revalorização é amortizado até à sua maturidade pelo método da taxa efectiva.

- Cobertura de fluxos de caixa (*cash flow hedge*)

Numa operação de cobertura da exposição à variabilidade de fluxos de caixa futuros de elevada probabilidade (*cash flow hedge*), a parte efectiva das variações de justo valor do derivado de cobertura são reconhecidas em reservas, sendo transferidas para resultados nos exercícios em que o respectivo item coberto afecta resultados. A parte inefectiva da cobertura é registada em resultados.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é vendido, ou quando a cobertura deixa de cumprir os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, as variações de justo valor do derivado acumuladas em reservas são reconhecidas em resultados quando a operação coberta também afectar resultados. Se for previsível que a operação coberta não se efectuará, os montantes ainda registados em capital próprio são imediatamente reconhecidos em resultados e o instrumento de cobertura é transferido para a carteira de negociação.

Durante o período coberto por estas demonstrações financeiras o Grupo não detinha operações de cobertura classificadas como coberturas de fluxos de caixa.

### **Derivados embutidos**

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados.

Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

### **2.5. Crédito a clientes**

O crédito a clientes inclui os empréstimos originados pelo Grupo, cuja intenção não é a de venda no curto prazo, os quais são registados na data em que o montante do crédito é adiantado ao cliente.

O crédito a clientes é desreconhecido do balanço quando (i) os direitos contratuais do Grupo relativos aos respectivos fluxos de caixa expiram, (ii) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, ou (iii) não obstante o Grupo ter retido parte, mas não substancialmente todos, os riscos e benefícios associados à sua detenção, o controlo sobre os activos foi transferido.

O crédito a clientes é reconhecido inicialmente ao seu justo valor acrescido dos custos de transacção e é subsequentemente valorizado ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, sendo deduzido de perdas de imparidade.

O Grupo, de acordo com a sua estratégia documentada de gestão do risco, contrata operações de derivados (derivados para gestão de risco) com o objectivo de efectuar a cobertura económica de certos riscos de determinados créditos a clientes, sem contudo apelar à contabilidade de cobertura tal como descrita na Nota 2.4. Nestas situações, o reconhecimento inicial de tais créditos é concretizado através da designação dos créditos ao justo valor através de resultados. Desta forma, é assegurada a consistência na valorização dos créditos e dos derivados (*accounting mismatch*). Esta prática está de acordo com a política contabilística de classificação, reconhecimento e mensuração de activos financeiros ao justo valor através de resultados descrita na Nota 2.6.

## Imparidade

O Grupo avalia regularmente se existe evidência objectiva de imparidade na sua carteira de crédito. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso, num período posterior, o montante da perda estimada diminua.

Um crédito concedido a clientes, ou uma carteira de crédito concedido, definida como um conjunto de créditos com características de risco semelhantes, encontra-se em imparidade quando: (i) existe evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial e (ii) quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros desse crédito, ou carteira de créditos, que possa ser estimado com razoabilidade.

Inicialmente, o Grupo avalia se existe individualmente para cada crédito evidência objectiva de imparidade. Para esta avaliação e na identificação dos créditos com imparidade numa base individual, o Grupo utiliza a informação que alimenta os modelos de risco de crédito implementados e considera de entre outros os seguintes factores:

- a exposição global ao cliente e a existência de créditos em situação de incumprimento;
- a viabilidade económico-financeira do negócio do cliente e a sua capacidade de gerar meios capazes de responder aos serviços da dívida no futuro;
- a existência de credores privilegiados;
- a existência, natureza e o valor estimado dos colaterais;
- o endividamento do cliente com o sector financeiro;
- o montante e os prazos de recuperação estimados.

Se para determinado crédito não existe evidência objectiva de imparidade numa óptica individual, esse crédito é incluído num grupo de créditos com características de risco de crédito semelhantes (carteira de crédito), o qual é avaliado colectivamente – análise da imparidade numa base colectiva. Os créditos que são avaliados individualmente e para os quais é identificada uma perda por imparidade não são incluídos na avaliação colectiva.

Caso seja identificada uma perda por imparidade numa base individual, o montante da perda a reconhecer corresponde à diferença entre o valor contabilístico do crédito e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do contrato. O crédito concedido é apresentado no balanço líquido da imparidade.

Para um crédito com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respectiva perda de imparidade é a taxa de juro efectiva actual, determinada com base nas regras de cada contrato.

As alterações do montante das perdas por imparidade reconhecidas, atribuíveis ao efeito do desconto, são registadas como juros e proveitos similares.

O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados de um crédito garantido reflecte os fluxos de caixa que possam resultar da recuperação e venda do colateral, deduzido dos custos inerentes com a sua recuperação e venda.

No âmbito da análise da imparidade numa base colectiva, os créditos são agrupados com base em características semelhantes de risco de crédito, em função da avaliação de risco definida pelo Grupo. Os fluxos de caixa futuros para uma carteira de créditos, cuja imparidade é avaliada colectivamente, são estimados com base nos fluxos de caixa contratuais e na experiência histórica de perdas. A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar os fluxos de caixa futuros são revistos regularmente pelo Grupo de forma a monitorizar as diferenças entre as estimativas de perdas e as perdas reais.

Quando o Grupo considera que determinado crédito é incobrável e tenha sido reconhecida uma perda por imparidade de 100%, este é abatido ao activo.

## 2.6. Outros activos financeiros

### Classificação

O Grupo classifica os seus outros activos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- Activos financeiros ao justo valor através dos resultados

Esta categoria inclui: (i) os activos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo ou que são detidos como parte integrante de uma carteira de activos, normalmente de títulos, em relação à qual existe evidência de actividades recentes conducentes à realização de ganhos de curto prazo, e (ii) os activos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

O Grupo designa, no seu reconhecimento inicial, certos activos financeiros ao justo valor através de resultados quando:

- tais activos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor;
- são contratadas operações de derivados com o objectivo de efectuar a cobertura económica desses activos, assegurando-se assim a consistência na valorização dos activos e dos derivados (*accounting mismatch*); ou
- tais activos financeiros contêm derivados embutidos.

A Nota 24 contém um sumário dos activos e passivos que foram designados ao justo valor através de resultados no momento do seu reconhecimento inicial.

Os produtos estruturados adquiridos pelo Grupo, que correspondem a instrumentos financeiros contendo um ou mais derivados embutidos, por se enquadrarem sempre numa das três situações acima descritas, seguem o método de valorização dos activos financeiros ao justo valor através de resultados.

- Investimentos detidos até à maturidade

Estes investimentos são activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, que o Grupo tem intenção e capacidade de deter até à maturidade e que não são designados, no momento do seu reconhecimento inicial, como ao justo valor através de resultados ou como disponíveis para venda.

- Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que: (i) o Grupo tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) não se enquadram nas categorias anteriormente referidas.

### **Reconhecimento e mensuração inicial e despreconhecimento**

Aquisições e alienações de: (i) activos financeiros ao justo valor através dos resultados, (ii) investimentos detidos até à maturidade e (iii) activos financeiros disponíveis para venda, são reconhecidos na data da negociação (trade date), ou seja, na data em que o Grupo se compromete a adquirir ou alienar o activo.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

Estes activos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais do Grupo ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o Grupo tenha transferido o controlo sobre os activos.

#### **Mensuração subsequente**

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor através de resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os activos financeiros detidos para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas, até que os activos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes activos são reconhecidas também em reservas, no caso de acções e outros títulos de capital, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efectiva, e os dividendos são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os investimentos detidos até à maturidade são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva e são deduzidos de perdas de imparidade.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (*bid-price*). Na ausência de cotação, o Grupo estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

#### **Transferências entre categorias**

O Grupo apenas procede à transferência de activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, da categoria de activos financeiros disponíveis para venda para a categoria de activos financeiros detidos até à maturidade, desde que tenha a intenção e a capacidade de manter estes activos financeiros até à sua maturidade.

Estas transferências são efectuadas com base no justo valor dos activos transferidos, determinado na data da transferência. A diferença entre este justo valor e o respectivo valor nominal é reconhecida em resultados até à maturidade do activo, com base no método da taxa efectiva. A reserva de justo valor existente na data da transferência é também reconhecida em resultados com base no método da taxa efectiva.

## Imparidade

O Grupo avalia regularmente se existe evidência objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os activos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para as acções e outros instrumentos de capital, uma desvalorização continuada ou significativa no seu valor de mercado face ao custo de aquisição, e (ii) para títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

No que se refere aos investimentos detidos até à maturidade, as perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do activo e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro. Estes activos são apresentados no balanço líquido de imparidade. Caso estejamos perante um activo com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respectiva perda por imparidade é a taxa de juro efectiva actual, determinada com base nas regras de cada contrato. Em relação aos investimentos detidos até à maturidade, se num período subsequente o montante da perda por imparidade diminui, e essa diminuição pode ser objectivamente relacionada com um evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda por imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda por imparidade diminui, a perda por imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital em que as mais valias subsequentes são reconhecidas em reservas.

## 2.7. Activos cedidos com acordo de recompra e empréstimos de títulos

Títulos vendidos com acordo de recompra (*repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de venda acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são desreconhecidos do balanço. O correspondente passivo é contabilizado em valores a pagar a outras instituições de crédito ou a clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de venda e o valor de recompra é tratada como juro e é diferida durante a vida do acordo, através do método da taxa efectiva.

Títulos comprados com acordo de revenda (*reverse repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de compra acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são reconhecidos no balanço, sendo o valor de compra registado como empréstimos a outras instituições de crédito ou clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de compra e o valor de revenda é tratada como juro e é diferido durante a vida do acordo, através do método da taxa efectiva.

Os títulos cedidos através de acordos de empréstimo não são desreconhecidos do balanço, sendo classificados e valorizados em conformidade com a política contabilística referida na Nota 2.6. Os títulos recebidos através de acordos de empréstimo não são reconhecidos no balanço.

## 2.8. Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem recursos de instituições de crédito e de clientes, empréstimos, responsabilidades representadas por títulos, outros passivos subordinados e vendas a descoberto. As acções preferenciais emitidas são consideradas passivos financeiros quando o Grupo assume a obrigação do seu reembolso e/ou do pagamento de dividendos.

Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, com a excepção das vendas a descoberto e dos passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, as quais são registadas ao justo valor.

O Grupo designa, no seu reconhecimento inicial, certos passivos financeiros como ao justo valor através de resultados quando:

- são contratadas operações de derivados com o objectivo de efectuar a cobertura económica desses passivos, assegurando-se assim a consistência na valorização dos passivos e dos derivados (*accounting mismatch*); ou

- tais passivos financeiros contêm derivados embutidos.

Os produtos estruturados emitidos pelo Grupo, por se enquadrarem sempre numa das situações acima descritas, seguem o método de valorização dos passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

O justo valor dos passivos financeiros cotados é o seu valor de cotação. Na ausência de cotação, o Grupo estima o justo valor utilizando metodologias de avaliação considerando pressupostos baseados em informação de mercado, incluindo o próprio risco de crédito da entidade do Grupo emitente.

Caso o Grupo recompre dívida emitida esta é anulada do balanço consolidado e a diferença entre o valor de balanço do passivo e o valor de compra é registado em resultados.

## 2.9. Garantias financeiras

São considerados como garantias financeiras os contratos que requerem que o seu emitente efectue pagamentos com vista a compensar o detentor por perdas incorridas decorrentes de incumprimentos dos termos contratuais de instrumentos de dívida, nomeadamente o pagamento do respectivo capital e/ou juros.

As garantias financeiras emitidas são inicialmente reconhecidas pelo seu justo valor. Subsequentemente estas garantias são mensuradas pelo maior (i) do justo valor reconhecido inicialmente e (ii) do montante de qualquer obrigação decorrente do contrato de garantia, mensurada à data do balanço. Qualquer variação do valor da obrigação associada a garantias financeiras emitidas é reconhecida em resultados.

As garantias financeiras emitidas pelo Grupo normalmente têm maturidade definida e uma comissão periódica cobrada antecipadamente, a qual varia em função do risco de contraparte, montante e período do contrato. Nessa base, o justo valor das garantias na data do seu reconhecimento inicial é aproximadamente nulo tendo em consideração que as condições acordadas são de mercado. Assim, o valor reconhecido na data da contratação iguala o montante da comissão inicial recebida a qual é reconhecida em resultados durante o período a que diz respeito. As comissões subsequentes são reconhecidas em resultados no período a que dizem respeito.

## 2.10. Instrumentos de capital

Um instrumento é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo

financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Custos directamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transacção.

As distribuições efectuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

As acções preferenciais emitidas pelo Grupo são consideradas como instrumentos de capital se não contiverem uma obrigação de reembolso e os dividendos, não cumulativos, só forem pagos se e quando declarados pelo Grupo.

## **2.11. Compensação de instrumentos financeiros**

Activos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

## **2.12. Activos não correntes detidos para venda**

Activos não correntes ou grupos para alienação (grupo de activos a alienar em conjunto numa só transacção, e passivos directamente associados que incluem pelo menos um activo não corrente) são classificados como detidos para venda quando o seu valor de balanço for recuperado principalmente através de uma transacção de venda (incluindo os adquiridos exclusivamente com o objectivo da sua venda), os activos ou grupos para alienação estiverem disponíveis para venda imediata e a venda for altamente provável.

Imediatamente antes da classificação inicial do activo (ou grupo para alienação) como detido para venda, a mensuração dos activos não correntes (ou de todos os activos e passivos do Grupo) é efectuada de acordo com os IFRS aplicáveis. Subsequentemente, estes activos ou grupos para alienação são remensurados ao menor valor entre o valor de reconhecimento inicial e o justo valor deduzido dos custos de venda.

No decurso da sua actividade corrente de concessão de crédito o Grupo incorre no risco de não conseguir que todo o seu crédito seja reembolsado. No caso de créditos com colateral de hipoteca, o Grupo procede à execução das mesmas recebendo imóveis e outros bens em dação para liquidação do

crédito concedido. Por força do disposto no Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF) os bancos estão impedidos de adquirir imóveis que não sejam indispensáveis à sua instalação e funcionamento ou à prossecução do seu objecto social (nº1 do artigo 112º do RGICSF) podendo, no entanto, adquirir imóveis por reembolso de créditos devendo alienar os mesmos num prazo de 2 anos o qual, havendo motivo fundado, poderá ser prorrogado pelo Banco de Portugal, nas condições que este determinar (art.114º do RGICSF).

O Grupo tem como objectivo a venda imediata de todos os imóveis recebidos em dação. Estes imóveis são classificados como activos não correntes detidos para venda sendo registados no seu reconhecimento inicial pelo menor de entre o seu justo valor deduzido dos custos esperados de venda e o valor de balanço do crédito concedido objecto de recuperação. Subsequentemente, estes activos são mensurados ao menor de entre o valor de reconhecimento inicial e o justo valor deduzido dos custos de venda e não são amortizados. As perdas não realizadas com estes activos, assim determinadas, são registadas em resultados.

As avaliações destes imóveis são efectuadas de acordo com uma das seguintes metodologias, aplicadas de acordo com a situação específica do bem:

a) *Método de Mercado*

O Critério da Comparação de Mercado tem por referência valores de transacção de imóveis semelhantes e comparáveis ao imóvel objecto de estudo obtido através de prospecção de mercado realizada na zona.

b) *Método do Rendimento*

Este método tem por finalidade estimar o valor do imóvel a partir da capitalização da sua renda líquida, actualizado para o momento presente, através do método dos fluxos de caixa descontados.

c) *Método do Custo*

O Método de Custo é um critério que decompõe o valor da propriedade nas suas componentes fundamentais: Valor do Solo Urbano e o Valor da Urbanidade; Valor da Construção; e Valor de Custos Indirectos.

As avaliações realizadas são conduzidas por entidades independentes especializadas neste tipo de serviços. Os relatórios de avaliação são analisados internamente com aferição da adequação dos processos, comparando os valores de venda com os valores reavaliamos.

## 2.13. Outros activos tangíveis

Os outros activos tangíveis do Grupo encontram-se valorizados ao custo deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade. O custo inclui despesas que são directamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos subsequentes com os outros activos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os terrenos não são amortizados. As amortizações dos outros activos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de amortização que reflectem a vida útil esperada dos bens:

	<b>Número de anos</b>
Imóveis de serviço próprio	35 a 50
Beneficiações em edifícios arrendados	10
Equipamento informático	4 a 5
Mobiliário e material	4 a 10
Instalações interiores	5 a 12
Equipamento de segurança	4 a 10
Máquinas e ferramentas	4 a 10
Material de transporte	4
Outro equipamento	5

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

## 2.14. Activos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição, produção e desenvolvimento de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pelo Grupo necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos, a qual se situa normalmente entre 3 a 6 anos.

Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis. Estes custos incluem as despesas com os empregados das empresas do Grupo especializadas em informática enquanto estiverem directamente afectos aos projectos em causa.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

## 2.15. Locações

O Grupo classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

### Locações operacionais

Os pagamentos efectuados pelo Grupo à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

### Locações financeiras

- Como locatário

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

- Como locador

Os contratos de locação financeira são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor equivalente ao investimento líquido realizado nos bens locados.

Os juros incluídos nas rendas debitadas aos clientes são registadas como proveitos enquanto que as amortizações de capital, também incluídas nas rendas, são deduzidas ao valor do crédito concedido a clientes. O reconhecimento dos juros reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

## 2.16. Benefícios aos empregados

### Pensões

Decorrente da assinatura do Acordo Colectivo de Trabalho (ACT) e subsequentes alterações decorrentes dos 3 acordos tripartidos conforme descritos na Nota 13, o Banco e demais empresas do Grupo constituíram fundos de pensões e outros mecanismos tendo em vista assegurar a cobertura das responsabilidades assumidas para com pensões de reforma por velhice, invalidez, sobrevivência e ainda por cuidados médicos.

A cobertura das responsabilidades é assegurada, para a generalidade das empresas do Grupo, através de fundos de pensões geridos pela ESAF – Espírito Santo Fundos de Pensões, S.A., subsidiária do Grupo.

Os planos de pensões existentes no Grupo correspondem a planos de benefícios definidos, uma vez que definem os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais factores como sejam a idade, anos de serviço e retribuição.

À luz do IFRS 1, o Grupo optou por aplicar retrospectivamente o IAS 19, tendo efectuado o recalcular dos ganhos e perdas actuariais que podem ser diferidos em balanço de acordo com o método do corredor preconizado nesta norma e utilizado na preparação das demonstrações financeiras até ao exercício de 2011. Em Dezembro de 2011, e conforme descrito na Nota 47, o Grupo alterou retrospectivamente a sua política contabilística de reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais, ajustando o balanço de abertura e os valores comparativos, tendo passado a registar os mesmos, conforme opção permitida pelo parágrafo 93A do IAS 19 ‘Benefícios a empregados’, como uma dedução a capitais próprios na rubrica de outro rendimento integral.

As responsabilidades do Grupo com pensões de reforma são calculadas semestralmente, em 31 de Dezembro e 30 de Junho de cada ano, individualmente para cada plano, com base no Método da Unidade de Crédito Projectada, sendo sujeitas a uma revisão anual por actuários independentes. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a emissões de obrigações de empresas de alta qualidade, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

A taxa de rendimento esperada é baseada nos pressupostos de rentabilidade de longo prazo para cada classe de activos que compõem a carteira dos fundos de pensões e pondera a estratégia de investimento determinada para estes fundos.

Os ganhos e perdas actuariais determinados semestralmente, resultantes (i) das diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados (ganhos e

perdas de experiência) e (ii) das alterações de pressupostos actuariais, são reconhecidos por contrapartida de capital próprio na rubrica de outro rendimento integral.

Em cada período o Grupo reconhece como um custo na sua demonstração de resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o custo dos juros, (iii) o rendimento esperado dos activos do fundo, (iv) o efeito das reformas antecipadas, e (v) os efeitos de qualquer liquidação ou corte ocorridos no período. Os encargos com reformas antecipadas correspondem ao aumento de responsabilidades decorrente da reforma ocorrer antes do empregado atingir os 65 anos de idade.

O Grupo efectua pagamentos aos fundos de forma a assegurar a solvência dos mesmos, sendo os níveis mínimos fixados pelo Banco de Portugal como segue: (i) financiamento integral no final de cada exercício das responsabilidades actuariais por pensões em pagamento e (ii) financiamento a um nível mínimo de 95% do valor actuarial das responsabilidades por serviços passados do pessoal no activo.

Semestralmente, o Grupo avalia, para cada plano, a recuperabilidade do eventual excesso do fundo em relação às responsabilidades com pensões de reforma, tendo por base a expectativa de redução em futuras contribuições necessárias.

### **Benefícios de saúde**

Aos trabalhadores bancários é assegurada pelo Grupo a assistência médica através de um Serviço de Assistência Médico-Social. O Serviço de Assistência Médico-Social – SAMS – constitui uma entidade autónoma e é gerido pelo Sindicato respectivo.

O SAMS proporciona, aos seus beneficiários, serviços e/ou comparticipações em despesas no domínio de assistência médica, meios auxiliares de diagnóstico, medicamentos, internamentos hospitalares e intervenções cirúrgicas, de acordo com as suas disponibilidades financeiras e regulamentação interna.

Constituem contribuições obrigatórias para os SAMS, a cargo do Grupo, a verba correspondente a 6,50% do total das retribuições efectivas dos trabalhadores no activo, incluindo, entre outras, o subsídio de férias e o subsídio de Natal.

O cálculo e registo das obrigações do Grupo com benefícios de saúde atribuíveis aos trabalhadores na idade da reforma são efectuados de forma semelhante às responsabilidades com pensões. Estes benefícios estão cobertos pelo Fundo de Pensões que passou a integrar todas as responsabilidades com pensões e benefícios de saúde.

### **Prémios de antiguidade**

No âmbito do Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário, o Grupo BES assumiu o compromisso de pagar aos seus trabalhadores, quando estes completam 15, 25 e 30 anos ao serviço do Grupo,

prémios de antiguidade de valor correspondente a uma, duas ou três vezes, respectivamente, o salário mensal recebido à data de pagamento destes prémios.

À data da passagem à situação de invalidez ou invalidez presumível, o trabalhador tem direito a um prémio de antiguidade de valor proporcional àquele de que beneficiaria se continuasse ao serviço até reunir os pressupostos do escalão seguinte.

Os prémios de antiguidade são contabilizados pelo Grupo de acordo com o IAS 19, como outros benefícios de longo prazo a empregados.

O valor das responsabilidades do Grupo com estes prémios de antiguidade é estimado semestralmente pelo Grupo com base no Método da Unidade de Crédito Projectada. Os pressupostos actuariais utilizados baseiam-se em expectativas de futuros aumentos salariais e tábuas de mortalidade. A taxa de desconto utilizada neste cálculo foi determinada com base na mesma metodologia descrita nas pensões de reforma.

Em cada período, o aumento da responsabilidade com prémios de antiguidade, incluindo ganhos e perdas actuariais e custos de serviços passados, é reconhecido em resultados.

#### **Plano de Pagamento de Remuneração Variável (PPRV)**

O BES e as suas subsidiárias estabeleceram um sistema de incentivos denominado Plano de Pagamento de Remuneração Variável (PPRV – 2008/2011), que terminou no primeiro semestre de 2011.

Ao abrigo deste plano de incentivos, os colaboradores do BES e das suas subsidiárias tinham o direito ao recebimento em dinheiro, no futuro, correspondente à apreciação do valor das acções do BES acima de um determinado preço pré-estabelecido (*strike price*). Para tal, os colaboradores tinham de permanecer ao serviço do Banco por um período mínimo de 3 anos.

Este plano de pagamentos de remuneração variável enquadrava-se no âmbito do IFRS 2 - Pagamento com base em acções e correspondia a um pagamento em dinheiro baseado em acções. O justo valor deste benefício, determinado na data da sua atribuição, foi imputado a resultados, como custo com pessoal, ao longo do período de serviço dos 3 anos definido para o programa. O passivo resultante era reavaliado à data de cada balanço, sendo a variação de justo valor reconhecida em resultados na rubrica de lucros/prejuízos de operações financeiras.

### **Plano de Remuneração Variável em Instrumentos Financeiros (PRVIF)**

Na sequência de recomendações das entidades de Supervisão e Regulamentação, a Assembleia Geral de Accionistas de 6 de Abril de 2010 aprovou uma nova política de remuneração para os membros da Comissão Executiva. Esta política consiste em atribuir aos referidos membros uma remuneração fixa, que deve representar aproximadamente 45% do total, e uma componente variável que deve rondar os 55%. A remuneração variável deverá ter duas componentes: uma associada ao desempenho de curto prazo e uma outra ao desempenho de médio prazo. Metade da componente de curto prazo deverá ser paga em numerário e os restantes 50% deverá ser paga durante um período de três anos, devendo metade destes pagamentos ser realizada em dinheiro e a parte restante através da atribuição de acções. A componente de médio prazo tem associada um programa de opções sobre acções com o exercício das opções fixado a três anos da data da sua atribuição.

A execução do PRVIF no que respeita ao total das remunerações em dinheiro, número de acções e de opções a atribuir a cada elemento da Comissão Executiva é fixado através de deliberações da Comissão de Vencimentos.

No que respeita à modalidade de atribuição de acções do PRVIF, as mesmas são entregues aos beneficiários de forma diferida ao longo de um período de três anos (1º ano: 33%; 2º ano: 33%; 3º ano: 34%) e está condicionado à verificação de uma Rendibilidade de Capitais Próprios (*ROE*) igual ou superior a 5%.

Relativamente à modalidade de atribuição de opções, estas são atribuídas aos beneficiários, igualmente pela Comissão de Vencimentos, sendo o preço de exercício igual à média aritmética simples das cotações de fecho das acções do BES na *NYSE Euronext Lisbon* ao longo de 20 dias úteis anteriores ao dia de atribuição das opções, acrescida de 10%. As opções só podem ser exercidas na maturidade, podendo o beneficiário decidir-se pela liquidação física ou pela liquidação financeira das opções.

O PRVIF prevê a possibilidade da atribuição de opções sobre acções do BES aos seus quadros de topo, entendidos como os directores gerais, os assessores do Conselho de Administração e os directores coordenadores. As opções são atribuídas pelo Conselho de Administração aos beneficiários em moldes idênticos ao referido para o programa de opções dos membros da Comissão Executiva.

O PRVIF é contabilizado de acordo com as regras aplicáveis (IFRS 2 e IAS 19).

### **Remunerações variáveis aos empregados**

De acordo com o IAS 19 – Benefícios dos empregados, as remunerações variáveis (participação nos lucros, prémios e outras) atribuídas aos empregados e, eventualmente, aos membros executivos dos órgãos de administração são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

## 2.17. Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de activos disponíveis para venda e de derivados de cobertura de fluxos de caixa são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se revertem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis com excepção do *goodwill* não dedutível para efeitos fiscais, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de activos e passivos que não afectem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias na medida em que não seja provável que se revertam no futuro. Os impostos diferidos activos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

O Grupo procede à compensação de activos e passivos por impostos diferidos ao nível de cada subsidiária, sempre que (i) o imposto sobre o rendimento de cada subsidiária a pagar às Autoridades Fiscais é determinado numa base líquida, isto é, compensando impostos correntes activos e passivos, e (ii) os impostos são cobrados pela mesma Autoridade Fiscal sobre a mesma entidade tributária. Esta compensação é por isso, efectuada ao nível de cada subsidiária, reflectindo o saldo activo no balanço consolidado a soma dos valores das subsidiárias que apresentam impostos diferidos activos e o saldo passivo no balanço consolidado a soma dos valores das subsidiárias que apresentam impostos diferidos passivos.

## 2.18. Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) o Grupo tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Nos casos em que o efeito do desconto é material, a provisão corresponde ao valor actual dos pagamentos futuros esperados, descontados a uma taxa que considera o risco associado à obrigação.

São reconhecidas provisões para reestruturação quando o Grupo tenha aprovado um plano de reestruturação formal e detalhado e tal reestruturação tenha sido iniciada ou anunciada publicamente.

Uma provisão para contratos onerosos é reconhecida quando os benefícios esperados de um contrato formalizado sejam inferiores aos custos que inevitavelmente o Grupo terá de incorrer de forma a cumprir as obrigações dele decorrentes. Esta provisão é mensurada com base no valor actual do menor de entre os custos de terminar o contrato ou os custos líquidos estimados resultantes da sua continuação.

## 2.19. Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e de activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, utilizando o método da taxa efectiva. Os juros dos activos e dos passivos financeiros ao justo valor através dos resultados são também incluídos na rubrica de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, respectivamente.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro. A taxa de juro efectiva é estabelecida no reconhecimento inicial dos activos e passivos financeiros e não é revista subsequentemente.

Para o cálculo da taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transacção. No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados

em juros e proveitos equiparados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

No que se refere aos instrumentos financeiros derivados, com excepção daqueles classificados como derivados para gestão de risco (ver Nota 2.4), a componente de juro inerente à variação de justo valor não é separada e é classificada na rubrica de resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados. A componente de juro inerente à variação de justo valor dos instrumentos financeiros derivados para gestão de risco é reconhecida nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares.

## **2.20. Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões**

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um acto significativo, como por exemplo comissões na sindicação de empréstimos, são reconhecidos em resultados quando o acto significativo tiver sido concluído;
- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem;
- Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efectiva.

## **2.21. Reconhecimento de dividendos**

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando o direito de receber o seu pagamento é estabelecido.

## **2.22. Reporte por segmentos**

O Grupo adoptou o IFRS 8 – Segmentos Operacionais para efeitos de divulgação da informação financeira por segmentos operacionais (ver Nota 4).

Um segmento de negócio é um conjunto de activos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos de negócio.

Os resultados dos segmentos operacionais são periodicamente revistos pela Gestão com vista à tomada de decisões. O Grupo prepara regularmente informação financeira relativa a estes segmentos, a qual é reportada à Gestão.

Um segmento geográfico é um conjunto de activos e operações localizados num ambiente económico específico que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes de outros segmentos que operam em outros ambientes económicos.

### **2.23. Resultados por acção**

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível aos accionistas da empresa-mãe pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação, excluindo o número médio de acções próprias detidas pelo Grupo.

Para o cálculo dos resultados por acção diluídos, o número médio ponderado de acções ordinárias em circulação é ajustado de forma a reflectir o efeito de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras, como as resultantes de dívida convertível e de opções sobre acções próprias concedidas aos trabalhadores. O efeito da diluição traduz-se numa redução nos resultados por acção, resultante do pressuposto de que os instrumentos convertíveis são convertidos ou de que as opções concedidas são exercidas.

### **2.24. Caixa e equivalentes de caixa**

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição/contratação, onde se incluem a caixa, disponibilidades em Bancos Centrais e em outras instituições de crédito. A caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto de Bancos Centrais.

## **NOTA 3 – PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efectue julgamentos e faça as estimativas necessárias para decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Grupo são discutidas nesta Nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados do Grupo e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo é apresentada na Nota 2 às demonstrações financeiras consolidadas.

Considerando que, em muitas situações, existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pelo Grupo poderiam ser diferentes caso

um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Grupo e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

### **3.1. Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda**

O Grupo determina que existe imparidade nos seus activos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor ou quando prevê existir um impacto nos fluxos de caixa futuros dos activos. Esta determinação requer julgamento, no qual o Grupo recolhe e avalia toda a informação relevante à formulação da decisão, nomeadamente a volatilidade normal dos preços dos instrumentos financeiros. Para o efeito e em consequência da forte volatilidade dos mercados, consideraram-se os seguintes parâmetros como *triggers* da existência de imparidade:

- (i) Títulos de capital: desvalorização continuada ou de valor significativo no seu valor de mercado face ao custo de aquisição;
- (ii) Títulos de dívida: sempre que exista evidência objectiva de eventos com impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros destes activos.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado (*mark to market*) ou de modelos de avaliação (*mark to model*) os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou de julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

A utilização de metodologias alternativas e de diferentes pressupostos e estimativas poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Grupo.

### **3.2. Justo valor dos instrumentos financeiros derivados**

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes semelhantes e realizadas em condições de mercado, ou com base em metodologias de avaliação baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

### **3.3. Perdas por imparidade no crédito sobre clientes**

O Grupo efectua uma revisão periódica da sua carteira de crédito de forma a avaliar a existência de imparidade, conforme referido na Nota 2.5.

O processo de avaliação da carteira de crédito de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui factores como a frequência de incumprimento, notações de risco, taxas de recuperação das perdas e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros quer do momento do seu recebimento.

A utilização de metodologias alternativas e de outros pressupostos e estimativas poderia resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados consolidados do Grupo.

### **3.4. Imparidade do Goodwill**

O valor recuperável do goodwill registado no activo do Grupo é revisto anualmente independentemente da existência de sinais de imparidade.

Para o efeito, o valor de balanço das unidades do Grupo para as quais se encontra reconhecido no activo o respectivo goodwill, é comparado com o seu justo valor. É reconhecida uma perda por imparidade associada ao goodwill quando o justo valor da unidade a ser testada é inferior ao seu valor de balanço.

Na ausência de um valor de mercado disponível, o mesmo é calculado com base em técnicas de valores descontados usando uma taxa de desconto que considera o risco associado à unidade a ser testada. A determinação dos fluxos de caixa futuros a descontar e da taxa de desconto a utilizar envolve julgamento.

Variações nos fluxos de caixa esperados e nas taxas de desconto a utilizar poderiam originar conclusões diferentes daquelas que estiveram na base da preparação destas demonstrações financeiras.

### **3.5. Securitizações e Entidades de Finalidade Especial (SPE)**

O Grupo patrocina a constituição de Entidades de Finalidade Especial (SPE) com o objectivo principal de efectuar operações de securitização de activos.

O Grupo não consolida os SPE relativamente aos quais não detém o controlo. Uma vez que pode ser difícil determinar se é exercido o controlo sobre um SPE, é efectuado um julgamento para determinar se o Grupo está exposto aos riscos e benefícios inerentes às actividades do SPE e se tem os poderes de tomada de decisão nesse SPE (ver Nota 2.2).

A decisão de que um SPE tem que ser consolidado pelo Grupo requer a utilização de pressupostos e estimativas para apurar os ganhos e perdas residuais e determinar quem retém a maioria desses ganhos e perdas. Outros pressupostos e estimativas poderiam levar a que o perímetro de consolidação do Grupo fosse diferente, com impacto directo nos seus resultados.

### **3.6. Investimentos detidos até à maturidade**

O Grupo classifica os seus activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas como investimentos detidos até à maturidade, de acordo com os requisitos do IAS 39. Esta classificação requer um nível de julgamento significativo.

No julgamento efectuado, o Grupo avalia a sua intenção e capacidade de deter estes investimentos até à maturidade. Caso o Grupo não detenha estes investimentos até à maturidade, excepto em circunstâncias específicas – por exemplo, alienar uma parte não significativa perto da maturidade – é requerida a reclassificação de toda a carteira para activos financeiros disponíveis para venda, com a sua consequente mensuração ao justo valor e não ao custo amortizado.

Os activos detidos até à maturidade são objecto de teste sobre a existência de imparidade, o qual segue uma análise e decisão do Grupo. A utilização de metodologias e pressupostos diferentes dos usados nos cálculos efectuados poderia ter impactos diferentes em resultados.

### **3.7. Impostos sobre os lucros**

O Grupo encontra-se sujeito ao pagamento de impostos sobre lucros em diversas jurisdições. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pelo Banco e pelas suas subsidiárias residentes em Portugal, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que hajam correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção dos Conselhos de Administração do Banco e das suas subsidiárias, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

### **3.8. Pensões e outros benefícios a empregados**

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

### **NOTA 4 – REPORTE POR SEGMENTOS**

O Grupo BES desenvolve a sua actividade centrada no sector financeiro direcionado para as empresas, institucionais e clientes particulares. Tem o seu centro de decisão em Portugal o que confere ao território nacional o seu mercado privilegiado e natural de actuação. As ligações históricas com o Brasil e África, a internacionalização das empresas nacionais e a emigração de portugueses para vários países do mundo tem merecido especial atenção do Grupo que conta já com uma estrutura internacional com uma contribuição relevante para a sua actividade e resultados.

Os produtos e serviços prestados incluem a captação de depósitos, a concessão de crédito a empresas e particulares, a gestão de fundos de investimento, serviços de corretagem e custódia, serviços de banca de investimento e ainda a comercialização de seguros de vida e não vida. Adicionalmente, o Grupo realiza investimentos de curto, de médio e longo prazo nos mercados financeiro e cambial como forma de tirar vantagens das oscilações de preços ou como meio para rendibilizar os recursos financeiros disponíveis.

Para o efeito o Grupo conta com o BES como principal unidade operacional – com uma rede de 657 balcões em Portugal e com sucursais em Londres, Nova Iorque, Espanha (25 balcões), Nassau, Ilhas Caimão, Cabo Verde, Venezuela, Luxemburgo, uma sucursal financeira na Zona Franca da Madeira e 13 escritórios de representação – com o BES Investimento (banca de investimento), com o BES Angola (35

balcões), BES Açores (18 balcões), Banco BEST (11 balcões), Espírito Santo Bank, BES Oriente, Aman Bank, BES Cabo Verde, BES Vénétie, Espírito Santo Activos Financeiros (ESAF), BES Seguros (ramo de seguros não vida) e BES Vida, entre outras empresas.

Na avaliação do desempenho por áreas de negócio o Grupo considera os seguintes Segmentos Operacionais: (1) Banca Comercial Nacional, que inclui os subsegmentos de Retalho, Empresas e Institucionais e *Private Banking*; (2) Banca Comercial Internacional; (3) Banca de Investimento; (4) Gestão de Activos; (5) Mercados e Participações Estratégicas; e (6) Centro Corporativo. Cada segmento engloba as estruturas do BES que a ele se encontram directa e indirectamente dedicadas, bem assim como as unidades autónomas do Grupo cuja actividade mais se identifica com um daqueles segmentos. Para além da avaliação individual e isolada de cada unidade operacional do Grupo (encaradas numa óptica de centro de investimento), há, a nível da Comissão Executiva, definições de estratégias, programas comerciais e avaliação de desempenho de cada segmento operacional.

Complementarmente, o Grupo utiliza uma segunda segmentação da sua actividade e resultados segundo critérios geográficos, separando a actividade e resultados que é objecto de escrituração nas unidades localizadas em Portugal (Área Doméstica) das localizadas no exterior (Área Internacional).

#### **4.1. Descrição dos segmentos operacionais**

Cada um dos segmentos operacionais inclui as seguintes actividades, produtos, clientes e estruturas do Grupo:

##### **Banca Comercial Nacional**

Este Segmento Operacional inclui toda a actividade bancária com clientes particulares e empresas desenvolvida em território nacional baseada na rede de distribuição de balcões, centros de empresas e outros canais e engloba os seguintes subsegmentos:

- a) **Retalho:** corresponde a toda a actividade desenvolvida em Portugal com os clientes particulares e pequenos negócios, fundamentalmente originada através da rede de balcões, rede de agentes e canais electrónicos. A informação financeira do segmento relaciona-se com, entre outros produtos e serviços, o crédito à habitação, o crédito ao consumo, o financiamento à actividade dos Negócios, os depósitos, os PPR e outros produtos de seguros para particulares, a gestão de contas e de meios de pagamento e os serviços de colocação de fundos de investimento, de compra e venda de títulos e de custódia.

- b) **Empresas e Institucionais:** congrega a actividade do BES em Portugal com as Médias e Grandes Empresas, através de estrutura comercial dedicada a este segmento constituído por 24 Centros de Empresas. Inclui também o negócio com os clientes institucionais e municipais. O Grupo detém uma importante presença neste segmento, fruto do seu tradicional papel no apoio ao desenvolvimento do tecido empresarial nacional, focalizado nas empresas de bom risco, com cariz inovador e nas unidades com vocação empresarial.
- c) **Private Banking:** agrupa a actividade com clientes *private* integrando todos os produtos do activo e de captação de recursos a eles associados, nomeadamente, os depósitos, a gestão discricionária, os serviços de custódia, de compra e venda de títulos e produtos de seguros.

### **Banca Comercial Internacional**

Este Segmento Operacional integra as unidades localizadas no exterior cuja actividade bancária é dirigida tanto a empresas como particulares, excluindo o negócio de banca de investimento e de gestão de activos, o qual está integrado nos segmentos correspondentes.

De entre as unidades que concorrem para este segmento, salientamos o BES Angola e as sucursais de Espanha, Londres, Nova Iorque, Cabo Verde, Luxemburgo e Venezuela do BES. Os produtos e serviços disponibilizados abrangem os depósitos, todas as modalidades de crédito, operações de *leveraged finance*, *structured trade finance* e *project finance*. Este segmento, no contexto da execução da estratégia de captação de recursos, tem vindo a assumir um papel de relevo designadamente junto de clientes institucionais.

### **Banca de Investimento**

Inclui essencialmente os activos, passivos, proveitos e custos das unidades operacionais que consolidam no BES Investimento o qual reúne a actividade de banca de investimento do Grupo originada em Portugal e no estrangeiro. Para além da actividade bancária tradicional com clientes, inclui os serviços de consultoria de *project finance*, fusões e aquisições, reestruturação e consolidação de passivos, preparação e colocação pública ou privada de emissões de acções, obrigações e outros instrumentos de dívida e de capital, serviços de corretagem e demais serviços de banca de investimentos.

### **Gestão de Activos**

Segmento que agrupa a actividade de *asset management* desenvolvida fundamentalmente pela subsidiária ESAF tanto em território nacional, como no estrangeiro (Espanha, Brasil, Angola e Luxemburgo) através de sociedades especializadas constituídas para o efeito. A oferta de produtos abrange todo o tipo de fundos – mobiliários, imobiliários e de pensões – para além de prestação de serviços de gestão discricionária e de carteiras.

### Mercados e participações estratégicas

Neste segmento inclui-se a actividade de gestão financeira global do Grupo, designadamente os investimentos em instrumentos dos mercados de capitais (acções e obrigações), estejam eles integrados na carteira de negociação, de justo valor através de resultados, de disponíveis para venda ou na carteira de investimentos detidos até à maturidade. Também é neste segmento que se incluem os impactos das decisões estratégicas com efeitos transversais a todo o Grupo, os investimentos nas participações estratégicas minoritárias, a actividade inerente à gestão de riscos de taxa de juro e cambial e ainda a gestão das posições curtas e longas em instrumentos financeiros que permitam tirar partido das oscilações de preços nos mercados em que tais instrumentos são transaccionados.

### Centro corporativo

Esta área não corresponde propriamente a um segmento operacional. Trata-se de uma agregação de estruturas corporativas transversais que asseguram as funções básicas de gestão global do Grupo, como sejam as ligadas aos órgãos de Administração e Fiscalização, função *Compliance*, Planeamento, Contabilidade, Gestão e Controlo de Risco, Comunicação Institucional, Auditoria Interna, Organização e Qualidade, entre outras.

## 4.2. Critérios de imputação da actividade e resultados aos segmentos

A informação financeira apresentada para cada segmento foi preparada tendo por referência os critérios usados para a produção de informação interna com base na qual são tomadas as decisões do Grupo, tal como preconizado pelo IFRS.

As políticas contabilísticas seguidas na preparação da informação relativa aos segmentos operacionais são as mesmas que as utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras e que se encontram descritas na Nota 2, tendo sido adoptados ainda os seguintes princípios:

### Mensuração dos lucros ou prejuízos dos segmentos

O Grupo utiliza o resultado antes de impostos como medida de mensuração dos lucros e prejuízos para a avaliação do desempenho de cada um dos segmentos operacionais.

### Unidades operacionais autónomas

Como referido anteriormente, cada unidade operacional autónoma (sucursais no exterior e empresas subsidiárias e associadas) é avaliada *per si* atendendo a que estas unidades são encaradas como centros de investimento. Complementarmente, atendendo às características do negócio que maioritariamente desenvolvem, são englobadas num dos Segmentos Operacionais pela sua totalidade, ou seja, activos, passivos, capital próprio afecto, proveitos e custos.

### Estruturas do BES dedicadas ao Segmento

A actividade do BES abrange a generalidade dos segmentos operacionais pelo que é objecto de desagregação em conformidade.

Na alocação da informação financeira são utilizados os seguintes princípios: (i) da originação das operações, ou seja, é imputado a cada segmento o negócio originado pelas estruturas comerciais dedicadas ao segmento, mesmo que, numa fase posterior o Grupo, estrategicamente, decida titularizar alguns dos activos neles originados; (ii) da imputação de uma margem de comercialização para os produtos-massa a qual é definida ao mais alto nível aquando do lançamento dos produtos; (iii) da imputação da margem que haja sido negociada para os produtos não massa directamente pelas estruturas comerciais com os clientes; (iv) da imputação dos custos directos das estruturas comerciais e centrais dedicadas ao segmento (v) da imputação dos custos indirectos (serviços centrais de apoio e informáticos) determinados com base em *drivers* específicos e no modelo do Custo Baseado em Actividades (CBA); (vi) da imputação do risco de crédito determinado de acordo com o modelo da imparidade; (vii) afectação da totalidade do capital próprio do BES ao segmento de Mercados e participações estratégicas.

As operações entre as unidades juridicamente autónomas do Grupo são realizadas a preços de mercado; o preço das prestações entre as estruturas de cada unidade, designadamente os preços estabelecidos para o fornecimento ou cedência interna de fundos, é determinado pelo processo de margens acima referido (que variam em função da relevância estratégica do produto e do equilíbrio das estruturas entre a função de captação de recursos e da concessão de crédito); as restantes prestações internas são alocadas aos segmentos com base no CBA sem qualquer margem das estruturas fornecedoras; as decisões de natureza estratégica e/ou natureza excepcional são analisadas casuisticamente sendo os rendimentos e/ou encargos, regra geral, imputados ao segmento de Mercados e Participações Estratégicas.

Os riscos de taxa de juro, cambial, de liquidez e outros que não o risco de crédito, são imputados ao Departamento Financeiro o qual tem por missão proceder à gestão financeira global do Banco estando a respectiva actividade e resultados incluídos no segmento de Mercados e Participações Estratégicas.

### Juros activos e passivos

Sendo a actividade do Grupo exercida exclusivamente na área financeira, significa que parte substancial das receitas geradas decorre da diferença entre os juros auferidos dos seus activos e os juros suportados pelos recursos financeiros que capta. Esta circunstância e o facto de a actividade dos segmentos ser avaliada pela gestão através das margens negociadas ou determinadas previamente para cada produto, significa que os proveitos da actividade de intermediação são apresentados, tal como permitido pelo parágrafo 23 do IFRS 8, pelo valor líquido dos juros sob a designação de Resultado Financeiro.

### **Investimentos consolidados pelo método de equivalência patrimonial**

Os investimentos em associadas consolidadas pelo método de equivalência patrimonial estão incluídos no segmento designado por Mercados e Participações Estratégicas para o caso das associadas do BES. Para o caso dos investimentos em associadas de outras entidades do Grupo as mesmas encontram-se afectas aos segmentos em que essas unidades se incluem.

### **Activos não correntes**

Os activos não correntes, na óptica preconizada no IFRS 8, incluem os Outros activos tangíveis e os Activos intangíveis. No BES estes activos encontram-se afectos ao segmento de Mercados e participações estratégicas; para as restantes subsidiárias são alocados ao segmento em que estas desenvolvem maioritariamente o seu negócio.

### **Impostos sobre lucros**

A componente de impostos sobre lucros é um elemento para a formação dos resultados do Grupo que não afecta a avaliação da generalidade dos Segmentos Operacionais. Os activos e passivos por impostos diferidos estão afectos ao segmento Mercados e participações estratégicas.

### **Activos por benefícios pós-emprego**

Os activos por benefícios pós-emprego são geridos pelo Grupo de forma idêntica à referida para os impostos sobre lucros, sendo afectos ao segmento Mercados e participações estratégicas. Atendendo a que os factores que influenciam quer as responsabilidades quer o valor dos activos do fundo correspondem, fundamentalmente, a elementos externos à actuação da gestão é política do Grupo que estes não influenciem o desempenho dos Segmentos Operacionais cuja actividade se desenvolve com clientes.

### **Áreas Doméstica e Internacional**

Na apresentação da informação financeira por áreas geográficas, as unidades operacionais que integram a Área Internacional são o BES Angola e suas filiais, a BES África, o Aman Bank, o BES Oriente, o Espírito Santo Bank, o BES Cabo Verde, Espírito Santo Vénétie, Banco Delle Tre Venezie, Moza Banco, Ijar Leasing Argélia, as sucursais do BES em Londres, Espanha, Nova Iorque, Cabo Verde, Venezuela e Luxemburgo e ainda as unidades localizadas no exterior do BES Investimento e da ESAF.

Os elementos patrimoniais e económicos relativos à área internacional são os constantes das demonstrações financeiras daquelas unidades com os respectivos ajustamentos e eliminações de consolidação.

O reporte por segmentos operacionais é conforme segue:

(milhares de euros)

	Período de três meses findo em									
	31.03.2012									
	Retail	Empresas e Institucionais	Private banking	Banca comercial internacional	Banca de investimento	Gestão de activos	Mercados e participações estratégicas	Centro corporativo	Total	
Resultado financeiro	93 369	45 505	15 082	83 840	18 458	838	37 454	-	294 546	
Outros proveitos operacionais	61 766	69 067	5 888	49 436	41 387	11 355	( 15 858)	-	223 041	
Proveitos operacionais totais	155 135	114 572	20 970	133 276	59 845	12 193	21 596	-	517 587	
Custos operacionais	127 656	88 346	4 626	68 521	48 780	4 272	82 003	38 382	462 586	
<i>Dos quais:</i>										
<i>Provisões/Imparidade</i>	24 964	72 660	236	15 362	6 250	( 89)	71 275	-	190 658	
Alienação de subsidiárias e associadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Resultados de associadas	-	-	-	24	( 80)	-	3 502	-	3 446	
<b>Resultado antes de Impostos e minoritários</b>	<b>27 479</b>	<b>26 226</b>	<b>16 344</b>	<b>64 779</b>	<b>10 985</b>	<b>7 921</b>	<b>( 56 905)</b>	<b>( 38 382)</b>	<b>58 447</b>	
<i>Proveitos operacionais intersegmentos</i>	1 060	7 958	4	( 38 378)	( 6 662)	( 3 907)	46 206	-	6 281	
<b>Total do Activo Líquido</b>	<b>16 890 051</b>	<b>24 073 986</b>	<b>2 337 182</b>	<b>19 211 928</b>	<b>6 435 012</b>	<b>182 029</b>	<b>12 134 336</b>	-	<b>81 264 524</b>	
<b>Total do Passivo</b>	<b>16 808 733</b>	<b>24 073 986</b>	<b>2 337 227</b>	<b>17 779 444</b>	<b>5 778 545</b>	<b>32 162</b>	<b>8 064 957</b>	-	<b>74 875 054</b>	
<b>Investimentos em associadas</b>	-	-	-	-	-	51 891	-	805 624	-	857 515

(milhares de euros)

	Período de três meses findo em									
	31.03.2011									
	Retail	Empresas e Institucionais	Private banking	Banca comercial internacional	Banca de investimento	Gestão de activos	Mercados e participações estratégicas	Centro corporativo	Total	
Resultado financeiro	86 740	24 947	19 431	130 850	19 585	261	( 10 476)	-	271 338	
Outros proveitos operacionais	58 516	60 412	5 846	22 301	44 878	13 964	36 331	-	242 248	
Proveitos operacionais totais	145 256	85 359	25 277	153 151	64 463	14 225	25 855	-	513 586	
Custos operacionais	117 690	37 737	3 425	58 163	48 908	5 437	70 182	42 553	384 095	
<i>Dos quais:</i>										
<i>Provisões/Imparidade</i>	12 177	21 196	( 1 594)	10 166	3 361	12	57 831	-	103 149	
Alienação de subsidiárias e associadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Resultados de associadas	-	-	-	-	( 210)	-	4 285	-	4 075	
<b>Resultado antes de Impostos e minoritários</b>	<b>27 566</b>	<b>47 622</b>	<b>21 852</b>	<b>94 988</b>	<b>15 345</b>	<b>8 788</b>	<b>( 40 042)</b>	<b>( 42 553)</b>	<b>133 566</b>	
<i>Proveitos operacionais intersegmentos</i>	335	8 048	4	( 24 618)	( 1 036)	( 4 993)	38 034	-	15 774	
<b>Total do Activo Líquido *</b>	<b>17 092 934</b>	<b>22 910 839</b>	<b>2 341 794</b>	<b>18 890 876</b>	<b>6 578 612</b>	<b>173 869</b>	<b>12 248 448</b>	-	<b>80 237 372</b>	
<b>Total do Passivo *</b>	<b>17 016 100</b>	<b>22 910 839</b>	<b>2 341 835</b>	<b>17 483 049</b>	<b>5 938 314</b>	<b>30 006</b>	<b>8 324 754</b>	-	<b>74 044 897</b>	
<b>Investimentos em associadas *</b>	-	-	-	-	-	51 980	-	755 019	-	806 999

\* - Valores com referência a 31 de Dezembro de 2011

O reporte efectuado de acordo com a localização geográfica das diferentes unidades de negócio do Grupo é o seguinte:

	31.03.2012										
	(milhares de euros)										
	Portugal	Espanha	França / Luxemburgo	Reino Unido	Estados Unidos da América	Brasil	Angola	Cabo Verde	Macau	Total	
Resultado líquido do período	( 11 367)	4 657	1 549	( 2 129)	624	7 026	12 484	450	971	( 2 709)	11 556
Activo líquido	59 319 956	5 139 199	77 412	4 425 628	1 649 523	2 425 741	6 778 471	192 268	254 815	1 001 511	81 264 524
Investimentos em activos tangíveis	1 981	224	-	806	14	193	3 401	54	-	6 123	12 796
Investimentos em activos intangíveis	4 944	280	-	116	-	213	1	47	-	2 202	7 803

	31.03.2011										
	(milhares de euros)										
	Portugal	Espanha	França / Luxemburgo	Reino Unido	Estados Unidos da América	Brasil	Angola	Cabo Verde	Macau	Total	
Resultado líquido do período	16 166	5 808	1 799	10 193	4 528	5 653	27 080	( 77)	265	774	72 189
Activo líquido *	59 249 764	5 302 492	76 237	3 575 449	1 391 250	2 645 743	6 866 988	144 852	249 876	734 721	80 237 372
Investimentos em activos tangíveis *	20 802	3 204	-	267	203	1163	59 682	720	409	19 307	105 757
Investimentos em activos intangíveis *	38 892	4 502	-	3 082	655	143	884	211	3	410	48 782

\* - Valores com referência a 31 de Dezembro de 2011

## NOTA 5 – MARGEM FINANCEIRA

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	Período de três meses findo em	
	31.03.2012	31.03.2011
<b>Juros e proveitos similares</b>		
Juros de crédito	692 027	593 544
Juros de activos financeiros ao justo valor através de resultados	49 915	48 175
Juros de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	16 860	19 560
Juros de activos financeiros disponíveis para venda	139 393	90 301
Juros de derivados para gestão de risco	150 204	171 099
Juros de activos detidos até à maturidade	16 335	28 061
Outros juros e proveitos similares	<u>7 515</u>	<u>4 786</u>
	<b>1 072 249</b>	<b>955 526</b>
<b>Juros e custos similares</b>		
Juros de responsabilidades representadas por títulos	209 311	216 983
Juros de recursos de clientes	296 341	219 285
Juros de recursos de bancos centrais e instituições de crédito	120 100	69 328
Juros de derivados para gestão de risco	134 536	147 395
Juros de passivos subordinados	13 957	28 407
Outros juros e custos similares	<u>3 458</u>	<u>2 790</u>
	<b>777 703</b>	<b>684 188</b>
	<b>294 546</b>	<b>271 338</b>

Incluído em juros de crédito encontra-se o valor de 18 509 milhares de euros (31 de Março de 2011: 9 322 milhares de euros) relativo a juro de crédito vencido (ver Nota 22).

As rubricas de proveitos e custos relativos a juros de derivados para gestão de risco incluem, de acordo com a política contabilística descrita nas Notas 2.4 e 2.19, os juros dos derivados de cobertura e os juros dos derivados contratados com o objectivo de efectuar a cobertura económica de determinados activos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, conforme políticas contabilísticas descritas nas Notas 2.5, 2.6 e 2.8.

## NOTA 6 – RESULTADOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	Período de três meses findo em	
	<b>31.03.2012</b>	<b>31.03.2011</b>
<b>Rendimentos de serviços e comissões</b>		
Por serviços bancários prestados	138 378	120 033
Por garantias prestadas	49 682	36 904
Por operações realizadas com títulos	14 074	24 342
Por compromissos perante terceiros	9 686	10 835
Outros rendimentos de serviços e comissões	<u>29 950</u>	<u>23 057</u>
	<b>241 770</b>	<b>215 171</b>
<b>Encargos com serviços e comissões</b>		
Por serviços bancários prestados por terceiros	20 315	20 895
Por operações realizadas com títulos	6 445	6 678
Por garantias recebidas	13 524	–
Outros encargos com serviços e comissões	<u>5 127</u>	<u>7 018</u>
	<b>45 411</b>	<b>34 591</b>
	<b>196 359</b>	<b>180 580</b>

Em 31 de Março de 2011, a rubrica de encargos por garantias recebidas inclui um valor de 12,6 milhões de euros relativo a comissões suportadas com a garantia prestada pelo Estado Português na emissão de obrigações (ver Nota 33).

## NOTA 7 – RESULTADOS DE ACTIVOS E PASSIVOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)					
	<b>Período de três meses findo em</b>					
	<b>31.03.2012</b>		<b>31.03.2011</b>			
	<b>Proveitos</b>	<b>Custos</b>	<b>Total</b>	<b>Proveitos</b>	<b>Custos</b>	<b>Total</b>
<b>Títulos detidos para negociação</b>						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	102 773	55 813	46 960	6 724	32 974	( 26 250)
De outros emissores	4 837	1 134	3 703	7 624	1 163	6 461
Acções	20 230	16 760	3 470	23 008	11 165	11 843
Outros títulos de rendimento variável	43	48	( 5 )	103	66	37
	<b>127 883</b>	<b>73 755</b>	<b>54 128</b>	<b>37 459</b>	<b>45 368</b>	<b>( 7 909 )</b>
<b>Instrumentos financeiros derivados</b>						
Contratos sobre taxas de câmbio	331 412	387 881	( 56 469 )	613 136	684 715	( 71 579 )
Contratos sobre taxas de juro	1 691 724	1 663 170	28 554	1 693 573	1 731 381	( 37 808 )
Contratos sobre acções/índices	283 395	253 739	29 656	942 883	946 898	( 4 015 )
Contratos sobre créditos	226 166	222 722	3 444	113 244	112 562	682
Outros	5 098	5 156	( 58 )	179 188	174 949	4 239
	<b>2 537 795</b>	<b>2 532 668</b>	<b>5 127</b>	<b>3 542 024</b>	<b>3 650 505</b>	<b>( 108 481 )</b>
	<b>2 665 678</b>	<b>2 606 423</b>	<b>59 255</b>	<b>3 579 483</b>	<b>3 695 873</b>	<b>( 116 390 )</b>
<b>Activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados</b>						
Títulos						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	6 527	-	6 527	-	-	-
De outros emissores	5 488	8 803	( 3 315 )	69 879	53 778	16 101
Acções	1 512	-	1 512	1 304	-	1 304
Outros títulos de rendimento variável	27 600	45 614	( 18 014 )	71 721	80 581	( 8 860 )
	<b>41 127</b>	<b>54 417</b>	<b>( 13 290 )</b>	<b>142 904</b>	<b>134 359</b>	<b>8 545</b>
Outros Activos financeiros <sup>(1)</sup>	1 111	2 188	( 1 077 )	131 805	145 056	( 13 251 )
Passivos financeiros <sup>(1)</sup>	34 569	82 393	( 47 824 )	179 716	77 467	102 249
	<b>76 807</b>	<b>138 998</b>	<b>( 62 191 )</b>	<b>454 425</b>	<b>356 882</b>	<b>97 543</b>
	<b>2 742 485</b>	<b>2 745 421</b>	<b>( 2 936 )</b>	<b>4 033 908</b>	<b>4 052 755</b>	<b>( 18 847 )</b>

(1) inclui a variação de justo valor de activos/passivos objecto de cobertura ou ao *fair value option*

Em 31 de Março de 2012, esta rubrica inclui um efeito positivo de 0,1 milhões de euros relativo à variação de valor de passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados atribuível ao risco de crédito da própria entidade (31 de Março de 2011: efeito positivo de 14,5 milhões de euros).

## NOTA 8 – RESULTADOS DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

O valor desta rubrica é composto por:

	Período de três meses findo em						(milhares de euros)	
	31.03.2012			31.03.2011				
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total		
<b>Obrigações e outros títulos de rendimento fixo</b>								
De emissores públicos	36 024	898	35 126	4 593	389	4 204		
De outros emissores	3 059	11 623	(8 564)	2 948	18 633	(15 685)		
<b>Acções</b>	<b>13 848</b>	<b>101 506</b>	<b>(87 658)</b>	<b>72 257</b>	<b>27 170</b>	<b>45 087</b>		
<b>Outros títulos de rendimento variável</b>	<b>3 559</b>	<b>2 303</b>	<b>1 256</b>	<b>3 374</b>	<b>313</b>	<b>3 061</b>		
	<b>56 490</b>	<b>116 330</b>	<b>(59 840)</b>	<b>83 172</b>	<b>46 505</b>	<b>36 667</b>		

Durante os primeiros três meses de 2012, o Grupo alienou em bolsa e a preços de mercado 70,9 milhões de acções da EDP e 47,0 milhões de acções da Portugal Telecom, tendo obtido no conjunto uma menos-valia de 100,7 milhões de euros.

Durante o primeiro trimestre de 2011, o Grupo alienou em bolsa e a preços de mercado 11,9 milhões de acções do Banco Bradesco e 145,4 milhões de acções da EDP, tendo obtido no conjunto uma mais-valia de 38,0 milhões de euros.

As transacções com partes relacionadas encontram-se descritas na Nota 42.

## NOTA 9 – RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

O valor desta rubrica é composto por:

	Período de três meses findo em						(milhares de euros)	
	31.03.2012			31.03.2011				
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total		
<b>Reavaliação cambial</b>	<b>219 896</b>	<b>186 984</b>	<b>32 912</b>	<b>1 711 858</b>	<b>1 669 676</b>	<b>42 182</b>		
	<b>219 896</b>	<b>186 984</b>	<b>32 912</b>	<b>1 711 858</b>	<b>1 669 676</b>	<b>42 182</b>		

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.3.

## NOTA 10 – RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	<b>Período de três meses findo em</b>	
	<b>31.03.2012</b>	<b>31.03.2011</b>
<b>Créditos a clientes</b>	( 3 443)	( 41 079)
<b>Activos não correntes detidos para venda</b>	( 1 529)	( 927)
<b>Outros</b>	( 5 414)	3 420
	<b>( 10 386)</b>	<b>( 38 586)</b>

Em 31 de Março de 2012, a rubrica de Crédito a clientes inclui uma perda de 2,7 milhões de euros relativa à venda de 41,2 milhões de créditos realizada no âmbito da estratégia de redução de activos do Grupo – *deleverage* (31 de Março de 2011: 41,1 milhões de euros).

## NOTA 11 – OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	<b>Período de três meses findo em</b>	
	<b>31.03.2012</b>	<b>31.03.2011</b>
<b>Outros proveitos / (custos) de exploração</b>		
Serviços informáticos	1 950	2 031
Ganhos na aquisição de dívida emitida pelo Grupo (ver Notas 33 e 36)	43 248	37 426
Proveitos em operações de crédito	5 750	6 311
Serviços não recorrentes de consultoria	1 993	1 063
Impostos directos e indirectos	( 11 629)	( 12 211)
Contribuições para o fundo de garantia de depósitos	( 2 054)	( 1 517)
Quotizações e donativos	( 2 719)	( 2 010)
Outros	( 6 347)	4 909
	<b>30 192</b>	<b>36 002</b>

<sup>(a)</sup> Ver Nota 13 - Benefícios a empregados

Os impostos directos e indirectos incluem 7,8 milhões de euros relativos ao custo relacionado com a Contribuição sobre o Sector Bancário (31 de Março de 2011: 7,6 milhões de euros), criada através da Lei nº55-A/2010, de 31 de Dezembro (ver Nota 35).

## NOTA 12 – CUSTOS COM PESSOAL

O valor dos custos com pessoal é composto por:

	(milhares de euros)	
	período de três meses findo em	
	<b>31.03.2012</b>	<b>31.03.2011</b>
<b>Vencimentos e salários</b>	<b>109 282</b>	<b>112 458</b>
<b>Remunerações</b>	<b>108 278</b>	<b>111 497</b>
<b>Prémios por antiguidade (ver Nota 13)</b>	<b>1 004</b>	<b>961</b>
<b>Encargos sociais obrigatórios</b>	<b>24 122</b>	<b>24 158</b>
<b>Custos com benefícios pós emprego (ver Nota 13)</b>	<b>3 279</b>	<b>6 192</b>
<b>Outros custos</b>	<b>6 408</b>	<b>4 547</b>
	<b>143 091</b>	<b>147 355</b>

Incluído em outros custos a 31 de Março de 2012 encontra-se o montante de 376 milhares de euros (31 de Março de 2011: 967 milhares de euros) relativo ao Plano de Remuneração Variável em Instrumentos Financeiros – PRVIF, conforme política contabilística descrita na Nota 2.15. O detalhe deste plano é analisado na Nota 13.

Em 31 de Março de 2012 e 2011, o número de colaboradores do Grupo BES, decompõe-se como segue:

	<b>31.03.2012</b>	<b>31.03.2011</b>
<b>Colaboradores do BES</b>	<b>6 726</b>	<b>6 784</b>
<b>Colaboradores das subsidiárias do Grupo</b>	<b>3 162</b>	<b>3 131</b>
<b>Total colaboradores do Grupo</b>	<b>9 888</b>	<b>9 915</b>

## NOTA 13 – BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

### *Pensões de reforma e benefícios de saúde*

Em conformidade com o Acordo Colectivo de Trabalho (ACT) celebrado com os sindicatos e vigente para o sector bancário, as empresas do Grupo subscritoras assumiram o compromisso de conceder aos seus empregados, ou às suas famílias, prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência. Estas prestações consistem numa percentagem, crescente em função do número de anos de serviço do empregado, aplicada à tabela salarial negociada anualmente para o pessoal no activo. Estão abrangidos por este benefício os empregados admitidos até 31 de Março de 2008. As novas admissões a partir daquela data beneficiam do regime geral da Segurança Social.

Adicionalmente, com a publicação do Decreto-Lei n.º 1-A / 2011, de 3 de Janeiro, todos os trabalhadores bancários beneficiários da CAFEB – Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários foram integrados no Regime Geral de Segurança Social a partir de 1 de Janeiro de 2011, que passou a assegurar a proteção dos colaboradores nas eventualidades de maternidade, paternidade e adopção e ainda de velhice, permanecendo sob a responsabilidade dos bancos a proteção na doença, invalidez, sobrevivência e morte.

As pensões de reforma dos bancários integrados na Segurança Social no âmbito do 2.º acordo tripartido continuam a ser calculadas conforme o disposto no ACT e restantes convenções, havendo contudo lugar a uma pensão a receber do Regime Geral, cujo montante tem em consideração os anos de descontos para este regime. Os bancos compete assegurar a diferença entre a pensão determinada de acordo com o disposto no ACT e aquela que o empregado vier a receber da Segurança Social.

A taxa contributiva é de 26,6%, cabendo 23,6% à entidade empregadora e 3% aos trabalhadores, em substituição da Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários (CAFEB) que foi extinta por aquele mesmo diploma. Em consequência desta alteração o direito à pensão dos empregados no activo passa a ser coberto nos termos definidos pelo Regime Geral da Segurança Social, tendo em conta o tempo de serviço prestado de 1 de Janeiro de 2011 até à idade da reforma, passando os bancos a suportar o diferencial necessário para a pensão garantida nos termos do Acordo Colectivo de Trabalho.

A integração conduz a um decréscimo efectivo no valor actual dos benefícios totais reportados à idade normal de reforma (VABT) a suportar pelo fundo de pensões. Contudo, dado que não existiu redução de benefícios na perspectiva do beneficiário na data de integração decorrente do 2º acordo tripartido, as responsabilidades por serviços passados mantiveram-se inalteradas em 31 de Dezembro de 2010.

Tomando em consideração que a base de cálculo dos benefícios nos planos ACT e do RGSS são baseados em fórmulas distintas, existe a possibilidade de ser obtido um diferencial, quando o valor das responsabilidades a cobrir pelos fundos de pensões à data da reforma for inferior ao valor das responsabilidades em 31 de Dezembro de 2010, sendo este diferencial diferido numa base linear, durante o tempo médio de vida activa até se atingir a idade normal de reforma.

No final do exercício de 2011 na sequência do 3º acordo tripartido, foi decidida a transmissão para a esfera da Segurança Social, das responsabilidades com pensões em pagamento dos reformados e pensionistas que se encontravam nessa condição à data de 31 de Dezembro de 2011.

Ao abrigo deste acordo tripartido, foi efectuada a transmissão para a esfera da Segurança Social, das responsabilidades com pensões em pagamento à data de 31 de Dezembro de 2011, a valores

constantes (taxa de actualização 0%), na componente prevista no Instrumento de Regulação Colectiva de Trabalho (IRCT) dos trabalhadores bancários, incluindo as eventualidades de morte, invalidez e sobrevivência. As responsabilidades relativas às actualizações das pensões, benefícios complementares, contribuições para o SAMS, subsídio de morte e pensões de sobrevivência diferida, permaneceram na esfera da responsabilidade das instituições financeiras com o financiamento a ser assegurado através dos respectivos fundos de pensões.

O acordo estabeleceu ainda que os activos dos fundos de pensões das respectivas instituições financeiras, na parte afecta à satisfação das responsabilidades pelas pensões referidas fossem transmitidos para o Estado.

Na medida em que a transmissão consiste numa transferência definitiva e irreversível das responsabilidades com pensões em pagamento (mesmo que só relativas a uma parcela do benefício), verificam-se as condições subjacentes ao conceito de liquidação previsto no IAS 19 ‘Benefícios a empregados’ uma vez que se extinguiu a obrigação à data da transferência, relativa ao pagamento dos benefícios abrangidos. Tratando-se de uma liquidação o respectivo efeito foi reconhecido em resultados no exercício de 2011.

Em 30 de Dezembro de 1987, o Banco constituiu um fundo de pensões fechado para cobrir as prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência, relativamente às obrigações consagradas no âmbito do ACT. Posteriormente e após obtida autorização do Instituto de Seguros de Portugal, procedeu à alteração do Contrato Constitutivo do Fundo de Pensões que passou a integrar todas as responsabilidades para com pensões e benefícios de saúde (SAMS) e, no exercício de 2009, o subsídio por morte. Em Portugal, os fundos têm como sociedade gestora a ESAF – Espírito Santo Fundo de Pensões, SA.

Os custos do exercício com pensões de reforma e com benefícios de saúde podem ser analisados como segue:

	(milhares de euros)	
	Período de três meses findo em	
	31.03.2012	31.03.2011
Custo do serviço corrente	4 485	5 392
Custo dos juros	15 082	29 143
Rendimento esperado do fundo	( 16 288)	( 28 343)
<b>Custos com benefícios pós emprego</b>	<b>3 279</b>	<b>6 192</b>

### **Plano de Pagamento de Remuneração Variável (PPRV)**

Na sequência da decisão da Assembleia Geral de Accionistas de 31 de Março de 2008, o BES e as suas subsidiárias estabeleceram um sistema de incentivos designado Plano de Pagamento de Remuneração Variável (PPRV – 2008/2011).

Este programa de incentivos consistia na atribuição do direito a receber uma remuneração variável que se encontrava indexada à eventual valorização das acções BES entre a “data inicial de referência” e a “data final de referência”. Tal retribuição, em dinheiro, seria apenas devida em caso de valorização das acções do BES. O PPRV não era um plano de atribuição de acções ou de opções sobre a aquisição de acções, não sendo atribuídos aos beneficiários quaisquer direitos inerentes a uma participação no capital social do BES.

O valor inicial do Plano foi calculado com base num modelo de valorização das opções, tendo por referência os seguintes pressupostos:

	Pressupostos à data de início do PPRV	Após aumento de capital realizado em 2009 <sup>(a)</sup>
Data inicial de referência	02-Jun-2008	
Data final de referência	02-Jun-2011	
Direitos atribuídos	5 000 000	8 285 626
Preço de referência (euros)	11,00	6,64
Taxa de Juro	5,22%	
Volatilidade	33,5%	
Valor inicial do plano (mil euros)	12 902	

<sup>(a)</sup> Inclui o ajustamento do efeito de diluição decorrente do aumento de capital

Conforme a política contabilística descrita na Nota 2.16, o justo valor inicial do PPRV, no valor de 12 902 milhares de euros, foi sendo reconhecido em custos com pessoal durante o período que medeia entre a data inicial de referência e a data final de referência (3 anos). A variação do justo valor ao longo do prazo do programa foi reconhecida em lucros/prejuízos de operações financeiras. Este plano terminou em Junho de 2011.

### **Plano de Remuneração Variável em Instrumentos Financeiros (PRVIF)**

Na sequência de recomendações das entidades de Supervisão e Regulamentação, a Assembleia Geral de 6 de Abril de 2010 aprovou uma nova política de remuneração para os membros da Comissão Executiva. Esta política consiste em atribuir aos referidos membros uma remuneração fixa, que deve representar aproximadamente 45% do total, e uma componente variável que deve rondar os 55%. A remuneração variável deverá ter duas componentes: uma associada ao desempenho de curto prazo e uma outra ao desempenho de médio prazo. Metade da componente de curto prazo deverá ser paga em numerário e os restantes 50% deverão ser pagos durante um período de três anos, devendo metade destes pagamentos ser realizada em dinheiro e a parte restante através da atribuição de

acções. A componente de médio prazo tem associada um programa de opções sobre acções com o exercício das opções fixado a três anos da data da sua atribuição.

No que respeita à modalidade de atribuição de acções do PRVIF, as mesmas são entregues aos beneficiários de forma diferida ao longo de um período de três anos (1º ano: 33%; 2º ano: 33%; 3º ano: 34%) e está condicionado à verificação de uma Rendibilidade de Capitais Próprios (*ROE*) igual ou superior a 5%.

Relativamente à modalidade de atribuição de opções, estas são atribuídas aos beneficiários, sendo o preço de exercício igual à média aritmética simples das cotações de fecho das acções do BES na *NYSE Euronext Lisbon* ao longo de 20 dias úteis anteriores ao dia de atribuição das opções, acrescida de 10%.

As opções só podem ser exercidas na maturidade, podendo o beneficiário decidir-se pela liquidação física ou pela liquidação financeira das opções.

O valor inicial do Plano foi calculado com base num modelo de valorização das opções, tendo por referência os seguintes pressupostos:

Pressupostos à data de início do PRVIF	
Data inicial de referência	12-04-2011
Data final de referência	31-03-2014
Número de acções atribuídas	2 250 000
Preço de exercício (euros)	3,47
Taxa de Juro	2,31%
Volatilidade	40,0%
Valor inicial do plano (mil euros)	1 130

O PRVIF é contabilizado de acordo com as regras aplicáveis (IFRS 2 e IAS 19), tendo sido registado no primeiro trimestre de 2012 um custo de 376 milhares de euros para remunerações variáveis (dos quais 86 milhares de euros respeitam à amortização do prémio inicial das opções atribuídas, por contrapartida do passivo). Em 31 de Março de 2011 tinha sido registado um custo de 967 milhares de euros.

#### ***Prémio por antiguidade***

Conforme referido na Nota 2.16, os trabalhadores que atinjam determinados níveis de antiguidade têm direito a um prémio por antiguidade, calculado com base no valor da maior retribuição mensal efectiva a que o trabalhador tenha direito no ano da sua atribuição. À data da passagem à situação de invalidez presumível, o trabalhador terá direito a um prémio de antiguidade de valor proporcional àquele de que beneficiaria se continuasse ao serviço até reunir os pressupostos do escalão seguinte.

Em 31 de Março de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, as responsabilidades assumidas pelo Grupo ascendem a 27 888 milhares de euros e 27 477 milhares de euros respectivamente (ver Nota 37). Os

custos reconhecidos no primeiro trimestre de 2012 com os prémios por antiguidade foram de 1 004 milhares de euros (31 de Março de 2011: 961 milhares de euros).

Os pressupostos actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades com prémios de antiguidade são os utilizados para o cálculo das pensões de reforma (quando aplicáveis).

#### **NOTA 14 – GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS**

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	<b>Período de três meses findo em</b>	
	<b>31.03.2012</b>	<b>31.03.2011</b>
Rendas e alugueres	17 880	18 217
Publicidade e publicações	7 909	8 403
Comunicações e expedição	11 974	11 786
Conservação e reparação	5 121	4 996
Deslocações e representação	6 886	8 755
Transporte de valores	2 107	2 160
Seguros	2 157	2 520
Serviços de informática	15 304	15 445
Trabalho independente	2 031	2 126
Mão de obra eventual	1 223	1 421
Sistema electrónico de pagamentos	3 130	3 279
Serviços judiciais, contencioso e notariado	4 394	4 213
Consultoria e auditoria	3 472	4 970
Água, energia e combustíveis	2 723	2 647
Material de consumo corrente	1 437	1 657
Outros custos	14 435	14 874
	<b>102 183</b>	<b>107 469</b>

A rubrica Outros custos inclui, entre outros, serviços especializados com segurança e vigilância, informações e custos com formação e fornecimentos externos diversos.

#### **NOTA 15 – RESULTADOS POR ACÇÃO**

##### ***Resultados por acção básicos***

Os resultados por acção básicos são calculados efectuando a divisão do resultado atribuível aos accionistas do Banco pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação durante o período.

	Período de três meses findo em	Exercício findo em	(milhares de euros)
	31.03.2012	31.12.2011	31.03.2011
<b>Resultado líquido consolidado atribuível aos accionistas do Banco<sup>(1)</sup></b>	<b>11 556</b>	<b>44 305</b>	<b>60 865</b>
Número médio ponderado de acções ordinárias emitidas (milhares)	1 461 240	1 187 255	1 166 667
Número médio ponderado de acções próprias em carteira (milhares)	( 257 )	( 257 )	( 114 )
<b>Número médio ponderado de acções ordinárias em circulação (milhares)</b>	<b>1 460 983</b>	<b>1 186 998</b>	<b>1 166 553</b>
<b>Resultado por acção básico atribuível aos accionistas do BES (em euros)</b>	<b>0,01</b>	<b>0,04</b>	<b>0,05</b>

<sup>(1)</sup> Corresponde ao resultado líquido do período ajustado do dividendo das acções preferenciais e da remuneração das obrigações perpétuas atribuíveis ao exercício (os quais são registados como um movimento de reservas), assim como os ganhos e perdas realizados registados em reservas.

### Resultados por acção diluídos

Os resultados por acção diluídos são calculados ajustando o efeito de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras ao número médio ponderado de acções ordinárias em circulação e ao resultado líquido atribuível aos accionistas do Banco.

Os resultados por acção diluídos não diferem dos resultados por acção básicos, na medida em que as acções subjacentes ao PRVIF não têm um efeito diluidor.

### NOTA 16 – CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica em 31 de Março de 2012 e 31 de Dezembro de 2011 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.03.2012	31.12.2011
<b>Caixa</b>	<b>289 162</b>	<b>278 179</b>
<b>Depósitos à ordem em bancos centrais</b>		
<b>Banco de Portugal</b>	<b>49 212</b>	<b>110 045</b>
<b>Outros bancos centrais</b>	<b>1 188 793</b>	<b>702 215</b>
	<b>1 238 005</b>	<b>812 260</b>
	<b>1 527 167</b>	<b>1 090 439</b>

A rubrica Depósitos à ordem em bancos centrais inclui depósitos de carácter obrigatório no Banco de Portugal, no montante de 49 169 milhares de euros (31 de Dezembro de 2011: 110 045 milhares de euros), que têm por objectivo satisfazer os requisitos legais quanto à constituição de disponibilidades mínimas de caixa. De acordo com o Regulamento (CE) n.º 1745/2003 do Banco Central Europeu, de 12 de Setembro de 2003, as disponibilidades mínimas obrigatórias em depósitos à ordem no Banco de Portugal, são remuneradas e correspondem a 1% dos depósitos e títulos de dívida com prazo inferior a 2 anos, excluindo destes os depósitos de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais. Em 31 de Março de 2012 a taxa de remuneração média destes depósitos era de 1% (31 de Dezembro de 2011: 1,25%).

O cumprimento das disponibilidades mínimas obrigatórias, para um dado período de observação, é concretizado tendo em consideração o valor dos saldos dos depósitos junto do Banco de Portugal durante o referido período. O saldo da conta junto do Banco de Portugal em 31 de Março de 2012 foi incluído no período de manutenção de 14 de Março de 2012 a 10 de Abril de 2012, ao qual correspondeu uma reserva média obrigatória de 281,9 milhões de euros.

#### **NOTA 17 – DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO**

Esta rubrica em 31 de Março de 2012 e 31 de Dezembro de 2011 é analisada como segue:

	<b>(milhares de euros)</b>	
	<b>31.03.2012</b>	<b>31.12.2011</b>
<b>Disponibilidades em outras instituições de crédito no país</b>		
Cheques a cobrar	114 382	153 662
Depósitos à ordem	<u>40 401</u>	<u>58 384</u>
	<b>154 783</b>	<b>212 046</b>
<b>Disponibilidades em outras instituições de crédito no estrangeiro</b>		
Depósitos à ordem	232 152	198 751
Cheques a cobrar	6 956	4 466
Outras disponibilidades	<u>167 730</u>	<u>165 550</u>
	<b>406 838</b>	<b>368 767</b>
	<b>561 621</b>	<b>580 813</b>

Os cheques a cobrar sobre instituições de crédito no país e no estrangeiro foram enviados para cobrança nos primeiros dias úteis subsequentes às datas em referência.

## NOTA 18 – ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Em 31 de Março de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, a rubrica Activos e Passivos financeiros detidos para negociação apresenta os seguintes valores:

	(milhares de euros)	
	31.03.2012	31.12.2011
<b>Activos financeiros detidos para negociação</b>		
<b>Títulos</b>		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	1 353 670	888 797
De outros emissores	290 403	286 843
Acções	179 047	41 268
Outros títulos de rendimento variável	862	727
	<b>1 823 982</b>	<b>1 217 635</b>
<b>Derivados</b>		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor positivo	2 061 020	2 217 004
	<b>3 885 002</b>	<b>3 434 639</b>
<b>Passivos financeiros detidos para negociação</b>		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor negativo	194 1513	2 124 388
Vendas a descoberto	1 494	865
	<b>1 943 007</b>	<b>2 125 253</b>

As vendas a descoberto representam títulos vendidos pelo Grupo, os quais tinham sido adquiridos no âmbito de uma operação de compra com acordo de revenda. De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.7, títulos comprados com acordo de revenda não são reconhecidos no balanço. Caso os mesmos sejam vendidos, o Grupo reconhece um passivo financeiro equivalente ao justo valor dos activos que deverão ser devolvidos no âmbito do acordo de revenda.

Conforme a política contabilística descrita na Nota 2.6, os títulos detidos para negociação são aqueles adquiridos com o objectivo de serem transaccionados no curto prazo independentemente da sua maturidade.

Os títulos em carteira dados em garantia pelo Grupo encontram-se analisados na Nota 40.

Em 31 de Março de 2012, a exposição a dívida pública de países “periféricos” da zona euro é apresentada na Nota 45 – Gestão dos riscos de actividade.

Os instrumentos financeiros derivados em 31 de Março de 2012 e 31 de Dezembro de 2011 são analisados como segue:

	31.03.2012			31.12.2011			(milhares de euros)
	Nocial	Justo valor		Nocial	Justo valor		
		Activo	Passivo		Activo	Passivo	
<b>Derivados de negociação</b>							
<b>Contratos sobre taxas de câmbio</b>							
Forward							
-compras	1 475 859			1 460 151			
-vendas	1 477 507	17 257	15 871	1 458 214	27 672	13 605	
Currency Swaps							
-compras	4 049 970			2 442 950			
-vendas	4 052 025	4 230	3 034	2 431 893	12 416	11 602	
Currency Futures <sup>a)</sup>	397 859			58 503			
Currency Interest Rate Swaps							
-compras	123 520			168 995			
-vendas	120 964	32 526	29 911	162 074	28 497	26 259	
Currency Options	4 134 549	80 961	82 251	3 578 304	90 389	90 729	
	<b>15 832 253</b>	<b>134 974</b>	<b>131 067</b>	<b>11 761 084</b>	<b>158 974</b>	<b>142 195</b>	
<b>Contratos sobre taxas de juro</b>							
Forward Rate Agreements							
Interest Rate Swaps	32 166 646	1 654 125	1 555 485	34 581 122	1 712 479	1 656 756	
Swaption - Interest Rate Options	2 719 236	5 063	4 994	2 747 936	5 003	5 157	
Interest Rate Caps & Floors	6 957 829	49 123	45 131	7 690 395	51 553	47 305	
Interest Rate Futures <sup>a)</sup>	2 412 331			3 573 796			
Interest Rate Options	2 002 677	6 058	9 842	1 893 560	25 473	31 714	
	<b>46 258 719</b>	<b>1 714 369</b>	<b>1 615 452</b>	<b>50 866 809</b>	<b>1 795 555</b>	<b>1 742 914</b>	
<b>Contratos sobre acções/indexes</b>							
Equity/Index Swaps	581 261	35 492	38 150	843 911	50 453	51 122	
Equity/Index Options	2 047 844	58 248	96 856	2 095 919	60 833	102 179	
Equity/Index Futures <sup>a)</sup>	43 271			152 706			
Future Options <sup>a)</sup>	127 099			32 089			
	<b>2 799 475</b>	<b>93 740</b>	<b>135 006</b>	<b>3 124 625</b>	<b>111 286</b>	<b>153 301</b>	
<b>Contratos sobre crédito</b>							
Credit Default Swaps	3 570 043	117 937	59 988	3 559 588	151 189	85 978	
<b>Total</b>	<b>68 460 490</b>	<b>2 061 020</b>	<b>1 941 513</b>	<b>69 312 106</b>	<b>2 217 004</b>	<b>2 124 388</b>	

a) Derivados negociados em mercados organizados, cujo valor de mercado é liquidado diariamente por contrapartida da conta margem.

## NOTA 19 – OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

O valor desta rubrica é composto por:

	31.03.2012	31.12.2011	(milhares de euros)
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo			
De emissores públicos	209 049		
De outros emissores	123 339	127 731	
Ações e Outros títulos de rendimento variável	1 763 804	1 836 258	
	<b>2 096 192</b>	<b>1 963 989</b>	

A opção do Grupo em designar estes activos financeiros ao justo valor através dos resultados, à luz do IAS 39, conforme política contabilística descrita na Nota 2.6, está de acordo com a estratégia documentada de gestão do Grupo, considerando que (i) estes activos financeiros são geridos e o seu desempenho é avaliado numa base de justo valor e/ou (ii) que estes activos contêm instrumentos derivados embutidos.

## NOTA 20 – ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica em 31 de Março de 2012 e 31 de Dezembro de 2011 é analisada como segue:

	<b>Custo <sup>(1)</sup></b>	<b>Reserva de justo valor</b>		<b>Perdas por imparidade</b>	<b>Valor de balanço</b>
		<b>Positiva</b>	<b>Negativa</b>		
<b>Obrigações e outros títulos de rendimento fixo</b>					
De emissores públicos	5 394 508	40 604	(59 514)	-	5 375 598
De outros emissores	5 893 285	13 240	(115 578)	(12 512)	5 778 435
<b>Acções</b>	<b>1 140 628</b>	<b>41 436</b>	<b>(132 888)</b>	<b>(131 851)</b>	<b>917 325</b>
<b>Outros títulos de rendimento variável</b>	<b>390 201</b>	<b>3 741</b>	<b>(3 840)</b>	<b>(23 399)</b>	<b>366 703</b>
<b>Saldo a 31 de Março de 2012</b>	<b>12 818 622</b>	<b>99 021</b>	<b>(311 820)</b>	<b>(167 762)</b>	<b>12 438 061</b>
<b>Obrigações e outros títulos de rendimento fixo</b>					
De emissores públicos	4 813 456	666	(124 908)	-	4 689 214
De outros emissores	5 634 799	34 146	(154 615)	(11 094)	5 503 236
<b>Acções</b>	<b>1 195 790</b>	<b>41 200</b>	<b>(184 153)</b>	<b>(132 088)</b>	<b>920 749</b>
<b>Outros títulos de rendimento variável</b>	<b>393 790</b>	<b>4 057</b>	<b>(3 080)</b>	<b>(25 100)</b>	<b>369 667</b>
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2011</b>	<b>12 037 835</b>	<b>80 069</b>	<b>(466 756)</b>	<b>(168 282)</b>	<b>11 482 866</b>

<sup>(1)</sup> Custo de aquisição no que se refere a acções e outros instrumentos de capital e custo amortizado para títulos de dívida.

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.6, o Grupo avalia regularmente se existe evidência objectiva de imparidade na sua carteira de activos disponíveis para venda seguindo os critérios de julgamento descritos na Nota 3.1.

Em 31 de Março de 2012, a exposição nesta rubrica a dívida pública de países “periféricos” da zona euro é apresentada na Nota 45 – Gestão dos riscos de actividade.

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda são apresentados como se segue:

	<b>(milhares de euros)</b>		
	<b>31.03.2012</b>	<b>31.12.2011</b>	<b>31.03.2011</b>
<b>Saldo inicial</b>	<b>168 282</b>	<b>137 793</b>	<b>159 232</b>
<b>Dotações</b>	<b>3 043</b>	<b>62 792</b>	<b>1 781</b>
<b>Utilizações</b>	<b>-</b>	<b>(32 076)</b>	<b>(19 287)</b>
<b>Reversões</b>	<b>(41)</b>	<b>(4 539)</b>	<b>(2 243)</b>
<b>Diferenças de câmbio e outras</b>	<b>(3 522)</b>	<b>4 312</b>	<b>(1 690)</b>
<b>Saldo final</b>	<b>167 762</b>	<b>168 282</b>	<b>137 793</b>

As principais posições em acções, com referência a 31 de Março de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, são as seguintes:

(milhares de euros)

<b>Descrição</b>	<b>Custo de aquisição</b>	<b>Reserva de Justo valor</b>		<b>Imparidade</b>	<b>Valor de balanço</b>
		<b>Positiva</b>	<b>Negativa</b>		
Portugal Telecom	498 900	-	( 117 169)	-	381 731
EDP- Energias de Portugal	84 824	-	( 8 524)	-	76 300
Banque Marocaine du Commerce Extérieur	2 480	5 453	-	( 344)	7 589
	<b>586 204</b>	<b>5 453</b>	<b>( 125 693)</b>	<b>( 344)</b>	<b>465 620</b>

<b>Descrição</b>	<b>Custo de aquisição</b>	<b>Reserva de Justo valor</b>		<b>Imparidade</b>	<b>Valor de balanço</b>
		<b>Positiva</b>	<b>Negativa</b>		
Portugal Telecom	603 298	-	( 151 041)	-	452 257
EDP- Energias de Portugal	200 664	-	( 24 077)	-	176 587
Banque Marocaine du Commerce Extérieur	2 376	5 454	-	( 348)	7 482
	<b>806 338</b>	<b>5 454</b>	<b>( 175 118)</b>	<b>( 348)</b>	<b>636 326</b>

Durante o primeiro trimestre de 2012, o Grupo alienou em bolsa e a preços de mercado 70,9 milhões de acções da EDP e 47,0 milhões de acções da Portugal Telecom, tendo obtido no conjunto uma menos-valia de 100,7 milhões de euros (ver Nota 8).

Durante o primeiro trimestre de 2011, o Grupo alienou em bolsa e a preços de mercado 11,9 milhões de acções do Banco Bradesco e 145,4 milhões de acções da EDP, tendo obtido no conjunto uma mais-valia de 38,0 milhões de euros.

## NOTA 21 – APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica em 31 de Março de 2012 e 31 de Dezembro de 2011 é analisada como segue:

		<b>(milhares de euros)</b>	
		<b>31.03.2012</b>	<b>31.12.2011</b>
<b>Aplicações em instituições de crédito no país</b>			
Depósitos	344 680	94 925	
Empréstimos	303 750	711 963	
Aplicações de muito curto prazo	40 259	18 105	
Outras aplicações	32 938	1 247	
	<b>721 627</b>	<b>826 240</b>	
<b>Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro</b>			
Depósitos	1 147 692	1 170 236	
Aplicações de muito curto prazo	3 396	36 343	
Empréstimos	317 976	777 027	
Outras aplicações	97 711	472 949	
	<b>1 566 775</b>	<b>2 456 555</b>	
<b>Perdas por imparidade</b>	<b>( 593)</b>	<b>( 219)</b>	
	<b>2 287 809</b>	<b>3 282 576</b>	

As principais aplicações em instituições de crédito no país, em 31 de Março de 2012, venciam juros à taxa média anual de 1,92% (31 de Dezembro de 2011: 2,22%). Os depósitos em instituições de crédito no estrangeiro venciam juros às taxas dos mercados internacionais onde o Grupo opera.

Em 31 de Março de 2012 as aplicações no Sistema Europeu de Bancos Centrais ascendiam a 200 003 milhares de euros (31 de Dezembro de 2011: não havia aplicações no Sistema Europeu de Bancos Centrais).

Os movimentos ocorridos no período com perdas por imparidade em empréstimos e aplicações em instituições de crédito são apresentados como segue:

	(milhares de euros)		
	<b>31.03.2012</b>	<b>31.12.2011</b>	<b>31.03.2011</b>
<b>Saldo inicial</b>	219	253	244
<b>Dotações</b>	388	287	119
<b>Reversões</b>	-	( 350)	( 96)
<b>Diferenças de câmbio e outras</b>	( 14)	29	( 14)
<b>Saldo final</b>	<b>593</b>	<b>219</b>	<b>253</b>

**NOTA 22 – CRÉDITO A CLIENTES**

Esta rubrica em 31 de Março de 2012 e 31 de Dezembro de 2011 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.03.2012	31.12.2011
<b>Crédito interno</b>		
A empresas		
Empréstimos	13 620 010	13 717 319
Créditos em conta corrente	5 295 835	5 312 532
Locação financeira	2 862 153	2 987 632
Descontos e outros créditos titulados por efeitos	471 233	512 259
Factoring	1 337 013	1 451 226
Descobertos	143 410	27 075
Outros créditos	308 218	370 395
A particulares		
Habitação	10 450 239	10 556 061
Consumo e outros	1 790 859	1 890 811
	<b>36 278 970</b>	<b>36 775 310</b>
<b>Crédito ao exterior</b>		
A empresas		
Empréstimos	8 284 263	7 958 147
Créditos em conta corrente	2 062 288	2 105 017
Locação financeira	69 631	67 019
Descontos e outros créditos titulados por efeitos	48 991	113 044
Factoring	19 873	23 036
Descobertos	441 932	525 849
Outros créditos	383 514	451 515
A particulares		
Habitação	950 908	956 733
Consumo e outros	667 534	689 507
	<b>12 928 934</b>	<b>12 889 867</b>
<b>Crédito e juros vencidos</b>		
Até 3 meses	265 662	142 390
De 3 meses a 1 ano	398 670	365 141
De 1 a 3 anos	698 451	680 178
Há mais de 3 anos	413 680	357 940
	<b>1 776 463</b>	<b>1 545 649</b>
	<b>50 984 367</b>	<b>51 210 826</b>
Perdas por imparidade	(2 271 178)	(2 167 444)
	<b>48 713 189</b>	<b>49 043 382</b>

Em 31 de Março de 2012, o valor de crédito a clientes (líquido de imparidade) inclui o montante de 4 323,0 milhões de euros (31 de Dezembro de 2011: 5 828,7 milhões de euros), referente a operações de securitização em que, de acordo com a política contabilística referida na Nota 2.2, os veículos securitizadores são consolidados pelo Grupo (ver Nota 1 e 43). Os passivos associados a estas operações de securitização foram reconhecidos como Responsabilidades representadas por títulos (ver Notas 33 e 43).

Em 31 de Março de 2012, o crédito vivo inclui 5 496,5 milhões de euros de crédito à habitação afectos à emissão de obrigações hipotecárias (31 de Dezembro de 2011: 5 305,9 milhões de euros) (ver Nota 33).

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade do crédito são apresentados como segue:

	(milhares de euros)		
	31.03.2012	31.12.2011	31.03.2011
<b>Saldo inicial</b>	<b>2 167 444</b>	<b>1 790 051</b>	<b>1 776 988</b>
Dotações	210 193	728 599	166 817
Utilizações	(22 101)	(103 183)	(55 395)
Reversões	(61 237)	(208 855)	(85 945)
Efeito do desconto	(18 509)	(42 165)	(9 322)
Diferenças de câmbio e outras	(4 612)	2 997	(3 092)
<b>Saldo final</b>	<b>2 271 178</b>	<b>2 167 444</b>	<b>1 790 051</b>

O efeito do desconto reflecte o valor do juro reconhecido em relação ao crédito vencido como consequência das perdas por imparidade serem calculadas com base no método dos fluxos de caixa futuros descontados.

Em 31 de Março de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, o detalhe da imparidade apresenta-se como segue:

	(milhares de euros)						
	31.03.2012						
	Imparidade calculada em base individual		Imparidade calculada em base portfolio		Total		
	Valor do crédito	Imparidade	Valor do crédito	Imparidade	Valor do crédito	Imparidade	Crédito líquido de imparidade
Crédito a Empresas	13 759 799	1 851 278	23 129 241	101 545	36 889 040	1 952 823	34 936 217
Crédito a particulares - Habitação	2 198 960	160 357	9 297 393	269	11 496 353	160 626	11 335 727
Crédito a particulares - Outro	534 177	151 662	2 064 797	6 067	2 598 974	157 729	2 441 245
Total	16 492 936	2 163 297	34 491 431	107 881	50 984 367	2 271 178	48 713 189

	(milhares de euros)						
	31.12.2011						
	Imparidade calculada em base individual		Imparidade calculada em base portfolio		Total		
	Valor do crédito	Imparidade	Valor do crédito	Imparidade	Valor do crédito	Imparidade	Crédito líquido de imparidade
Crédito a Empresas	13 552 504	1 776 056	23 337 543	77 781	36 890 047	1 853 837	35 036 210
Crédito a particulares - Habitação	2 181 624	146 301	9 423 673	12 718	11 605 297	159 019	11 446 278
Crédito a particulares - Outro	538 378	143 144	2 177 104	11 444	2 715 482	154 588	2 560 894
Total	16 272 506	2 065 501	34 938 320	101 943	51 210 826	2 167 444	49 043 382

O crédito com imparidade calculada em base individual inclui, entre outros, créditos correntes com sinais de imparidade, créditos vencidos há mais de 30 dias e o crédito renegociado.

Em 31 de Março de 2012 o crédito vivo (crédito a clientes excluindo o crédito e juros vencidos) inclui 182 419 milhares de euros de crédito renegociado (31 de Dezembro de 2011: 178 017 milhares de euros).

Estes créditos correspondem, de acordo com a definição do Banco de Portugal, a créditos anteriormente vencidos, que através de um processo de renegociação, passam a ser considerados como créditos correntes.

O juro reconhecido na conta de exploração, no primeiro trimestre de 2012, relativo a créditos com sinais de imparidade foi de 224,8 milhões de euros (31 de Dezembro de 2011: 759,0 milhões de euros), o qual inclui o efeito do desconto do crédito vencido.

#### **NOTA 23 – INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE**

Os investimentos detidos até à maturidade podem ser analisados como segue:

	<b>(milhares de euros)</b>	
	<b>31.03.2012</b>	<b>31.12.2011</b>
<b>Obrigações e outros títulos de rendimento fixo</b>		
De emissores públicos	478 621	805 437
De outros emissores	735 322	768 061
	<b>1 213 943</b>	<b>1 573 498</b>
<b>Perdas por imparidade</b>	(31 179)	(32 316)
	<b>1 182 764</b>	<b>1 541 182</b>

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade para os investimentos detidos até à maturidade apresenta-se como segue:

	<b>(milhares de euros)</b>		
	<b>31.03.2012</b>	<b>31.12.2011</b>	<b>31.03.2011</b>
<b>Saldo inicial</b>	32 316	29 207	50 094
Dotações / (reversões)	(1 116)	14 404	1 096
Utilizações	(2 149)	(11 146)	(21 985)
Diferenças de câmbio e outras	2 128	(149)	2
<b>Saldo final</b>	<b>31 179</b>	<b>32 316</b>	<b>29 207</b>

Os títulos em carteira dados em garantia pelo Grupo encontram-se analisados na Nota 40.

## NOTA 24 – DERIVADOS PARA GESTÃO DE RISCO

Em 31 de Março de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, o justo valor dos derivados para gestão de risco em balanço analisa-se como segue:

	31.03.2012			31.12.2011		
	Cobertura	Gestão do risco	Total	Cobertura	Gestão do risco	Total
<b>Derivados para gestão do risco</b>						
Derivados para gestão do risco - activo	152 406	315 649	468 055	210 027	300 063	510 090
Derivados para gestão do risco - passivo	(47 311)	(134 230)	(181 541)	(82 208)	(156 425)	(238 633)
	<b>105 095</b>	<b>181 419</b>	<b>286 514</b>	<b>127 819</b>	<b>143 638</b>	<b>271 457</b>
<b>Componente de justo valor dos activos e passivos cobertos ou registados ao justo valor através de resultados</b>						
<b>Activos financeiros</b>						
Crédito a clientes	22 350	415	22 765	23 839	-	23 839
	<b>22 350</b>	<b>415</b>	<b>22 765</b>	<b>23 839</b>	<b>-</b>	<b>23 839</b>
<b>Passivos financeiros</b>						
Recursos de outras instituições de crédito	(57 539)	8 285	(49 254)	(56 254)	-	(56 254)
Recursos de clientes	( 826)	980	154	( 838)	22 751	21 913
Responsabilidades representadas por títulos	(39 086)	7 685	(31 401)	(38 497)	154 872	116 375
Passivos subordinados	( 753)	-	( 753)	-	-	-
	<b>( 98 204)</b>	<b>16 950</b>	<b>( 81 254)</b>	<b>( 95 589)</b>	<b>177 623</b>	<b>82 034</b>
	<b>( 75 854)</b>	<b>17 365</b>	<b>( 58 489)</b>	<b>( 71 750)</b>	<b>177 623</b>	<b>105 873</b>

Conforme política contabilística descrita na Nota 2.4, a rubrica derivados para gestão de risco inclui, para além dos derivados de cobertura, os derivados contratados com o objectivo de efectuar a cobertura económica de determinados activos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados (e que não foram designados como derivados de cobertura).

As variações de justo valor associadas aos activos e passivos acima descritos e aos respectivos derivados de cobertura encontram-se registadas em resultados do exercício na rubrica de Resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados (ver Nota 7).

Em 31 de Março de 2012, a parte inefectiva das operações de cobertura de justo valor, que se traduziu num custo de 0,4 milhões de euros (31 de Março de 2011: proveito de 17,9 milhões de euros) foi registada por contrapartida de resultados. O Grupo realiza periodicamente testes de efectividade das relações de cobertura existentes.

A componente do justo valor dos passivos financeiros reconhecidos ao justo valor através de resultados atribuível ao risco de crédito do Grupo, é positiva e o respectivo valor acumulado ascende em 31 de Março de 2012 a 202,4 milhões de euros (31 de Dezembro de 2011: 202,3 milhões de euros).

## NOTA 25 – ACTIVOS E PASSIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Esta rubrica em 31 de Março de 2012 e de Dezembro de 2011 é analisada como segue:

	(milhares de euros)			
	31.03.2012		31.12.2011	
	<b>Activo</b>	<b>Passivo</b>	<b>Activo</b>	<b>Passivo</b>
<b>Activos / passivos de subsidiárias adquiridas para revenda</b>	<b>298 130</b>	<b>140 950</b>	<b>291 248</b>	<b>140 950</b>
<b>Imóveis</b>	<b>1 716 257</b>	-	<b>1 531 180</b>	-
<b>Equipamento e outras</b>	<b>2 235</b>	-	<b>2 203</b>	-
<b>Outras imobilizações</b>	<b>3 501</b>	-	<b>3 501</b>	-
	<b>1 721 993</b>	-	<b>1 536 884</b>	-
<b>Perdas por imparidade</b>	<b>( 193 449)</b>	-	<b>( 181 449)</b>	-
	<b>1 528 544</b>	-	<b>1 355 435</b>	-
	<b>1 826 674</b>	<b>140 950</b>	<b>1 646 683</b>	<b>140 950</b>

Os activos e passivos não correntes detidos para venda incluem (i) os activos/passivos de subsidiárias adquiridas para revenda relativos a participações no capital de empresas cujo controlo pertence ao Grupo mas que foram adquiridas exclusivamente com o objectivo de venda no curto prazo, e (ii) a imóveis e equipamentos recebidos em dação por recuperação de créditos.

Em 31 de Março de 2012 o valor relativo a instalações descontinuadas ascende a 17 996 milhares de euros (31 de Dezembro de 2011: 16 392 milhares de euros), tendo o Grupo registado uma perda por imparidade no valor de 9 051 milhares de euros para estes activos (31 de Dezembro de 2011: 7 699 milhares de euros).

Os movimentos ocorridos em perdas por imparidade são apresentados como segue:

	(milhares de euros)		
	31.03.2012	31.12.2011	31.03.2011
<b>Saldo inicial</b>	<b>181 449</b>	<b>102 374</b>	<b>89 825</b>
Dotações	22 643	107 991	19 187
Utilizações	( 10 681)	( 24 499)	( 6 558)
Reversões	( 197)	( 4 036)	( 80)
Diferenças de câmbio e outras	235	( 381)	-
<b>Saldo final</b>	<b>193 449</b>	<b>181 449</b>	<b>102 374</b>

O movimento dos activos não correntes detidos para venda (excluindo os activos de subsidiárias adquiridas para revenda) durante o primeiro trimestre de 2012 e o exercício de 2011 foi o seguinte:

	(milhares de euros)	
	31.03.2012	31.12.2011
<b>Saldo inicial</b>	1 536 884	642 952
Entradas	268 139	1 077 644
Vendas	( 87 183)	( 190 452)
Outros movimentos	4 153	6 740
<b>Saldo final</b>	<b>1 721 993</b>	<b>1 536 884</b>

Na sequência das alienações ocorridas nos primeiros três meses de 2012, o Grupo incorreu numa perda de 1 529 milhares de euros (31 de Dezembro de 2011: 4 828 milhares de euros).

#### NOTA 26 – OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

Esta rubrica em 31 de Março de 2012 e 31 de Dezembro de 2011 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.03.2012	31.12.2011
<b>Imóveis</b>		
De serviço próprio	460 149	445 236
Beneficiações em edifícios arrendados	243 402	240 603
Outros	696	842
	<b>704 247</b>	<b>686 681</b>
<b>Equipamento</b>		
Equipamento informático	297 004	292 982
Instalações interiores	141 547	140 216
Mobiliário e material	129 494	128 340
Equipamento de segurança	38 155	38 043
Máquinas e ferramentas	34 303	35 597
Material de transporte	11 191	11 756
Outros	5 724	4 929
	<b>657 418</b>	<b>651 863</b>
<b>Outras imobilizações</b>	<b>640</b>	<b>643</b>
	<b>1 362 305</b>	<b>1 339 187</b>
<b>Imobilizado em curso</b>		
Beneficiações em edifícios arrendados	611	1 422
Imóveis	291 364	318 160
Equipamento	4 454	6 643
Outros	76	260
	<b>296 505</b>	<b>326 485</b>
	<b>1 658 810</b>	<b>1 665 672</b>
<b>Depreciação acumulada</b>	( 824 414)	( 813 994)
	<b>834 396</b>	<b>851 678</b>

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

	<b>Imóveis</b>	<b>Equipamento</b>	<b>Outras imobilizações</b>	<b>Imobilizado em curso</b>	(milhares de euros)
					<b>Total</b>
<b>Custo de aquisição</b>					
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2010</b>	<b>685 065</b>	<b>632 107</b>	<b>765</b>	<b>261 934</b>	<b>1 579 871</b>
Adições	531	2 590	-	3 102	6 223
Abates / vendas	( 453)	( 2 325)	-	-	( 2 778)
Transferências (a)	2 068	2 286	( 21)	( 4 333)	
Variação cambial e outros movimentos	( 4 038)	( 2 197)	( 14)	( 16 522)	( 22 771)
<b>Saldo a 31 de Março de 2011</b>	<b>683 173</b>	<b>632 461</b>	<b>730</b>	<b>244 181</b>	<b>1 560 545</b>
Adições	5 849	19 594	( 106)	74 197	99 534
Abates / vendas	( 4 227)	( 9 752)	-	( 4)	( 13 983)
Transferências (a)	( 2 236)	6 025	-	( 9 461)	( 5 672)
Variação cambial e outros movimentos	4 122	3 535	19	17 572	25 248
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2011</b>	<b>686 681</b>	<b>651 863</b>	<b>643</b>	<b>326 485</b>	<b>1 665 672</b>
Adições	1 512	9 486	-	1 798	12 796
Abates / vendas	( 205)	( 3 117)	-	-	( 3 322)
Transferências (a)	18 853	1 128	-	( 22 399)	( 2 418)
Variação cambial e outros movimentos	( 2 594)	( 1 942)	( 3)	( 9 379)	( 13 918)
<b>Saldo a 31 de Março de 2012</b>	<b>704 247</b>	<b>657 418</b>	<b>640</b>	<b>296 505</b>	<b>1 658 810</b>
<b>Depreciações</b>					
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2010</b>	<b>274 409</b>	<b>496 173</b>	<b>252</b>	<b>-</b>	<b>770 834</b>
Depreciações do período	5 010	9 535	3	-	14 548
Abates / vendas	( 453)	( 2 324)	-	-	( 2 777)
Variação cambial e outros movimentos	( 786)	( 1 262)	( 72)	-	( 2 120)
<b>Saldo a 31 de Março de 2011</b>	<b>278 180</b>	<b>502 122</b>	<b>183</b>	<b>-</b>	<b>780 485</b>
Depreciações do período	16 223	30 952	6	-	47 181
Abates / vendas	( 4 118)	( 9 671)	-	-	( 13 789)
Transferências (a)	( 1 355)	( 48)	-	-	( 1 403)
Variação cambial e outros movimentos	( 281)	1 721	80	-	1 520
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2011</b>	<b>288 649</b>	<b>525 076</b>	<b>269</b>	<b>-</b>	<b>813 994</b>
Depreciações do período	5 285	9 888	2	-	15 175
Abates / vendas	( 187)	( 3 001)	-	-	( 3 188)
Transferências (a)	( 301)	( 95)	-	-	( 396)
Variação cambial e outros movimentos	( 273)	( 814)	( 84)	-	( 1171)
<b>Saldo a 31 de Março de 2012</b>	<b>293 173</b>	<b>531 054</b>	<b>187</b>	<b>-</b>	<b>824 414</b>
<b>Saldo líquido a 31 de Março de 2012</b>	<b>411 074</b>	<b>126 364</b>	<b>453</b>	<b>296 505</b>	<b>834 396</b>
<b>Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2011</b>	<b>398 032</b>	<b>126 787</b>	<b>374</b>	<b>326 485</b>	<b>851 678</b>
<b>Saldo líquido a 31 de Março de 2011</b>	<b>404 993</b>	<b>130 339</b>	<b>547</b>	<b>244 181</b>	<b>780 060</b>

(a) Respeitam a imobilizado (imóveis e equipamento) proveniente de balcões descontinuados que foram transferidos pelo valor líquido para Activos não correntes detidos para venda

## NOTA 27 – ACTIVOS INTANGÍVEIS

Esta rubrica em 31 de Março de 2012 e 31 de Dezembro de 2011 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	<b>31.03.2012</b>	<b>31.12.2011</b>
<b>Goodwill</b>	<b>97 922</b>	<b>97 739</b>
<b>Gerados internamente</b>		
Sistema de tratamento automático de dados	49 859	47 644
<b>Adquiridos a terceiros</b>		
Sistema de tratamento automático de dados	611 341	610 469
Outras	917	917
	<b>612 258</b>	<b>611 386</b>
<b>Imobilizações em curso</b>	<b>29 874</b>	<b>26 413</b>
	<b>789 913</b>	<b>783 182</b>
<b>Amortização acumulada</b>		
<b>Perdas por imparidade</b>	<b>(553 299)</b>	<b>(543 222)</b>
	<b>(9 746)</b>	<b>(9 628)</b>
	<b>226 868</b>	<b>230 332</b>

Nos activos intangíveis gerados internamente incluem-se os gastos incorridos pelas unidades do Grupo especializadas na implementação de soluções informáticas aportadoras de benefícios económicos futuros (ver Nota 2.14).

O *goodwill* é registado de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.2, sendo analisado como segue:

	(milhares de euros)	
	<b>31.03.2012</b>	<b>31.12.2011</b>
Subsidiárias		
ES Investment Holding <sup>(a)</sup>	47 529	47 449
ES Gestion <sup>(b)</sup>	22 142	22 142
Aman Bank	16 046	16 046
Concordia	1 723	1 605
Outros	2 589	2 604
Outras unidades geradoras de caixa		
Leasing e Factoring	7 893	7 893
	<b>97 922</b>	<b>97 739</b>
Perdas por imparidade	(9 746)	(9 628)
	<b>88 176</b>	<b>88 111</b>

<sup>(a)</sup> Holding detentora do Execution Noble

<sup>(b)</sup> Inclui 2 459 milhares de euros e 19 683 milhares de euros do Banco Inversión e Gespastor, respectivamente, sociedades que foram incorporadas por fusão na ES Gestion após a aquisição

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

	<i>Goodwill</i>	Sistema de tratamento automático de dados	Outras Imobilizações	Imobilizado em curso	(milhares de euros)
					Total
<b>Custo de aquisição</b>					
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2010</b>	<b>95 616</b>	<b>600 037</b>	<b>1 312</b>	<b>35 732</b>	<b>732 697</b>
Adlções:					
Geradas Internamente	-	-	-	1 505	1 505
Adquiridas a terceiros	-	2 390	-	4 251	6 641
Transferências	-	15 335	-	(15 335)	-
Variação cambial e outros movimentos	475	(1 275)	(23)	(5)	(828)
<b>Saldo a 31 de Março de 2011</b>	<b>96 091</b>	<b>616 487</b>	<b>1 289</b>	<b>26 148</b>	<b>740 015</b>
Adlções:					
Geradas Internamente	-	-	-	7 673	7 673
Adquiridas a terceiros	-	10 131	-	22 832	32 963
Abates / vendas	-	(360)	(409)	-	(769)
Transferências	-	29 753	-	(29 753)	-
Variação cambial e outros movimentos	1 648	2 102	37	(487)	3 300
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2011</b>	<b>97 739</b>	<b>658 113</b>	<b>917</b>	<b>26 413</b>	<b>783 182</b>
Adlções:					
Geradas Internamente	-	-	-	1 449	1 449
Adquiridas a terceiros	-	2 852	-	3 502	6 354
Abates / vendas	-	(1 256)	-	-	(1 256)
Transferências	-	1 492	-	(1 492)	-
Variação cambial e outros movimentos	183	(1)	-	2	184
<b>Saldo a 31 de Março de 2012</b>	<b>97 922</b>	<b>661 200</b>	<b>917</b>	<b>29 874</b>	<b>789 913</b>
<b>Amortizações</b>					
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2010</b>	<b>-</b>	<b>496 211</b>	<b>1 149</b>	<b>-</b>	<b>497 360</b>
Amortizações do período	-	11 541	33	-	11 574
Variação cambial e outros movimentos	-	(354)	(25)	-	(379)
<b>Saldo a 31 de Março de 2011</b>	<b>-</b>	<b>507 398</b>	<b>1 157</b>	<b>-</b>	<b>508 555</b>
Amortizações do período	-	34 527	96	-	34 623
Abates / vendas	-	(57)	(409)	-	(466)
Variação cambial e outros movimentos	-	476	34	-	510
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2011</b>	<b>-</b>	<b>542 344</b>	<b>878</b>	<b>-</b>	<b>543 222</b>
Amortizações do período	-	11 460	19	-	11 479
Abates / vendas	-	(1 165)	-	-	(1 165)
Variação cambial e outros movimentos	-	(238)	1	-	(237)
<b>Saldo a 31 de Março de 2012</b>	<b>-</b>	<b>552 401</b>	<b>898</b>	<b>-</b>	<b>553 299</b>
<b>Imparidade</b>					
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2010</b>	<b>1 800</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1 800</b>
Variação cambial e outros movimentos	(16)	-	-	-	(16)
<b>Saldo a 31 de Março de 2011</b>	<b>1 784</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1 784</b>
Pérdas por Imparidade (a)	8 023	-	-	-	8 023
Variação cambial e outros movimentos	(179)	-	-	-	(179)
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2011</b>	<b>9 628</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>9 628</b>
Variação cambial e outros movimentos	118	-	-	-	118
<b>Saldo a 31 de Março de 2012</b>	<b>9 746</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>9 746</b>
<b>Saldo líquido a 31 de Março de 2012</b>	<b>88 176</b>	<b>108 799</b>	<b>19</b>	<b>29 874</b>	<b>226 868</b>
<b>Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2011</b>	<b>88 111</b>	<b>115 769</b>	<b>39</b>	<b>26 413</b>	<b>230 332</b>
<b>Saldo líquido a 31 de Março de 2011</b>	<b>94 307</b>	<b>109 089</b>	<b>132</b>	<b>26 148</b>	<b>229 676</b>

(a) Imparidade do *goodwill* do Aman Bank

## NOTA 28 – INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

Os dados financeiros relativos às empresas associadas são apresentados no quadro seguinte:

	(milhares de euros)									
	Activo		Passivo		Capital Próprio		Proveitos		Resultado Líquido	
	31.03.2012	31.12.2011	31.03.2012	31.12.2011	31.03.2012	31.12.2011	31.03.2012	31.03.2011	31.03.2012	31.03.2011
BES VIDA	5 423 396	5 658 690	5 273 034	5 601 926	150 362	56 764	97 877	112 115	1 030	7 276
ES VÉNÉTIE	1 508 255	1 636 829	1 341 167	1 471 545	167 088	165 284	19 891	17 843	1 704	2 200
LOCARENT	316 592	321 581	309 797	314 938	6 795	6 643	24 663	23 501	695	700
BES SEGUROS	118 974	131 184	92 802	111 531	26 172	19 653	16 676	16 521	1 988	1 000
ESEGUR	43 540	41 679	33 495	31 524	10 045	10 155	14 079	14 945	45	75
EUROP ASSISTANCE	-	-	-	-	-	-	-	11 611	-	350
FUNDO ES IBERIA	14 006	14 252	1 077	266	12 929	13 986	1 077	22	21	( 128)
SCI GEORGES MANDEL	10 844	11 292	21	11	10 823	11 281	243	239	152	148
BRB INTERNACIONAL	14 902	14 899	13 561	12 596	1 341	2 303	3 537	4 612	84	( 120)
AUTOPISTA PEROTE-XALAPA	443 743	441 723	313 004	308 586	130 739	133 137	-	-	219	-
ASCENDI GROUP	4 021 947	3 945 239	3 625 938	3 561 239	396 009	384 000	24 616	-	2 371	-
EMPARK	773 857	773 857	626 861	626 861	146 996	146 996	182 274	-	3 057	-
AUVISA - AUTOVIA DE LOS VIÑEDOS	241 391	248 201	207 776	214 586	33 615	33 615	12 791	-	1 494	-
UNICRE	379 177	307 856	262 664	194 012	116 513	113 844	53 064	53 683	1 373	2 473
MOZA BANCO	114 696	92 737	89 429	64 908	25 267	27 829	2 125	2 292	( 1 168)	639
RODI SINKS & IDEAS	45 211	45 211	24 196	24 196	21 015	21 015	-	22 401	-	3 665
SCUTVIAS	718 866	718 866	647 086	647 086	71 780	71 780	-	-	-	-

**Nota:** Dados ajustados para efeitos de consolidação

							(milhares de euros)			
	Custo da participação			Interesse económico		Valor de balanço	Resultados de associadas atribuível ao Grupo			
	31.03.2012	31.12.2011	31.03.2011	31.03.2012	31.12.2011	31.03.2011	31.03.2012	31.12.2011	31.03.2011	
BES VIDA a)	537 497	537 497	474 997	50,00%	50,00%	50,00%	246 074	200 000	372 644	( 209) ( 193 261) 2 887
ES VÉNÉTIE	42 293	42 293	42 293	42,69%	42,69%	42,69%	71 470	70 700	68 871	727 4 269 939
LOCARENT	2 967	2 967	2 967	50,00%	50,00%	50,00%	3 708	3 632	4 176	348 1 509 350
BES SEGUROS	3 749	3 749	3 749	25,00%	25,00%	25,00%	6 540	4 911	6 211	497 831 250
ESEGUR	9 634	9 634	9 634	44,00%	44,00%	44,00%	11 264	11 312	11 191	20 264 33
EUROP ASSISTANCE	-	-	1 147	-	-	23,00%	-	-	2 101	- 335 81
FUNDO ES IBERIA	8 708	8 708	8 708	38,69%	38,69%	38,69%	5 342	5 262	7 237	( 47) ( 292) ( 69)
SCI GEORGES MANDEL	2 401	2 401	2 401	22,50%	22,50%	22,50%	2 435	2 538	2 434	34 137 33
BRB INTERNACIONAL	10 659	10 659	10 659	24,93%	24,93%	24,93%	335	335	243	- 92 -
AUTOPISTA PEROTE-XALAPA b)	36 678	36 678	35 056	14,33%	14,33%	8,19%	26 628	26 628	29 383	- 209 -
ASCENDI GROUP b)	168 310	168 310	163 341	28,66%	28,66%	16,38%	172 014	169 900	170 308	2 114 7 130 49
EMPARK b)	55 013	55 013	55 013	15,92%	15,92%	9,17%	54 661	54 661	54 003	- ( 698) -
AUVISA - AUTOVIA DE LOS VIÑEDOS	41 056	41 056	41 056	35,83%	35,83%	20,48%	38 304	38 304	37 081	- ( 5) -
UNICRE b)	11 497	11 497	11 497	17,50%	17,50%	17,50%	20 390	19 923	20 308	240 1 530 433
MOZA BANCO	9 800	9 800	8 018	25,10%	25,10%	25,10%	10 535	11 178	8 140	( 293) 149 160
RODI SINKS & IDEAS	1 240	1 240	1 240	24,81%	24,81%	24,81%	7 620	7 528	7 527	92 - -
SCUTVIAS b)	50 669	50 669	50 669	15,93%	15,93%	9,11%	50 669	50 669	50 669	- - -
Outras	130 092	130 103	114 075	-	-	-	129 526	129 518	107 991	( 77) 2 570 ( 1 071)
	<b>1 122 263</b>	<b>1 122 274</b>	<b>1 036 520</b>				<b>857 515</b>	<b>806 999</b>	<b>960 518</b>	<b>3 446</b> ( 175 231) <b>4 075</b>

a) Inclui *goodwill* no valor de 267 440 milhares de euros, *value-in-force* no valor de 39 726 milhares de euros (31 de Dezembro de 2010: *goodwill* no valor de 267 440 milhares de euros e *value-in-force* no valor de 40 450 milhares de euros). Este investimento encontra-se líquido de imparidade no valor de 136 275 milhares de euros reconhecida no exercício de 2011.

b) Não obstante o interesse económico do Grupo ser inferior a 20%, estas entidades foram incluídas no balanço consolidado pelo método da equivalência patrimonial uma vez que o Grupo exerce uma influência significativa sobre as suas actividades.

O movimento verificado nesta rubrica é como segue:

	(milhares de euros)		
	31.03.2013	31.12.2011	
<b>Saldo inicial</b>	<b>806 999</b>	<b>961 908</b>	
Alienações	-	( 2 021)	
Aquisições e investimentos adicionais (ver Nota 1)	-	98 191	
Resultado de associadas	3 446	( 38 956)	
Imparidade em associadas	-	( 136 275)	
Reserva de justo valor de associadas (a)	47 020	( 58 128)	
Dividendos recebidos	( 137)	( 4 193)	
Diferenças de câmbio e outras	187	( 13 527)	
<b>Saldo final</b>	<b>857 515</b>	<b>806 999</b>	

(a) Corresponde essencialmente à variação de reservas de justo valor da BES Vida.

Durante o exercício de 2011 foi registada uma imparidade no valor de 136 275 milhares de euros relativamente ao investimento do Grupo na BES Vida, a qual corresponde à diferença entre o valor de

balanço desse investimento e a estimativa do seu valor recuperável. O valor recuperável da BES Vida, com referência a 31 de Dezembro de 2011, foi determinado tendo por base o método *Appraisal Value*. Esta metodologia deriva do *Market Consistent Embedded Value* e do valor de mercado atribuível ao novo negócio. O *Market Consistent Embedded Value* é um método de avaliação específico da indústria seguradora do ramo vida para determinar o justo valor dos contratos actuais (contratos de seguro e de investimento) e está de acordo com os princípios gerais do método dos lucros futuros descontados.

## NOTA 29 – OUTROS ACTIVOS

A rubrica Outros activos em 31 de Março de 2012 e 31 de Dezembro de 2011 é analisada como segue:

	31.03.2012	31.12.2011	(milhares de euros)
<b>Devedores e outras aplicações</b>			
Contas caução	1 406 476	1 605 033	
Devedores por bonificações de juros de crédito imobiliário	42 430	48 892	
Devedores por capital de subsidiárias não realizado	7 000	7 000	
Suprimentos, prestações suplementares e activos subordinados	213 186	214 203	
Sector público administrativo	141 815	136 749	
Outros devedores diversos	445 807	414 827	
	<u>2 256 714</u>	<u>2 426 704</u>	
Perdas por imparidade para devedores e outras aplicações	(72 085)	(47 861)	
	<u>2 184 629</u>	<u>2 378 843</u>	
<b>Outros activos</b>			
Ouro, outros metais preciosos, numismática, medalhistica e outras disponibilidades	11 163	11 122	
Outros activos	77 911	84 700	
	<u>89 074</u>	<u>95 822</u>	
<b>Proveitos a receber</b>	48 198	52 718	
<b>Despesas com custo diferido</b>	157 746	122 849	
<b>Outras contas de regularização</b>			
Operações cambiais a liquidar	10 992	2 489	
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	681 890	171 918	
Outras operações a regularizar	337 382	99 202	
	<u>1 030 264</u>	<u>273 609</u>	
<b>Pensões de reforma e benefícios de saúde</b>	104 155	107 014	
	<u>3 614 066</u>	<u>3 030 855</u>	

Em 31 de Março de 2012 os suprimentos, prestações suplementares e activos subordinados incluem 100 milhões de euros relativos a suprimentos à Locarent – Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas, SA (31 de Dezembro de 2011: 100 milhões de euros) e 97,3 milhões de euros a outras entidades no âmbito da actividade de capital de risco do Grupo as quais se encontram provisionadas em 31,3 milhões de euros.

A rubrica de despesas com custo diferido inclui, em 31 de Março de 2012, o montante de 66 040 milhares de euros (31 de Dezembro de 2011: 66 199 milhares de euros) relativo à diferença entre o valor nominal dos empréstimos concedidos aos colaboradores do Grupo no âmbito do ACT para o sector

bancário e o seu justo valor à data da concessão, calculado de acordo com o IAS 39. Este valor é reconhecido em custos com pessoal durante o menor do prazo residual do empréstimo e o número de anos estimado de serviço do colaborador no futuro.

As operações sobre valores mobiliários a regularizar reflectem as operações realizadas com títulos, registadas na *trade date*, conforme política contabilística descrita na Nota 2.6, a aguardar liquidação.

Os movimentos ocorridos em perdas por imparidade são apresentados como segue:

	31.03.2012	31.12.2011	31.03.2011	(milhares de euros)
<b>Saldo inicial</b>	47 861	16 178	15 047	
Dotações	26 511	37 927	1 238	
Utilizações	( 116)	( 2 916)	-	
Reversões	( 3 306)	( 2 575)	( 73)	
Outros	1 135	( 753)	( 34)	
<b>Saldo final</b>	<b>72 085</b>	<b>47 861</b>	<b>16 178</b>	

### NOTA 30 – RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS

A rubrica Recursos de bancos centrais é apresentada como segue:

	31.03.2012	31.12.2011	(milhares de euros)
<b>Recursos do Sistema Europeu de Bancos Centrais</b>			
Depósitos	148 467	22 204	
Outros recursos	12 209 000	8 764 000	
	<b>12 357 467</b>	<b>8 786 204</b>	
<b>Recursos de outros Bancos Centrais</b>			
Mercado monetário interbancário	20 965	21 650	
Depósitos	937 169	1 205 859	
	<b>958 134</b>	<b>1 227 509</b>	
	<b>13 315 601</b>	<b>10 013 713</b>	

Em 31 de Março de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, o saldo da rubrica Recursos do Sistema Europeu de Bancos Centrais (Outros Recursos) no valor de 12 209 milhões de euros e 8 764 milhões de euros, respectivamente, encontrava-se colateralizado por activos financeiros do Grupo (ver Nota 40).

Em 31 de Março de 2012, a rubrica Recursos de outros Bancos Centrais – depósitos inclui 832 milhões de euros de recursos do Banco Nacional de Angola (31 de Dezembro de 2011: 1 098 milhões de euros).

### NOTA 31 – RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

A rubrica Recursos de outras instituições de crédito é apresentada como segue:

	(milhares de euros)	
	<b>31.03.2012</b>	<b>31.12.2011</b>
<b>No país</b>		
Empréstimos	112	924
Mercado monetário interbancário	47 786	15 001
Depósitos	275 522	465 654
Recursos a muito curto prazo	125 218	251 045
Operações com acordo de recompra	125 271	170 850
Outros recursos	<u>36 502</u>	<u>5 279</u>
	<b>610 411</b>	<b>908 753</b>
<b>No estrangeiro</b>		
Depósitos	723 629	854 289
Empréstimos	1 617 675	2 206 392
Recursos a muito curto prazo	67 166	121 259
Operações com acordo de recompra	1 651 530	1 847 600
Outros recursos	<u>279 505</u>	<u>301 067</u>
	<b>4 339 505</b>	<b>5 330 607</b>
	<b>4 949 916</b>	<b>6 239 360</b>

### NOTA 32 – RECURSOS DE CLIENTES

O saldo da rubrica Recursos de clientes é composto, quanto à sua natureza, como segue:

	(milhares de euros)	
	<b>31.03.2012</b>	<b>31.12.2011</b>
<b>Depósitos à vista</b>		
Depósitos à ordem	9 118 794	8 573 096
<b>Depósitos a prazo</b>		
Depósitos a prazo	24 606 417	23 397 235
Outros	12 046	110 210
	<b>24 618 463</b>	<b>23 507 445</b>
<b>Depósitos de poupança</b>		
Reformados	13 814	15 049
Outros	1 465 750	1 470 261
	<b>1 479 564</b>	<b>1 485 310</b>
<b>Outros recursos</b>		
Operações com acordo de recompra	396 459	267 801
Outros	345 707	372 510
	<b>742 166</b>	<b>640 311</b>
	<b>35 958 987</b>	<b>34 206 162</b>

### NOTA 33 – RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

As responsabilidades representadas por títulos decompõem-se como segue:

	(milhares de euros)	
	31.03.2012	31.12.2011
<b>Euro Medium Term Notes (EMTN)</b>	<b>8 981 175</b>	<b>9 735 468</b>
Certificados de depósitos	651 957	644 103
Obrigações	1 526 383	3 258 824
Obrigações hipotecárias	892 875	933 732
Outras responsabilidades	3 063 675	3 880 521
	<b>15 116 065</b>	<b>18 452 648</b>

Em 31 de Dezembro de 2011, as obrigações emitidas pelo Grupo incluem 1 572 milhões de euros de obrigações emitidas com garantia do Estado Português.

No âmbito do Programa de Emissão de Obrigações Hipotecárias, cujo montante máximo é de 10 000 milhões de euros, o Grupo procedeu a emissões que totalizam 4 290 milhões de euros. As características das emissões vivas a 31 de Março de 2012 são como segue:

Designação	Valor Nominal (milhares de euros)	Valor de balanço (milhares de euros)	Data Emissão	Data de Reembolso	Periodicidade do pagamento dos juros	Taxa de Juro	Rating
BES Obrigações hipotecárias 3,375%	1 000 000	851 376	17-11-2009	17-02-2015	Anual	3,375%	Baa3
BES Obrigações hipotecárias DUE JUL 17	750 000	168	07-07-2010	09-07-2017	Anual	Euribor 6 Meses + 0,60%	Baa3
BES Obrigações hipotecárias 21/07/2017	1 250 000	15	21-07-2010	21-07-2017	Anual	Euribor 6 Meses + 0,60%	Baa3
BES Obrigações hipotecárias DUE 4,6%	40 000	41 316	15-12-2010	26-01-2017	Anual	Taxa fixa 4,6%	Baa3
BES Obrigações hipotecárias HIPOT. 2018	1 250 000	-	25-01-2011	25-01-2018	Anual	Euribor 6 Meses + 0,60%	Baa3
	<b>4 290 000</b>	<b>892 875</b>					

Estas obrigações são garantidas por um conjunto de créditos à habitação e demais activos que se encontram segregados como património autónomo nas contas do Grupo BES, conferindo assim privilégios creditórios especiais aos detentores destes títulos sobre quaisquer outros credores. As condições das referidas emissões enquadram-se no Decreto-Lei n.º 59/2006, nos Avisos n.ºs 5, 6, 7 e 8 e na Instrução n.º13 do Banco de Portugal.

O valor dos créditos que contragarantram estas emissões ascende em 31 de Março de 2012 a 5 496,5 milhões de euros (31 de Dezembro de 2011: 5 305,9 milhões de euros) (ver Nota 22).

O movimento ocorrido durante o primeiro trimestre de 2012 nas responsabilidades representadas por títulos foi o seguinte:

	<b>Saldo em 31.12.2011</b>	<b>Emissões</b>	<b>Reembolsos</b>	<b>Compras (líquidas)</b>	<b>Outros Movimentos <sup>a)</sup></b>	<b>Saldo em 31.03.2012</b>	<b>(milhares de euros)</b>
<b>Euro Medium Term Notes (EMTN)</b>	<b>9 735 468</b>	<b>952 399</b>	<b>(1 177 881)</b>	<b>( 278 497)</b>	<b>( 250 314)</b>	<b>8 981 175</b>	
<b>Certificados de depósitos</b>	<b>644 103</b>	<b>9 863 b)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>( 2 009)</b>	<b>651 957</b>	
<b>Obrigações</b>	<b>3 258 824</b>	<b>-</b>	<b>(1 653 897)</b>	<b>( 34 406)</b>	<b>( 44 138)</b>	<b>1 526 383</b>	
<b>Obrigações hipotecárias</b>	<b>933 732</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(22 139)</b>	<b>( 18 718)</b>	<b>892 875</b>	
<b>Outras responsabilidades</b>	<b>3 880 521</b>	<b>2 422 456</b>	<b>(3 083 683)</b>	<b>(15 840)</b>	<b>( 189 779)</b>	<b>3 063 675</b>	
	<b>18 452 648</b>	<b>3 384 718</b>	<b>(5 865 461)</b>	<b>( 350 882)</b>	<b>( 504 958)</b>	<b>15 116 065</b>	

<sup>a)</sup> Os outros movimentos incluem o juro corrido em balanço, correções por operações de cobertura, correções de justo valor e variação cambial

<sup>b)</sup> No caso específico dos certificados de depósito, por serem instrumentos de curto prazo, o valor das emissões é apresentado líquido de reembolsos

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.8, no caso de compras de títulos representativos de responsabilidades do Grupo, os mesmos são anulados do passivo consolidado e a diferença entre o valor de compra e o respectivo valor de balanço é reconhecida em resultados. Na sequência das compras efectuadas até 31 de Março de 2012 e 31 de Março de 2011, o Grupo reconheceu um ganho de 43,2 milhões de euros e de 36,9 milhões de euros, respectivamente (ver Notas 11 e 36).

O valor de balanço das emissões ocorridas no primeiro trimestre de 2012, excluindo os certificados de depósitos, são como segue:

Entidade	Descrição	31.03.2012				(milhares de euros)
		Moeda	Valor de balanço	Maturidade	Taxa de juro	
BES - Sede	BES DUE FEV14	EUR	104 420	2014	Taxa fixa 6,5%	
BES - Sede	BES 4 ANOS 7%	EUR	118 456	2016	Taxa Fixa 7%	
BESLD	EMTN Series 1	a)	129 294	2014	Taxa fixa 6,5%	
BESLD	EMTN Series 2	a)	112 994	2016	Taxa fixa 7%	
BESLD	EMTN Series 3	a)	125 196	2022	Taxa fixa 5%	
BESLD	EMTN Series 4	a)	42 677	2014	Taxa fixa 6,5%	
BESLD	EMTN Series 5	a)	36 784	2016	Taxa fixa 7%	
BESLD	EMTN Series 6	a)	182 447	2022	Taxa fixa 5%	
BESLD	EMTN Series 8	a)	40 352	2015	Taxa fixa 6,75%	
GBESI	ESIP PT CRDLKD DEC2013	a)	15 337	2013	Coupon 7,75% + PT CLN LINKED	
GBESI	ESIP EWZ EQL JAN2015	a)	968	2015		EWZ LINKED
GBESI	ESIP CONVERTIBLE BME JUL12	a)	1 844	2012		BME LINKED
GBESI	BESI DBLE NO TOUCH EURUSD JUL12	a)	985	2012		FX LINKED
GBESI	BESI APR2012 FIXED RATE LINKED	a)	8 584	2012		FIXED RATE
GBESI	ESIP FEB16 BNP NORDICAS EQL	a)	2 409	2016		b)
GBESI	ESIP AUG2014 CABAZ MOEDAS 12-14	a)	7 223	2014		FX LINKED
GBESI	ESIP CABAZMOEDA VS EUR FEB15 FXL	a)	714	2015		FX LINKED
GBESI	ESIP EMPRES CHINENAS FEB2017 EQL	a)	1 384	2017		c)
GBESI	ESIP EDP MAR2014 CLN 2	a)	13 231	2014		Coupon 6,9% + EDP CLN LINKED
GBESI	ESIP TWIN WIN EURUSD MAR2015	a)	961	2015		FX LINKED
GBESI	ESIP LUXURY GOODS LKD MAR2015	a)	1 587	2015		d)
GBESI	ESIP PS120 LKD MAR2015	a)	3 299	2015		PS120 LINKED
GBESI	ESIP DUAL UPGRADE MAR2014	a)	1 489	2014		e)
GBESI	ESIP DIG CPN EURIBOR 3M MAR2015	a)	1 925	2015		EURIBOR DIGITAL
GBESI	ESIP APR2019 RECOV BASKET LINKED	a)	374	2019		f)
GBESI	BESI CLN REP PORTUGUESA OCT2014	a)	7 204	2014		g)
ESPLC	BES0412_1E BESESPLC11/04/2012	EUR	251 901	2012	Taxa fixa 3,338%	
ESPLC	BES0412_2E BESESPLC12/04/2012	EUR	251 901	2012	Taxa fixa 3,338%	
ESPLC	BES2704_3E BESESPLC27/04/2012	EUR	250 705	2012	Taxa fixa 1,638%	
ESPLC	BES0412_9E BESESPLC20/04/2012	EUR	300 641	2012	Taxa fixa 1,399%	
ESPLC	BES0512_10E BESESPLC07/05/2012	EUR	40 098	2012	Taxa fixa 1,600%	
ESPLC	BES0412_12E BESESPLC24/04/2012	EUR	150 146	2012	0,014	
ESPLC	BES0612_13E BESESPLC08/06/2012	EUR	250 184	2012	0,014	
ESPLC	BES0612_14E BESESPLC14/06/2012	EUR	26 020	2012	0,015	

a) emissões com derivados embutidos ou ao fair value option

b) Linkado a cabaz de acções sobre Telenor ASA, Aker Solutions ASA, Tele2 AB e Volvo AB.

c) Linkado a cabaz de acções sobre China Life Insurance Company, Petrochina e China Mobile.

d) Linkado a cabaz de acções sobre Anglo American, Clé Financière Richemont, Porsche, Pernod Ricard e LVMH Moet Hennessy.

e) Linkado a cabaz de acções FedEx, Macy's, Harley Davidson, Red Hat e Swiss RE.

f) Linkado a cabaz de acções sobre Telefónica, BNP Paribas, Vodafone e E.ON.

g) Linkado a República Portuguesa, 50% Cupão de 7,50% e 50% Step up Fixed Coupon.

## NOTA 34 – PROVISÕES

Em 31 de Março de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, a rubrica Provisões apresenta os seguintes movimentos:

	31.03.2012	31.12.2011	(milhares de euros) 31.03.2011
<b>Saldo inicial</b>	<b>190 450</b>	<b>212 025</b>	<b>214 706</b>
Reforços / (repositões)	( 6 223)	5 512	1 348
Utilizações	( 10 598)	( 32 555)	( 3 123)
Diferenças de câmbio e outras	( 7 481)	5 468	( 906)
<b>Saldo final</b>	<b>166 148</b>	<b>190 450</b>	<b>212 025</b>

As provisões, cujo valor ascende a 166 148 milhares de euros (31 de Dezembro de 2011: 190 450 milhares de euros), visam a cobertura de determinadas contingências devidamente identificadas, decorrente da actividade do Grupo, sendo as mais relevantes as seguintes:

- Contingências decorrentes do processo de permuta de acções do Banco Boavista Interatlântico, por acções do Bradesco, ocorrida durante o exercício de 2000. O Grupo constituiu provisões no valor de 62,7 milhões de euros (31 de Dezembro de 2011: 61,4 milhões de euros) para cobertura de eventuais perdas com o referido processo;
- Contingências associadas a processos de falência de clientes que poderão implicar perdas para o Grupo. As provisões registadas com vista à cobertura destas perdas ascendem em 31 de Março de 2012 a cerca de 22,5 milhões de euros (31 de Dezembro de 2011: 22,5 milhões de euros);
- Contingências associadas a processos em curso relativos a matérias fiscais para cujas contingências o Grupo mantém provisões de 24,1 milhões de euros (31 de Dezembro de 2011: 36,0 milhões de euros);
- Provisões associadas a processos em curso relativas a operações comerciais realizadas no estrangeiro no valor de 3,5 milhões de euros (31 de Dezembro de 2011: 11,8 milhões de euros);
- O valor remanescente, de 53,3 milhões de euros (31 de Dezembro de 2011: 58,8 milhões de euros), destina-se à cobertura de potenciais perdas decorrentes da actividade normal do Grupo tais como, entre outras, fraudes, roubos e assaltos e processos judiciais em curso.

## NOTA 35 – IMPOSTOS

O Banco e as subsidiárias com sede em Portugal estão sujeitos a tributação em sede de imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e correspondentes Derramas.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capital próprio. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do exercício.

O cálculo do imposto corrente do período de três meses findo em 31 de Março de 2012 foi apurado com base numa taxa nominal de IRC e Derrama Municipal de 26,5%, de acordo com a Lei n.º 107-B/2003, de 31 de Dezembro, a Lei nº2/2007, de 15 de Janeiro (que aprovou a Lei das Finanças Locais), acrescida de uma taxa adicional até 5% referente à Derrama Estadual que incide sobre lucros tributáveis acima dos 10 milhões de Euros, nos termos previstos na Lei nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2012).

Adicionalmente, para efeitos do cálculo do imposto corrente do período de três meses findo em 31 de Março de 2012, foi tomado em consideração o Decreto-Lei nº 127/2011, de 31 de Dezembro, que regula a transferência de responsabilidades pelos encargos com as pensões de reforma e sobrevivência dos reformados e pensionistas para a Segurança Social, e que consagrou um regime especial de dedutibilidade fiscal dos gastos e outras variações patrimoniais decorrentes dessa transferência:

- O impacto decorrente da variação patrimonial negativa associada à alteração da política contabilística de reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais anteriormente diferidos, será integralmente dedutível, em partes iguais, durante 10 anos, a partir do exercício que se inicia em 1 de Janeiro de 2012. Este impacto é registado em rubricas de capital próprio;
- O impacto decorrente da liquidação (determinado pela diferença entre a responsabilidade mensurada de acordo com os critérios da IAS 19 e os critérios definidos no acordo) será integralmente dedutível para efeitos do apuramento do lucro tributável, em partes iguais, em função da média do número de anos de esperança de vida dos pensionistas cujas responsabilidades foram transferidas (18 anos no caso do BES), a partir do exercício que se inicia em 1 de Janeiro de 2012. Este impacto é registado em rubricas de resultados.

Os impostos diferidos activos resultantes da transferência das responsabilidades e da alteração da política contabilística do reconhecimento dos desvios actuariais são pois recuperáveis nos prazos de 10 e 18 anos, via rubricas de capital próprio e via rubricas de resultados, respectivamente.

O cálculo do imposto corrente do exercício de 2011 foi apurado com base numa taxa nominal de IRC e Derrama Municipal de 26,5% de acordo com a Lei n.º 107-B/2003, de 31 de Dezembro, e a Lei nº2/2007,

de 15 de Janeiro (que aprovou a Lei das Finanças Locais), acrescida de uma taxa adicional de 2,5% referente à Derrama Estadual prevista no âmbito das medidas adicionais do Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) aprovadas pela Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho.

Em termos de imposto corrente relativo ao exercício de 2011, a Sucursal Financeira Exterior na Zona Franca da Madeira beneficiava, ao abrigo do artigo 33.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, de uma isenção de IRC até 31 de Dezembro de 2011. Para efeitos da aplicação desta isenção, considerava-se que pelo menos 85% do lucro tributável da actividade global do Banco era resultante de actividades exercidas fora do âmbito institucional da Zona Franca da Madeira.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Na medida em que a alteração das taxas de Derrama Estadual prevista na Lei nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2012), se aplica apenas aos exercícios de 2012 e de 2013 e não se estima que nesses exercícios ocorra a reversão de diferenças temporárias com impacto líquido significativo, a mesma não foi tomada em consideração no cálculo do imposto diferido a 31 de Dezembro de 2011 e a 31 de Março de 2012. Assim, para o exercício e período em causa, o imposto diferido foi apurado com base numa taxa agregada de 29%, resultante do somatório das taxas de IRC (25%), Derrama Municipal (1,5%) e Derrama Estadual (2,5%) acima referidas.

As declarações de autoliquidação do Banco e das subsidiárias com sede em Portugal ficam sujeitas a inspecção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos ou de seis anos em caso da existência de prejuízos fiscais. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração do Banco e das subsidiárias com sede em Portugal que, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas, não ocorrerão encargos adicionais de valor significativo.

Os activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 31 de Março de 2012 e 31 de Dezembro de 2011 podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

	<b>Activo</b>		<b>Passivo</b>		<b>Líquido</b>	
	<b>31.03.2012</b>	<b>31.12.2011</b>	<b>31.03.2012</b>	<b>31.12.2011</b>	<b>31.03.2012</b>	<b>31.12.2011</b>
Instrumentos financeiros	84 050	111 815	( 75 739)	( 95 910)	8 311	15 905
Imparidade de crédito a clientes	349 546	333 721	-	-	349 546	333 721
Outros activos tangíveis	281	285	( 9 026)	( 9 068)	( 8 745)	( 8 783)
Activos intangíveis	102	102	-	-	102	102
Investimentos em subsidiárias e associadas	-	-	( 57 268)	( 54 572)	( 57 268)	( 54 572)
Provisões	37 828	33 357	-	-	37 828	33 357
Pensões	282 766	290 150	( 38 811)	( 39 825)	243 955	250 325
SAMS	-	-	-	-	-	-
Prémios de antiguidade	7 450	8 185	-	-	7 450	8 185
Débitos representados por títulos	162	204	-	-	162	204
Outros	7 938	7 645	-	( 2 052)	7 938	5 593
Prejuízos fiscais reportáveis	10 184	17 587	( 731)	-	9 453	17 587
<b>Imposto diferido activo/(passivo)</b>	<b>780 307</b>	<b>803 051</b>	<b>( 181 575)</b>	<b>( 201 427)</b>	<b>598 732</b>	<b>601 624</b>
Compensação de activos/passivos por impostos diferidos	( 66 226)	( 90 894)	66 226	90 894	-	-
<b>Imposto diferido activo/(passivo) líquido</b>	<b>714 081</b>	<b>712 157</b>	<b>( 115 349)</b>	<b>( 110 533)</b>	<b>598 732</b>	<b>601 624</b>

Os movimentos ocorridos nas rubricas de impostos diferidos de balanço tiveram as seguintes contrapartidas:

	<b>(milhares de euros)</b>	
	<b>31.03.2012</b>	<b>31.12.2011</b>
<b>Saldo inicial</b>		
Reconhecido em resultados	601 624	425 026
Reconhecido em reservas de justo valor <sup>(1)</sup>	23 509	133 666
Reconhecido em reservas - outro rendimento integral	( 31 966)	74 738
Reconhecido em outras reservas	( 6 194)	( 15 551)
Variação cambial e outros	9 069	( 29 189)
<b>Saldo final (Activo / (Passivo))</b>	<b>598 732</b>	<b>601 624</b>

<sup>(1)</sup> O valor reconhecido na demonstração consolidada do rendimento integral inclui adicionalmente o imposto diferido reconhecido nas reservas de justo valor de empresas associadas no montante de 17 298 milhares de euros de custos (31 de Dezembro de 2011: 5 512 milhares de euros de custos).

O imposto reconhecido em resultados e reservas durante o período de três meses findo em 31 de Março de 2012 e o exercício de 2011 teve as seguintes origens:

	<b>(milhares de euros)</b>			
	<b>31.03.2012</b>		<b>31.12.2011</b>	
	<b>Reconhecido em resultados</b>	<b>Reconhecido em reservas</b>	<b>Reconhecido em resultados</b>	<b>Reconhecido em reservas</b>
Instrumentos financeiros	( 24 372)	31 966	8 959	( 74 738)
Imparidade de crédito a clientes	( 15 825)	-	( 81 141)	-
Outros activos tangíveis	( 38)	-	( 456)	-
Activos intangíveis	-	-	-	-
Investimentos em subsidiárias e associadas	6 489	( 3 793)	( 17 523)	2 712
Provisões	( 4 471)	-	289	-
Pensões	278	6 092	( 22 680)	12 839
SAMS	-	-	202	-
Prémios de antiguidade	735	-	( 33)	-
Débitos representados por títulos	42	-	( 28 018)	-
Outros	468	( 123)	4 830	1 083
Prejuízos fiscais reportáveis	13 185	( 5 051)	1 905	28 106
<b>Imposto Diferido</b>	<b>( 23 509)</b>	<b>29 091</b>	<b>( 133 666)</b>	<b>( 29 998)</b>
<b>Impostos Correntes</b>	<b>41 019</b>	<b>( 1 313)</b>	<b>72 147</b>	<b>4 497</b>
<b>Total do imposto reconhecido (proveito) / custo</b>	<b>17 510</b>	<b>27 778</b>	<b>( 61 519)</b>	<b>( 25 501)</b>

O imposto corrente reconhecido em reservas inclui um proveito de 27 milhares de euros relativos ao custo incorrido com o aumento de capital (31 de Dezembro de 2011: 326 milhares de euros) e um

proveito de 1 286 milhares de euros relativos a pensões de reforma (31 de Dezembro de 2011: custo de 254 milhares de euros). Em 31 de Dezembro de 2011, o imposto corrente reconhecido em reservas incluía ainda um custo de 4 570 milhares de euros relativo às derramas Municipal e Estadual sobre as mais-valias reconhecidas em reservas.

A reconciliação da taxa de imposto pode ser analisada como segue:

	31.03.2012		(milhares de euros)	
	%	Valor	%	Valor
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>58 447</b>		<b>( 57 723)</b>
Contribuição Extraordinária sobre o Sector Bancário		( 7 756)		( 30 489)
<b>Resultado antes de impostos para reconciliação da taxa de imposto</b>		<b>66 203</b>		<b>( 27 234)</b>
Taxa de imposto do BES	29,0		29,0	
Imposto apurado com base na taxa de imposto do BES		19 199		( 7 898)
Dividendos excluídos de tributação	...	( 2)	...	( 36 677)
Lucros em unidades com regime de tributação mais favorável	...	( 9 454)	...	( 82 728)
(Mais)/Menos valias fiscais <i>versus</i> contabilísticas	...	1 245	...	58 886
Apropriação do <i>equity</i> de associadas	(1,5)	( 999)	(6,9)	1 879
Custos não dedutíveis	...	28 742	...	39 410
Utilização de prejuízos fiscais reportáveis para os quais não havia sido constituído imposto diferido activo	...	( 26 040)	...	( 27 678)
Outros	7,3	4 819	24,6	( 6 713)
	...	<b>17 510</b>	...	<b>( 61 519)</b>

No seguimento da Lei nº55-A/2010, de 31 de Dezembro, foi criada a Contribuição sobre o Sector Bancário, a qual não é elegível como custo fiscal. A 31 de Março de 2012 o Grupo reconheceu como custo do trimestre o valor de 7,8 milhões de euros (31 de Março de 2011: 7,6 milhões de euros), o qual foi incluído nos Outros resultados de exploração – Impostos directos e indirectos (ver Nota 11).

### NOTA 36 – PASSIVOS SUBORDINADOS

A rubrica Passivos subordinados decompõe-se como segue:

	(milhares de euros)	
	31.03.2012	31.12.2011
<b>Obrigações</b>	<b>816 946</b>	<b>815 019</b>
<b>Obrigações perpétuas</b>	<b>128 967</b>	<b>146 216</b>
	<b>945 913</b>	<b>961 235</b>

As principais características dos passivos subordinados são apresentadas como segue:

(milhares de euros)

Empresa emitente	Designação	Moeda	Data de emissão	Valor de Emissão	Valor de Balanço	Taxa de juro	31.03.2012	
							Maturidade	
BES Finance	Obrigações perpétuas subordinadas	EUR	2002	30 843	29 958	6,63%	2012	a)
BES Finance	Obrigações perpétuas subordinadas	EUR	2004	95 767	87 486	4,50%	2015	a)
BES Finance	Obrigações subordinadas	EUR	2008	20 000	20 179	Euribor 3M + 1%		2018
BESI	Obrigações subordinadas	BRL	2008	1 683	2 060	1,30%		2013
BESI	Obrigações subordinadas	BRL	2007	21 134	23 269	1,30%		2014
BESI	Obrigações subordinadas	BRL	2008	10 099	12 465	1,30%		2015
BESI	Obrigações subordinadas	EUR	2005	60 000	29 243	5,33%		2015
BESI	Obrigações subordinadas	EUR	2003	10 000	10 505	5,50%		2033
BES	Obrigações subordinadas	EUR	2004	25 000	25 337	Euribor 6M + 1,25%		2014
BES	Obrigações perpétuas subordinadas	EUR	2005	15 000	11 523	Euribor 3M + 2,25%		2015 a)
BES	Obrigações subordinadas	EUR	2008	41 550	11 163	Euribor 3M + 1%		2018
BES	Obrigações subordinadas	EUR	2008	638 450	624 206	Euribor 3M + 3%		2019
BES	Obrigações subordinadas	EUR	2008	50 000	50 081	Euribor 3M + 1,05%		2018
BES	Obrigações subordinadas	EUR	2011	8 174	8 438	Taxa fixa 10%		2021
				<b>1 027 700</b>	<b>945 913</b>			

a) Data da call option

O movimento ocorrido durante o primeiro trimestre de 2012 nos passivos subordinados foi o seguinte:

	Saldo em 31.12.2011	Emissões	Reembolsos	Compras (líquidas)	Outros Movimentos	(milhares de euros)	
						(a)	Saldo em 31.03.2012
Obrigações	<b>815 019</b>	-	-	(1 222)	3 149	<b>816 946</b>	
Obrigações perpétuas <sup>b)</sup>	<b>146 216</b>	-	-	(13 865)	(3 384)	<b>128 967</b>	
	<b>961 235</b>	-	-	(15 087)	(235)	<b>945 913</b>	

<sup>a)</sup>Os outros movimentos incluem o juro corrido em balanço, correções por operações de cobertura, correções de justo valor e variação cambial.<sup>b)</sup>Nas emissões foram considerados os valores correspondentes a recolocações de dívida anteriormente adquirida pelo Grupo.

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.8, no caso de compras de títulos representativos de responsabilidades do Grupo, os mesmos são anulados do passivo consolidado e a diferença entre o valor de compra e o respectivo valor de balanço é reconhecido em resultados. Na sequência das compras efectuadas até 31 de Março de 2011, o Grupo reconheceu um ganho de 0,5 milhões de euros; até 31 de Março de 2012 o Grupo não reconheceu qualquer resultado (ver Notas 11 e 33).

## NOTA 37 – OUTROS PASSIVOS

A rubrica de Outros passivos em 31 de Março de 2012 e 31 de Dezembro de 2011 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.03.2012	31.12.2011
<b>Credores e outros recursos</b>		
Sector público administrativo	194 618	172 523
Contas caução	102 614	112 543
Credores diversos		
Credores por operações sobre valores mobiliários	84 751	87 439
Credores por fornecimento de bens	36 228	50 306
Credores por contratos de <i>factoring</i>	3 370	2 770
Outros credores	356 647	211 647
	<b>778 228</b>	<b>637 228</b>
<b>Custos a pagar</b>		
Prémios de antiguidade (ver Nota 13)	27 888	27 477
Outros custos a pagar	127 897	165 924
	<b>155 785</b>	<b>193 401</b>
<b>Receitas com proveito diferido</b>	<b>75 624</b>	<b>36 829</b>
<b>Outras contas de regularização</b>		
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	878 065	315 181
Operações cambiais a liquidar	16 460	23 947
Outras operações a regularizar	91 662	114 437
	<b>986 187</b>	<b>453 565</b>
	<b>1 995 824</b>	<b>1 321 023</b>

Os montantes relativos a operações sobre valores mobiliários a regularizar reflectem as operações realizadas com títulos, registadas na *trade date*, conforme política contabilística descrita na Nota 2.6, a aguardar liquidação.

## NOTA 38 – CAPITAL, PRÉMIOS DE EMISSÃO, ACÇÕES PRÓPRIAS E ACÇÕES PREFERENCIAIS

### *Acções ordinárias*

Em 31 de Março de 2012, o capital social do Banco, no valor de 4 030,2 milhões de euros encontrava-se representado por 1 461 240 084 acções ordinárias, totalmente subscritas e realizadas por diferentes accionistas, dos quais se destacam (participações directas):

	% Capital	
	31.03.2012	31.12.2011
BESPAR - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	35,00%	35,00%
Credit Agricole, S.A.	8,63%	8,63%
Bradport, SGPS, S.A. <sup>(1)</sup>	4,83%	4,83%
Silchester International Investors Limited	5,67%	5,67%
Espírito Santo Financial Group, S.A.	2,48%	2,27%
PT Prestações - Mandatária de Aquisições e Gestão de Bens, S.A. <sup>(2)</sup>	2,09%	2,09%
Outros	41,30%	41,51%
	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

(1) Sociedade de direito português inteiramente detida pelo Banco Bradesco (Brasil), à qual são imputáveis os direitos de voto

(2) Empresa dominada integral e indirectamente por Portugal Telecom, SGPS, SA

No final do exercício de 2011 o Banco realizou um aumento de capital através do lançamento de uma oferta de troca (OPT) sobre valores mobiliários emitidos pelo Banco Espírito Santo, Banco Espírito Santo de Investimento e BES Finance.

Em resultado da operação de oferta de troca sobre valores mobiliários, que decorreu entre os dias 14 e 30 de Novembro, foram emitidas 294 573 418 novas acções ordinárias do BES a €1,80 por acção e 81 736 obrigações de caixa subordinadas de valor nominal de €100 cada:

<b>Emitente</b>	<b>Natureza</b>	<b>Valor Nominal objecto de aceitação nas Ofertas</b>	<b>Contrapartida</b>	
			<b>Nº Acções BES emitidas</b>	<b>Nº Obrigações de Caixa emitidas</b>
<b>BES</b>	Valores mobiliários perpétuos subordinados com juros condicionados	€ 238 400 000 USD 2 727 000	128 527 730 992 857	70 400 1 918
<b>BES INVESTIMENTO</b>	Valores mobiliários perpétuos subordinados com juros condicionados	€ 46 269 000	25 180 367	9 418
<b>BES FINANCE</b>	<i>Undated Subordinated Notes</i> <i>Non-cumulative guaranteed step-up preference shares series A</i>	€ 184 214 000 € 197 446 000	72 960 255 66 912 209	não aplicável não aplicável
	<b>TOTAL</b>	<b>€ 668 308 530</b>	<b>294 573 418</b>	<b>81 736</b>

O impacto desta operação nos Capitais próprios do Grupo apresenta-se como segue:

	(milhões de euros)
Capital	530
Prémios de emissão	( 4)
Acções preferenciais	( 197)
Outros instrumentos de capital	( 240)
Outras reservas e resultados transitados	55
Resultado do exercício	38
Interesses que não controlam	( 46)
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>136</b>

### *Acções preferenciais*

A BES Finance, subsidiária do Grupo BES, emitiu 450 milhares de acções preferenciais sem direito a voto, que foram admitidas à cotação na Bolsa de Valores do Luxemburgo em Julho de 2003. Em Março de 2004 foram adicionalmente emitidas 150 milhares de acções preferenciais, formando uma única emissão com as acções emitidas anteriormente, no valor total de 600 milhões de euros. Estas acções têm um valor nominal de 1 000 euros e são remíviveis por opção do emitente na sua totalidade, mas não parcialmente, em 2 de Julho de 2014, pelo seu valor nominal, mediante a aprovação prévia do BES e do Banco de Portugal. Durante o exercício de 2011 o Grupo adquiriu 388 milhares de acções preferenciais emitidas pela BES Finance, sendo que 197 milhares dessas acções foram adquiridas no âmbito da

operação de oferta de troca sobre valores mobiliários anteriormente referida. O Grupo registou uma mais-valia líquida de imposto no valor de 105,6 milhões de euros reconhecida em Outras reservas. Em 31 de Março de 2012 havia 199 milhares acções preferenciais em circulação com um valor em balanço de 199 398 milhares de euros.

Estas acções preferenciais têm um dividendo preferencial não cumulativo, pagável apenas se e quando declarado pelo Conselho de Administração da emitente, correspondente à aplicação de uma taxa anual de 5,58% sobre o valor nominal, pago anualmente, em 2 de Julho de cada ano, com início em 2 de Julho de 2004 e fim a 2 de Julho de 2014.

Caso a emitente não proceda à remição das acções preferenciais a 2 de Julho de 2014, o dividendo preferencial, se e quando declarado, passará a ser calculado à taxa Euribor a três meses acrescida de 2,65%, com os pagamentos a ocorrerem em 2 de Janeiro, 2 de Abril, 2 de Julho e 2 de Outubro de cada ano.

O pagamento dos dividendos em cada exercício e o reembolso das acções são garantidos pelo BES até ao limite dos dividendos que tenham sido previamente declarados pelo Conselho de Administração da emitente.

Estas acções são subordinadas em relação a qualquer passivo do BES e *pari passu* relativamente a quaisquer acções preferenciais que venham a ser emitidas pelo Banco.

#### ***Prémios de emissão***

Em 31 de Março de 2012, os prémios de emissão totalizavam 1 081 832 milhares de euros, referentes ao prémio pago pelos accionistas nos aumentos de capital.

#### ***Outros instrumentos de capital***

O Grupo emitiu no exercício de 2010, obrigações perpétuas subordinadas no montante global de 320 milhões de euros, com juro condicionado não cumulativo, pagável apenas se e quando declarado pelo Conselho de Administração.

As características das emissões são as seguintes:

<b>Emitente</b>	<b>Data de emissão</b>	<b>Moeda</b>	<b>Valor de balanço</b>	<b>Taxa de juro</b>	<b>Pagamento de cupão</b>	<b>Possibilidade de reembolso</b> <sup>(2)</sup>	(milhares de euros)
BES	Dez/10	EUR	26 234	8,50%	15/Mar e 14/Set	A partir de Set/15	
BES	Dez/10	USD	3 041	8,00%	15/Mar e 14/Set	A partir de Set/15	
<b>29 275</b>							
<b>BESI<sup>(1)</sup></b>	<b>Out/10</b>	<b>EUR</b>	<b>3 731</b>	<b>8,50%</b>	<b>20/Abr e 20/Out</b>	<b>A partir de Out/15</b>	
<b>33 006</b>							

<sup>(1)</sup> A emissão do BESI integra a rubrica de Interesses que não controlam do balanço (ver Nota 39)

<sup>(2)</sup> O reembolso destes títulos poderá ser efectuado na sua totalidade, mas não parcialmente, por opção do emitente, mediante aprovação prévia do Banco de Portugal

Durante o primeiro trimestre de 2012, o Grupo efectuou pagamento de juros no montante de 1 521 milhares de euros, os quais foram registados como uma dedução a reservas. Em resultado da oferta de troca sobre valores mobiliários, realizada em 2011, os Outros Instrumentos de Capital emitidos pelo BES foram reduzidos em 240 448 milhares de euros e os emitidos pelo BESI, registados na rubrica de Interesses que não controlam, foram reduzidos em 46 269 milhares de euros.

Estas obrigações são subordinadas em relação a qualquer passivo do BES e do BESI e *pari passu* relativamente a quaisquer obrigações subordinadas de características idênticas que venham a ser emitidas pelos respectivos emitentes. Face às suas características estas obrigações são consideradas como instrumentos de capital, de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.10.

### *Acções próprias*

Em 27 de Janeiro de 2012, o BES alienou 67 184 acções próprias, fora de bolsa, na sequência da reforma de dois administradores a quem tinha sido atribuído um lote de 33 592 acções relativo à distribuição de resultados de 2010, de acordo com o Plano de Remuneração Variável em Instrumentos Financeiros (PRVIF) aprovado em Assembleia Geral de 6 de Abril de 2010 e de acordo com a proposta do Conselho de Administração sobre aquisição e alienação de acções próprias aprovada em Assembleia Geral de 31 de Março de 2011.

O movimento ocorrido nas acções próprias é como segue:

	<b>Período de três meses findo em</b>		<b>Exercício findo em</b>	
	<b>31.03.2012</b>		<b>31.12.2011</b>	
	<b>Nº de acções</b>	<b>Valor (milhares de euros)</b>	<b>Nº de acções</b>	<b>Valor (milhares de euros)</b>
Saldo no início do período/exercício	342 475	997	-	-
Acções adquiridas <sup>(1)</sup>	-	-	342 475	997
Acções alienadas <sup>(2)</sup>	67 184	( 89)	-	-
Saldo no final do período/exercício	275 291	908	342 475	997

<sup>(1)</sup> Acções adquiridas no âmbito do PRVIF, ao preço de 2,909 euros por acção.

<sup>(2)</sup> Acções alienadas ao preço de 1,315 euros por acção.

## NOTA 39 – RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL E INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM

### *Reserva legal*

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. A legislação portuguesa aplicável ao sector bancário (Artigo 97º do Decreto-lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro) exige que a reserva legal seja anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital social.

### *Reservas de justo valor*

As reservas de justo valor representam as mais e menos-valias potenciais relativas à carteira de activos financeiros disponíveis para venda, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores. O valor desta reserva é apresentado líquido de imposto diferido e de interesses que não controlam.

Os movimentos ocorridos nestas rubricas foram os seguintes:

	(milhares de euros)								
	Reservas de Justo valor			Outro Rendimento Integral, Outras Reservas e Resultados Transitados					
	Activos financeiros disponíveis para venda	Reservas por Impostos diferidos	Total Reserva de Justo valor	Desvios actuariais (Valor líquido de Imposto)	Diferenças Cambiais (Valor líquido de Imposto)	Reserva Legal	Outras reservas e Resultados Transitados	Total Outras Reservas e Resultados Transitados	Total
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2010 (reportado)</b>	( 11 291)	1 711	( 9 580)	-	480	59 000	919 068	978 548	968 968
Alteração de política contabilística	-	-	-	( 670 882)	-	-	-	( 670 882)	( 670 882)
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2010 (reexpresso)</b>	( 11 291)	1 711	( 9 580)	( 670 882)	480	59 000	919 068	307 666	298 086
Juros de outros Instrumentos de capital	-	-	-	-	-	-	( 6 048)	( 6 048)	( 6 048)
Alterações de Justo valor	( 48 402)	25 068	( 23 334)	-	-	-	-	-	( 23 334)
Diferenças de câmbio	-	-	-	-	( 18 907)	-	-	( 18 907)	( 18 907)
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	26 000	337 520	363 520	363 520
<b>Saldo em 31 de Março de 2011</b>	( 59 693)	26 779	( 32 914)	( 670 882)	( 18 427)	85 000	1 250 540	646 231	613 317
Mais valla com acções preferenciais (a)	-	-	-	-	-	-	105 648	105 648	105 648
Desvios actuariais	-	-	-	29 567	-	-	29 567	29 567	29 567
Juros de outros Instrumentos de capital	-	-	-	-	-	-	( 9 430)	( 9 430)	( 9 430)
Dividendos de acções preferenciais	-	-	-	-	-	-	( 25 717)	( 25 717)	( 25 717)
Alterações de Justo valor	( 456 134)	43 873	( 412 261)	-	-	-	-	-	( 412 261)
Diferenças de câmbio	-	-	-	-	18 519	-	18 519	18 519	18 519
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	-	46 426	46 426	46 426
Compra e venda de subsidiárias	-	-	-	-	-	-	3 630	3 630	3 630
Outro rendimento integral apropriado de associadas	-	-	-	-	-	-	( 8 053)	( 8 053)	( 8 053)
Outras variações	-	-	-	-	-	-	( 1176)	( 1176)	( 1176)
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2011</b>	( 515 827)	70 652	( 445 175)	( 641 315)	92	85 000	1 361 868	805 645	360 470
Mais valla com acções preferenciais (a)	-	-	-	-	-	-	6 565	6 565	6 565
Desvios actuariais	-	-	-	( 89)	-	-	( 89)	( 89)	( 89)
Juros de outros Instrumentos de capital	-	-	-	-	-	-	( 1251)	( 1251)	( 1251)
Alterações de Justo valor	235 832	( 49 744)	186 088	-	-	-	-	-	186 088
Diferenças de câmbio	-	-	-	-	( 13 821)	-	( 13 821)	( 13 821)	( 13 821)
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	-	( 108 758)	( 108 758)	( 108 758)
<b>Saldo em 31 de Março de 2012</b>	( 279 995)	20 908	( 259 087)	( 641 404)	( 13 729)	85 000	1 258 424	688 291	429 204

(a) - valor líquido de Impostos

O movimento da reserva de justo valor, líquida de impostos diferidos, de imparidade e de interesses que não controlam, pode ser assim analisado:

(milhares de euros)

	31.03.2012	31.12.2011
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>( 445 175)</b>	<b>( 9 580)</b>
Variação de justo valor	172 990	( 631 097)
Alienações do exercício	59 840	68 770
Imparidade reconhecida no exercício	3 002	57 791
Impostos diferidos reconhecidos no exercício em reservas	( 49 744)	68 941
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>( 259 087)</b>	<b>( 445 175)</b>

### *Interesses que não controlam*

O detalhe da rubrica de Interesses que não controlam por subsidiária é como segue:

	31.03.2012		31.12.2011	
	Balanço	Resultados	Balanço	Resultados
BES ANGOLA	391 716	21 747	382 073	116 448
BESI <sup>a)</sup>	3 731	-	3 731	-
AMAN BANK	35 212	1 475	34 145	( 2 978)
ES CONCESSÕES	33 382	( 1 048)	34 840	1 314
FCR VENTURES II	24 307	4 627	21 239	( 6 567)
BES Securities	6 337	97	13 191	1 252
BES Investimento do Brasil	34 653	1 307	31 922	4 538
ESAF	13 135	487	12 640	2 318
BES AÇORES	16 949	133	16 909	2 075
Espirito Santo Investment Holding <sup>b)</sup>	8 349	( 604)	4 729	( 7 347)
BEST	15 793	851	14 117	2 679
FCR VENTURES III	14 725	( 242)	13 403	( 2 582)
OUTROS	10 592	551	5 508	1 404
	<b>608 881</b>	<b>29 381</b>	<b>588 447</b>	<b>112 554</b>

<sup>a)</sup> Corresponde ao valor da emissão de Outros instrumentos de capital (ver Nota 38)

<sup>b)</sup> Holding do Grupo BESI que detém a participação de 65,42% no Execution Holdings, Limited

O movimento de interesses que não controlam em 31 de Março de 2012 e 31 de Dezembro de 2011 pode ser assim analisado:

	(milhares de euros)	
	31.03.2012	31.12.2011
<b>Interesses que não controlam no início do período</b>	<b>588 447</b>	<b>538 701</b>
Alterações de perímetro de consolidação	( 1 187)	( 44 052)
Aumentos/ (reduções) de capital de subsidiárias	3 583	33 950
Emissão/ (reembolso) de outros instrumentos de capital	-	( 46 269)
Dividendos distribuídos	-	( 4 170)
Variação da reserva de justo valor	( 1 594)	603
Variação cambial e outros	( 9 749)	( 2 870)
Resultado líquido do período	29 381	112 554
<b>Interesses que não controlam no final do período</b>	<b>608 881</b>	<b>588 447</b>

## NOTA 40 – PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

Em 31 de Março de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, existiam os seguintes saldos relativos a contas extrapatrimoniais:

	(milhares de euros)	
	<b>31.03.2012</b>	<b>31.12.2011</b>
<b>Passivos contingentes</b>		
Garantias e avales prestados	8 828 237	8 376 006
Activos financeiros dados em garantia	17 644 858	12 874 708
Créditos documentários abertos	3 129 325	2 941 114
Outros	494 552	482 426
	<b>30 096 972</b>	<b>24 674 254</b>
<b>Compromissos</b>		
Compromissos revogáveis	5 167 122	5 843 661
Compromissos irrevogáveis	4 691 323	4 216 289
	<b>9 858 445</b>	<b>10 059 950</b>

As garantias e avales prestados são operações bancárias que não se traduzem numa mobilização de fundos por parte do Grupo.

Em 31 de Março de 2012, a rubrica de activos dados em garantia inclui, designadamente:

- Títulos dados em garantia ao Banco de Portugal no âmbito da abertura de crédito com garantia para operações de cedência de liquidez no montante de 16 067 milhões de euros (31 de Dezembro de 2011: 11 123 milhões de euros);
- Títulos dados em garantia à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários no âmbito do Sistema de Indemnização aos Investidores no montante de 16 449 milhares de euros (31 de Dezembro de 2011: 19 388 milhares de euros);
- Títulos dados em garantia ao Fundo de Garantia de Depósitos no montante de 80 256 milhares de euros (31 de Dezembro de 2011: 65 075 milhares de euros);
- Títulos dados em garantia ao Banco Europeu de Investimento no montante de 1 189 538 milhares de euros (31 de Dezembro de 2011: 1 213 509 milhares de euros).

Estes activos financeiros dados em garantia encontram-se registados nas diversas carteiras do Grupo e podem ser executados em caso de incumprimento, por parte do Grupo, das obrigações contratuais assumidas nos termos e condições dos contratos celebrados.

Os créditos documentários são compromissos irrevogáveis, por parte do Grupo, por conta dos seus clientes, de pagar/mandar pagar um montante determinado ao fornecedor de uma dada mercadoria ou serviço, dentro de um prazo estipulado, contra a apresentação de documentos referentes à expedição da mercadoria ou prestação do serviço. A condição de irrevogável consiste no facto de não ser viável o seu cancelamento ou alteração sem o acordo expresso de todas as partes envolvidas.

Os compromissos, revogáveis e irrevogáveis, representam acordos contratuais para a concessão de crédito com os clientes do Grupo (p.e. linhas de crédito não utilizadas) os quais, de forma geral, são contratados por prazos fixos ou com outros requisitos de expiração e, normalmente, requerem o pagamento de uma comissão. Substancialmente todos os compromissos de concessão de crédito em vigor requerem que os clientes mantenham determinados requisitos verificados aquando da contratualização dos mesmos.

Não obstante as particularidades destes passivos contingentes e compromissos, a apreciação destas operações obedece aos mesmos princípios básicos de uma qualquer outra operação comercial, nomeadamente o da solvabilidade quer do cliente quer do negócio que lhes estão subjacentes, sendo que o Grupo requer que estas operações sejam devidamente colateralizadas quando necessário. Uma vez que é expectável que a maioria dos mesmos expire sem ter sido utilizado, os montantes indicados não representam necessariamente necessidades de caixa futuras.

Adicionalmente, as responsabilidades evidenciadas em contas extrapatrimoniais relacionadas com a prestação de serviços bancários são como segue:

	(milhares de euros)	
	31.03.2012	31.12.2011
<b>Depósito e guarda de valores</b>	<b>58 452 153</b>	<b>57 749 398</b>
<b>Valores recebidos para cobrança</b>	<b>264 144</b>	<b>270 997</b>
<b>Crédito securitizado sob gestão (<i>servicing</i>)</b>	<b>2 821 328</b>	<b>2 875 874</b>
<b>Outras responsabilidades por prestação de serviços</b>	<b>7 299 416</b>	<b>7 619 322</b>
	<b>68 837 041</b>	<b>68 515 591</b>

## NOTA 41 – DESINTERMEDIAÇÃO

De acordo com a legislação em vigor as sociedades gestoras, em conjunto com o banco depositário, respondem solidariamente perante os participantes dos fundos pelo incumprimento das obrigações assumidas nos termos da lei e nos regulamentos dos fundos geridos.

À data de 31 de Março de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, o valor dos recursos de desintermediação geridos pelas empresas do Grupo é analisado como segue:

	(milhares de euros)	
	<b>31.03.2012</b>	<b>31.12.2011</b>
<b>Fundos de investimento mobiliário</b>	<b>4 716 200</b>	<b>4 633 217</b>
<b>Fundos de investimento imobiliário</b>	<b>1 144 329</b>	<b>1 202 987</b>
<b>Fundos de pensões</b>	<b>1 808 476</b>	<b>2 154 923</b>
<b>Bancasseguros</b>	<b>3 291 941</b>	<b>3 478 338</b>
<b>Gestão de carteiras</b>	<b>944 778</b>	<b>877 812</b>
<b>Gestão discricionária</b>	<b>1 353 820</b>	<b>1 366 597</b>
	<b>13 259 544</b>	<b>13 713 874</b>

Os valores incluídos nestas rubricas encontram-se valorizados ao justo valor determinado na data do Balanço.

## NOTA 42 – TRANSACÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

O conjunto de empresas consideradas como partes relacionadas pelo Grupo BES além das subsidiárias da Nota 1, tal como definidas pelo IAS 24, é apresentado como segue:

<b>Entidades associadas do Grupo BES</b>	<b>Entidades subsidiárias, associadas e relacionadas do Grupo ESFG</b>
<p>Fin Solutia - Consultoria e Gestão de Créditos, SA          Polish Hotel Company, SP          Polish Hotel Capital SP          Polish Hotel Management Company, SP          Hlc - Centrais de Cogeração, SA          Coporgest          Synergy Industry and Technology, S.A.          Salgar Investments          So PESO Restauração e Hotelaria, SA          2BCapital, SA          Espírito Santo IBERIA I          Apoi Films SL          Brb Internacional, S.A.          Prosport, SA          Banque Espírito Santo et de la Vénétie, SA          YUNIT - Serviços, SA          E.S. Contact Center - Gestão de Call Centers, SA          Fundo de Capital de Risco Espírito Santo Ventures Inovação e Internacionalização          Fundo Bem Comum FCR          Esiam - Espírito Santo International Asset Management, Ltd          Sociedade 45 Avenue Georges Mandel, SA          BES, Companhia de Seguros , SA          BES-Vida, Companhia de Seguros, SA          Locarent - Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas, SA          Eseguir - Empresa de Segurança, SA          Ascendi Group, SGPS, SA          Empark Aparcamientos y Servicios SA          Concessionaria Autopista Perote-Xalapa, CV          Autovía De Los Vinedos, SA          MRN - Manutenção de Rodovias Nacionais, SA          Portvias - Portagem de Vias, SA          Scutivas - Autoestradas da Beira Interior , SA          SOUSACAMP, SGPS, SA          GLOBAL ACTIVE - GESTÃO P.S.SGPS, SA          OUTSYSTEMS, SA          Coreworks - Proj. Circuito Sist. Elect., SA          Multivave Photonics, SA          BIO-GENESIS          YDreams - Informática, SA          Nutrigreen, S.A.          Advance Ciclone Systems, SA          WATSON BROWN HSM, Ltd          Domática, Electrónica e Informática, SA          MMCI - Multimédia, SA          Mobile World - Comunicações, SA          Sopratutto Café , SA          Enkrott SA          Rodi Sinks &amp; Ideas, SA          Palexpo - Imagem Empresarial, SA          Nova Fiftor - Têxteis, Lda          TLCI 2 - Soluções Integradas de Telecomunicações, SA          BANCO DELLE TRE VENEZIE SPA          NANJUM , SA          DAR LEASING ALGÉRIE          Ascendi Pinhal Interior Estradas do Pinhal Interior, SA          Ascendi Douro Estradas do Douro Interior, SA          Unicre - Cartão Internacional de Crédito, SA          MOZA BANCO</p>	<p>Group Credit Agricole          Saxo Bank          The Atlantic Company ( Portugal ) - Turismo e Urbanização, SA          Agribahia, S/A          Atb - Actividades Turísticas e Representações, Lda          Aveiro Incorporated          Beach Heath Investments, Ltd          Companhia Agrícola Botucatu, SA          Casas da Cidade - Residências Sénior, SA          Cercas da Aldeia - Sociedade Imobiliária, SA          Cimenta - Empreendimentos Imobiliários, SA          Cidadeplatina - Construção SA          Clarendon Properties, Inc.          Clube de Campo da Comporta - Actividades Desportivas e Lazer, Lda          Club de Campo Villar Ollala, SA          Club Vip - Marketing de Acontecimentos, SA          Clube Residencial da Boavista, SA          Companhia Brasileira de Agropecuária Cobrape          Coimbra Jardim Hotel - Sociedade de Gestão Hoteleira, S.A.          Construções Sarrion, SL          Ganadore Corina Campos y Haciendas, S/A          E.S.B. Finance Ltd          Estelco - Consultoria e Comunicação, SA          E.S. Asset Administration, Ltd.          Espírito Santo Cachoeira Desenvolvimento Imobiliário Ltda          ES Comercial Agrícola, Ltda          Espírito Santo Guarujá Desenvolvimento Imobiliário Ltda          ES Holding Administração e Participações, S/A          Espírito Santo Hotéis, SGPS, SA          Espírito Santo Industrial ( BVI ), SA          Espírito Santo Indaiatuba Desenvolvimento Imobiliário Ltda          Espírito Santo Industrial, SA          Espírito Santo Industrial ( Portugal ) - SGPS, SA          Espírito Santo Irmãos - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA          Espírito Santo Itetiba Desenvolvimento Imobiliário Ltda          Espírito Santo Primavera Desenvolvimento Imobiliário Ltda          ES Private Equity, Ltd          Espírito Santo Property ( Brasil ) S/A          Espírito Santo Services, SA          Espírito Santo Tourism, Ltd          Espírito Santo Tourism ( Europe ), SA          Espírito Santo Venture Ltd          Espírito Santo Viagens - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA          ES Viagens e Turismo, Lda          Espírito Santo Viagens - Consultoria e Serviços, SA          Escar Consultoria, Administração e Empreendimento, Ltda          Escar - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA          ESDI Administração e Participações Ltda          Esger - Empresa de Serviços e Consultoria, SA          Espírito Santo International ( BVI ), SA          E.S. International Overseas, Ltd.          Esim - Espírito Santo Imobiliário, SA          E.S. - Espírito Santo, Mediação Imobiliária, S.A.          Espírito Santo Property SA          Espírito Santo Property Holding, SA          Espírito Santo Property Espanha, S.L.          Espart Madeira SGPS, Unipessoal, Lda          Espart - Espírito Santo Participações Financeiras, SGPS, SA          Espírito Santo Resources, Ltd          Espírito Santo Resources ( Portugal ), SA          E.S. Resources Overseas, Ltd          Espírito Santo Resources SA          Estoril Inc          Euroamerican Finance Corporation, Inc.          Euroamericain Finance SA          Euroatlantic, Inc.          Fafer - Empreendimentos Turísticos e de Construção, SA          Fimorges - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, SA          GES Finance Limited          Gesfimo - Espírito Santo, Irmãos, Soc. Gestora de Fundos de Investimento Imobiliários,SA          Gestres - Gestão Estratégica Espírito Santo, SA          Goggles Marine, Ltd          Sociedade Agrícola Golondrina, S/A          Herdade da Boina - Sociedade Agrícola, SA          Herdade da Comporta - Actividades Agro Silvícolas e Turísticas, SA          Hotelis Tivoli, SA          Hotelagos, SA          Hospital Residencial do Mar, SA          I.A.C. UK, Limited          Inter-Atlântico, S/A          Iber Foods - Produtos Alimentares e Biológicos, SA          Impoçca, SA          Lote Dols - Empreendimentos Turísticos SA          Lubzboa, SA          Lubzboa Um, SA          Lubzboa Dols, SA          Lubzboa Três, SA          Lubzboa Quatro, SA          BEMS, SGPS, SA          Margrimar - Mármore e Granitos, SA          Marinoteis - Sociedade de Promoção e Construção de Hoteis, SA          Marmetal - Mármore e Materiais de Construção, SA          Metal - Lobos Serralharia e Carpintaria, Lda          Moldebetão - Sociedade de Betões, SA          Multiger - Sociedade de Gestão e Investimento Imobiliário, SA          Mundo Vip - Operadores Turísticos, SA          Net Viagens - Agência de Viagens e Turismo, SA          Novagest Assets Management, Ltd</p>

**Entidades subsidiárias, associadas e relacionadas do Grupo ESFG**

Opcap Angola, SA  
 Opcap Moçambique, Lda  
 Opatelecom - Infraestruturas de Comunicação, SA  
 OPWAY - Engenharia, SA  
 OPWAY Imobiliária, SA  
 OPWAY - SGPS, SA  
 Pavi do Brasil - Pré-Fabricação, Tecnologia e Serviços, Lda.  
 Pavicentro - Pré-Fabricação, SA  
 Pavilis - Pré-Fabricação, SA  
 Paviseu - Materiais Pré-Fabricados, SA  
 Pavitel, SARL  
 Personda - Sociedade de Perfurações e Sondagens, SA  
 Placon - Estudos e Projectos de Construção, Lda  
 Pojuba, SA  
 Pontave + Construções, SA  
 Agência Receptivo Praia do Forte, Lda  
 Praia do Forte Operadora de Turismo, Lda  
 Grupo Proyectos y Servicios Sarrion, SA  
 Quinray Technologies Corp.  
 Quinta da Areia - Sociedade Agrícola Quinta da Areia, SA  
 Sociedade Agrícola Quinta D. Manuel I, SA  
 Recigreen - Reciclagem e Gestão Ambiental, SA  
 Recigroup - Indústrias de Reciclagem, SGPS, SA  
 Recipav - Engenharia e Pavimentos, Unipessoal, Lda  
 Recipneu - Empresa Nacional de Reciclagem de Pneus, Lda  
 Santa Mónica - Empreendimentos Turísticos, SA  
 Saramegas S/A - Empreendimentos e Participações  
 Société Congolaise de Construction et Travaux Publics, SARL  
 Series - Serviços Imobiliários Espírito Santo, SA  
 Sociedade Gestora do Hospital de Loures, SA  
 Sintra Empreendimentos Imobiliários, Lda  
 Sisges, SA Desenvolvimento de Projectos de Energia

**Entidades subsidiárias, associadas e relacionadas do Grupo ESFG**

Soguest - Sociedade Imobiliária, SA  
 Soférias - Operadores Turísticos, Lda  
 Sopol - Concessões, SGPS, SA  
 Sotai - Sociedade de Gestão Hoteleira, S.A.  
 Space - Sociedad Peninsular de Aviación, Comercio e Excursões, SA  
 Sulgior - Imobiliária do Sul, SA  
 TA DMC Brasil - Viagens e Turismo, SA  
 Agência de Viagens Tagus, S.A.  
 Construtora do Tamega Madeira SA  
 Construtora do Tamega Madeira SGPS SA  
 Terras de Bragança Participações, Ltda  
 Timeantube Comércio e Serviços de Confecções, Ltda  
 Tivoli Gare do Oriente - Sociedade de Gestão Hoteleira, S.A.  
 TOP A DMC Viagens, SA  
 Top Atlântico - Viagens e Turismo, SA  
 Top Atlântico DMC, SA  
 Transcontinental - Empreendimentos Hoteleiros, SA  
 Turifonte, Empreendimentos Hoteleiros, SA  
 Turistrader - Sociedade de Desenvolvimento Turístico, SA  
 Ushuaia - Gestão e Trading Internacional Limited  
 Sociedade Agrícola Turística e Imobiliária Várzea Lagoa, SA  
 Viveiros da Herdade da Comporta - Produção de Plantas Ornamentais, Lda  
 Sociedade de Administração de Bens-Pedra da Nau, S.A.  
 Ribeira do Marchante, Administração de Bens Móveis e Imóveis, S.A.  
 Casa da Saudade, Administração de Bens Móveis e Imóveis, S.A.  
 Angra Moura - Sociedade de Administração de Bens, S.A.  
 Sociedade de Administração de Bens - Casa de Bons Ares, S.A.  
 Sociedade de Silvicultura Monte do Arneirinho, Lda  
 ACRO, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.  
 Diliva, Sociedade de Investimentos Imobiliários, S.A.

O valor das transacções do Grupo com partes relacionadas no período de três meses findo em 31 de Março de 2012 e no exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, assim como os respectivos custos e proveitos reconhecidos no exercício, resume-se como segue:

	31.03.2012					31.12.2011					(milhares de euros)	
	Activos	Passivos	Garantias	Proveitos	Custos	Activos	Passivos	Garantias	Proveitos	Custos		
<b>Empresas associadas</b>												
BES VIDA	1 220 792	287 603	-	19 920	1 008	1 355 845	293 741	-	25 805	1 875		
BES VÉNÉTIE	719 945	3 166	12 460	514	-	865 066	139 834	11 794	2 665	125		
ASCENDI GROUP SGPS	234 814	5 666	29 362	5 771	-	188 129	8 337	29 358	16 025	7		
LOCARENT	140 490	2 029	-	1 046	2 472	142 280	312	-	4 708	10 354		
AENOR DOURO	271 895	2 203	11 000	3 154	1	247 956	1 898	12 000	11 202	18		
NANIUM	38 686	2 774	18 387	154	-	42 044	2 752	18 387	971	-		
EMPARK	39 676	-	-	615	-	40 080	-	-	2 675	-		
SOUSACAMP	94	2	3 013	25	-	64	5	3 013	131	-		
ASCENDI PINHAL INTERIOR	45 884	64 204	15 374	506	47	33 732	10 686	15 374	1 505	103		
SCUTVIAS	9 070	-	6 868	203	-	8 840	-	6 868	2 967	-		
PALEXPO	6 855	244	-	123	-	6 800	75	-	495	-		
BES SEGUROS	31	13 813	-	2	5	23	12 578	-	119	11		
ESEGUR	1 638	9	2 197	200	35	2 620	219	2 197	922	142		
ES CONTACT CENTER	2 064	-	43	24	-	2 196	-	43	114	961		
UNICRE	9 701	21	-	9	-	1	10 008	-	-	280		
OUTRAS	58 125	24 086	16 987	3 755	584	39 995	20 412	4 684	4 092	2 953		
	<b>2 799 760</b>	<b>405 820</b>	<b>115 691</b>	<b>36 021</b>	<b>4 152</b>	<b>2 975 671</b>	<b>500 857</b>	<b>103 718</b>	<b>74 396</b>	<b>16 829</b>		

Os activos em balanço relativos a empresas associadas incluídas no quadro acima referem-se fundamentalmente a crédito concedido, suprimentos ou títulos de dívida adquiridos no âmbito da actividade desenvolvida pelo Grupo. Os passivos referem-se no essencial a depósitos bancários tomados.

No âmbito do acordo de distribuição e gestão operacional existente entre o BES, a BES Vida e o *Credit Agricole*, o BES concedeu à BES Vida uma garantia de retorno sobre um conjunto de activos associados a contratos de seguros e de investimento. O BES regista esta garantia no passivo pelo seu justo valor, por contrapartida de resultados, sempre que o retorno esperado dos activos é inferior à rentabilidade mínima garantida aos segurados. O valor da responsabilidade perante a BES VIDA, reconhecida em balanço em 31 de Março de 2012 era de 3,4 milhões de euros (31 de Dezembro de 2011: 6,8 milhões de euros).

No período de três meses findo em 31 de Março de 2012 e no exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, o montante global dos activos e passivos do Grupo BES que se referem a operações realizadas com entidades subsidiárias, associadas e relacionadas do Grupo ESFG (*holding* do Banco), para além das acima referidas, resume-se como segue:

	31.03.2012								(milhares de euros)
	Activos								
	Aplicações e disponibilidades em Instituições crédito	Crédito	Títulos	Outros	Total	Garantias	Passivos	Proveitos	Custos
ES FINANCIAL GROUP	-	-	4 749	403	5 152	-	31	363	-
ESF PORTUGAL	-	-	80 500	-	80 500	-	121	1 035	712
BESPAR	-	-	-	-	-	-	562	-	-
GRUPO CRÉDIT AGRICOLE	1 046	6	-	95	1 147	1 148	287	6	-
PARTRAN	-	-	-	-	-	-	25	-	-
ESPÍRITO SANTO FINANCIÉRE, SA	-	209 847	-	-	209 847	-	98	-	-
COMPANHIA SEGUROS TRANQUILIDADE	-	140 090	-	274	140 364	21 076	138 748	311	344
ES IRMÃOS	-	99 897	-	-	99 897	-	1	1 303	-
BANQUE PRIVÉE ESPÍRITO SANTO	15 624	-	-	24	15 648	7 190	28 517	117	100
ES BANK PANAMA	359 462	-	-	-	359 462	-	2 177	2 830	-
ES SAUDE	-	21 242	31 253	12	52 507	26 363	14 003	109	3
OPWAY	-	11 580	-	1 705	13 285	47 649	553	304	-
T - VIDA	-	89 843	298 979	43	388 865	-	109 280	39	80
CONSTRUCCIONES SARRION	-	25 800	-	-	25 800	9 745	-	61	-
ESPÍRITO SANTO RESOURCES	-	1	-	22	23	-	957	11	56
ESUMÉDICA	-	1 965	-	3	1 968	4	-	26	8
EUROP ASSISTANCE	-	7	-	17	24	8	3 292	14	1
OUTRAS	29 704	49 181	26 275	888	106 048	25 362	36 118	2 930	222
<b>TOTAL</b>	<b>405 836</b>	<b>649 459</b>	<b>441 756</b>	<b>3 486</b>	<b>1 500 537</b>	<b>138 545</b>	<b>334 770</b>	<b>9 459</b>	<b>1 526</b>

	31.12.2011								(milhares de euros)
	Activos								
	Aplicações e disponibilidades em Instituições crédito	Crédito	Títulos	Outros	Total	Garantias	Passivos	Proveitos	Custos
ES FINANCIAL GROUP	-	-	4 715	695	5 410	-	696	3 367	-
ESF PORTUGAL	-	-	78 810	-	78 810	-	451	1 385	-
BESPAR	-	-	-	-	-	-	729	-	-
GRUPO CRÉDIT AGRICOLE	1 046	5	-	57	1 108	1 150	460	23	-
PARTRAN	-	-	-	-	-	-	14	-	-
ESPÍRITO SANTO FINANCIÉRE, SA	-	173 644	-	-	173 644	-	154	-	-
COMPANHIA SEGUROS TRANQUILIDADE	-	167 298	3	426	167 727	21 155	102 166	1 173	1 306
ES IRMÃOS	-	99 341	-	-	99 341	-	1	5 242	-
BANQUE PRIVÉE ESPÍRITO SANTO	40 550	-	-	19	40 569	7 874	27 059	523	364
ES BANK PANAMA	384 087	-	-	-	384 087	-	719	9 045	25
ES SAUDE	-	22 479	31 253	35	53 767	24 870	23 873	746	25
OPWAY	-	14 133	-	1 279	15 412	47 642	13 073	287	-
T - VIDA	-	85 983	275 778	183	361 944	-	96 250	200	28
CONSTRUCCIONES SARRION	-	25 800	-	-	25 800	10 765	-	-	-
ESPÍRITO SANTO RESOURCES	-	1	-	23	24	-	901	56	224
ESUMÉDICA (a)	-	1 949	-	3	1 952	4	-	114	52
EUROP ASSISTANCE (b)	-	15	-	18	33	8	1 835	44	-
OUTRAS	26 558	47 330	3 737	1 061	78 686	22 293	30 390	6 671	602
<b>TOTAL</b>	<b>452 241</b>	<b>637 978</b>	<b>394 296</b>	<b>3 799</b>	<b>1 488 314</b>	<b>135 761</b>	<b>298 771</b>	<b>28 876</b>	<b>2 626</b>

Em 31 de Março de 2012 o valor do crédito concedido pelo Grupo BES ao pessoal chave da gestão (considera-se pessoal chave da gestão o Conselho de Administração, a Comissão de Auditoria, os Directores Gerais e os Assessores do Conselho de Administração do BES e os Administradores das empresas subsidiárias) ascendia a 27 558 milhares de euros (31 de Dezembro de 2011: 28 183 milhares de euros).

Em 31 de Março de 2012 o valor dos créditos concedidos pelo Grupo aos Administradores da ESFG que não são cumulativamente Administradores do BES ascendia a 4 079 milhares de euros (31 de Dezembro de 2011: 4 911 milhares de euros).

Todas as transacções efectuadas com partes relacionadas são realizadas a preços normais de mercado, obedecendo ao princípio do justo valor.

Os créditos concedidos aos administradores correspondem a actos compreendidos no próprio comércio da Sociedade e nenhuma vantagem especial lhes foi concedida (nº 5 do artigo 397 do Código das Sociedades Comerciais), pelo que não se encontram abrangidos pelas disposições constantes dos nºs 1, 2, 3 e 4 do artigo 397.º do Código das Sociedades Comerciais.

A concessão de crédito pelas instituições de crédito aos seus administradores é ainda regulada pelo artigo 85.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF) e pela Instrução do Banco de Portugal nº 17/2011 que entrou em vigor em 21 de Agosto de 2011.

Do disposto nas referidas normas, salientam-se as seguintes regras:

(i) Proibição de concessão de crédito sob qualquer forma ou modalidade, incluindo a prestação de garantias:

- a membros executivos do Conselho de Administração, a membros da Comissão de Auditoria, e a sociedades ou outros entes colectivos directa ou indirectamente dominados por quaisquer daqueles membros, com excepção de operações de carácter ou finalidade social, operações decorrentes da política de pessoal ou de crédito decorrente da utilização de cartões de crédito associados à conta de depósito em condições similares às praticadas com outros clientes de perfil e risco análogos, nos termos do disposto no nº 4 do art. 85º do RGICSF;
- aos cônjuges e parentes em 1º grau de membros executivos do Conselho de Administração ou de membros da Comissão de Auditoria e a sociedades ou outros entes colectivos directa ou indirectamente dominados por quaisquer daquelas pessoas, salvo nos casos em que tenha havido ilisão da presunção (prevista no nº 2 do art.º 85.º do RGICSF) de que o crédito concedido a tais pessoas e entidades é crédito indirecto aos membros executivos do Conselho de Administração ou aos membros da Comissão de Auditoria, conforme for o caso, ou nos casos que se enquadrem nas situações previstas no nº4 do artº 85º do RGICSF, acima referidas.

(ii) imposição do cumprimento de determinados procedimentos, designadamente de comunicação prévia ao Banco de Portugal, nos casos em que se verifique a ilisão da presunção de crédito indirecto prevista no nº 2 do art.º 85.º do RGICSF.

(iii) imposição do cumprimento dos requisitos de aprovação por uma maioria de, pelo menos, 2/3 dos restantes membros do Conselho de Administração e de obtenção de parecer favorável da Comissão de Auditoria nos casos de concessão de crédito aos membros não executivos do Conselho de Administração (que não sejam membros da Comissão de Auditoria) e/ou às sociedades ou outros entes colectivos por eles directa ou indirectamente dominados.

As operações são aprovadas e realizadas a preços normais de mercado e os administradores beneficiários não intervêm na apreciação e decisão dos casos em que sejam parte interessada.

Os créditos concedidos a membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização cumprem com todas as exigências referidas.

Todos os créditos concedidos às entidades relacionadas integram o modelo de imparidade, sendo objecto de determinação de imparidade em moldes idênticos aos estabelecidos para os créditos comerciais concedidos pelo Grupo. Em 31 de Março de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, não se verificou qualquer situação de imparidade específica em créditos concedidos a partes relacionadas. Refira-se ainda que os mesmos são integrados no conjunto de créditos considerado como mais apropriado para efeitos do cálculo da imparidade numa base colectiva tal como referido na Nota 2.5 — Crédito a clientes.

#### **NOTA 43 – SECURITIZAÇÃO DE ACTIVOS**

Em 31 de Março de 2012, encontravam-se em curso as seguintes operações de securitização efectuadas pelo Grupo:

Emissão	Data de início	Montante inicial	Montante actual	Activo securitizado	(milhares de euros)
Lusitano Mortgages No.1 plc	Dezembro de 2002	1 000 000	387 379	Crédito à habitação (regime bonificado)	
Lusitano Mortgages No.2 plc	Novembro de 2003	1 000 000	386 153	Crédito à habitação (regime geral e bonificado)	
Lusitano Mortgages No.3 plc	Novembro de 2004	1 200 000	551 306	Crédito à habitação (regime geral)	
Lusitano Mortgages No.4 plc	Setembro de 2005	1 200 000	626 913	Crédito à habitação (regime geral)	
Lusitano Mortgages No.5 plc	Setembro de 2006	1 400 000	869 576	Crédito à habitação (regime geral)	
Lusitano SME No.1 plc	Outubro de 2006	862 607	342 253	Crédito a pequenas e médias empresas	
Lusitano Mortgages No.6 plc	Julho de 2007	1 100 000	787 435	Crédito à habitação (regime geral)	
Lusitano Project Finance No.1, FTC	Dezembro de 2007	1 079 100	144 475 <sup>(1)</sup>	Crédito Project Finance	
Lusitano Mortgages No.7 plc	Setembro de 2008	1 900 000	1 857 062	Crédito à habitação (regime geral)	
Lusitano Leverage finance No. 1 BV	Fevereiro de 2010	516 534 <sup>(2)</sup>	227 801	Crédito Leverage Finance	
Lusitano Finance N.º 3	Novembro de 2011	657 981	577 982	Crédito a particulares	
IM BES Empresas 1	Novembro de 2011	485 000	446 281	Crédito a pequenas e médias empresas	

<sup>(1)</sup> Em Março de 2011, a carteira de crédito associada a esta operação foi parcialmente alienada, tendo o remanescente (créditos domésticos) sido transferido para o Fundo de Titularização de Crédito "Lusitano Project Finance No.1 FTC".

<sup>(2)</sup> Esta operação de securitização inclui 382 062 milhares de euros de créditos provenientes do BES e 134 472 milhares de euros de créditos de outras entidades intervenientes (BES Investimento e ES Vénécie).

De acordo com a opção permitida pelo IFRS 1, o Grupo BES decidiu aplicar os requisitos de desreconhecimento do IAS 39 para as operações realizadas a partir de 1 de Janeiro de 2004. Assim, os activos desreconhecidos até essa data, de acordo com as anteriores políticas contabilísticas, não foram reexpressos no balanço.

Os activos cedidos no âmbito das operações de securitização Lusitano Mortages No.3, Lusitano Mortages No.4 e Lusitano Mortages No.5, realizadas após 1 de Janeiro de 2004, foram desreconhecidos uma vez que o Grupo transferiu substancialmente os riscos e benefícios associados à sua detenção.

De acordo com o previsto na SIC 12, o Lusitano SME No.1 plc, o Lusitano Mortgages No.6 plc, o Lusitano Project Finance No.1 FTC e o Lusitano Mortgages No. 7 são consolidados pelo método integral desde a data da sua constituição, uma vez que o Grupo detém a maioria dos riscos e benefícios decorrentes da sua actividade, encontrando-se os respectivos saldos integrados nas demonstrações financeiras consolidadas. Por não deter a maioria dos riscos e benefícios associados à actividade dos outros veículos de securitização, os mesmos não foram incluídos nas contas consolidadas do Grupo.

No exercício de 2011 realizaram-se duas operações de securitização: uma de crédito a particulares (Lusitano Finance No. 3) com créditos provenientes do BES e outra de crédito a empresas (IM BES Empresas 1) com créditos provenientes da sucursal do BES em Espanha. No exercício de 2010 realizaram-se as seguintes operações de securitização: uma de crédito a empresas (Lusitano Leverage Finance No. 1) com créditos provenientes da Sucursal do BES em Londres, do BESI e do ES Vénétie e outra de crédito a empresas e de papel comercial (Lusitano SME No. 2), sendo que esta última foi reembolsada antecipadamente em Março de 2012 (ver Nota 46). Os créditos abrangidos por estas operações não foram desreconhecidos dos respectivos balanços uma vez que as entidades mantiveram a maioria dos riscos e benefícios associados aos créditos securitizados.

#### **NOTA 44 – JUSTO VALOR DOS ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS**

O justo valor dos activos e passivos financeiros para o Grupo é como segue:

	(milhares de euros)			
	31.03.2012		31.12.2011	
	Valor de Balanço	Justo Valor	Valor de Balanço	Justo Valor
Caixa e disponibilidades bancos centrais	1 527 167	1 527 167	1 090 439	1 090 439
Disponibilidades em outras instituições de crédito	561 621	561 621	580 813	580 813
Activos financeiros detidos para negociação	3 885 002	3 885 002	3 434 639	3 434 639
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	2 096 192	2 096 192	1 963 989	1 963 989
Activos financeiros disponíveis para venda	12 438 061	12 438 061	11 482 866	11 482 866
Aplicações em instituições de crédito	2 287 809	2 287 809	3 282 576	3 282 576
Crédito a clientes	48 713 189	45 688 148	49 043 382	45 864 208
Investimentos detidos até à maturidade	1 182 764	1 111 645	1 541 182	1 359 782
Derivados para gestão de risco (activo)	468 055	468 055	510 090	510 090
<b>Activos financeiros</b>	<b>73 159 860</b>	<b>70 063 700</b>	<b>72 929 976</b>	<b>69 569 402</b>
Recursos de bancos centrais	13 315 601	13 315 601	10 013 713	10 013 713
Passivos financeiros detidos para negociação	1 943 007	1 943 007	2 125 253	2 125 253
Recursos de outras instituições de crédito	4 949 916	4 402 902	6 239 360	5 373 851
Recursos de clientes e outros empréstimos	35 958 987	35 958 987	34 206 162	34 206 162
Responsabilidades representadas por títulos	15 116 065	13 444 357	18 452 648	15 788 713
Derivados para gestão de risco (passivo)	181 541	181 541	238 633	238 633
Passivos subordinados	945 913	855 308	961 235	843 750
<b>Passivos financeiros</b>	<b>72 411 030</b>	<b>70 101 703</b>	<b>72 237 004</b>	<b>68 590 075</b>

Os Activos e Passivos ao justo valor do Grupo BES, foram valorizados de acordo com a metodologia descrita no Relatório e Contas de 31 de Dezembro de 2011.

As principais metodologias e pressupostos utilizados na estimativa do justo valor dos activos e passivos financeiros registados no balanço ao custo amortizado são analisados como segue:

*Caixa e disponibilidades em bancos centrais, Disponibilidades em outras instituições de crédito e Aplicações em instituições de crédito*

Estes activos são de muito curto prazo pelo que o valor de balanço é uma estimativa razoável do respectivo justo valor.

*Crédito a clientes*

O justo valor do crédito a clientes é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações são pagas nas datas contratualmente definidas. Os fluxos de caixa futuros esperados das carteiras de crédito homogéneas, como por exemplo o crédito à habitação, são estimados numa base de *portfolio*. As taxas de desconto utilizadas são as taxas actuais praticadas para empréstimos com características similares.

*Investimentos detidos até à maturidade*

O justo valor destes instrumentos financeiros é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis. Caso não existam, o justo valor é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros no futuro para estes instrumentos.

*Recursos de bancos centrais e Recursos de outras instituições de crédito*

O justo valor dos recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros.

*Recursos de clientes e outros empréstimos*

O justo valor destes instrumentos financeiros é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas. A taxa de desconto utilizada é a que reflecte as taxas praticadas para os créditos com características similares à data do balanço. Considerando que as taxas de juro aplicáveis são renovadas por períodos inferiores a um ano, não existem diferenças materialmente relevantes no seu justo valor.

*Responsabilidades representadas por títulos e Passivos subordinados*

O justo valor destes instrumentos é baseado em cotações de mercado quando disponíveis; caso não existam, é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros no futuro para estes instrumentos.

## NOTA 45 – GESTÃO DOS RISCOS DE ACTIVIDADE

O Grupo está exposto a diversos riscos decorrentes do uso de instrumentos financeiros, os quais se analisam de seguida:

### *Risco de crédito*

O Risco de Crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento do cliente ou contraparte relativamente às obrigações contratuais estabelecidas com o Grupo no âmbito da sua actividade creditícia. O risco de crédito está essencialmente presente nos produtos tradicionais bancários – empréstimos, garantias e outros passivos contingentes. Nos *credit defaults swaps* (CDS), a exposição líquida entre as posições vendedoras e compradoras de protecção sobre cada entidade subjacente às operações, constitui risco de crédito para o Grupo BES. Os CDS estão registados ao seu justo valor conforme política contabilística descrita na Nota 2.4.

É efectuada uma gestão permanente das carteiras de crédito que privilegia a interacção entre as várias equipas envolvidas na gestão de risco ao longo das sucessivas fases da vida do processo de crédito. Esta abordagem é complementada pela introdução de melhorias contínuas tanto no plano das metodologias e ferramentas de avaliação e controlo dos riscos, como ao nível dos procedimentos e circuitos de decisão.

O acompanhamento do perfil de risco de crédito do Grupo, nomeadamente no que se refere à evolução das exposições de crédito e monitorização das perdas creditícias, é efectuado regularmente pelo Comité de Risco.

Seguidamente apresenta-se a informação relativa à exposição do Grupo BES ao risco de crédito:

	(milhares de euros)	
	31.03.2012	31.12.2011
<b>Disponibilidades e aplicações em Instituições de crédito</b>	<b>4 087 435</b>	<b>4 675 649</b>
Activos financeiros detidos para negociação	3 705 093	3 392 644
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	332 388	127 731
Activos financeiros disponíveis para venda	11 154 033	10 192 450
Crédito a clientes	48 713 189	49 043 382
Investimentos detidos até à maturidade	1 182 764	1 541 182
Derivados para gestão de risco	468 055	510 090
Outros activos	677 536	682 779
Garantias e avales prestados	8 828 237	8 376 006
Créditos documentários	3 129 325	2 941 114
Compromissos irrevogáveis	4 691 323	4 216 289
Risco de crédito associado às entidades de referência dos derivados de crédito	183 235	165 573
	<b>87 152 613</b>	<b>85 864 889</b>

A repartição por sectores de actividade em 31 de Março de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, encontra-se apresentada conforme segue:

	31.03.2012								(milhares de euros)	
	Crédito a clientes		Activos financeiros detidos p/ negociação	Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	Derivados para gestão de risco	Activos financeiros disponíveis para venda		Investimentos detidos até à maturidade		Garantias e avales prestados
	Valor bruto	Imparidade				Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade	
Agricultura, Silvicultura e Pesca	439 957	(22 619)	11 813	-	-	24 627	-	-	-	39 155
Indústrias Extractivas	226 554	(13 791)	3 796	-	-	1 344	(537)	-	-	25 370
Indústrias Alimentares, das Bebidas e Tabaco	883 608	(44 570)	25 859	-	-	39 259	(52)	-	-	90 800
Têxteis e Vestuário	324 115	(28 267)	1 283	-	-	33 988	(2 238)	-	-	13 523
Curtumes e Calçado	71 020	(6 262)	296	-	-	499	(499)	-	-	2 038
Madeira e Cortiça	163 737	(27 276)	715	-	-	1 330	-	-	-	6 171
Papel e Indústrias Gráficas	379 123	(7 617)	8 206	-	-	119 990	(1 967)	-	-	87 619
Refinaria de Petróleo	37 549	(155)	7 089	-	-	349	-	-	-	4 517
Produtos Químicos e de Borracha	642 627	(12 418)	14 374	-	-	68 083	(13 392)	-	-	96 358
Produtos Minerais não Metálicos	406 354	(19 222)	431	-	-	35 448	(7 540)	-	-	24 841
Indústrias Metalúrgicas de Base e p. metálicos	834 352	(39 363)	18 114	-	-	7 335	-	-	-	132 403
Fabricação de Máquinas, Eq. e Ap. Eléctricos	278 106	(7 599)	2 382	-	-	78 848	(5 632)	-	-	155 088
Fabricação de Material de Transporte	314 278	(14 076)	851	-	-	567	(108)	-	-	27 571
Outras Industrias Transformadoras	394 098	(25 189)	691	-	-	35 302	(8 417)	-	-	34 201
Electricidade, Gás e Água	1 528 094	(8 091)	258 159	-	-	405 883	-	-	-	611 457
Construção e Obras Públicas	4 684 504	(254 144)	387 885	56 000	-	185 515	(1 687)	-	-	2 498 602
Comércio por Grosso e a Retalho	3 233 432	(262 385)	16 940	-	-	371 879	(15 218)	-	-	496 974
Turismo	1 581 851	(67 876)	19 949	-	-	8 633	(454)	-	-	95 582
Transportes e Comunicações	2 038 034	(81 675)	365 536	-	-	443 127	(8 915)	9 924	-	994 722
Actividades Financeiras	3 062 351	(173 642)	864 214	1 654 406	468 055	2 617 994	(35 696)	555 344	(19 829)	733 595
Actividades Imobiliárias	6 803 376	(339 637)	60 641	70 000	-	326 495	(2 904)	1 405	-	409 069
Serviços Prestados às Empresas	4 291 745	(221 017)	306 440	106 737	-	2 023 718	(30 718)	41 434	-	1 539 362
Administração e Serviços Públicos	1 041 443	(24 589)	1 369 820	209 049	-	5 375 598	-	478 621	-	281 010
Outras actividades de serviços colectivos	3 042 295	(233 207)	139 357	-	-	395 101	(31 784)	127 215	(11 350)	336 201
Crédito à Habitação	11 496 353	(162 878)	-	-	-	-	-	-	-	39
Crédito a Particulares	2 598 974	(170 806)	-	-	-	-	-	-	-	86 786
Outros	186 437	(2 807)	161	-	-	4 911	(4)	-	-	5 183
<b>TOTAL</b>	<b>50 984 367</b>	<b>(2 271 178)</b>	<b>3 885 002</b>	<b>2 096 192</b>	<b>468 055</b>	<b>12 605 823</b>	<b>(167 762)</b>	<b>1 213 943</b>	<b>(31 179)</b>	<b>8 828 237</b>

	31.12.2011								(milhares de euros)	
	Crédito a clientes		Activos financeiros detidos p/ negociação	Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	Derivados para gestão de risco	Activos financeiros disponíveis para venda		Investimentos detidos até à maturidade		Garantias e avales prestados
	Valor bruto	Imparidade				Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade	
Agricultura, Silvicultura e Pesca	435 935	(17 077)	11 803	-	-	11 315	(3 087)	-	-	45 525
Indústrias Extractivas	215 006	(9 788)	3 869	-	-	1 027	(546)	-	-	19 408
Indústrias Alimentares, das Bebidas e Tabaco	909 823	(44 215)	11 537	-	-	22 286	(52)	-	-	93 689
Têxteis e Vestuário	315 807	(28 171)	1 906	-	-	20 103	(2 238)	-	-	15 482
Curtumes e Calçado	71 989	(5 842)	459	-	-	515	(499)	-	-	2 040
Madeira e Cortiça	159 555	(24 975)	812	-	-	1 372	-	-	-	6 879
Papel e Indústrias Gráficas	340 289	(6 638)	5 272	-	-	123 364	(1 989)	-	-	89 423
Refinaria de Petróleo	29 233	(191)	3 204	-	-	4 154	-	-	-	6 997
Produtos Químicos e de Borracha	631 525	(11 442)	11 156	-	-	56 770	(13 389)	-	-	95 474
Produtos Minerais não Metálicos	435 583	(18 446)	475	-	-	37 764	(7 548)	-	-	26 912
Indústrias Metalúrgicas de Base e p. metálicos	845 522	(35 765)	1 324	-	-	500	-	-	-	122 800
Fabricação de Máquinas, Eq. e Ap. Eléctricos	278 209	(7 037)	2 381	-	-	62 612	(7 113)	-	-	162 205
Fabricação de Material de Transporte	332 333	(14 200)	504	-	-	585	(108)	-	-	29 431
Outras Industrias Transformadoras	379 173	(23 987)	2 350	-	-	35 792	(8 413)	-	-	44 328
Electricidade, Gás e Água	1 607 225	(9 554)	92 584	-	-	526 959	(1 855)	-	-	626 046
Construção e Obras Públicas	4 694 390	(236 134)	344 306	56 000	-	153 446	(1 687)	-	-	2 566 951
Comércio por Grosso e a Retalho	3 260 235	(257 343)	19 263	-	-	315 889	(15 203)	-	-	537 255
Turismo	1 571 254	(60 542)	17 522	-	-	2 874	(379)	-	-	96 906
Transportes e Comunicações	1 895 253	(85 982)	305 527	-	-	537 632	(8 915)	9 865	-	985 644
Actividades Financeiras	2 844 493	(141 628)	1 052 404	1 695 543	510 090	1 938 549	(25 239)	618 975	(21 393)	164 929
Actividades Imobiliárias	6 864 981	(304 001)	65 606	70 000	-	285 634	(1 776)	-	-	465 535
Serviços Prestados às Empresas	4 449 412	(217 566)	213 640	104 436	-	2 014 190	(29 923)	-	-	1 689 810
Administração e Serviços Públicos	1 062 578	(22 593)	889 770	-	-	4 689 214	-	805 437	-	244 897
Outras actividades de serviços colectivos	3 016 419	(264 537)	368 585	38 010	-	790 406	(35 392)	139 221	(10 923)	144 089
Crédito à Habitação	11 610 112	(160 473)	-	-	-	-	-	-	-	39
Crédito a Particulares	2 715 482	(155 292)	-	-	-	-	-	-	-	91 311
Outros	239 010	(4 025)	8 380	-	-	18 196	(2 931)	-	-	2 001
<b>TOTAL</b>	<b>51 210 826</b>	<b>(2 167 444)</b>	<b>3 434 639</b>	<b>1 963 989</b>	<b>510 090</b>	<b>11 651 148</b>	<b>(168 282)</b>	<b>1 573 498</b>	<b>(32 316)</b>	<b>8 376 006</b>

Em 31 de Março de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, a decomposição do crédito a clientes por *ratings* é como segue:

Modelos de Rating/Scoring	Escala Interna	31.03.2012		31.12.2011	
		Valor do Crédito	(%)	Valor do Crédito	(%)
Modelos de Grandes Empresas	[aaa;a-]	89	0,17%	77	0,15%
	[bbb+;bbb-]	2 251	4,42%	2 535	4,95%
	[bb+;bb-]	4 688	9,20%	4 697	9,17%
	[b+;b-]	7 345	14,41%	8 601	16,80%
	ccc+	1 408	2,76%	1 806	3,53%
Modelos de Médias Empresas	8-9	692	1,36%	692	1,35%
	10-11	639	1,25%	656	1,28%
	12-13	828	1,62%	859	1,68%
	14-15	518	1,02%	576	1,12%
	16-17	505	0,99%	596	1,16%
Modelos de Pequenas Empresas	18-19	384	0,75%	575	1,12%
	20-21	308	0,60%	457	0,89%
	22-23	295	0,58%	345	0,67%
	24-25	1 063	2,08%	1 016	1,98%
	A	89	0,17%	91	0,18%
Modelos de Crédito Habitação	B	345	0,68%	365	0,71%
	C	839	1,65%	878	1,71%
	D	378	0,74%	382	0,75%
	E	199	0,39%	216	0,42%
	F	489	0,96%	515	1,01%
Modelos de Particulares	01	1 061	2,08%	1 107	2,16%
	02	4 230	8,30%	4 259	8,32%
	03	1 625	3,19%	1 632	3,19%
	04	806	1,58%	814	1,59%
	05	563	1,10%	574	1,12%
Créditos sem rating/scoring interno	06	507	0,99%	510	1,00%
	07	704	1,38%	696	1,36%
	08	1 105	2,17%	1 101	2,15%
	09	92	0,18%	101	0,20%
	10	75	0,15%	117	0,23%
TOTAL	03	188	0,37%	156	0,30%
	04	331	0,65%	328	0,64%
	05	187	0,37%	208	0,41%
	06	221	0,43%	244	0,48%
	07	143	0,28%	168	0,33%
	08	121	0,24%	144	0,28%
	09	234	0,46%	232	0,45%
	10	5	0,01%	3	0,01%
		15 434	30,27%	12 882	25,15%
		<b>50 984</b>	<b>100,00%</b>	<b>51 211</b>	<b>100,00%</b>

### *Risco de mercado*

O Risco de Mercado representa genericamente a eventual perda resultante de uma alteração adversa do valor de um instrumento financeiro como consequência da variação de taxas de juro, taxas de câmbio, preços de acções, preços de mercadorias, volatilidade e *spread* de crédito.

A gestão de risco de mercado é integrada com a gestão do balanço através da estrutura ALCO (*Asset and Liability Committee*) constituída ao mais alto nível da instituição. Este órgão é responsável pela definição de políticas de afectação e estruturação do balanço bem como pelo controlo da exposição aos riscos de taxa de juro, de taxa de câmbio e de liquidez.

Ao nível do risco de mercado o principal elemento de mensuração de riscos consiste na estimação das perdas potenciais sob condições adversas de mercado, para o qual a metodologia *Value at Risk* (VaR) é utilizada. O Grupo BES utiliza um VaR com recurso à simulação de Monte Carlo, com um intervalo de confiança de 99% e um período de investimento de 10 dias. As volatilidades e correlações são históricas com base num período de observação de um ano. Como complemento ao VaR têm sido desenvolvidos cenários extremos (*stress-testing*) que permitem avaliar os impactos de perdas potenciais superiores às consideradas na medida do VaR.

	milhares de euros	
	<b>31.03.2012</b>	<b>31.12.2011</b>
Risco cambial	7 885	4 872
Risco taxa de juro	24 784	10 764
Acções e mercadorias	19 854	13 554
Volatilidade	9 535	14 291
Spread de Crédito	68 769	15 170
Efeito da diversificação	( 25 333)	( 11 132)
<b>Total</b>	<b>105 494</b>	<b>47 519</b>

O Grupo BES apresenta um valor em risco (VaR) de 105 494 milhares de euros (31 de Dezembro de 2011: 47 519 milhares de euros) para as suas posições de negociação.

No seguimento das recomendações de Basileia II (Pilar 2) e da Instrução nº 19/2005, do Banco de Portugal, o Grupo BES calcula a sua exposição ao risco de taxa de juro de balanço baseado na metodologia do *Bank of International Settlements* (BIS) classificando todas as rubricas do activo, passivo e extrapatrimoniais, que não pertençam à carteira de negociação, por escalões de *repricing*.

O modelo utilizado para o cálculo da análise de sensibilidade do risco de taxa de juro da carteira bancária baseia-se numa aproximação ao modelo da duração, sendo efectuados cenários paralelos para deslocação da curva de rendimentos de 200 p.b. em todos os escalões de taxa de juro.

As medidas de risco da taxa de juro quantificam, essencialmente, os efeitos sobre o capital próprio e o resultado financeiro de variações das taxas de juro. O risco de taxa de juro na óptica do efeito sobre o capital próprio do Grupo cifrou-se em 215 milhões de euros em 31 de Março de 2012, que compara com 351 milhões de euros no final de 2011.

No quadro seguinte apresentam-se as taxas médias de juro verificadas para as grandes categorias de activos e passivos financeiros do Grupo, para o período de três meses findo em 31 de Março de 2012 e para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, bem assim como os respectivos saldos médios e os juros do exercício:

	(milhares de euros)					
	31.03.2012			31.12.2011		
	Saldo médio do período	Juro do período	Taxa de juro média	Saldo médio do exercício	Juro do exercício	Taxa de juro média
<b>Activos monetários</b>	<b>4 649 491</b>	<b>32 495</b>	<b>2,83%</b>	<b>5 413 930</b>	<b>170 403</b>	<b>3,15%</b>
Crédito a clientes	50 430 340	692 027	5,57%	51 519 608	2 678 426	5,20%
Aplicações em títulos	13 517 215	209 733	6,29%	13 333 830	737 976	5,53%
Aplicações diferenciais	1 388 036	-	-	11 481	-	-
<b>Activos financeiros</b>	<b>69 985 082</b>	<b>934 255</b>	<b>5,41%</b>	<b>70 278 848</b>	<b>3 586 805</b>	<b>5,10%</b>
Recursos monetários	17 445 026	120 100	2,79%	16 511 041	460 256	2,79%
Recursos de clientes	34 981 025	296 341	3,44%	32 534 704	1 037 772	3,19%
Outros recursos	17 559 031	223 268	5,16%	21 233 104	907 186	4,27%
<b>Passivos financeiros</b>	<b>69 985 082</b>	<b>639 709</b>	<b>3,70%</b>	<b>70 278 848</b>	<b>2 405 214</b>	<b>3,42%</b>
<b>Resultado Financeiro</b>		<b>294 546</b>	<b>1,71%</b>		<b>1 181 591</b>	<b>1,68%</b>

No que se refere ao risco cambial, a repartição dos activos e dos passivos, a 31 de Março de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, por moeda, é analisado como segue:

	31.03.2012				31.12.2011				
	Posições à Vista	Posições a Prazo	Outros elementos	Posição Líquida	Posições à Vista	Posições a Prazo	Outros elementos	Posição Líquida	
USD DÓLAR DOS E.U.A.	( 2 809 628)	2 477 554	( 22 242)	( 354 316)	( 661 275)	835 766	41 845	216 336	
GBP LIBRA ESTERLINA	362 527	( 344 392)	3 986	22 121	480 536	( 476 598)	( 80)	3 858	
BRL REAL DO BRASIL	216 819	( 196 431)	12 095	32 483	210 597	( 200 379)	16 357	26 575	
DKK COROA DINAMARQUESA	( 1 304)	1 321	-	17	216	( 3 720)	-	( 3 504)	
JPY IENE JAPONÊS	( 6 427)	19 986	( 2 241)	11 318	( 8 799)	17 400	( 10 271)	( 1 670)	
CHF FRANCO SUICO	92 488	( 44 473)	( 53 159)	( 5 144)	53 075	( 48 646)	( 1 291)	3 138	
SEK COROA SUECA	( 324)	2 870	2	2 548	( 2 138)	1 305	182	( 651)	
NOK COROA NORUEGUESA	( 44 208)	42 121	( 2)	( 2 089)	( 3 251)	1 030	( 54)	( 2 275)	
CAD DÓLAR CANADIANO	7 686	( 23 116)	2 449	( 12 981)	40 169	( 62 399)	456	( 21 774)	
ZAR RAND DA ÁFRICA DO SUL	( 2 367)	1 241	( 33)	( 1 159)	( 602)	( 715)	2 637	1 320	
AUD DÓLAR AUSTRALIANO	81 453	( 84 568)	4 757	1 642	98 577	( 101 357)	3 106	326	
AOA KWANZA DE ANGOLA	312 093	-	-	312 093	( 228 429)	-	-	( 228 429)	
CZK COROA CHECA	156	-	-	156	3 804	302	( 2 247)	1 859	
MXN PESO MEXICANO	69 637	( 89 248)	3 549	( 16 062)	61 971	( 81 497)	3 215	( 16 311)	
OUTRAS	23 121	( 14 715)	7 455	15 861	( 6 276)	( 54 170)	80 319	19 873	
	<b>( 1 698 278)</b>	<b>1 748 150</b>	<b>( 43 384)</b>	<b>6 488</b>	<b>38 175</b>	<b>( 173 678)</b>	<b>134 174</b>	<b>( 1 329)</b>	

Nota: activo / (passivo)

*Exposição a dívida pública de países periféricos da Zona Euro*

Em 31 de Março de 2012 e 30 de Dezembro de 2011 a exposição do Grupo a dívida pública de países “periféricos” da Zona Euro apresenta-se como segue:

						(milhares de euros)
	<b>31.03.2012</b>					
	Crédito a clientes	Activos financeiros detidos p/ negociação e ao Justo Valor	Instrumentos Derivados <sup>(1)</sup>	Activos financeiros disponíveis para venda	Investimentos detidos até à maturidade	Total
Portugal	849 057	691 874	59 645	4 017 131	-	5 617 707
Espanha	127 912	51 250	( 90)	27 171	-	182 951
Grécia	-	-	-	-	-	-
Irlanda	-	-	( 737)	-	-	( 737)
Itália	-	-	-	-	-	-
Hungria	-	-	-	-	-	-
	<b>976 969</b>	<b>743 124</b>	<b>58 818</b>	<b>4 044 302</b>	<b>-</b>	<b>5 799 921</b>

<sup>(1)</sup> Valores apresentados pelo líquido: a receber/(a pagar)

						(milhares de euros)
	<b>31.12.2011</b>					
	Crédito a clientes	Activos financeiros detidos p/ negociação e ao Justo Valor	Instrumentos Derivados <sup>(1)</sup>	Activos financeiros disponíveis para venda	Investimentos detidos até à maturidade	Total
Portugal	876 702	123 852	69 714	2 820 649	-	3 890 917
Espanha	109 000	563	1 989	4 096	-	115 648
Grécia	-	-	( 265)	-	-	( 265)
Irlanda	-	-	( 1 069)	-	-	( 1 069)
Itália	-	-	( 2 865)	-	-	( 2 865)
Hungria	-	-	-	-	-	-
	<b>985 702</b>	<b>124 415</b>	<b>67 504</b>	<b>2 824 745</b>	<b>-</b>	<b>4 002 365</b>

<sup>(1)</sup> Valores apresentados pelo líquido: a receber/(a pagar)

Excepto no que se refere ao crédito a clientes, o qual se encontra registado ao custo amortizado, todas as exposições apresentadas encontram-se registadas no balanço do Grupo pelo seu justo valor com base em valores de cotação de mercado e no caso dos derivados com base em métodos de valorização com parâmetros/ preços observáveis no mercado.

O detalhe sobre a exposição a títulos na carteira de Activos Financeiros Disponíveis para Venda, Activos Financeiros Detidos para Negociação e Activos Financeiros ao Justo Valor através de Resultados é como segue:

(milhares de euros)

	31.03.2012					
	Valor Nominal	Valor Cotação	Juro Corrido	Valor de Balanço	Imparidade	Reservas Justo Valor
<b>Activos Disponíveis para Venda</b>						
<b>Portugal</b>	<b>4 981 045</b>	<b>3 909 177</b>	<b>107 954</b>	<b>4 017 131</b>	-	<b>( 19 805)</b>
Maturidade até 1 ano	2 120 447	2 100 689	19 278	2 119 967	-	374
Maturidade superior 1 ano	2 860 598	1 808 488	88 676	1 897 164	-	( 20 179)
<b>Espanha</b>	<b>27 022</b>	<b>27 072</b>	<b>99</b>	<b>27 171</b>	-	<b>( 113)</b>
Maturidade até 1 ano	23 522	23 509	89	23 598	-	( 2)
Maturidade superior 1 ano	3 500	3 563	10	3 573	-	( 111)
	<b>5 008 067</b>	<b>3 936 249</b>	<b>108 053</b>	<b>4 044 302</b>	-	<b>( 19 918)</b>

<b>Activos Financeiros de Negociação</b>						
Portugal	662 997	462 256	20 569	482 825	-	-
Espanha	49 751	51 240	10	51 250	-	-
	<b>712 748</b>	<b>513 496</b>	<b>20 579</b>	<b>534 075</b>	-	-

<b>Activos Financeiros ao Justo Valor</b>						
Portugal	242 466	200 628	8 421	209 049	-	-
	<b>242 466</b>	<b>200 628</b>	<b>8 421</b>	<b>209 049</b>	-	-

	31.12.2011					
	Valor Nominal	Valor Cotação	Juro Corrido	Valor de Balanço	Imparidade	Reservas Justo Valor
<b>Activos Disponíveis para Venda</b>						
<b>Portugal</b>	<b>3 187 790</b>	<b>2 780 693</b>	<b>39 726</b>	<b>2 820 649</b>	-	<b>( 124 406)</b>
Maturidade até 1 ano	2 069 941	2 040 481	14 542	2 055 236	-	( 16 736)
Maturidade superior 1 ano	1 117 849	740 212	25 184	765 413	-	( 107 670)
<b>Espanha</b>	<b>4 036</b>	<b>4 027</b>	<b>69</b>	<b>4 096</b>	-	<b>( 9)</b>
Maturidade até 1 ano	4 014	4 004	68	4 072	-	( 4)
Maturidade superior 1 ano	22	23	1	24	-	( 5)
	<b>3 191 826</b>	<b>2 784 720</b>	<b>39 795</b>	<b>2 824 745</b>	-	<b>( 124 415)</b>
<b>Activos Financeiros de Negociação</b>						
Portugal	126 208	120 458	3 394	123 852	-	-
Espanha	568	563	-	563	-	-
	<b>126 776</b>	<b>121 021</b>	<b>3 394</b>	<b>124 415</b>	-	-

### Risco de liquidez

O Risco de Liquidez, por definição, advém da incapacidade potencial de financiar o activo satisfazendo as responsabilidades exigidas nas datas devidas e da existência de potenciais dificuldades de liquidação de posições em carteira, sem incorrer em perdas significativas. O controlo dos níveis de liquidez tem como objectivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo, encontrando-se a estratégia financeira do Grupo desenvolvida no Relatório de Gestão.

O primeiro trimestre de 2012 ficou marcado pela estabilização do sentimento e das condições dos mercados financeiros. Para esta estabilização muito contribuíram:

- A actuação do Banco Central Europeu que, para além de ter reduzido a taxa de referência de 1,5% para 1% no final do ano de 2011, realizou, entre Dez 11 e Fev 12, duas operações de cedência de liquidez a três anos (LTRO), alargou os critérios de elegibilidade dos activos aceites como colateral em operações de política monetária e reduziu o limite das reservas mínimas obrigatórias junto do Banco Central Europeu. Estas medidas permitiram um acréscimo de liquidez disponível no mercado, num período onde estava previsto ocorrerem importantes vencimentos de dívida do sector bancário; e
- A reestruturação da dívida grega, apesar de não dissipar por completo a crise da dívida soberana das economias "periféricas" da Zona Euro.

Contudo, a restritividade orçamental e o *deleverage* da actividade económica conduziram a uma nova desaceleração da economia europeia ao longo do trimestre, tendo-se, também, assistido a novos *dowgrades* ao *rating* da República Portuguesa, com repercussão nos *ratings* dos bancos portugueses, em particular nos ratings do BES.

Neste contexto, o Grupo manteve accionadas ao longo do trimestre um conjunto de medidas de contingência que lhe permitiram financiar a sua actividade, colmatando assim a inacessibilidade aos mercados financeiros. As medidas implementadas dividem-se em três grandes grupos:

- Continuação da política de deleverage do balanço implementada a partir de meados de 2010;
- Aumento da base de depósitos de clientes reforçando a orientação estratégica de manter este produto como a principal fonte de financiamento;
- Reforço dos activos elegíveis para desconto junto do BCE, de modo a garantir o acesso às operações de refinanciamento principais e de prazo alargado, as quais têm sido fundamentais para colmatar a inacessibilidade aos mercados de financiamento de curto e médio prazo.

Neste sentido, o Grupo, para além de incrementar os seus activos elegíveis ao abrigo dos novos critérios de elegibilidade, executou duas emissões de obrigações com garantia da República Portuguesa no montante total de 2 500 milhões de euros e com maturidade de 3 anos. Estas duas emissões permitiram aumentar os activos elegíveis para desconto junto do BCE em 2 500 milhões de euros, o que perfez a quase totalidade do montante de emissões de médio e longo prazo que maturou no primeiro trimestre de 2012.

Ao longo do primeiro trimestre de 2012, os depósitos registaram um aumento de 1,8 mil milhões de euros. Esta evolução foi acompanhada por um aumento da taxa média de 25 p.b. enquanto a *Euribor* média 3M caiu 35 p.b.. Este aumento do custo médio dos depósitos traduz, essencialmente, o alongamento do seu prazo médio contratado. Por outro lado, o Grupo tem vindo a ajustar as suas

políticas de *pricing* nos *portfolios* de crédito de Empresas e de Institucionais às condições prevalecentes no mercado.

Com o objectivo de avaliar a exposição global ao risco de liquidez são elaborados relatórios que permitem não só identificar os mismatch negativos, como efectuar a cobertura dinâmica dos mesmos.

No quadro seguinte apresenta-se a síntese das posições de liquidez, calculadas segundo as regras exigidas pelo Banco de Portugal (Instrução nº13/2009):

	(milhões de euros)	
	<b>31.03.2012</b>	<b>31.12.2011</b>
<b>Mismatch acumulado<sup>(1)</sup></b>	3 825	( 573)
<b>Buffer de activos líquidos<sup>(2)</sup></b>	( 203)	2 794
<b>Posição de liquidez</b>	<b>3 622</b>	<b>2 221</b>
Outros activos liquidificáveis	206	222
<b>Liquidez global</b>	<b>3 828</b>	<b>2 443</b>

(1) O mismatch acumulado corresponde à diferença entre os activos e passivos com prazos residuais até um ano

(2) O buffer de activos líquidos reflecte o montante de activos, com maturidade residual superior a um ano, que possam ser utilizados para a obtenção de liquidez imediata. Concretizando, os activos elegíveis como garantia em operações de crédito junto de bancos centrais (deduzidos dos respectivos haircuts), excluindo os activos dados em garantia em operações de crédito com maturidade superior a 1 ano

Em 31 de Março de 2012, a posição de liquidez global considerando outros títulos transformáveis em meios líquidos, era positiva em 3 828 milhões de euros (31 de Dezembro de 2011: 2 443 milhões de euros).

Em 31 de Março de 2012, a pool de títulos elegíveis para o mercado de repos situava-se em 24,2 mil milhões de euros (31 de Dezembro de 2011: 18,9 mil milhões de euros). Deste montante, 20,5 mil milhões de euros eram elegíveis para operações junto do BCE (31 de Dezembro de 2011: 15,1 mil milhões de euros), dos quais se encontravam utilizados 16,1 mil milhões de euros (31 de Dezembro de 2011: 11,1 mil milhões de euros).

De forma a tentar antecipar possíveis constrangimentos, o GBES efectua cenários extremos de liquidez. É calculado um impacto a 3 meses, mas dependendo da severidade dos cenários, este período poderá variar. Os cash-flows de balanço e fora de balanço são sujeitos a cenários específicos e a cenários sistémicos para avaliar o impacto de eventos extremos, mas plausíveis, nas posições de liquidez. Os resultados destes cenários são depois comparados com o buffer de liquidez e com o plano de contingência para assegurar que o grupo consegue gerar liquidez suficiente em caso de eventos extremos. Estes resultados servem também de input para a definição dos objectivos de posições de liquidez em risco, bem como para a definição do plano de contingência de liquidez do GBES. Este plano foi definido de forma a mitigar o impacto de uma crise de liquidez através da definição de mecanismos de detecção de crises, e de estratégias de resposta claras e decisivas a crises de liquidez.

### *Risco operacional*

O Risco operacional traduz-se, genericamente, na probabilidade de ocorrência de eventos com impactos negativos, nos resultados ou no capital, resultantes da inadequação ou deficiência de procedimentos, sistemas de informação, comportamento das pessoas ou motivados por acontecimentos externos, incluindo os riscos jurídicos.

Para gestão do risco operacional, foi desenvolvido e implementado um sistema que visa assegurar a uniformização, sistematização e recorrência das actividades de identificação, monitorização, controlo e mitigação deste risco. Este sistema é suportado por uma estrutura organizacional, integrada no Departamento de Risco Global exclusivamente dedicada a esta tarefa bem como representantes designados por cada um dos departamentos e subsidiárias considerados relevantes.

### *Gestão de Capital e Rácio de Solvabilidade*

O principal objectivo da gestão de capital no Grupo consiste em assegurar o cumprimento dos objectivos estratégicos do Grupo em matéria de adequação de capital, respeitando e fazendo cumprir os requisitos mínimos de fundos próprios definidos pelas entidades de supervisão.

A definição da estratégia a adoptar em termos de gestão de capital é da competência da Comissão Executiva encontrando-se integrada na definição global de objectivos do Grupo.

Em termos prudenciais, o Grupo está sujeito à supervisão do Banco de Portugal que, tendo por base a Directiva Comunitária sobre adequação de capitais, estabelece as regras que a este nível deverão ser observadas pelas diversas instituições sob a sua supervisão. Estas regras determinam um rácio mínimo de fundos próprios totais em relação aos requisitos exigidos pelos riscos assumidos, que as instituições deverão cumprir.

No âmbito da implementação do novo acordo de capital, e fazendo uso da faculdade concedida pelo novo regime prudencial instituído pelos Decretos-Lei 103/2007 e 104/2007, que transpuseram para o ordenamento jurídico nacional os princípios universalmente designados por “Basileia II”, o Grupo foi autorizado a utilizar, com efeitos em 31 de Março de 2009, a abordagem baseada no uso de modelos internos para o tratamento do risco de crédito (método “*Internal Ratings Based*” – IRB) para o risco de crédito e o método “*Standard*” para o tratamento do risco operacional (método “*The Standardized Approach*” – TSA).

Os elementos de capital do Grupo BES dividem-se em Fundos Próprios de Base, Fundos Próprios Complementares e Deduções, com a seguinte composição:

- Fundos Próprios considerados como *Core Tier 1*: Esta categoria inclui essencialmente o capital estatutário realizado, as reservas elegíveis (excluindo as reservas de justo valor positivas), os

resultados positivos retidos do período quando certificados e os interesses que não controlam. São deduzidas as reservas de justo valor negativas associadas a acções ou outros instrumentos de capital, o valor de balanço dos montantes relativos a “Goodwill” apurado, activos intangíveis, desvios actuariais negativos decorrentes de responsabilidades com benefícios pós emprego a empregados acima do limite do corredor prudencial e, quando aplicável, os resultados negativos do período.

- **Fundos Próprios de Base (FPB)**: Para além dos valores considerados como Core Tier I, esta categoria inclui as acções preferenciais e instrumentos de capital híbridos. Desde 2007 passaram também a ser deduzidas em 50% do seu valor as participações superiores a 10% em instituições financeiras e entidades seguradoras. Em 2009, decorrente da aplicação do método IRB para risco de crédito, passou igualmente a ser ajustado 50% do montante das perdas esperadas para posições em risco deduzidas das somas de correções de valor e provisões existentes.
- **Fundos Próprios Complementares (FPC)**: Incorpora essencialmente a dívida subordinada emitida elegível e 45% das reservas de justo valor positivas associadas a acções ou outros instrumentos de capital. São deduzidas as participações em instituições financeiras e entidades seguradoras em 50% do seu valor, bem como, em 2009, 50% do montante das perdas esperadas para as posições em risco deduzidas das somas de correções de valor e provisões existentes, decorrentes da aplicação do método IRB para risco de crédito.
- **Deduções (D)**: Compreendem essencialmente a amortização prudencial dos imóveis recebidos em dação para liquidação de créditos.

Adicionalmente, a composição da base de capital está sujeita a um conjunto de limites. Desta forma, as regras prudenciais estabelecem que os FPC não podem exceder os FPB. Adicionalmente, determinadas componentes dos FPC (o designado Lower Tier II) não podem superar os 50% dos FPB.

Em Dezembro de 2008, o Banco de Portugal publicou o Aviso 11/2008, que estabeleceu um período transitório de quatro anos, de Dezembro de 2009 a Dezembro de 2012, para o reconhecimento dos desvios actuariais totais apurados em 2008, deduzidos do rendimento esperado dos activos do fundo relativos a este mesmo ano. Consequentemente, o valor anual a incorporar durante o referido período é de 137 milhões de euros.

Em Maio de 2011, decorrente da negociação do Programa de Assistência Financeira a Portugal, o Banco de Portugal emitiu o Aviso 3/2011, que vem estabelecer novos patamares mínimos de solvabilidade a serem seguidos pelos grupos financeiros sujeitos à supervisão do Banco de Portugal. Assim, as Instituições Financeiras deverão atingir um Rácio Core Tier I não inferior a 9% em 31 de Dezembro de 2011, e de 10% até 31 de Dezembro de 2012.

Os principais movimentos ocorridos nos FPB em 31 de Março de 2012 e 31 de Dezembro de 2011 apresentam-se no quadro seguinte:

	(milhões de euros)	
	31.03.2012	31.12.2011
<b>Saldo no início do período</b>	<b>6 171</b>	<b>6 040</b>
Aumento de capital (troca de híbridos por capital)	-	521
Instrumentos híbridos	( 13)	( 675)
Reservas e Resultados elegíveis (excluindo reservas de justo valor)	( 12)	( 119)
Interesses que não controlam, excluindo híbridos	21	94
Goodwill	( 13)	139
Desvios actuariais com responsabilidades pós-emprego com impacto prudencial	-	144
Amortização do período transitório IFRS	( 3)	( 13)
Dedução de participações em sociedades financeiras e outros elementos	( 20)	202
Reservas de reavaliação com impacto prudencial	51	( 164)
Outros efeitos	3	2
<b>Saldo no fim do período</b>	<b>6 185</b>	<b>6 171</b>

O quadro seguinte apresenta um sumário dos cálculos de adequação de capital do Grupo BES para 31 de Março de 2012 e 31 de Dezembro de 2011:

	(milhões de euros)	
	31.03.2012	31.12.2011
<b>A - Fundos Próprios</b>		
Capital ordinário realizado, Prémios de Emissão e Acções Próprias	5 106	5 106
Reservas e Resultados elegíveis (excluindo reservas de justo valor)	1 183	1 195
Interesses que não controlam	606	585
Activos Intangíveis	( 139)	( 142)
Desvios Actuariais com responsabilidades pós-emprego com impacto prudencial	( 215)	( 215)
Goodwill	( 353)	( 340)
Reservas de justo valor com impacto prudencial	( 143)	( 194)
Período transitório IFRS	22	25
<b>Fundos Próprios para determinação do Rácio Core Tier I</b>	<b>( A1 )</b>	<b>6 067</b>
Acções Preferenciais	199	211
Instrumentos Híbridos elegíveis para Tier I	33	34
Dedução de Particip. em Sociedades Financeiras e outros elementos	( 114)	( 94)
<b>Fundos Próprios de Base (TIER I)</b>	<b>( A2 )</b>	<b>6 185</b>
45% das Reservas de justo valor Positivas	25	25
Dívida Subordinada elegível	904	923
Dedução de Particip. em Sociedades Financeiras e outros elementos	( 87)	( 90)
<b>Fundos Próprios Complementares (TIER II)</b>		842
Deduções	( 60)	( 59)
<b>Fundos Próprios Elegíveis</b>	<b>( A3 )</b>	<b>6 967</b>
<b>B- Activos de Risco</b>		
Calculados de Acordo com o Aviso 5/2007 (Riscos de Crédito)	58 451	59 705
Calculados de Acordo com o Aviso 8/2007 (Riscos de Mercado)	2 198	1 742
Calculados de Acordo com o Aviso 9/2007 (Risco Operacional)	3 938	3 938
<b>Total de Activos de Risco Equivalentes</b>	<b>( B )</b>	<b>64 587</b>
<b>C- Rácios Prudenciais</b>		
Rácio Core Tier 1	( A1 / B )	9,4%
Rácio Tier 1	( A2 / B )	9,6%
Rácio de Solvabilidade	( A3 / B )	10,8%
		9,2%
		9,4%
		10,7%

## NOTA 46 – COMPROMISSOS CONTRATUAIS

### *Operações de Securitização*

Ao longo do ano de 2011 e durante o ano de 2012, as operações de titularização originadas pelo BES sofreram sucessivos cortes de *rating*, na sequência dos *downgrades* efectuados pelas várias agências de *rating* à República Portuguesa e aos bancos portugueses. Tradicionalmente, este tipo de operações incluem nas suas estruturas diversos mecanismos de protecção de risco, nomeadamente pelo despoletar de substituições de contrapartes com notações de risco abaixo de níveis mínimos exigidos pelas agências de *rating* ou pelo desencadear de acções correctivas que permitam mitigar o risco de exposição a essas contrapartes.

O BES actuava como contraparte de *swap* em duas das suas operações de titularizações de créditos hipotecários (Lusitano Mortgages No.6 e o Lusitano Mortgages No.7). O desempenho destas funções em operações de titularização está reservado a entidades que respeitem os níveis mínimos de *rating* estabelecidos pelas agências de *rating*. Assim, na sequência dos *downgrades*, a posição do BES na operação Lusitano Mortgages No.6 foi transferida para uma instituição financeira que respeita os critérios de elegibilidade das agências e na operação Lusitano Mortgages No.7, procedeu-se à reestruturação da operação.

Adicionalmente, na sequência do  *downgrade* da República Portuguesa por parte da Moody's, em Fevereiro de 2012, esta agência de rating fixou em Baa1 o rating máximo atribuível a obrigações emitidas em operações de titularização. Assim, a operação de titularização de crédito a pequenas e médias empresas realizada pelo BES em Dezembro de 2010 – Lusitano SME No.2 – perdeu a elegibilidade para redesconto junto do BCE, tendo o BES optado por exercer a sua opção de reembolso antecipado no dia 23 de Março de 2012.

### *Obrigações Hipotecárias*

As emissões de obrigações hipotecárias sofreram igualmente um forte impacto pelo  *downgrade* da República Portuguesa e dos bancos portugueses. Como consequência, o BES deixou de poder ser contraparte nas operações *swaps* de taxa de juro, tendo procedido à sua transferência e, em alguns casos, à sua anulação.

### *Contract Support Annex (CSA)*

O BES tem um conjunto de contratos negociados com contrapartes com quem negoceia derivados em mercado de balcão. Os *CSA* revestem a forma de contrato de colateral estabelecido entre duas partes que negoceiam entre si derivados *Over-the-Counter*, tendo como principal objectivo fornecer protecção contra o risco de crédito, estabelecendo para o efeito um conjunto de regras relativas ao colateral. As transacções de derivados são regulamentadas pelo *International Swaps and Derivatives Association*.

*Association (ISDA)* e apresentam uma margem mínima de risco que pode alterar de acordo com o rating das partes.

## **<sup>2</sup>NOTA 47 – ALTERAÇÃO DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS**

No final do exercício de 2011 o Grupo tomou a decisão de proceder à alteração da política contabilística relativa ao tratamento dos desvios actuariais, deixando de utilizar o método do corredor e passando a reconhecer os ganhos e perdas actuariais em outro rendimento integral (Other comprehensive income – OCI), conforme permitido pelo parágrafo 93A do IAS 19.

A decisão de alterar a política contabilística teve como base o entendimento de que o reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais em capital próprio na rubrica de outro rendimento integral proporciona uma informação mais relevante sobre a posição do Grupo no que se refere às suas responsabilidades com pensões de reforma. Este entendimento é corroborado pelo próprio IASB no parágrafo BC48B do IAS 19, onde é referido que o reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais de forma imediata em capital próprio proporciona uma informação mais fidedigna das operações do que o método do corredor.

De acordo com o parágrafo 29 do IAS 8, a alteração de uma política contabilística torna necessário que o Grupo reexpresse as suas demonstrações financeiras como se tivesse adoptado desde sempre a política de reconhecimento em capital proprio dos ganhos e perdas actuariais.

Desta forma, apresentam-se de seguida os ajustamentos efectuados às demonstrações financeiras do Grupo a 1 de Janeiro de 2011 e 31 de Março de 2011:

(milhares de euros)

Balanço	1 de Janeiro de 2011			31 de Março de 2011		
	Reportado	Ajustamentos	Reexpresso	Reportado	Ajustamentos	Reexpresso
<b>Activo</b>						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	930 505	-	930 505	1 252 038	-	1 252 038
Disponibilidades em outras instituições de crédito	557 972	-	557 972	670 682	-	670 682
Activos financeiros detidos para negociação	3 942 061	-	3 942 061	3 397 724	-	3 397 724
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	1 424 331	-	1 424 331	1 525 470	-	1 525 470
Activos financeiros disponíveis para venda	11 774 881	-	11 774 881	10 776 611	-	10 776 611
Aplicações em instituições de crédito	4 245 436	-	4 245 436	3 765 072	-	3 765 072
Crédito a clientes	50 829 123	-	50 829 123	49 862 088	-	49 862 088
Investimentos detidos até à maturidade	2 458 800	-	2 458 800	2 349 258	-	2 349 258
Derivados para gestão de risco	447 304	-	447 304	295 625	-	295 625
Activos não correntes detidos para venda	574 550	-	574 550	604 876	-	604 876
Outros activos tangíveis	809 037	-	809 037	780 060	-	780 060
Activos intangíveis	233 537	-	233 537	229 676	-	229 676
Investimentos em associadas	961 908	-	961 908	960 518	-	960 518
Activos por impostos correntes	99 396	-	99 396	98 675	-	98 675
Activos por impostos diferidos	283 367	257 319	540 686	292 301	254 007	546 308
Outros activos	4 083 219	(884 528)	3 198 691	3 885 799	(873 177)	3 012 622
<b>Total de Activo</b>	<b>83 655 427</b>	<b>(627 209)</b>	<b>83 028 218</b>	<b>80 746 473</b>	<b>(619 170)</b>	<b>80 127 303</b>
<b>Passivo</b>						
Recursos de bancos centrais	7 964 820	-	7 964 820	8 521 444	-	8 521 444
Passivos financeiros detidos para negociação	2 088 007	-	2 088 007	1 875 436	-	1 875 436
Recursos de outras instituições de crédito	6 380 592	-	6 380 592	7 198 908	-	7 198 908
Recursos de clientes	30 819 220	-	30 819 220	30 545 189	-	30 545 189
Responsabilidades representadas por títulos	24 109 939	-	24 109 939	20 742 101	-	20 742 101
Derivados para gestão de risco	228 944	-	228 944	217 140	-	217 140
Passivos não correntes detidos para venda	5 411	-	5 411	5 411	-	5 411
Provisões	214 706	-	214 706	212 025	-	212 025
Passivos por impostos correntes	25 324	-	25 324	27 409	-	27 409
Passivos por impostos diferidos	115 660	-	115 660	109 978	-	109 978
Passivos subordinados	2 291 833	-	2 291 833	2 327 121	-	2 327 121
Outros passivos	1 934 723	-	1 934 723	1 603 482	-	1 603 482
<b>Total de Passivo</b>	<b>76 179 179</b>	<b>-</b>	<b>76 179 179</b>	<b>73 385 644</b>	<b>-</b>	<b>73 385 644</b>
<b>Capital Próprio</b>						
Capital	3 500 000	-	3 500 000	3 500 000	-	3 500 000
Prémios de emissão	1 085 398	-	1 085 398	1 085 399	-	1 085 399
Outros instrumentos de capital	269 953	-	269 953	269 414	-	269 414
Acções próprias	-	-	-	( 997)	-	( 997)
Acções preferenciais	600 000	-	600 000	600 000	-	600 000
Reservas, resultados transitados e outro rendimento integral	968 967	( 624 501)	344 466	1 284 198	( 627 812)	656 386
Resultado líquido do exercício atribuível aos accionistas do Banco	510 520	-	510 520	60 865	11 324	72 189
<b>Total de Capital Próprio atribuível aos accionistas do Banco</b>	<b>6 934 838</b>	<b>( 624 501)</b>	<b>6 310 337</b>	<b>6 798 879</b>	<b>( 616 488)</b>	<b>6 182 391</b>
Interesses que não controlam	541 410	( 2 709)	538 701	561 950	( 2 682)	559 268
<b>Total de Capital Próprio</b>	<b>7 476 248</b>	<b>( 627 210)</b>	<b>6 849 038</b>	<b>7 360 829</b>	<b>( 619 170)</b>	<b>6 741 659</b>
<b>Total de Passivo e Capital Próprio</b>	<b>83 655 427</b>	<b>( 627 210)</b>	<b>83 028 217</b>	<b>80 746 473</b>	<b>( 619 170)</b>	<b>80 127 303</b>

(milhares de euros)

Demonstração de Resultados	31 de Março de 2011		
	Reportado	Ajustamentos	Reexpresso
Juros e proveitos similares	955 526	-	955 526
Juros e custos similares	684 188	-	684 188
<b>Margem financeira</b>	<b>271 338</b>	-	<b>271 338</b>
Rendimentos de instrumentos de capital	4 250	-	4 250
Rendimentos de serviços e comissões	215 171	-	215 171
Encargos com serviços e comissões	( 34 591)	-	( 34 591)
Resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados	( 18 847)	-	( 18 847)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	36 667	-	36 667
Resultados de reavaliação cambial	42 182	-	42 182
Resultados de alienação de outros activos	( 38 586)	-	( 38 586)
Outros resultados de exploração	36 002	-	36 002
<b>Proveitos operacionais</b>	<b>513 586</b>	-	<b>513 586</b>
Custos com pessoal	158 706	( 11 351)	147 355
Gastos gerais administrativos	107 469	-	107 469
Depreciações e amortizações	26 122	-	26 122
Provisões líquidas de anulações	1 348	-	1 348
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	80 872	-	80 872
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	657	-	657
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	20 272	-	20 272
<b>Custos operacionais</b>	<b>395 446</b>	<b>( 11 351)</b>	<b>384 095</b>
Alienação de subsidiárias e associadas	-	-	-
Resultados de associadas	4 075	-	4 075
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>122 215</b>	<b>11 351</b>	<b>133 566</b>
<b>Impostos</b>			
Correntes	13 273	-	13 273
Diferidos	9 013	-	9 013
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>99 929</b>	<b>11 351</b>	<b>111 280</b>
<b>Atribuível aos accionistas do Banco</b>	<b>60 865</b>	<b>11 324</b>	<b>72 189</b>
<b>Atribuível aos interesses que não controlam</b>	<b>39 064</b>	<b>27</b>	<b>39 091</b>
	<b>99 929</b>	<b>11 351</b>	<b>111 280</b>

Os ajustamentos efectuados ao outro rendimento integral em 31 de Março de 2011 podem ser analisados como segue:

Demonstração do Rendimento Integral	31 de Março de 2011		
	Reportado	Ajustamentos	Reexpresso
<b>Resultado líquido do exercício</b>			
Atribuível aos accionistas do Banco	60 865	11 324	72 189
Atribuível aos interesses que não controlam	39 064	27	39 091
	<b>99 929</b>	<b>11 351</b>	<b>111 280</b>
<b>Outro rendimento integral do exercício</b>			
Benefícios de longo prazo	-	( 3 357)	( 3 357)
Diferenças de câmbio	( 36 466)	-	( 36 466)
Impostos diferidos	5 535	-	5 535
	<b>( 30 931)</b>	<b>( 3 357)</b>	<b>( 34 288)</b>
Activos disponíveis para venda			
Ganhos e perdas no exercício	( 11 668)	-	( 11 668)
Transferência de ganhos e perdas realizados para resultados do exercício	( 37 129)	-	( 37 129)
Impostos diferidos	25 463	-	25 463
	<b>( 23 334)</b>	<b>-</b>	<b>( 23 334)</b>
<b>Total do rendimento integral do exercício</b>	<b>45 664</b>	<b>7 994</b>	<b>53 658</b>
<b>Atribuível aos accionistas do Banco</b>	<b>18 085</b>	<b>7 967</b>	<b>26 052</b>
<b>Atribuível aos interesses que não controlam</b>	<b>27 579</b>	<b>27</b>	<b>27 606</b>
	<b>45 664</b>	<b>7 994</b>	<b>53 658</b>

O detalhe dos ajustamentos efectuados com vista à alteração da política contabilística analisa-se como segue:

	Desvios actuariais em balanço de acordo com a anterior política contabilística	Impacto da alteração da política contabilística		
		No activo	No rendimento integral	Nos resultados
<b>Valores brutos</b>				(milhares de euros)
1 de Janeiro de 2011	884 528	( 884 528)	( 884 528)	-
Amortização do período	( 11 351)	11 351	-	11 351
31 de Março de 2011	<b>873 177</b>	<b>( 873 177)</b>	<b>( 884 528)</b>	<b>11 351</b>
<b>Imposto</b>				
1 de Janeiro de 2011		257 319	257 319	-
Imposto do período		( 3 312)	( 3 312)	-
31 de Março de 2011		<b>254 007</b>	<b>254 007</b>	-
<b>Efeito líquido</b>				
1 de Janeiro de 2011		( 627 209)	( 627 209)	-
31 de Março de 2011		( 619 170)	( 630 521)	11 351
<b>Efeito líquido atribuível aos accionistas do Banco</b>				
1 de Janeiro de 2011		( 624 501)		-
31 de Março de 2011		( 627 812)		11 324

## NOTA 48 – EVENTOS SUBSEQUENTES

- O Conselho de Administração do BES, após parecer favorável da Comissão de Auditoria, deliberou, em 11 de Abril de 2012, um aumento de capital social por novas entradas em dinheiro a realizar através de subscrição pública de até 2 556 688 387 novas acções ordinárias. As referidas novas acções foram oferecidas para subscrição com observância dos direitos de preferência dos accionistas ao preço de subscrição de 0,395 euros por acção, permitindo um encaixe de até 1 010 milhões de euros. Com a presente operação o Grupo BES deverá cumprir com o requisito mínimo de Core Tier I de 9% exigido pela Autoridade Bancária Europeia (EBA) para 30 de Junho de 2012 e com o requisito mínimo de 10% que os grupos financeiros sujeitos à supervisão do Banco de Portugal deverão cumprir em 31 de Dezembro de 2012. A liquidação financeira concretizou-se em 11 de Maio e a admissão à negociação das novas acções à NYSE Euronext Lisbon ocorreu em 14 de Maio, não se tendo registado alterações relevantes na estrutura de accionistas de referência do BES;
- Em 11 de Maio de 2012, o BES concretizou a aquisição de 50% do capital social da BES- Vida, Companhia de Seguros, S.A., pelo valor global de €225 milhões. Com esta aquisição o BES passará a deter a totalidade do capital social da BES Vida, ficando assim com o respectivo controlo de gestão, com vista a potenciar a comercialização de seguros daquela companhia de seguros.

○ **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS TRIMESTRAIS E NOTAS EXPLICATIVAS**

---

## GRUPO BANCO ESPÍRITO SANTO

### DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2012 E 2011

	Notas	(milhares de euros)	
		Período de 3 meses findo em	
		31.03.2012	Reexpresso
Juros e proveitos similares	4	827 785	679 751
Juros e custos similares	4	640 018	539 834
<b>Margem financeira</b>		<b>187 767</b>	<b>139 917</b>
Rendimentos de instrumentos de capital	5	36 021	131 431
Rendimentos de serviços e comissões	6	160 825	139 558
Encargos com serviços e comissões	6	( 49 880)	( 39 286)
Resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados	7	( 3 635)	( 30 500)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	8	22 367	40 513
Resultados de reavaliação cambial	9	( 2 924)	29 331
Resultados de alienação de outros activos	10	( 4 342)	( 23 496)
Outros resultados de exploração	11	28 690	28 105
<b>Proveitos operacionais</b>		<b>374 889</b>	<b>415 573</b>
Custos com pessoal	12	88 008	93 767
Gastos gerais administrativos	14	75 705	80 193
Depreciações e amortizações	26 e 27	21 201	21 488
Provisões líquidas de anulações	34	( 25 589)	( 2 319)
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	22	121 716	56 097
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	20, 21 e 23	1 890	2 772
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	25, 27 e 29	45 450	19 091
<b>Custos operacionais</b>		<b>328 381</b>	<b>271 089</b>
Alienação de subsidiárias e associadas	28	-	-
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>46 508</b>	<b>144 484</b>
<b>Impostos sobre o rendimento</b>			
Correntes	35	33 132	1 948
Diferidos	35	( 31 735)	7 629
		<b>1 397</b>	<b>9 577</b>
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>45 111</b>	<b>134 907</b>
Resultados por acção básicos (em euros)	15	0,03	0,11
Resultados por acção diluídos (em euros)	15	0,03	0,11

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas

## BANCO ESPÍRITO SANTO

### DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL DOS DOS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2012 E 2011

	(milhares de euros)	
	Período de 3 meses findo em	
	31.03.2012	31.03.2011
		Reexpresso
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>45 111</b>	<b>134 907</b>
<b>Outros movimentos</b>		
Activos financeiros disponíveis para venda		
Ganhos e perdas do período	64 958	( 27 283)
Reclassificação de ganhos e perdas incluídos em resultados do período	( 19 362)	( 38 884)
Impostos diferidos	26 609	( 8 864)
	<b>72 205</b>	<b>( 75 031)</b>
Pensões - regime transitório	( 2 689)	( 3 298)
Diferenças de câmbio	-	( 539)
	<b>69 516</b>	<b>( 78 868)</b>
<b>Total do rendimento Integral do período</b>	<b>114 627</b>	<b>56 039</b>

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

## BANCO ESPÍRITO SANTO, S.A.

**BALANÇO  
EM 31 DE MARÇO DE 2012 E 31 DE DEZEMBRO DE 2011**

	Notas	31.03.2012	31.12.2011	(milhares de euros)
<b>Activo</b>				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	16	867 441	481 371	
Disponibilidades em outras instituições de crédito	17	187 831	341 698	
Activos financeiros detidos para negociação	18	2 021 092	1 783 039	
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	19	2 100 392	1 969 331	
Activos financeiros disponíveis para venda	20	14 026 879	14 275 267	
Aplicações em instituições de crédito	21	6 851 789	7 928 825	
Crédito a clientes	22	38 923 635	39 115 887	
Investimentos detidos até à maturidade	23	782 514	830 077	
Derivados para gestão de risco	24	428 376	487 923	
Activos não correntes detidos para venda	25	859 757	767 742	
Outros activos tangíveis	26	366 613	371 947	
Activos intangíveis	27	114 131	118 242	
Investimentos em subsidiárias e associadas	28	1 754 702	1 754 708	
Activos por impostos correntes		838	1 872	
Activos por impostos diferidos	35	780 727	799 538	
Outros activos	29	2 808 012	3 059 174	
<b>Total de Activo</b>		<b>72 874 729</b>	<b>74 086 641</b>	
<b>Passivo</b>				
Recursos de bancos centrais	30	12 647 878	9 232 202	
Passivos financeiros detidos para negociação	18	1 531 123	1 605 217	
Recursos de outras instituições de crédito	31	9 608 153	11 139 698	
Recursos de clientes	32	32 000 586	31 179 373	
Responsabilidades representadas por títulos	33	7 937 805	10 163 659	
Passivos financeiros associados a activos transferidos		1 181 104	2 951 364	
Derivados para gestão de risco	24	103 819	155 741	
Provisões	34	547 667	581 105	
Passivos por impostos correntes		16 064	15 080	
Passivos por impostos diferidos	35	97 365	123 794	
Passivos subordinados	36	876 915	896 185	
Outros passivos	37	1 048 263	871 741	
<b>Total de Passivo</b>		<b>67 596 742</b>	<b>68 915 159</b>	
<b>Capital Próprio</b>				
Capital	38	4 030 232	4 030 232	
Prémios de emissão	38	1 075 738	1 076 522	
Acções próprias	38	( 908)	( 997)	
Outros instrumentos de capital	38	231 795	244 502	
Reservas, resultados transitados e outro rendimento integral	39	( 103 981)	( 45 688)	
Resultado líquido do exercício		45 111	( 133 089)	
<b>Total de Capital Próprio</b>		<b>5 277 987</b>	<b>5 171 482</b>	
<b>Total de Passivo e Capital Próprio</b>		<b>72 874 729</b>	<b>74 086 641</b>	

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

**BANCO ESPÍRITO SANTO, S.A.**

 DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO  
 DOS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2012, 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 31 DE MARÇO DE 2011

(milhares de euros)

	Capital	Prémios de emissão	Acções próprias	Outros Instrumentos de Capital	Reservas, resultados transitados e outro rendimento integral	Outras reservas, resultados transitados e outro rendimento integral	Total	Resultado líquido do exercício	Total do Capital Próprio
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2010 (reexpresso)</b>	3 500 000	1 080 257	-	868 193	8 241	( 127 397)	( 119 156)	298 804	5 628 098
Outro rendimento integral:									
Alterações de justo valor, líquidas de imposto	-	-	-	-	( 75 031)	-	( 75 031)	-	( 75 031)
Pensões - regime transitório	-	-	-	-	-	( 3 298)	( 3 298)	-	( 3 298)
Diferenças de câmbo	-	-	-	( 539)	-	-	-	-	( 539)
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	134 907	134 907
<b>Total do rendimento integral</b>	-	-	-	( 539)	( 75 031)	( 3 298)	( 78 329)	134 907	56 039
Custos com aumento de capital, líquido de impostos	-	1	-	-	-	-	-	-	1
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	151 849	151 849	( 151 849)	-
Dividendos de acções ordinárias (a)	-	-	-	-	-	-	-	( 146 955)	( 146 955)
Variação de acções próprias	-	-	( 997)	-	-	-	-	-	( 997)
Juros de outros instrumentos de capital (b)	-	-	-	-	-	( 6 048)	( 6 048)	-	( 6 048)
Outros movimentos	-	-	-	-	-	( 83)	( 83)	-	( 83)
<b>Saldo em 31 de Março de 2011</b>	3 500 000	1 080 258	( 997)	867 654	( 66 790)	15 023	( 51 767)	134 907	5 530 055
Outro rendimento integral:									
Alterações de justo valor, líquidas de imposto	-	-	-	-	( 92 906)	-	( 92 906)	-	( 92 906)
Desvios actuariais	-	-	-	-	-	22 908	22 908	-	22 908
Pensões - regime transitório	-	-	-	-	-	( 9 893)	( 9 893)	-	( 9 893)
Diferenças de câmbo	-	-	-	539	-	-	-	-	539
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	( 267 996)	( 267 996)
<b>Total do rendimento integral no período</b>	-	-	-	539	( 92 906)	13 015	( 79 891)	( 267 996)	( 347 348)
Aumento de capital	530 232	( 3 736)	-	( 437 893)	-	54 673	54 673	-	143 276
- emissão de 294 573 418 novas acções	530 232	-	-	-	-	-	-	-	530 232
- troca de instrumentos de capital	-	-	-	( 437 893)	-	54 673	54 673	-	( 383 220)
- custos com aumento de capital	-	( 3 736)	-	-	-	-	-	-	( 3 736)
Compra de Outros instrumentos de capital	-	-	-	( 185 798)	-	50 975	50 975	-	( 134 823)
Juros de outros instrumentos de capital (b)	-	-	-	-	-	( 6 376)	( 6 376)	-	( 6 376)
Dividendos de Outros instrumentos de capital	-	-	-	-	-	( 11 351)	( 11 351)	-	( 11 351)
Outros movimentos	-	-	-	-	-	( 1 951)	( 1 951)	-	( 1 951)
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2011</b>	4 030 232	1 076 522	( 997)	244 502	( 159 696)	114 008	( 45 688)	( 133 089)	5 171 482
Outro rendimento Integral:									
Alterações de justo valor, líquidas de imposto	-	-	-	-	72 205	-	72 205	-	72 205
Pensões - regime transitório	-	-	-	-	-	( 2 689)	( 2 689)	-	( 2 689)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	45 111	45 111
<b>Total de rendimento Integral no período</b>	-	-	-	-	72 205	( 2 689)	69 516	45 111	114 627
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	( 133 089)	( 133 089)	133 089	-
Compra de Outros instrumentos de capital	-	-	-	( 12 707)	-	6 528	6 528	-	( 6 179)
Custos com aumento de capital, líquido de impostos	-	( 784)	-	-	-	-	-	-	( 784)
Variação de acções próprias	-	-	89	-	-	-	-	-	89
Juros de outros instrumentos de capital (b)	-	-	-	-	-	( 1 251)	( 1 251)	-	( 1 251)
Outros movimentos	-	-	-	-	-	3	3	-	3
<b>Saldo em 31 de Março de 2012</b>	4 030 232	1 075 738	( 908)	231 795	( 87 491)	( 16 490)	( 103 981)	45 111	5 277 987

(a) Corresponde a um dividendo por acção de 0,126 pagos às acções em circulação em 2011

(b) Corresponde a um juro condicionado pago semestralmente e calculado com base numa taxa anual de 8,5% (para as emissões em euros) e de 8,0% (para as emissões em dólares) em relação às obrigações perpétuas subordinadas emitidas pelo BES (ver Nota 38).

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

**BANCO ESPÍRITO SANTO, S.A.**
**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA  
DOS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2012 E 2011**

	<b>Notas</b>	<b>31.03.2012</b>	<b>31.03.2011</b>	(milhares de euros)
<b>Fluxos de caixa de actividades operacionais</b>				
Juros e proveitos recebidos		785 969	683 004	
Juros e custos pagos		( 711 782)	( 647 550)	
Serviços e comissões recebidas		174 094	151 939	
Serviços e comissões pagas		( 51 268)	( 42 543)	
Recuperações de créditos		5 672	6 256	
Pagamentos de caixa a empregados e fornecedores		( 200 912)	( 236 327)	
		<b>1 773</b>	<b>( 85 221)</b>	
<i>Variação nos activos e passivos operacionais:</i>				
Aplicações em e Recursos de bancos centrais		3 252 565	1 769	
Activos financeiros ao justo valor através de resultados		( 446 844)	554 815	
Aplicações em instituições de crédito		1 428 376	4 646	
Recursos de instituições de crédito		(1 697 914)	1 054 675	
Crédito a clientes		(1 898 589)	192 382	
Recursos de clientes e outros empréstimos		813 777	(1 001 918)	
Derivados para gestão do risco		23 551	47 517	
Outros activos e passivos operacionais		448 848	( 518 309)	
<b>Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais, antes de impostos sobre os lucros</b>		<b>1 925 543</b>	<b>250 356</b>	
Impostos sobre os lucros pagos		( 1 973)	( 460)	
<b>Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais</b>		<b>1 923 570</b>	<b>249 896</b>	
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>				
Aquisição de investimentos em subsidiárias e associadas		-	( 9 101)	
Dividendos recebidos		36 021	131 431	
Compra de activos financeiros disponíveis para venda		(18 719 783)	(7 233 477)	
Venda de activos financeiros disponíveis para venda		19 189 898	8 107 632	
Investimentos detidos até à maturidade		45 008	122 583	
Compra de imobilizações		( 11 035)	( 8 223)	
Venda de imobilizações		8	1	
<b>Fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento</b>		<b>540 117</b>	<b>1 110 846</b>	
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>				
Compra de outros instrumentos de capital		( 12 707)	-	
Emissão de obrigações de caixa e outros passivos titulados		889 957	254 595	
Reembolso de obrigações de caixa e outros passivos titulados		(3 027 754)	(1 300 000)	
Reembolso de passivos subordinados		( 9 116)	-	
Acções próprias		89	( 539)	
Juros de outros instrumentos de capital		( 1 251)	( 997)	
Dividendos de acções ordinárias pagos		-	( 153 048)	
<b>Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento</b>		<b>(2 160 782)</b>	<b>(1 199 989)</b>	
<b>Variação líquida em caixa e seus equivalentes</b>		<b>302 905</b>	<b>160 753</b>	
<b>Caixa e equivalentes no início do período</b>		<b>701 525</b>	<b>609 048</b>	
Efeitos da alteração da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes		( 19 395)	( 12 876)	
Variação líquida em caixa e seus equivalentes		302 905	160 753	
<b>Caixa e equivalentes no fim do período</b>		<b>985 035</b>	<b>756 925</b>	
<b>Caixa e equivalentes engloba:</b>				
Caixa	16	163 206	130 327	
Disponibilidades em Bancos Centrais	16	704 235	356 058	
Disponibilidades em Bancos Centrais de natureza obrigatória		( 70 237)	( 140 846)	
Disponibilidades em outras instituições de crédito	17	187 831	411 386	
<b>Total</b>		<b>985 035</b>	<b>756 925</b>	

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

## Banco Espírito Santo, S.A.

### Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais intercalares em 31 de Março de 2012

(Montantes expressos em milhares de euros, excepto quando indicado)

#### NOTA 1 – ACTIVIDADE

O **Banco Espírito Santo, S.A. (Banco ou BES)** é um banco comercial com sede em Portugal, na Avenida da Liberdade, n.º 195, em Lisboa. Para o efeito possui as indispensáveis autorizações das autoridades portuguesas, bancos centrais e demais agentes reguladores para operar em Portugal e nos países onde actua através de sucursais financeiras internacionais.

As origens do BES remontam ao último quartel do século XIX, tendo iniciado a actividade como banco comercial em 1937, altura em que ocorreu a fusão do Banco Espírito Santo com o Banco Comercial de Lisboa da qual resultou o Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa. Por escritura pública de 6 de Julho de 1999 passou a adoptar a firma Banco Espírito Santo, S.A.

O BES é uma sociedade anónima que se encontra cotada na NYSE Euronext Lisbon.

Desde 1992 o BES faz parte do Grupo Espírito Santo, pelo que as suas demonstrações financeiras são consolidadas pela BESPAR SGPS, S.A., com sede na Rua de São Bernardo, n.º 62 em Lisboa e pela Espírito Santo Financial Group, S.A. (ESFG), com sede no Luxemburgo.

O BES dispõe de uma rede de 690 balcões (31 de Dezembro de 2011: 703), incluindo sucursais no exterior em Londres, Espanha, Nova Iorque, Nassau, Ilhas Caimão, Cabo Verde, Venezuela e Luxemburgo, e uma sucursal financeira exterior na Zona Franca da Madeira, para além de 13 escritórios de representação no estrangeiro.

## NOTA 2 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

### 2.1. Bases de apresentação

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro e do Aviso n.º 1/2005, do Banco de Portugal, as demonstrações financeiras do Banco Espírito Santo, S.A. (Banco ou BES) são preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), tal como definidas pelo Banco de Portugal.

As NCA traduzem-se na aplicação às demonstrações financeiras individuais das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia, com excepção de algumas matérias reguladas pelo Banco de Portugal, como a imparidade do crédito a clientes e o tratamento contabilístico relativo ao reconhecimento em resultados transitados dos ajustamentos das responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência apuradas na transição.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC), e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras individuais do BES agora apresentadas reportam-se ao período de três meses findos em 31 de Março de 2012 e foram preparadas de acordo com as NCA, as quais incluem os IFRS em vigor tal como adoptados na União Europeia até 31 de Março de 2012. As demonstrações financeiras intercalares agora apresentadas foram preparadas em conformidade com o IAS 34 – Relato Financeiro Intercalar e não incluem toda a informação requerida para as demonstrações financeiras completas anuais que serão apresentadas com referência a 31 de Dezembro de 2012.

As políticas contabilísticas utilizadas pelo Banco na preparação das suas demonstrações financeiras intercalares referentes a 31 de Março de 2012 são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras anuais com referência a 31 de Dezembro de 2011. Contudo, em Dezembro de 2011 o Banco alterou a sua política contabilística de reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais decorrentes dos planos de pensões de benefício definido tendo passado a registar os mesmos, conforme opção permitida pelo parágrafo 93A do IAS 19 ‘Benefícios a empregados’, como uma dedução a capitais próprios na rubrica de outro rendimento integral. Anteriormente a esta alteração, os desvios actuariais eram diferidos em balanço e reconhecidos em resultados com base no método do corredor previsto no parágrafo 92 do IAS 19. Os impactos desta alteração de política contabilística podem ser analisados na Nota 46.

As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de euros, arredondado ao milhar mais próximo. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros derivados, activos e passivos financeiros ao justo valor através dos resultados, activos financeiros disponíveis para venda e activos e passivos cobertos, na sua componente que está a ser objecto de cobertura.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as NCA requer que o Banco efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as actuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativos na preparação das demonstrações financeiras encontram-se analisadas na Nota 3.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 14 de Maio de 2012.

## 2.2. Operações em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transacção. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, excepto no que diz respeito às diferenças relacionadas com acções classificadas como activos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

## 2.3. Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

### Classificação

O Banco classifica como derivados para gestão do risco os (i) derivados de cobertura e (ii) os derivados contratados com o objectivo de efectuar a cobertura económica de certos activos e passivos designados ao justo valor através de resultados mas que não foram classificados como de cobertura.

Todos os restantes derivados são classificados como derivados de negociação.

## Reconhecimento e mensuração

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (*trade date*), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente em resultados do exercício, excepto no que se refere aos derivados de cobertura. O reconhecimento das variações de justo valor dos derivados de cobertura depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (*discounted cash flows*) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

## Contabilidade de cobertura

- Critérios de classificação

Os instrumentos financeiros derivados utilizados para fins de cobertura, podem ser classificados contabilisticamente como de cobertura desde que cumpram, cumulativamente, com as seguintes condições:

- (i) À data de início da transacção a relação de cobertura encontra-se identificada e formalmente documentada, incluindo a identificação do item coberto, do instrumento de cobertura e a avaliação da efectividade da cobertura;
- (ii) Existe a expectativa de que a relação de cobertura seja altamente efectiva, à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;
- (iii) A eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;
- (iv) Para operações de cobertura de fluxos de caixa os mesmos devem ser altamente prováveis de virem a ocorrer.

- Cobertura de justo valor (*fair value hedge*)

Numa operação de cobertura de justo valor de um activo ou passivo (*fair value hedge*), o valor de balanço desse activo ou passivo, determinado com base na respectiva política contabilística, é ajustado de forma a reflectir a variação do seu justo valor atribuível ao risco coberto. As variações do justo valor dos derivados de cobertura são reconhecidas em resultados, conjuntamente com as variações de justo valor dos activos ou dos passivos cobertos, atribuíveis ao risco coberto.

Se a cobertura deixar de cumprir com os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, o instrumento financeiro derivado é transferido para a carteira de negociação e a contabilidade de cobertura é descontinuada prospectivamente. Caso o activo ou passivo coberto corresponda a um instrumento de rendimento fixo, o ajustamento de revalorização é amortizado até à sua maturidade pelo método da taxa efectiva.

- Cobertura de fluxos de caixa (*cash flow hedge*)

Numa operação de cobertura da exposição à variabilidade de fluxos de caixa futuros de elevada probabilidade (*cash flow hedge*), a parte efectiva das variações de justo valor do derivado de cobertura é reconhecida em reservas, sendo transferida para resultados nos exercícios em que o respectivo item coberto afecta resultados. A parte inefectiva da cobertura é registada em resultados.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é vendido, ou quando a cobertura deixa de cumprir os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, as variações de justo valor do derivado acumuladas em reservas são reconhecidas em resultados quando a operação coberta também afectar resultados. Se for previsível que a operação coberta não se efectuará, os montantes ainda registados em capital próprio são imediatamente reconhecidos em resultados e o instrumento de cobertura é transferido para a carteira de negociação.

Durante o período coberto por estas demonstrações financeiras o Banco não detinha operações de cobertura classificadas como coberturas de fluxos de caixa.

### **Derivados embutidos**

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

### **2.4. Crédito a clientes**

O crédito a clientes inclui os empréstimos originados pelo Banco, cuja intenção não é a de venda no curto prazo, os quais são registados na data em que o montante do crédito é adiantado ao cliente.

O crédito a clientes só é despreconhecido do balanço quando (i) os direitos contratuais do Banco relativos aos respectivos fluxos de caixa expiram, (ii) o Banco transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, ou (iii) não obstante o Banco ter retido parte, mas não

substancialmente todos, os riscos e benefícios associados à sua detenção, o controlo sobre os activos foi transferido.

O crédito a clientes é reconhecido inicialmente pelo valor nominal não podendo ser reclassificado para as restantes categorias de activos financeiros.

O Banco, de acordo com a sua estratégia documentada de gestão do risco, contrata operações de derivados (derivados para gestão de risco) com o objectivo de efectuar a cobertura económica de certos riscos de determinados créditos a clientes, sem contudo apelar à contabilidade de cobertura tal como descrita na Nota 2.3. Nestas situações, o reconhecimento inicial de tais créditos é concretizado através da designação dos créditos ao justo valor através de resultados. Desta forma, é assegurada a consistência na valorização dos créditos e dos derivados (*accounting mismatch*). Esta prática está de acordo com a política contabilística de classificação, reconhecimento e mensuração de activos financeiros ao justo valor através de resultados descrita na Nota 2.5.

### Imparidade

O Banco avalia regularmente se existe evidência objectiva de imparidade na sua carteira de crédito. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso, num período posterior, o montante da perda estimada diminua.

Um crédito concedido a clientes, ou uma carteira de crédito concedido, definida como um conjunto de créditos com características de risco semelhantes, encontra-se em imparidade quando: (i) exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial e (ii) quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros desse crédito, ou carteira de créditos, que possa ser estimado com razoabilidade.

Inicialmente, o Banco avalia se existe individualmente para cada crédito evidência objectiva de imparidade. Para esta avaliação e na identificação dos créditos com imparidade numa base individual, o Banco utiliza a informação que alimenta os modelos de risco de crédito implementados e considera de entre outros os seguintes factores:

- a exposição global ao cliente e a existência de créditos em situação de incumprimento;
- a viabilidade económico-financeira do negócio do cliente e a sua capacidade de gerar meios capazes de responder aos serviços da dívida no futuro;
- a existência de credores privilegiados;
- a existência, natureza e o valor estimado dos colaterais;
- o endividamento do cliente com o sector financeiro;
- o montante e os prazos de recuperação estimados.

Caso para determinado crédito não exista evidência objectiva de imparidade numa óptica individual, esse crédito é incluído num grupo de créditos com características de risco de crédito semelhantes (carteira de crédito), o qual é avaliado colectivamente – análise da imparidade numa base colectiva. Os créditos que são avaliados individualmente e para os quais é identificada uma perda por imparidade não são incluídos na avaliação colectiva.

Caso seja identificada uma perda de imparidade numa base individual, o montante da perda a reconhecer corresponde à diferença entre o valor contabilístico do crédito e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do contrato. O crédito concedido é apresentado no balanço líquido da imparidade. Para um crédito com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respectiva perda de imparidade é a taxa de juro efectiva actual, determinada com base nas regras de cada contrato.

O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados de um crédito garantido reflecte os fluxos de caixa que possam resultar da recuperação e venda do colateral, deduzido dos custos inerentes com a sua recuperação e venda.

No âmbito da análise da imparidade numa base colectiva, os créditos são agrupados com base em características semelhantes de risco de crédito, em função da avaliação de risco definida pelo Banco. Os fluxos de caixa futuros para uma carteira de créditos, cuja imparidade é avaliada colectivamente, são estimados com base nos fluxos de caixa contratuais e na experiência histórica de perdas. A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar os fluxos de caixa futuros são revistos regularmente pelo Banco de forma a monitorizar as diferenças entre as estimativas de perdas e as perdas reais.

De acordo com as NCA, o valor dos créditos deve ser objecto de correcção, de acordo com critérios de rigor e prudência para que reflecta a todo o tempo o seu valor realizável. Esta correcção de valor (imparidade) não poderá ser inferior ao que for determinado de acordo com o Aviso n.º 3/95, do Banco de Portugal, o qual estabelece o quadro mínimo de referência para a constituição de provisões específicas e genéricas.

Quando o Banco considera que determinado crédito é incobrável e tenha sido reconhecida uma perda por imparidade de 100%, este é abatido ao activo.

## 2.5. Outros activos financeiros

### Classificação

O Banco classifica os seus outros activos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- Activos financeiros ao justo valor através dos resultados

Esta categoria inclui: (i) os activos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo ou que são detidos como parte integrante de uma carteira de activos, normalmente de títulos, em relação à qual existe evidência de actividades recentes conducentes à realização de ganhos de curto prazo, e (ii) os activos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

O Banco designa, no seu reconhecimento inicial, certos activos financeiros como ao justo valor através de resultados quando:

- tais activos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor;
- são contratadas operações de derivados com o objectivo de efectuar a cobertura económica desses activos, assegurando-se assim a consistência na valorização dos activos e dos derivados (*accounting mismatch*); ou
- tais activos financeiros contêm derivados embutidos.

A Nota 24 contém um sumário dos activos e passivos que foram designados ao justo valor através de resultados no momento do seu reconhecimento inicial.

Os produtos estruturados adquiridos pelo Banco que correspondem a instrumentos financeiros contendo um ou mais derivados embutidos, por se enquadrarem sempre numa das três situações acima descritas, seguem o método de valorização dos activos financeiros ao justo valor através de resultados.

- Investimentos detidos até à maturidade

Estes investimentos são activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, que o Banco tem intenção e capacidade de deter até à maturidade e que não são designados, no momento do seu reconhecimento inicial, como ao justo valor através de resultados ou como disponíveis para venda.

- Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que: (i) o Banco tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) que não se enquadram nas categorias anteriormente referidas.

### Reconhecimento e mensuração inicial e despreconhecimento

Aquisições e alienações de: (i) activos financeiros ao justo valor através dos resultados, (ii) investimentos detidos até à maturidade e (iii) activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos na data da negociação (*trade date*), ou seja, na data em que o Banco se compromete a adquirir ou alienar o activo.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

Estes activos são despreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais do Banco ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) o Banco tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o Banco tenha transferido o controlo sobre os activos.

### Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor através de resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os activos financeiros detidos para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas, até que os activos sejam despreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes activos são reconhecidas também em reservas, no caso de acções e outros instrumentos de capital, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efectiva, e os dividendos são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os investimentos detidos até à maturidade são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva e são deduzidos de perdas de imparidade.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (*bid-price*). Na ausência de cotação, o Banco estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções costumizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

### Transferências entre categorias

O Banco apenas procede à transferência de activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, da categoria de activos financeiros disponíveis para venda

para a categoria de activos financeiros detidos até à maturidade, desde que tenha a intenção e a capacidade de manter estes activos financeiros até à sua maturidade.

As transferências são efectuadas com base no justo valor dos activos transferidos, determinado na data da transferência. A diferença entre este justo valor e o respectivo valor nominal é reconhecida em resultados até à maturidade do activo, com base no método da taxa efectiva. A reserva de justo valor existente na data da transferência é também reconhecida em resultados com base no método da taxa efectiva.

### Imparidade

Em conformidade com as NCA, o Banco avalia regularmente se existe evidência objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os activos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para as acções e outros instrumentos de capital, uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu valor de mercado abaixo do custo de aquisição, e (ii) para os títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

No que se refere aos investimentos detidos até à maturidade, as perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do activo e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro. Estes activos são apresentados no balanço líquidos de imparidade. Caso estejamos perante um activo com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respectiva perda de imparidade é a taxa de juro efectiva actual, determinada com base nas regras de cada contrato. Em relação aos investimentos detidos até à maturidade, se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, e essa diminuição pode ser objectivamente relacionada com um evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda de imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício

até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital, em que as mais-valias subsequentes são reconhecidas em reservas.

## 2.6. Activos cedidos com acordo de recompra e empréstimos de títulos

Títulos vendidos com acordo de recompra (*repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de venda acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são desreconhecidos do balanço. O correspondente passivo é contabilizado em valores a pagar a outras instituições de crédito ou a clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de venda e o valor de recompra é tratada como juro e é diferida durante a vida do acordo, através do método da taxa efectiva.

Títulos comprados com acordo de revenda (*reverse repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de compra acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são reconhecidos no balanço, sendo o valor de compra registado como empréstimos a outras instituições de crédito ou clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de compra e o valor de revenda é tratada como juro e é diferido durante a vida do acordo, através do método da taxa efectiva.

Os títulos cedidos através de acordos de empréstimo não são desreconhecidos do balanço, sendo classificados e valorizados em conformidade com a política contabilística referida na Nota 2.5. Os títulos recebidos através de acordos de empréstimo não são reconhecidos no balanço.

## 2.7. Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem recursos de instituições de crédito e de clientes, empréstimos, responsabilidades representadas por títulos, outros passivos subordinados e vendas a descoberto.

Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, com a excepção das vendas a descoberto e dos passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, os quais são registadas ao justo valor.

O Banco designa, no seu reconhecimento inicial, certos passivos financeiros como ao justo valor através de resultados quando:

- são contratadas operações de derivados com o objectivo de efectuar a cobertura económica desses passivos, assegurando-se assim a consistência na valorização dos passivos e dos derivados (*accounting mismatch*); ou
- tais passivos financeiros contêm derivados embutidos.

Os produtos estruturados emitidos pelo Banco, por se enquadrarem sempre numa das situações acima descritas, seguem o método de valorização dos passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

O justo valor dos passivos cotados é o seu valor de cotação. Na ausência de cotação, o Banco estima o justo valor utilizando metodologias de avaliação considerando pressupostos baseados em informação de mercado, incluindo o próprio risco da entidade emitente.

Caso o Banco recompre dívida emitida esta é anulada do balanço e a diferença entre o valor de balanço do passivo e o valor de compra é registado em resultados.

## 2.8. Compensação de instrumentos financeiros

Activos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

## 2.9. Instrumentos de capital

Um instrumento é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Custos directamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transacção.

As distribuições efectuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

## 2.10. Activos não correntes detidos para venda

Activos não correntes ou grupos para alienação (grupo de activos a alienar em conjunto numa só transacção, e passivos directamente associados que incluem pelo menos um activo não corrente) são

classificados como detidos para venda quando o seu valor de balanço for recuperado principalmente através de uma transacção de venda (incluindo os adquiridos exclusivamente com o objectivo da sua venda), os activos ou grupos para alienação estiverem disponíveis para venda imediata e a venda for altamente provável.

Imediatamente antes da classificação inicial do activo (ou grupo para alienação) como detido para venda, a mensuração dos activos não correntes (ou de todos os activos e passivos do Banco) é efectuada de acordo com os IFRS aplicáveis. Subsequentemente, estes activos ou grupos para alienação são remensurados ao menor valor entre o valor de reconhecimento inicial e o justo valor deduzido dos custos de venda.

No decurso da sua actividade corrente de concessão de crédito o Banco incorre no risco de não conseguir que todo o seu crédito seja reembolsado. No caso de créditos com colateral de hipoteca, o Banco procede à execução das mesmas recebendo imóveis e outros bens em dação para liquidação do crédito concedido. Por força do disposto no Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF) os bancos estão impedidos de adquirir imóveis que não sejam indispensáveis à sua instalação e funcionamento (nº1 do artigo 112º do RGICSF) podendo, no entanto, adquirir imóveis por reembolso de créditos devendo alienar os mesmos num prazo de 2 anos o qual, havendo motivo fundado, poderá ser prorrogado pelo Banco de Portugal, nas condições que este determinar (art.114º do RGICSF).

O Banco tem como objectivo a venda de todos os imóveis recebidos em dação. Estes imóveis são classificados como activos não correntes detidos para venda sendo registados no seu reconhecimento inicial pelo menor de entre o seu justo valor deduzido dos custos esperados de venda e o valor de balanço do crédito concedido objecto de recuperação. Subsequentemente, estes activos são mensurados ao menor de entre o valor de reconhecimento inicial e o justo valor deduzido dos custos de venda e não são amortizados. As perdas não realizadas com estes activos, assim determinadas, são registadas em resultados.

As avaliações destes imóveis são efectuadas de acordo com uma das seguintes metodologias, aplicadas de acordo com a situação específica do bem:

a) Método de Mercado

O Critério da Comparação de Mercado tem por referência valores de transacção de imóveis semelhantes e comparáveis ao imóvel objecto de estudo obtido através de prospecção de mercado realizada na zona.

b) Método do Rendimento

Este método tem por finalidade estimar o valor do imóvel a partir da capitalização da sua renda líquida, actualizado para o momento presente, através do método dos fluxos de caixa descontados.

c) Método do Custo

O Método de Custo é um critério que decompõe o valor da propriedade nas suas componentes fundamentais: Valor do Solo Urbano e o Valor da Urbanidade; Valor da Construção; e Valor de Custos Indirectos.

As avaliações realizadas são conduzidas por entidades independentes especializadas neste tipo de serviços. Os relatórios de avaliação são analisados internamente com aferição da adequação dos processos, comparando os valores de venda com os valores reavaliados.

## 2.11. Outros activos tangíveis

Os outros activos tangíveis do Banco encontram-se valorizados ao custo deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade. Na data da transição para as NCA, 1 de Janeiro de 2004, o Banco elegeu considerar como custo o valor reavaliado dos outros activos tangíveis, conforme determinado de acordo com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparável numa perspectiva geral ao custo depreciado mensurado de acordo com as NCA, ajustado por forma a reflectir as alterações no índice geral de preços. O custo inclui despesas que são directamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos subsequentes com os outros activos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Banco. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os terrenos não são amortizados. As amortizações dos outros activos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de amortização que reflectem a vida útil esperada dos bens:

	<b>Número de anos</b>
Imóveis de serviço próprio	35 a 50
Beneficiações em edifícios arrendados	10
Equipamento informático	4 a 5
Mobiliário e material	4 a 10
Instalações interiores	5 a 12
Equipamento de segurança	4 a 10
Máquinas e ferramentas	4 a 10
Material de transporte	4
Outro equipamento	5

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

## 2.12. Activos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição, produção e desenvolvimento de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pelo Banco necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos a qual se situa normalmente entre 3 e 6 anos.

Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis. Estes custos incluem despesas com os empregados das empresas do Grupo especializadas em informática enquanto estiverem directamente afectos aos projectos em causa.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

## 2.13. Locações

O Banco classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

### Locações operacionais

Os pagamentos efectuados pelo Banco à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

### Locações financeiras

- Como locatário

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela

amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

- Como locador

Os contratos de locação financeira são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor equivalente ao investimento líquido realizado nos bens locados.

Os juros incluídos nas rendas debitadas aos clientes são registados como proveitos enquanto que as amortizações de capital, também incluídas nas rendas, são deduzidas ao valor do crédito concedido a clientes. O reconhecimento dos juros reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

## 2.14. Benefícios aos empregados

### Pensões

Decorrente da assinatura do Acordo Colectivo de Trabalho (ACT) e subsequentes alterações decorrentes dos 3 acordos tripartidos conforme descritos na Nota 13, o Banco constituiu fundos de pensões e outros mecanismos tendo em vista assegurar a cobertura das responsabilidades assumidas para com pensões de reforma por velhice, invalidez, sobrevivência e ainda por cuidados médicos.

A cobertura das responsabilidades é assegurada, para a generalidade das empresas do Grupo, através de fundos de pensões geridos pela ESAF – Espírito Santo Fundos de Pensões, S.A., subsidiária do Grupo.

Os planos de pensões existentes no Banco correspondem a planos de benefícios definidos, uma vez que definem os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais factores como sejam a idade, anos de serviço e retribuição.

À luz do IFRS 1, o Banco optou por aplicar retrospectivamente o IAS 19, tendo efectuado o recalcular dos ganhos e perdas actuariais que podem ser diferidos em balanço de acordo com o método do corredor preconizado nesta norma e utilizado na preparação das demonstrações financeiras até ao corrente exercício. Em 2011, e conforme descrito na Nota 46, o Banco alterou retrospectivamente a sua política contabilística de reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais, ajustando o balanço de abertura e os valores comparativos, tendo passado a registar os mesmos, conforme opção permitida pelo parágrafo 93A do IAS 19 ‘Benefícios a empregados’, como uma dedução a capitais próprios na rubrica de outro rendimento integral.

As responsabilidades do Banco com pensões de reforma são calculadas semestralmente, em 31 de Dezembro e 30 de Junho de cada ano, individualmente para cada plano, com base no Método da Unidade

de Crédito Projectada, sendo sujeitas a uma revisão anual por actuários independentes. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a emissões de obrigações de empresas de alta qualidade, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

A taxa de rendimento esperada é baseada nos pressupostos de rentabilidade de longo prazo para cada classe de activos que compõem a carteira dos fundos de pensões e pondera a estratégia de investimento determinada para estes fundos.

Os ganhos e perdas actuariais determinados semestralmente, resultantes (i) das diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados (ganhos e perdas de experiência) e (ii) das alterações de pressupostos actuariais, são reconhecidos por contrapartida de capital próprio na rubrica de outro rendimento integral.

Os custos com serviços passados associados à introdução de um plano de benefício definido ou de alterações introduzidas nos planos existentes, são diferidos durante o período até que os mesmos se tornam de direito adquirido.

Em cada período o Banco reconhece como um custo na sua demonstração de resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o custo dos juros, (iii) o rendimento esperado dos activos do fundo, (iv) o efeito das reformas antecipadas, e (v) os efeitos de qualquer liquidação ou corte ocorridos no período. Os encargos com reformas antecipadas correspondem ao aumento de responsabilidades decorrente da reforma ocorrer antes do empregado atingir os 65 anos de idade.

O Banco efectua pagamentos aos fundos de forma a assegurar a solvência dos mesmos, sendo os níveis mínimos fixados pelo Banco de Portugal como segue: (i) financiamento integral no final de cada exercício das responsabilidades actuariais por pensões em pagamento e (ii) financiamento a um nível mínimo de 95% do valor actuarial das responsabilidades por serviços passados do pessoal no activo.

Semestralmente, o Banco avalia, para cada plano, a recuperabilidade do eventual excesso do fundo em relação às responsabilidades com pensões de reforma, tendo por base a expectativa de redução em futuras contribuições necessárias.

No âmbito da preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCA, o reconhecimento do impacto apurado com referência a 31 de Dezembro de 2004, decorrente da transição para as NCA, que anteriormente estava a ser amortizado linearmente até 31 de Dezembro de 2010 passou, com o Aviso n.º 7/2008 do Banco de Portugal, a ser amortizado por um período adicional de 3 anos até 31 de Dezembro de 2012, com excepção da parte referente a responsabilidades relativas a cuidados médicos pós-emprego e a

alterações de pressupostos relativos à tábua de mortalidade, para a qual esse plano de amortização pode ter a duração de sete anos.

Adicionalmente, e de acordo com o Aviso n.º 12/2005, do Banco de Portugal, para efeitos da preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCA, o acréscimo de responsabilidades resultante das alterações dos pressupostos actuariais relativos à tábua de mortalidade efectuados posteriormente a 1 de Janeiro de 2005 é adicionado ao limite do corredor.

### **Benefícios de saúde**

Aos trabalhadores bancários é assegurada pelo Banco a assistência médica através de um Serviço de Assistência Médico-Social. O Serviço de Assistência Médico-Social – SAMS – constitui uma entidade autónoma e é gerido pelo Sindicato respectivo.

O SAMS proporciona, aos seus beneficiários, serviços e/ou comparticipações em despesas no domínio de assistência médica, meios auxiliares de diagnóstico, medicamentos, internamentos hospitalares e intervenções cirúrgicas, de acordo com as suas disponibilidades financeiras e regulamentação interna.

Constituem contribuições obrigatórias para os SAMS, a cargo do Banco, a verba correspondente a 6,50% do total das retribuições efectivas dos trabalhadores no activo, incluindo, entre outras, o subsídio de férias e o subsídio de Natal.

O cálculo e registo das obrigações do Banco com benefícios de saúde atribuíveis aos trabalhadores na idade da reforma são efectuados de forma semelhante às responsabilidades com pensões. Estes benefícios estão cobertos pelo Fundo de Pensões que passou a integrar todas as responsabilidades com pensões e benefícios de saúde.

No âmbito da preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCA, o reconhecimento do impacto apurado com referência a 31 de Dezembro de 2004, decorrente da transição para as NCA, que anteriormente estava a ser amortizado linearmente até 31 de Dezembro de 2011 passou, com o Aviso n.º 7/2008 do Banco de Portugal, a ser amortizado por um período adicional de 3 anos até 31 de Dezembro de 2014.

### **Prémios de antiguidade**

No âmbito do Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário, o Banco assumiu o compromisso de pagar aos seus trabalhadores, quando estes completam 15, 25 e 30 anos ao serviço do Banco, prémios de antiguidade de valor correspondente a uma, duas ou três vezes, respectivamente, o salário mensal recebido à data de pagamento destes prémios.

À data da passagem à situação de invalidez ou invalidez presumível, o trabalhador tem direito a um prémio por antiguidade de valor proporcional àquele de que beneficiaria se continuasse ao serviço até reunir os pressupostos do escalão seguinte.

Os prémios de antiguidade são contabilizados pelo Banco de acordo com o IAS 19, como outros benefícios de longo prazo a empregados.

O valor das responsabilidades do Banco com estes prémios por antiguidade é estimado semestralmente, à data do balanço, pelo Banco com base no Método da Unidade de Crédito Projectada. Os pressupostos actuariais utilizados baseiam-se em expectativas de futuros aumentos salariais e tábuas de mortalidade. A taxa de desconto utilizada neste cálculo foi determinada com base na mesma metodologia descrita nas pensões de reforma.

Em cada período, o aumento da responsabilidade com prémios por antiguidade, incluindo ganhos e perdas actuariais e custos de serviços passados, é reconhecido em resultados.

#### **Plano de Pagamento de Remuneração Variável (PPRV)**

O BES estabeleceu um sistema de incentivos denominado Plano de Pagamento de Remuneração Variável (PPRV – 2008/2011), que terminou no primeiro semestre de 2011.

Ao abrigo deste plano de incentivos, os colaboradores do BES tinham o direito a um recebimento em dinheiro, no futuro, correspondente à apreciação do valor das acções do BES acima de um determinado preço pré-estabelecido (*strike price*). Para tal, os colaboradores tinham de permanecer ao serviço do Banco por um período mínimo de 3 anos.

Este plano de pagamentos de remuneração variável enquadrava-se no âmbito do IFRS 2 – Pagamento com base em acções e correspondia a um pagamento em dinheiro baseado em acções. O justo valor deste benefício, determinado na data da sua atribuição, foi imputado a resultados, como custo com pessoal, ao longo do período de serviço dos 3 anos definido para o programa. O passivo resultante era reavaliado à data de cada balanço, sendo a variação de justo valor reconhecida em resultados na rubrica de lucros/prejuízos de operações financeiras.

#### **Plano de Remuneração Variável em Instrumentos Financeiros (PRVIF)**

Na sequência de recomendações das entidades de Supervisão e Regulamentação, a Assembleia Geral de Accionistas de 6 de Abril de 2010 aprovou uma nova política de remuneração para os membros da Comissão Executiva. Esta política consiste em atribuir aos referidos membros uma remuneração fixa, que deve representar aproximadamente 45% do total, e uma componente variável que deve rondar os 55%. A

remuneração variável deverá ter duas componentes: uma associada ao desempenho de curto prazo e uma outra ao desempenho de médio prazo. Metade da componente de curto prazo deverá ser paga em numerário e os restantes 50% deverá ser paga durante um período de três anos, devendo metade destes pagamentos ser realizada em dinheiro e a parte restante através da atribuição de acções. A componente de médio prazo tem associada um programa de opções sobre acções com o exercício das opções fixado a três anos da data da sua atribuição.

A execução do PRVIF no que respeita ao total das remunerações em dinheiro, número de acções e de opções a atribuir a cada elemento da Comissão Executiva é fixado através de deliberações da Comissão de Vencimentos.

No que respeita à modalidade de atribuição de acções do PRVIF, as mesmas são entregues aos beneficiários de forma diferida ao longo de um período de três anos (1º ano: 33%; 2º ano: 33%; 3º ano: 34%) e está condicionado à verificação de uma Rendibilidade de Capitais Próprios (ROE) igual ou superior a 5%.

Relativamente à modalidade de atribuição de opções, estas são atribuídas aos beneficiários, igualmente pela Comissão de Vencimentos, sendo o preço de exercício igual à média aritmética simples das cotações de fecho das acções do BES na *NYSE Euronext Lisbon* ao longo de 20 dias úteis anteriores ao dia de atribuição das opções, acrescida de 10%. As opções só podem ser exercidas na maturidade, podendo o beneficiário decidir-se pela liquidação física ou pela liquidação financeira das opções.

O PRVIF prevê a possibilidade da atribuição de opções sobre acções do BES aos seus quadros de topo, entendidos como os directores gerais, os assessores do Conselho de Administração e os directores coordenadores. As opções são atribuídas pelo Conselho de Administração aos beneficiários em moldes idênticos ao referido para o programa de opções dos membros da Comissão Executiva.

O PRVIF é contabilizado de acordo com as regras aplicáveis (IFRS 2 e IAS 19).

### **Remunerações variáveis aos empregados (participação nos lucros)**

De acordo com o IAS 19 – Benefícios dos empregados, as remunerações variáveis (participação nos lucros) atribuídas aos empregados e, eventualmente, aos membros executivos dos órgãos de administração, são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

#### **2.15. Impostos sobre lucros**

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida

dos capitais próprios. Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda e de derivados de cobertura de fluxos de caixa são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se revertem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de activos e passivos que não afectem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias na medida em que não seja provável que se revertam no futuro. Os impostos diferidos activos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

## 2.16. Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) o Banco tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

São reconhecidas provisões para reestruturação quando o Banco tenha aprovado um plano de reestruturação formal e detalhado e tal reestruturação tenha sido iniciada ou anunciada publicamente.

Uma provisão para contratos onerosos é reconhecida quando os benefícios esperados de um contrato formalizado sejam inferiores aos custos que inevitavelmente o Banco terá de incorrer de forma a cumprir as obrigações dele decorrentes. Esta provisão é mensurada com base no valor actual do menor de entre os custos de terminar o contrato ou os custos líquidos estimados resultantes da sua continuação.

## 2.17. Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e de activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou

juros e custos similares, utilizando o método da taxa efectiva. Os juros dos activos e passivos financeiros ao justo valor através dos resultados são também incluídos na rubrica de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, respectivamente.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro. A taxa de juro efectiva é estabelecida no reconhecimento inicial dos activos e passivos financeiros e não é revista subsequentemente.

Para o cálculo da taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transacção. No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em juros e proveitos equiparados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

No que se refere aos instrumentos financeiros derivados, com excepção daqueles classificados como derivados para gestão de risco (ver Nota 2.3), a componente de juro inerente à variação de justo valor não é separada e é classificada na rubrica de resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados. A componente de juro inerente à variação de justo valor dos instrumentos financeiros derivados para gestão do risco é reconhecida nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares.

## 2.18. Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um acto significativo, como por exemplo comissões na sindicação de empréstimos, são reconhecidos em resultados quando o acto significativo tiver sido concluído.
- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no exercício a que se referem.
- Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efectiva.

## 2.19. Reconhecimento de dividendos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando o direito de receber o seu pagamento é estabelecido.

## 2.20. Reporte por segmentos

De acordo com o parágrafo 4 do IFRS 8 – Segmentos Operacionais, o Banco está dispensado de apresentar o reporte por segmentos em base individual, uma vez que as demonstrações financeiras individuais são apresentadas conjuntamente com as demonstrações financeiras consolidadas.

## 2.21. Resultados por acção

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível aos accionistas do Banco pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação, excluindo o número médio de acções próprias detidas pelo Banco.

Para o cálculo dos resultados por acção diluídos, o número médio ponderado de acções ordinárias em circulação é ajustado de forma a reflectir o efeito de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras, como as resultantes de dívida convertível e de opções sobre acções próprias concedidas aos trabalhadores. O efeito da diluição traduz-se numa redução nos resultados por acção, resultante do pressuposto de que os instrumentos convertíveis são convertidos ou de que as opções concedidas são exercidas.

## 2.22. Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição/contratação, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em Bancos Centrais e outras instituições de crédito.

A caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto de Bancos Centrais.

## NOTA 3 – PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As NCA estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efectue julgamentos e faça estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Banco são discutidas nesta nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados do Banco e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Banco é apresentada na Nota 2 às demonstrações financeiras.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pelo Banco poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Banco e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

### 3.1. Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

O Banco determina que existe imparidade nos seus activos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor ou quando prevê existir um impacto nos fluxos de caixa futuros dos activos. Esta determinação requer julgamento, no qual o Banco recolhe e avalia toda a informação relevante à formulação da decisão, nomeadamente a volatilidade normal dos preços dos instrumentos financeiros. Para o efeito e em consequência da forte volatilidade dos mercados, consideraram-se os seguintes parâmetros como *triggers* da existência de imparidade:

- (i) Títulos de capital: desvalorização continuada ou de valor significativo no seu valor de mercado face ao valor de aquisição;
- (ii) Títulos de dívida: sempre que exista evidência objectiva de eventos com impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros destes activos.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado (*mark to market*) ou de modelos de avaliação (*mark to model*) os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

A utilização de metodologias alternativas e de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Banco.

### **3.2. Justo valor dos instrumentos financeiros derivados**

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes semelhantes e realizadas em condições de mercado, ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

### **3.3. Perdas por imparidade no crédito sobre clientes**

O Banco efectua uma revisão periódica da sua carteira de crédito de forma a avaliar a existência de imparidade, conforme referido na Nota 2.4, tendo como referência os níveis mínimos exigidos pelo Banco de Portugal através do Aviso n.º 3/95.

O processo de avaliação da carteira de crédito de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui factores como a frequência de incumprimento, notações de risco, taxas de recuperação das perdas e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros quer do momento do seu recebimento.

A utilização de metodologias alternativas e de outros pressupostos e estimativas poderia resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Banco.

### **3.4 Investimentos detidos até à maturidade**

O Banco classifica os seus activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas como investimentos detidos até à maturidade, de acordo com os requisitos do IAS 39. Esta classificação requer um nível de julgamento significativo.

No julgamento efectuado, o Banco avalia a sua intenção e capacidade de deter estes investimentos até à maturidade. Caso o Banco não detenha estes investimentos até à maturidade, excepto em circunstâncias específicas – por exemplo, alienar uma parte não significativa perto da maturidade – é requerida a reclassificação de toda a carteira para activos financeiros disponíveis para venda, com a sua consequente mensuração ao justo valor e não ao custo amortizado.

Os activos detidos até à maturidade são objecto de teste sobre a existência de imparidade, o qual segue uma análise e decisão do Banco. A utilização de metodologias e pressupostos diferentes dos usados nos cálculos efectuados poderia ter impactos diferentes em resultados.

### 3.5. Impostos sobre os lucros

O Banco encontra-se sujeito ao pagamento de impostos sobre lucros em diversas jurisdições. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pelo Banco, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que hajam correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração do Banco, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

### 3.6. Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

**NOTA 4 – MARGEM FINANCEIRA**

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	Período de três meses findo em	
	31.03.2012	31.03.2011
<b>Juros e proveitos similares</b>		
Juros de crédito	464 820	403 123
Juros de activos financeiros ao justo valor através de resultados	22 466	16 179
Juros de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	61 601	53 423
Juros de activos financeiros disponíveis para venda	130 560	62 103
Juros de investimentos detidos até à maturidade	5 804	11 240
Juros de derivados para gestão de risco	136 837	130 459
Outros juros e proveitos similares	<u>5 697</u>	<u>3 224</u>
	<b>827 785</b>	<b>679 751</b>
<b>Juros e custos similares</b>		
Juros de responsabilidades representadas por títulos	129 030	124 078
Juros de recursos de clientes	244 112	167 498
Juros de recursos de bancos centrais e instituições de crédito	134 046	111 739
Juros de derivados para gestão de risco	115 650	108 804
Juros de passivos subordinados	13 719	24 917
Outros juros e custos similares	<u>3 461</u>	<u>2 798</u>
	<b>640 018</b>	<b>539 834</b>
	<b>187 767</b>	<b>139 917</b>

As rubricas de proveitos e custos relativos a Juros dos derivados para gestão de risco incluem, de acordo com a política contabilística descrita nas Notas 2.3 e 2.17, os juros dos derivados de cobertura e os juros dos derivados contratados com o objectivo de efectuar a cobertura económica de determinados activos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, conforme políticas contabilísticas descritas nas Notas 2.4, 2.5 e 2.7.

## NOTA 5 – RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	<b>Período de três meses findo em</b>	
	<b>31.03.2012</b>	<b>31.03.2011</b>
Dividendos de empresas subsidiárias e associadas	137	130 848
Dividendos de activos financeiros disponíveis para venda	35 884	583
	<b>36 021</b>	<b>131 431</b>

## NOTA 6 – RESULTADOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	<b>Período de três meses findo em</b>	
	<b>31.03.2012</b>	<b>31.03.2011</b>
<b>Rendimentos de serviços e comissões</b>		
Por serviços bancários prestados	82 438	78 733
Por garantias prestadas	44 727	33 438
Por operações realizadas com títulos	1 074	851
Por compromissos perante terceiros	9 698	10 798
Outros rendimentos de serviços e comissões	22 888	15 738
	<b>160 825</b>	<b>139 558</b>
<b>Encargos com serviços e comissões</b>		
Por serviços bancários prestados por terceiros	16 419	14 088
Por operações realizadas com títulos	2 320	2 752
Por garantias recebidas	29 585	15 816
Outros encargos com serviços e comissões	1 556	6 630
	<b>49 880</b>	<b>39 286</b>
	<b>110 945</b>	<b>100 272</b>

Em 31 de Março de 2012, a rubrica de encargos por garantias recebidas inclui um valor de 12,6 milhões de euros relativo a comissões suportadas com a garantia prestada pelo Estado Português na emissão de obrigações (ver Nota 33).

## NOTA 7 – RESULTADOS DE ACTIVOS E PASSIVOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

O valor desta rubrica é composto por:

	Período de três meses findo em					
	31.03.2012			31.03.2011		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
<b>Títulos detidos para negociação</b>						
Títulos						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	46 758	143	46 615	3 503	11 600	( 8 097)
De outros emissores	498	647	( 149)	1 857	704	1 153
Acções	4 543	1 439	3 104	290	35	255
Outros títulos de rendimento variável	-	-	-	-	41	( 41)
	<b>51 799</b>	<b>2 229</b>	<b>49 570</b>	<b>5 650</b>	<b>12 380</b>	<b>( 6 730)</b>
Instrumentos financeiros derivados						
Contratos sobre taxas de câmbio	120 460	140 977	( 20 517)	334 188	378 989	( 44 801)
Contratos sobre taxas de juro	990 176	989 842	334	943 653	1 025 165	( 81 512)
Contratos sobre acções/índices	154 494	146 221	8 273	684 201	692 157	( 7 956)
Contratos sobre créditos	167 026	172 582	( 5 556)	95 669	92 030	3 639
Outros	5 098	4 832	266	177 566	173 392	4 174
	<b>1 437 254</b>	<b>1 454 454</b>	<b>( 17 200)</b>	<b>2 235 277</b>	<b>2 361 733</b>	<b>( 126 456)</b>
	<b>1 489 053</b>	<b>1 456 683</b>	<b>32 370</b>	<b>2 240 927</b>	<b>2 374 113</b>	<b>( 133 186)</b>
<b>Activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados</b>						
Títulos						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	6 527	-	6 527	-	-	-
De outros emissores	3 031	9 016	( 5 985)	54 983	43 512	11 471
Acções	1 512	-	1 512	1 304	-	1 304
Outros títulos de rendimento variável	27 600	45 614	( 18 014)	70 596	80 581	( 9 985)
	<b>38 670</b>	<b>54 630</b>	<b>( 15 960)</b>	<b>126 883</b>	<b>124 093</b>	<b>2 790</b>
Outros Activos financeiros <sup>(1)</sup>	1 057	1 807	( 750)	3 843	9 875	( 6 032)
Passivos financeiros <sup>(1)</sup>	33 270	52 565	( 19 295)	172 422	66 494	105 928
	<b>72 997</b>	<b>109 002</b>	<b>( 36 005)</b>	<b>172 422</b>	<b>66 494</b>	<b>102 686</b>
	<b>1 562 050</b>	<b>1 565 685</b>	<b>( 3 635)</b>	<b>2 413 349</b>	<b>2 440 607</b>	<b>( 30 500)</b>

(1) inclui a variação de justo valor de activos/passivos objecto de cobertura ou ao *fair value option*

Em 31 de Março de 2012, esta rubrica inclui um efeito negativo de 0,1 milhões de euros (31 de Março de 2011: efeito positivo de 14,5 milhões de euros) relativo à variação de valor de passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados atribuível ao risco de crédito do Banco.

## NOTA 8 – RESULTADOS DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

O valor desta rubrica é composto por:

	Período de três meses findo em						(milhares de euros)	
	31.03.2012			31.03.2011				
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total		
<b>Obrigações e outros títulos de rendimento fixo</b>								
De emissores públicos	36 024	897	35 127	4 593	389	4 204		
De outros emissores	2 608	10 633	( 8 025)	2 476	28 475	( 25 999)		
Acções	1 153	7 140	( 5 987)	64 337	2 055	62 282		
Outros títulos de rendimento variável	3 555	2 303	1 252	339	313	26		
	<b>43 340</b>	<b>20 973</b>	<b>22 367</b>	<b>71 745</b>	<b>31 232</b>	<b>40 513</b>		

Durante os primeiros três meses de 2012, o BES alienou em bolsa e a preços de mercado 32 milhões de acções da EDP tendo obtido uma menos-valia de 7,1 milhões de euros.

As transacções com partes relacionadas encontram-se descritas na Nota 41.

## NOTA 9 – RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

O valor desta rubrica é composto por:

	Período de três meses findo em						(milhares de euros)	
	31.03.2012			31.03.2011				
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total		
<b>Reavaliação cambial</b>								
Reavaliação cambial	149 739	152 663	( 2 924)	1 665 409	1 636 078	29 331		
	<b>149 739</b>	<b>152 663</b>	<b>( 2 924)</b>	<b>1 665 409</b>	<b>1 636 078</b>	<b>29 331</b>		

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.2.

## NOTA 10 – RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	<b>Período de três meses findo em</b>	
	<b>31.03.2012</b>	<b>31.03.2011</b>
Créditos a clientes ( <i>deleverage</i> )	-	( 26 341)
Activos não correntes detidos para venda	( 1 569)	( 936)
Outros	( 2 773)	3 781
	<b>( 4 342)</b>	<b>( 23 496)</b>

Em 31 de Março de 2011, a rubrica de Crédito a clientes inclui uma perda de 26,3 milhões de euros relativa à venda de 739,6 milhões de créditos realizada no âmbito da estratégia de redução de activos do Banco (*deleverage*).

## NOTA 11 – OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	<b>Período de três meses findo em</b>	
	<b>31.03.2012</b>	<b>31.03.2011</b>
<b>Outros proveitos / (custos) de exploração</b>		
Prestação de serviços diversos	3 534	3 126
Ganhos na aquisição de dívida emitida pelo Banco (ver Notas 33 e 36)	41 218	28 418
Proveitos não recorrentes em operações de crédito	5 672	6 256
Serviços não recorrentes de consultoria	1 993	1 063
Impostos directos e indirectos	( 8 079)	( 8 512)
Contribuições para o fundo de garantia de depósitos	( 1 618)	( 1 168)
Quotizações e donativos	( 1 624)	( 1 442)
Outros	( 12 406)	364
	<b>28 690</b>	<b>28 105</b>

Os impostos directos e indirectos incluem 7,4 milhões de euros relativos ao custo relacionado com a Contribuição sobre o Sector Bancário (31 de Março de 2011: 7,2 milhões de Euros), criada através da Lei nº55-A/2010, de 31 de Dezembro (ver Nota 35).

## NOTA 12 – CUSTOS COM PESSOAL

O valor dos custos com pessoal é composto por:

	(milhares de euros)	
	<b>Período de três meses findo em</b>	
	<b>31.03.2012</b>	<b>31.03.2011</b>
Vencimentos e salários	65 296	68 902
Remunerações	64 383	68 043
Prémios por antiguidade (ver Nota 13)	913	859
Encargos sociais obrigatórios	17 085	17 690
Custos com benefícios pós emprego (ver Nota 13)	1 880	5 203
Outros custos	3 747	1 972
	<b>88 008</b>	<b>93 767</b>

Incluído em outros custos encontra-se o valor de 376 milhares de euros de remunerações variáveis atribuídas no âmbito do Plano de Remuneração Variável em Instrumentos Financeiros – PRVIF (31 de Março de 2011: 967 milhares de euros). O detalhe deste plano é analisado na Nota 13.

Em 31 de Março de 2012, o número de colaboradores do Banco é de 6 726 (31 de Março de 2011: 6 784).

## NOTA 13 – BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

### *Pensões de reforma e benefícios de saúde*

Em conformidade com o Acordo Colectivo de Trabalho (ACT) celebrado com os sindicatos e vigente para o sector bancário, o Banco assumiu o compromisso de conceder aos seus empregados, ou às suas famílias, prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência. Estas prestações consistem numa percentagem, crescente em função do número de anos de serviço do empregado, aplicada à tabela salarial negociada anualmente para o pessoal no activo. Estão abrangidos por este benefício os empregados admitidos até 31 de Março de 2008. As novas admissões a partir daquela data beneficiam do regime geral da Segurança Social.

Adicionalmente, com a publicação do Decreto-Lei n.º 1-A / 2011, de 3 de Janeiro, todos os trabalhadores bancários beneficiários da CAFEB – Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários foram integrados no Regime Geral de Segurança Social a partir de 1 de Janeiro de 2011, que passou a assegurar a protecção dos colaboradores nas eventualidades de maternidade, paternidade e adopção e ainda de velhice, permanecendo sob a responsabilidade dos bancos a protecção na doença, invalidez, sobrevivência e morte.

As pensões de reforma dos bancários integrados na Segurança Social no âmbito do 2.º acordo tripartido continuam a ser calculadas conforme o disposto no ACT e restantes convenções, havendo contudo lugar a uma pensão a receber do Regime Geral, cujo montante tem em consideração os anos de descontos

para este regime. Aos bancos compete assegurar a diferença entre a pensão determinada de acordo com o disposto no ACT e aquela que o empregado vier a receber da Segurança Social.

A taxa contributiva é de 26,6%, cabendo 23,6% à entidade empregadora e 3% aos trabalhadores, em substituição da Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários (CAFEB) que foi extinta por aquele mesmo diploma. Em consequência desta alteração o direito à pensão dos empregados no activo passa a ser coberto nos termos definidos pelo Regime Geral da Segurança Social, tendo em conta o tempo de serviço prestado de 1 de Janeiro de 2011 até à idade da reforma, passando os bancos a suportar o diferencial necessário para a pensão garantida nos termos do Acordo Colectivo de Trabalho.

A integração conduz a um decréscimo efectivo no valor actual dos benefícios totais reportados à idade normal de reforma (VABT) a suportar pelo fundo de pensões. Contudo, que não existiu redução de benefícios na perspectiva do beneficiário na data de integração decorrente do 2º acordo tripartido, as responsabilidades por serviços passados mantiveram-se inalteradas em 31 de Dezembro de 2010.

Tomando em consideração que a base de cálculo dos benefícios nos planos ACT e do RGSS são baseados em fórmulas distintas, existe a possibilidade de ser obtido um diferencial, quando o valor das responsabilidades a cobrir pelos fundos de pensões à data da reforma for inferior ao valor das responsabilidades em 31 de Dezembro de 2010, sendo este diferencial diferido numa base linear, durante o tempo médio de vida activa até se atingir a idade normal de reforma.

No final do exercício de 2011 na sequência do 3º acordo tripartido, foi decidida a transmissão para a esfera da Segurança Social, das responsabilidades com pensões em pagamento dos reformados e pensionistas que se encontravam nessa condição à data de 31 de Dezembro de 2011.

Ao abrigo deste acordo tripartido, foi efectuada a transmissão para a esfera da Segurança Social, das responsabilidades com pensões em pagamento à data de 31 de Dezembro de 2011, a valores constantes (taxa de actualização 0%), na componente prevista no Instrumento de Regulação Colectiva de Trabalho (IRCT) dos trabalhadores bancários, incluindo as eventualidades de morte, invalidez e sobrevivência. As responsabilidades relativas às actualizações das pensões, benefícios complementares, contribuições para o SAMS, subsídio de morte e pensões de sobrevivência deferida, permaneceram na esfera da responsabilidade das instituições financeiras com o financiamento a ser assegurado através dos respectivos fundos de pensões.

O acordo estabeleceu ainda que os activos dos fundos de pensões das respectivas instituições financeiras, na parte afecta à satisfação das responsabilidades pelas pensões referidas fossem transmitidos para o Estado.

Na medida em que a transacção consiste numa transferência definitiva e irreversível das responsabilidades com pensões em pagamento (mesmo que só relativas a uma parcela do benefício), verificam-se as condições subjacentes ao conceito de liquidação previsto no IAS 19 ‘Benefícios a empregados’ uma vez que se extinguiu a obrigação à data da transferência relativa ao pagamento dos benefícios abrangidos. Tratando-se de uma liquidação o respectivo efeito foi reconhecido em resultados no exercício de 2011.

Em 30 de Dezembro de 1987, o Banco constituiu um fundo de pensões fechado para cobrir as prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência, relativamente às obrigações consagradas no âmbito do ACT. Posteriormente e após obtida autorização do Instituto de Seguros de Portugal, procedeu à alteração do Contrato Constitutivo do Fundo de Pensões que passou a integrar todas as responsabilidades para com pensões e benefícios de saúde (SAMS) e, no exercício de 2009, o subsídio por morte. Em Portugal, os fundos têm como sociedade gestora a ESAF – Espírito Santo Fundo de Pensões, SA.

Os custos do período com pensões de reforma e com benefícios de saúde podem ser decompostos como segue:

	Período de três meses findo em	
	31.03.2012	31.03.2011
Custo do serviço corrente	2 730	4 269
Custo dos juros	13 594	28 327
Rendimento esperado do fundo	( 14 444)	( 27 393)
<b>Custos com benefícios pós emprego</b>	<b>1 880</b>	<b>5 203</b>

#### **Plano de Pagamento de Remuneração Variável (PPRV)**

Na sequência da decisão da Assembleia Geral de Accionistas de 31 de Março de 2008, o BES e as suas subsidiárias estabeleceram um sistema de incentivos designado Plano de Pagamento de Remuneração Variável (PPRV – 2008/2010), que terminou durante o primeiro semestre de 2011.

Este programa de incentivos consistia na atribuição do direito a receber uma remuneração variável que se encontrava indexada à eventual valorização das acções BES entre a “data inicial de referência” e a “data final de referência”. Tal retribuição, em dinheiro, seria apenas devida em caso de valorização das acções do BES. O PPRV não era um plano de atribuição de acções ou de opções sobre a aquisição de acções, não sendo atribuídos aos beneficiários quaisquer direitos inerentes a uma participação no capital social do BES.

O valor inicial do Plano foi calculado com base num modelo de valorização das opções, tendo por referência os seguintes pressupostos:

	Pressupostos à data de início do PPRV	Após aumento de capital realizado em 2009 <sup>(a)</sup>
Data inicial de referência	02-Jun-2008	
Data final de referência	02-Jun-2011	
Direitos atribuídos <sup>a)</sup>	3 937 250	6 524 516
Preço de referência <sup>a)</sup>	11,00	6,64
Taxa de Juro	5,22%	
Volatilidade	33,5%	
<b>Valor inicial do plano (mil euros)</b>	<b>9 821</b>	

<sup>a)</sup> Inclui o ajustamento do efeito de diluição decorrente do aumento de capital realizado durante o exercício de 2009

Conforme a política contabilística descrita na Nota 2.14, o justo valor inicial do PPRV, no valor de 9 821 milhares de euros, foi sendo reconhecido em custos com pessoal durante o período que medeia entre a data inicial de referência e a data final de referência (3 anos). A variação do justo valor ao longo do prazo do programa foi reconhecida em lucros/prejuízos de operações financeiras. Este plano terminou em Junho de 2011.

#### ***Plano de Remuneração Variável em Instrumentos Financeiros (PRVIF)***

Na sequência das recomendações das entidades de Supervisão e Regulamentação, na Assembleia Geral de 6 de Abril de 2010 foi aprovada uma nova política de remuneração para os membros da Comissão Executiva. Esta política consiste em atribuir aos referidos membros uma remuneração fixa, que deve representar aproximadamente 45% do total, e uma componente variável que deve rondar os 55%. A remuneração variável deverá ter duas componentes: uma associada ao desempenho de curto prazo e uma outra ao desempenho de médio prazo. Metade da componente de curto prazo deverá ser paga em numerário e os restantes 50% deverá ser paga durante um período de três anos, devendo metade destes pagamentos ser realizada em dinheiro e a parte restante através da atribuição de acções. A componente de médio prazo tem associada um programa de opções sobre acções com o exercício das opções fixado a três anos da data da sua atribuição.

No que respeita à modalidade de atribuição de acções do PRVIF, as mesmas são entregues aos beneficiários de forma diferida ao longo de um período de três anos (1º ano: 33%; 2º ano: 33%; 3º ano: 34%) e está condicionado à verificação de uma rendibilidade de Capitais Próprios (*ROE*) igual ou superior a 5%.

Relativamente à modalidade de atribuição de opções, estas são atribuídas aos beneficiários, sendo o preço de exercício igual à média aritmética simples das cotações de fecho das acções do BES na *NYSE Euronext Lisbon* ao longo de 20 dias úteis anteriores ao dia de atribuição das opções, acrescida de 10%.

As opções só podem ser exercidas na maturidade, podendo o beneficiário decidir-se pela liquidação física ou pela liquidação financeira das opções.

O valor inicial do Plano foi calculado com base num modelo de valorização das opções, tendo por referência os seguintes pressupostos:

Pressupostos à data de início do PRVIF	
Data inicial de referência	12-04-2011
Data final de referência	31-03-2014
Número de acções atribuídas	2 250 000
Preço de exercício (euros)	3,47
Taxa de Juro	2,31%
Volatilidade	40,0%
Valor inicial do plano (mil euros)	1 130

O PRVIF é contabilizado de acordo com as regras aplicáveis (IFRS 2 e IAS 19), tendo sido registado nos primeiros três meses de 2012 um custo de 376 milhares de euros para remunerações variáveis (dos quais 86 milhares de euros respeitam à amortização do prémio inicial das opções atribuídas). Em 31 de Março de 2011 tinha sido registado um custo de 967 milhares de euros.

#### *Prémio por antiguidade*

Conforme referido na Nota 2.14, os trabalhadores que atinjam determinados níveis de antiguidade têm direito a um prémio por antiguidade, calculado com base no valor da maior retribuição mensal efectiva a que o trabalhador tenha direito no ano da sua atribuição. À data da passagem à situação de invalidez presumível, o trabalhador terá direito a um prémio por antiguidade de valor proporcional àquele de que beneficiaria se continuasse ao serviço até reunir os pressupostos do escalão seguinte.

Em 31 de Março de 2012, as responsabilidades assumidas pelo Banco ascendem a 25 216 milhares de euros (31 de Dezembro de 2011: 24 947 milhares de euros) (ver Nota 37). Os custos reconhecidos no período com o prémio por antiguidade foram de 913 milhares de euros (31 de Março de 2011: 859 milhares de euros).

Os pressupostos actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades com prémios de antiguidade são os apresentados para o cálculo das pensões de reforma (quando aplicáveis).

## NOTA 14 – GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

O valor desta rubrica é composto por:

	Período de três meses findo em	
	31.03.2012	31.03.2011
Rendas e alugueres	12 445	12 426
Publicidade e publicações	6 659	6 482
Comunicações e expedição	6 574	6 514
Conservação e reparação	3 845	4 171
Deslocações e representação	3 258	5 314
Água, energia e combustíveis	2 275	2 179
Transporte de valores	1 744	1 889
Material de consumo corrente	1 022	1 171
Serviços Informáticos	12 852	13 465
Mão-de-obra eventual	1 070	1 179
Trabalho independente	1 423	1 351
Sistema electrónico de pagamentos	2 989	3 153
Judiciais, contencioso e notariado	4 014	3 874
Consultoria e auditoria	2 009	3 982
Segurança e vigilância	1 094	984
Outros custos	12 432	12 059
	<b>75 705</b>	<b>80 193</b>

A rubrica Outros custos inclui, entre outros, segurança e vigilância, formação, tratamento de valores e custos com serviços prestados pelo Agrupamento Complementar de Empresas (ACE).

## NOTA 15 – RESULTADOS POR ACÇÃO

### *Resultados por acção básicos*

Os resultados por acção básicos são calculados efectuando a divisão do resultado atribuível aos accionistas do Banco pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação durante o ano.

	(milhares de euros)		
	Período de três meses findo em	Exercício findo em	Período de três meses findo em
	31.03.2012	31.12.2011	31.03.2011
<b>Resultado líquido atribuível aos accionistas do Banco <sup>(1)</sup></b>	<b>44 497</b>	<b>( 39 905)</b>	<b>123 985</b>
Número médio ponderado de acções ordinárias emitidas (milhares)	1 461 240	1 187 255	1 166 553
Número médio ponderado de acções próprias em carteira (milhares)	( 275)	( 257)	( 114)
<b>Número médio de acções ordinárias em circulação (milhares)</b>	<b>1 460 965</b>	<b>1 186 998</b>	<b>1 166 667</b>
<b>Resultado por acção básico atribuível aos accionistas do Banco (em euros)</b>	<b>0,03</b>	<b>-0,03</b>	<b>0,11</b>

<sup>(1)</sup> Corresponde ao resultado líquido do período ajustado da remuneração das obrigações perpétuas atribuível ao período (o qual é registado como um movimento de reservas)

### *Resultados por acção diluídos*

Os resultados por acção diluídos são calculados ajustando o efeito de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras ao número médio ponderado de acções ordinárias em circulação e ao resultado líquido atribuível aos accionistas do Banco.

Os resultados por acção diluídos não diferem dos resultados por acção básicos, na medida em que as acções subjacentes ao PRVIF não têm um efeito diluidor.

#### NOTA 16 – CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica a 31 de Março de 2012 e 31 de Dezembro de 2011 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.03.2012	31.12.2011
Caixa	163 206	202 699
Depósitos à ordem em bancos centrais		
Banco de Portugal	47 306	108 744
Outros bancos centrais	656 929	169 928
	704 235	278 672
	<b>867 441</b>	<b>481 371</b>

A rubrica Depósitos à ordem em bancos centrais inclui depósitos de carácter obrigatório, no montante de 47 306 milhares de euros (31 de Dezembro de 2011: 108 744 milhares de euros), que têm por objectivo satisfazer os requisitos legais quanto à constituição de disponibilidades mínimas de caixa. De acordo com o Regulamento (CE) n.º 1745/2003 do Banco Central Europeu, de 12 de Setembro de 2003, as disponibilidades mínimas obrigatórias em depósitos à ordem no Banco de Portugal, são remuneradas e correspondem a 2% dos depósitos e títulos de dívida com prazo inferior a 2 anos, excluindo destes os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais. Em 31 de Março de 2012 a taxa de remuneração média destes depósitos era de 1% (31 de Dezembro de 2011: 1,25%).

O cumprimento das disponibilidades mínimas obrigatórias, para um dado período de observação, é concretizado tendo em consideração o valor dos saldos dos depósitos junto do Banco de Portugal durante o referido período. O saldo da conta junto do Banco de Portugal em 31 de Março de 2012 foi incluído no período de manutenção de 14 de Março de 2012 a 10 de Abril de 2012, ao qual correspondeu uma reserva média obrigatória de 275 milhões de euros.

#### NOTA 17 – DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica a 31 de Março de 2012 e 31 de Dezembro de 2011 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	<b>31.03.2012</b>	<b>31.12.2011</b>
Disponibilidades em outras instituições de crédito no país		
Cheques a cobrar	109 238	141 122
Depósitos à ordem	<u>35 915</u>	<u>135 818</u>
	<b>145 153</b>	<b>276 940</b>
Disponibilidades em outras instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos à ordem	<u>42 678</u>	<u>64 758</u>
	<b>42 678</b>	<b>64 758</b>
	<b>187 831</b>	<b>341 698</b>

Os cheques a cobrar sobre instituições de crédito no país e no estrangeiro foram enviados para cobrança nos primeiros dias úteis subsequentes às datas em referência.

#### **NOTA 18 – ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO**

A 31 de Março de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, a rubrica Activos e Passivos financeiros detidos para negociação apresenta os seguintes valores:

	(milhares de euros)	
	<b>31.03.2012</b>	<b>31.12.2011</b>
<b>Activos financeiros detidos para negociação</b>		
<b>Títulos</b>		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	446 234	123 852
De outros emissores	6 200	6 037
Acções	<u>18 885</u>	<u>12 248</u>
	<b>471 319</b>	<b>142 137</b>
<b>Derivados</b>		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor positivo	<u>1 549 773</u>	<u>1 640 902</u>
	<b>2 021 092</b>	<b>1 783 039</b>
<b>Passivos financeiros detidos para negociação</b>		
<b>Derivados</b>		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor negativo	<u>1 531 123</u>	<u>1 605 217</u>
	<b>1 531 123</b>	<b>1 605 217</b>

Conforme a política contabilística descrita na Nota 2.5, os títulos detidos para negociação são aqueles adquiridos com o objectivo de serem transaccionados no curto prazo independentemente da sua maturidade.

Os títulos em carteira dados em garantia pelo Banco encontram-se analisados na Nota 40.

A rubrica Instrumentos financeiros derivados a 31 de Março de 2012 e 31 de Dezembro de 2011 é analisada como segue:

	31.03.2012			31.12.2011		
	Nocial	Justo valor		Nocial	Justo valor	
		Activo	Passivo		Activo	Passivo
<b>Derivados de negociação</b>						
<b>Contratos sobre taxas de câmbio</b>						
Forward						
- compras	807 649	14 130	15 887	762 472	16 715	13 609
- vendas	809 402			759 373		
Currency Swaps						
- compras	4 223 935	3 477	2 879	2 211 621	11 796	11 502
- vendas	4 228 353			2 200 959		
Currency Futures				474		
Currency Interest Rate Swaps						
- compras	136 445	32 735	20 747	181 919	38 131	25 975
- vendas	129 770			170 685		
Currency Options	3 303 395	75 154	75 885	2 515 101	85 600	83 836
	<b>13 638 949</b>	<b>125 496</b>	<b>115 398</b>	<b>8 802 604</b>	<b>152 242</b>	<b>134 922</b>
<b>Contratos sobre taxas de Juro</b>						
Forward Rate Agreements				380 000	1 047	1 982
Interest Rate Swaps	21 134 049	1 187 059	1 159 858	42 814 469	1 214 107	1 187 902
Swaption - Interest Rate Options	2 388 236	5 063	4 994	2 406 936	5 003	5 157
Interest Rate Caps & Floors	2 725 870	28 996	25 961	3 374 871	31 106	27 772
	<b>26 248 155</b>	<b>1 221 118</b>	<b>1 190 813</b>	<b>48 976 276</b>	<b>1 251 263</b>	<b>1 222 813</b>
<b>Contratos sobre acções/índices</b>						
Equity / Index Swaps	511 978	28 758	66 684	763 733	31 145	63 432
Equity / Index Options	2 603 784	56 954	94 568	2 642 705	63 510	101 413
Equity / Index Futures	5 164			10 016		
Future Options	2 720			32 089		
	<b>3 123 646</b>	<b>85 712</b>	<b>161 252</b>	<b>3 448 543</b>	<b>94 655</b>	<b>164 845</b>
<b>Contratos sobre crédito</b>						
Credit Default Swaps	3 401 327	117 447	63 660	3 380 947	142 742	82 637
<b>Total</b>	<b>46 412 077</b>	<b>1 549 773</b>	<b>1 531 123</b>	<b>64 608 370</b>	<b>1 640 902</b>	<b>1 605 217</b>

### NOTA 19 – OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

O valor desta rubrica é composto por:

	31.03.2012	31.12.2011
<b>Obrigações e outros títulos de rendimento fixo</b>		
<b>De emissores públicos</b>		
De outros emissores	209 049	-
	171 184	178 140
<b>Acções</b>		
	230 679	229 718
<b>Outros títulos</b>		
	1 489 480	1 561 473
<b>Valor de balanço</b>	<b>2 100 392</b>	<b>1 969 331</b>

A opção do Banco para designar estes activos financeiros ao justo valor através dos resultados, à luz do IAS 39, conforme política contabilística descrita na Nota 2.5, está de acordo com a estratégia documentada de gestão do Banco, considerando que (i) estes activos financeiros são geridos e o seu desempenho é avaliado numa base de justo valor e/ou (ii) estes activos contêm instrumentos derivados embutidos.

## NOTA 20 – ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica a 31 de Março de 2012 e 31 de Dezembro de 2011 é analisada como segue:

	<b>Custo <sup>(1)</sup></b>	<b>Reserva de justo valor</b>		<b>Perdas por imparidade</b>	<b>Valor de balanço</b>
		<b>Positiva</b>	<b>Negativa</b>		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	3 933 193	34 230	( 56 506)	-	3 910 917
De outros emissores	9 275 621	13 276	( 129 454)	( 10 266)	9 149 177
Acções	447 021	26 185	( 6 421)	( 94 847)	371 938
Outros títulos de rendimento variável	614 886	7 608	( 3 862)	( 23 785)	594 847
<b>Saldo a 31 de Março de 2012</b>	<b>14 270 721</b>	<b>81 299</b>	<b>( 196 243)</b>	<b>( 128 898)</b>	<b>14 026 879</b>
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	2 905 936	9	( 123 705)	-	2 782 240
De outros emissores	10 794 469	34 518	( 145 738)	( 8 775)	10 674 474
Acções	297 698	25 740	( 10 004)	( 95 093)	218 341
Outros títulos de rendimento variável	619 980	8 776	( 3 083)	( 25 461)	600 212
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2011</b>	<b>14 618 083</b>	<b>69 043</b>	<b>( 282 530)</b>	<b>( 129 329)</b>	<b>14 275 267</b>

<sup>(1)</sup> Custo de aquisição no que se refere a acções e outros instrumentos de capital e custo amortizado para títulos de dívida

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.5, o Banco avalia regularmente se existe evidência objectiva de imparidade na sua carteira de activos disponíveis para venda seguindo os critérios de julgamento descritos na Nota 3.1.

Os títulos em carteira dados em garantia pelo Banco encontram-se analisados na Nota 40.

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade em activos financeiros disponíveis para venda são apresentados como se segue:

	<b>31.03.2012</b>	<b>31.12.2011</b>	<b>31.03.2011</b>
Saldo inicial	129 329	112 106	120 278
Dotações	3 047	49 672	1 629
Utilizações	-	( 29 829)	( 8 271)
Reversões	( 42)	( 5 661)	-
Diferenças de câmbio e outras	( 3 436)	3 041	( 1 530)
<b>Saldo final</b>	<b>128 898</b>	<b>129 329</b>	<b>112 106</b>

As principais posições em acções, com referência a 31 de Março de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, são as seguintes:

(milhares de euros)

**31.03.2012**

Descrição	Custo de aquisição	Reserva de Justo valor		Imparidade	Valor de balanço
		Positiva	Negativa		
EDP - Energias de Portugal	84 824	-	( 8 524)	-	76 300
Banque Marocaine du Commerce Extérieur	2 480	5 453	-	( 344)	7 589
	<b>87 304</b>	<b>5 453</b>	<b>( 8 524)</b>	<b>( 344)</b>	<b>83 889</b>

(milhares de euros)

**31.12.2011**

Descrição	Custo de aquisição	Reserva de Justo valor		Imparidade	Valor de balanço
		Positiva	Negativa		
EDP - Energias de Portugal	60 049	-	( 3 768)	-	56 281
Banque Marocaine du Commerce Extérieur	2 376	5 454	-	( 348)	7 482
	<b>62 425</b>	<b>5 454</b>	<b>( 3 768)</b>	<b>( 348)</b>	<b>63 763</b>

Durante os primeiros três meses de 2012 o Banco alienou em bolsa e a preços de mercado 32 milhões de acções da EDP, tendo registado uma menos-valia de cerca de 7,1 milhões de euros (ver Nota 8).

## NOTA 21 – APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica a 31 de Março de 2012 e 31 de Dezembro de 2011 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	<b>31.03.2012</b>	<b>31.12.2011</b>
<b>Aplicações em instituições de crédito no país</b>		
Empréstimos	166 581	731 198
Depósitos	1 502 916	1 371 921
Aplicações de muito curto prazo	113 770	80 933
Outras aplicações	31 998	193
	<b>1 815 265</b>	<b>2 184 245</b>
<b>Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro</b>		
Depósitos	4 000 622	3 441 128
Aplicações de muito curto prazo	557 654	1 454 219
Empréstimos	443 400	812 388
Outras aplicações	35 217	37 035
	<b>5 036 893</b>	<b>5 744 770</b>
Perdas por imparidade	( 369)	( 190)
	<b>6 851 789</b>	<b>7 928 825</b>

A

s principais aplicações em instituições de crédito no país, em 31 de Março de 2012, venciam juros à taxa média anual de 1,92% (31 de Dezembro de 2011: 2,22%). Os depósitos em instituições de crédito no estrangeiro venciam juros às taxas dos mercados internacionais onde o Banco opera.

Em 31 de Março de 2012 as aplicações no Sistema Europeu de Bancos Centrais ascendiam a 200 003 milhares de euros (31 de Dezembro de 2011: não havia aplicações no Sistema Europeu de Bancos Centrais).

Os movimentos ocorridos no período com perdas por imparidade em empréstimos e aplicações em instituições de crédito é apresentada como segue:

	(milhares de euros)		
	<b>31.03.2012</b>	<b>31.12.2011</b>	<b>31.03.2011</b>
Saldo inicial	190	58	35
Dotações	304	461	70
Reversões	( 119)	( 341)	( 42)
Diferenças de câmbio e outras	( 6)	12	( 5)
<b>Saldo final</b>	<b>369</b>	<b>190</b>	<b>58</b>

**NOTA 22 – CRÉDITO A CLIENTES**

Esta rubrica a 31 de Março de 2012 e 31 de Dezembro de 2011 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	<b>31.03.2012</b>	<b>31.12.2011</b>
<b>Crédito interno</b>		
A empresas		
Créditos em conta corrente	5 324 719	5 337 896
Empréstimos	12 586 185	12 527 689
Descontos e outros créditos titulados por efeitos	468 662	509 282
<i>Factoring</i>	1 337 586	1 451 226
Descobertos	143 338	27 021
Locação financeira	2 862 153	2 937 632
Outros créditos	248 894	308 582
A particulares		
Habitação	7 567 050	7 638 793
Consumo e outros	1 686 061	1 786 395
	<b>32 224 648</b>	<b>32 524 516</b>
<b>Crédito ao exterior</b>		
A empresas		
Empréstimos	4 010 231	3 906 817
Créditos em conta corrente	1 038 898	1 035 795
Descobertos	47 003	38 981
Descontos e outros créditos titulados por efeitos	33 219	99 780
Locação financeira	69 631	67 019
<i>Factoring</i>	19 873	23 036
Outros créditos	306 477	370 998
A particulares		
Habitação	771 607	775 521
Consumo e outros	402 176	406 703
	<b>6 699 115</b>	<b>6 724 650</b>
<b>Crédito e juros vencidos</b>		
Até 3 meses	252 214	127 030
De 3 meses a 1 ano	314 827	280 016
De 1 a 3 anos	657 668	640 436
Há mais de 3 anos	395 415	341 711
	<b>1 620 124</b>	<b>1 389 193</b>
	<b>40 543 887</b>	<b>40 638 359</b>
<b>Perdas por imparidade</b>	<b>(1 620 252)</b>	<b>(1 522 472)</b>
	<b>38 923 635</b>	<b>39 115 887</b>

Em 31 de Março de 2012, o crédito vivo inclui 5 496,5 milhões de euros de crédito à habitação afectos à emissão de obrigações hipotecárias (31 de Dezembro de 2011: 5 305,9 milhões de euros) (ver Nota 33).

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade evidenciadas no activo como correção aos valores do crédito foram os seguintes:

	(milhares de euros)		
	31.03.2012	31.12.2011	31.03.2012
Saldo inicial	1 522 472	1 143 125	1 140 856
Dotações	143 935	534 029	114 560
Utilizações	( 21 675)	( 101 946)	( 54 194)
Reversões	( 22 404)	( 52 385)	( 58 491)
Diferenças de câmbio e outras	( 2 076)	( 351)	394
<b>Saldo final</b>	<b>1 620 252</b>	<b>1 522 472</b>	<b>1 143 125</b>

Em 31 de Março de 2012 o crédito vivo inclui 179 403 milhares de euros de crédito renegociado (31 de Dezembro de 2011: 175 001 milhares de euros). Estes créditos correspondem, de acordo com a definição do Banco de Portugal, a créditos anteriormente vencidos, que através de um processo de renegociação, passam a ser considerados como créditos correntes.

Adicionalmente, o Banco tem, em 31 de Março de 2012, 418 797 milhares de euros de provisões para riscos gerais de crédito (31 de Dezembro de 2011: 433 450 milhares de euros) as quais, de acordo com as NCA são apresentadas no passivo (ver Nota 34).

### NOTA 23 – INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE

Os Investimentos detidos até à maturidade, podem ser analisados como segue:

	(milhares de euros)	
	31.03.2012	31.12.2011
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	131 713	147 545
De outros emissores	681 623	714 491
	<b>813 336</b>	<b>862 036</b>
Perdas por imparidade	( 30 822)	( 31 959)
	<b>782 514</b>	<b>830 077</b>

Em 31 de Março de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, o detalhe da imparidade para os investimentos detidos até à maturidade apresenta-se como segue:

	(milhares de euros)		
	31.03.2012	31.12.2011	31.03.2011
Saldo inicial	31 959	28 851	48 489
Dotações / Reversões	( 1 115)	14 403	1 143
Utilizações	( 2 149)	( 11 146)	( 20 782)
Diferenças de câmbio e outros	2 127	( 149)	1
<b>Saldo final</b>	<b>30 822</b>	<b>31 959</b>	<b>28 851</b>

### NOTA 24 – DERIVADOS PARA GESTÃO DE RISCO

Em 31 de Março de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, o justo valor dos derivados para gestão de risco em balanço analisa-se como segue:

	31.03.2012			31.12.2011		
	Cobertura	Gestão do risco	Total	Cobertura	Gestão do risco	Total
<b>Derivados para gestão de risco</b>						
Derivados para gestão de risco - Activo	160 912	267 464	428 376	231 101	256 822	487 923
Derivados para gestão de risco - Passivo	( 61 056)	( 42 763)	( 103 819)	( 107 398)	( 48 343)	( 155 741)
	<b>99 856</b>	<b>224 701</b>	<b>324 557</b>	<b>123 703</b>	<b>208 479</b>	<b>332 182</b>
<b>Componente de Justo valor dos Activos e Passivos cobertos ou registados ao Justo valor através de resultados</b>						
<b>Activos financeiros</b>						
Crédito a clientes	16 637	415	17 052	17 798	-	17 798
	<b>16 637</b>	<b>415</b>	<b>17 052</b>	<b>17 798</b>	<b>-</b>	<b>17 798</b>
<b>Passivos financeiros</b>						
Recursos de Instituições de crédito	( 56 473)	-	( 56 473)	( 55 240)	108 756	53 516
Recursos de clientes	( 826)	1 001	175	( 838)	18 669	17 831
Débitos representados por títulos	( 29 430)	( 15 377)	( 44 807)	( 28 953)	( 7 104)	( 36 057)
	<b>( 86 729)</b>	<b>( 14 376)</b>	<b>( 101 105)</b>	<b>( 85 031)</b>	<b>120 321</b>	<b>35 290</b>
	<b>( 70 092)</b>	<b>( 13 961)</b>	<b>( 84 053)</b>	<b>( 67 233)</b>	<b>120 321</b>	<b>53 088</b>

Conforme política contabilística descrita na Nota 2.3, a rubrica de Derivados para gestão de risco, inclui para além dos derivados de cobertura, os derivados contratados com o objectivo de efectuar a cobertura económica de determinados activos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados (e que não foram designados como derivados de cobertura).

As variações de justo valor associadas aos activos e passivos acima descritas e os respectivos derivados de cobertura encontram-se registadas em resultados do exercício na rubrica de Resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados (ver Nota 7).

Em 31 de Março de 2012, a parte inefectiva das operações de cobertura de justo valor, que se traduziu num custo de 0,6 milhões de euros (exercício de 2011: custo de 5,9 milhões de euros), foi registada por contrapartida de resultados. O Banco realiza periodicamente testes de efectividade das relações de cobertura existentes.

A componente do justo valor dos passivos financeiros reconhecidos ao justo valor através de resultados, atribuível ao risco de crédito do Banco, é positiva e o respectivo valor acumulado ascende em 31 de Março de 2012 a 192,2 milhões de euros (31 de Dezembro de 2011: 192,4 milhões de euros).

## NOTA 25 – ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Esta rubrica a 31 de Março de 2012 e 31 de Dezembro de 2011 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.03.2011	31.12.2011
<b>Activos tangíveis não correntes detidos para venda</b>		
Imóveis	1 031 363	934 176
Equipamento	2 235	2 203
Outras imobilizações	18 763	11 882
	<hr/>	<hr/>
	1 052 361	948 261
Perdas por imparidade	( 192 604)	( 180 519)
	<hr/>	<hr/>
	859 757	767 742

Os valores apresentados referem-se a imóveis e equipamentos recebidos em diação e instalações descontinuadas disponíveis para venda imediata. Em 31 de Março de 2012, o valor relativo a instalações descontinuadas ascende a 17 996 milhares de euros (31 de Dezembro de 2011: 16 392 milhares de euros), tendo o Banco registado uma perda por imparidade no valor de 9 051 milhares de euros para estes activos (31 de Dezembro de 2011: 7 699 milhares de euros).

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade foram os seguintes:

	(milhares de euros)		
	31.03.2012	31.12.2011	31.03.2012
<b>Saldo inicial</b>	180 519	102 310	89 781
Dotações	22 546	106 602	19 171
Utilizações	( 10 616)	( 24 383)	( 6 558)
Reversões	( 171)	( 4 015)	( 80)
Diferenças de câmbio e outras	326	5	( 4)
<b>Saldo final</b>	<b>192 604</b>	<b>180 519</b>	<b>102 310</b>

O movimento dos activos não correntes detidos para venda durante os primeiros três meses de 2012 e o exercício de 2011 foi como segue:

	(milhares de euros)	
	31.03.2012	31.12.2011
<b>Saldo inicial</b>	948 261	619 367
Entradas	186 797	511 681
Vendas	( 86 826)	( 189 527)
Outros movimentos	4 129	6 740
<b>Saldo final</b>	<b>1 052 361</b>	<b>948 261</b>

Na sequência das alienações ocorridas nos primeiros três meses de 2012, o Banco incorreu numa perda de 1 569 milhares de euros (31 de Dezembro de 2011: 4 719 milhares de euros).

## NOTA 26 – OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

Esta rubrica a 31 de Março de 2012 e 31 de Dezembro de 2011 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	<b>31.03.2012</b>	<b>31.12.2011</b>
<b>Imóveis</b>		
De serviço próprio	323 697	307 521
Beneficiações em edifícios arrendados	215 935	215 096
	<b>539 632</b>	<b>522 617</b>
<b>Equipamento</b>		
Equipamento informático	261 604	257 579
Instalações interiores	128 853	128 097
Mobiliário e material	110 444	109 016
Equipamento de segurança	33 637	33 566
Máquinas e ferramentas	29 443	30 678
Material de transporte	1 508	1 275
Outros	1 070	372
	<b>566 559</b>	<b>560 583</b>
<b>Imobilizado em curso</b>		
Beneficiações em edifícios arrendados	605	1 392
Imóveis	115	18 627
Equipamento	141	952
Outros	28	43
	<b>889</b>	<b>21 014</b>
	<b>1 107 080</b>	<b>1 104 214</b>
<b>Depreciação acumulada</b>	<b>( 740 467)</b>	<b>( 732 267)</b>
	<b>366 613</b>	<b>371 947</b>

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

	Imóveis	Equipamento	Imobilizado em curso	Total
<b>(milhares de euros)</b>				
<b>Custo de aquisição</b>				
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2010</b>	<b>526 004</b>	<b>551 934</b>	<b>4 089</b>	<b>1 082 027</b>
Adições	225	1 217	1 788	3 230
Abates / vendas	( 128)	( 1 307)	-	( 1 435)
Transferências (a)	2 037	2 176	( 4 213)	-
Variação cambial	( 57)	( 138)	( 7)	( 202)
<b>Saldo a 31 de Março de 2011</b>	<b>528 081</b>	<b>553 882</b>	<b>1 657</b>	<b>1 083 620</b>
Adições	431	11 976	25 445	37 852
Abates / vendas	( 3 176)	( 8 795)	-	( 11 971)
Transferências (a)	( 2 846)	3 267	( 6 093)	( 5 672)
Variação cambial	127	255	10	392
Outros movimentos	-	( 2)	( 5)	( 7)
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2011</b>	<b>522 617</b>	<b>560 583</b>	<b>21 014</b>	<b>1 104 214</b>
Adições	22	7 458	469	7 949
Abates / vendas	( 188)	( 2 041)	-	( 2 229)
Transferências (a)	17 729	868	( 20 602)	( 2 005)
Variação cambial	( 548)	( 309)	8	( 849)
<b>Saldo a 31 de Março de 2012</b>	<b>539 632</b>	<b>566 559</b>	<b>889</b>	<b>1 107 080</b>
<b>Depreciações</b>				
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2010</b>	<b>253 732</b>	<b>448 754</b>	<b>-</b>	<b>702 486</b>
Amortizações do período	3 783	7 262	-	11 045
Abates / vendas	( 128)	( 1 306)	-	( 1 434)
Variação cambial	( 5)	( 128)	-	( 133)
<b>Saldo a 31 de Março de 2011</b>	<b>257 382</b>	<b>454 582</b>	<b>-</b>	<b>711 964</b>
Amortizações do período	12 081	21 291	-	33 372
Abates / vendas	( 3 167)	( 8 756)	-	( 11 923)
Transferências (a)	( 1 355)	( 48)	-	( 1 403)
Variação cambial	19	238	-	257
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2011</b>	<b>264 960</b>	<b>467 307</b>	<b>-</b>	<b>732 267</b>
Amortizações do período	3 956	6 894	-	10 850
Abates / vendas	( 188)	( 2 033)	-	( 2 221)
Transferências (a)	( 301)	( 95)	-	( 396)
Variação cambial	1	( 34)	-	( 33)
<b>Saldo a 31 de Março de 2012</b>	<b>268 428</b>	<b>472 039</b>	<b>-</b>	<b>740 467</b>
<b>Saldo a 31 de Março de 2012</b>	<b>271 204</b>	<b>94 520</b>	<b>889</b>	<b>366 613</b>
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2011</b>	<b>257 657</b>	<b>93 276</b>	<b>21 014</b>	<b>371 947</b>
<b>Saldo a 31 de Março de 2011</b>	<b>270 699</b>	<b>99 300</b>	<b>1 657</b>	<b>371 656</b>

(a) Respeitam a imobilizado (imóveis e equipamento) proveniente de balcões descontinuados que foram transferidos pelo valor líquido para Activos não correntes detidos para venda

## NOTA 27 – ACTIVOS INTANGÍVEIS

Esta rubrica a 31 de Março de 2012 e 31 de Dezembro de 2011 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	<b>31.03.2012</b>	<b>31.12.2011</b>
<b>Gerados internamente</b>		
Sistema de tratamento automático de dados	47 633	45 440
<b>Adquiridos a terceiros</b>		
Sistema de tratamento automático de dados	555 030	553 396
<b>Imobilizações em curso</b>	21 683	19 265
	<b>624 346</b>	<b>618 101</b>
<b>Amortização acumulada</b>	(510 215)	(499 859)
	<b>114 131</b>	<b>118 242</b>

Nos activos intangíveis gerados internamente incluem-se os gastos incorridos pelas unidades do Banco especializadas na implementação de soluções informáticas aportadoras de benefícios económicos futuros (ver Nota 2.12).

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

	Sistema de tratamento automático de dados	Imobilizações em curso	Total	(milhares de euros)
<b>Custo de aquisição</b>				
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2010</b>	<b>545 679</b>	<b>32 644</b>	<b>578 323</b>	
Adições:				
Geradas internamente	-	1 389	1 389	
Adquiridas a terceiros	2 074	2 919	4 993	
Transferências	14 697	( 14 697)	-	
Outros movimentos	( 200)	-	( 200)	
<b>Saldo a 31 de Março de 2011</b>	<b>562 250</b>	<b>22 255</b>	<b>584 505</b>	
Adições:				
Geradas internamente	-	7 171	7 171	
Adquiridas a terceiros	8 349	17 273	25 622	
Transferências	27 689	( 27 689)	-	
Variação cambial	548	255	803	
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2011</b>	<b>598 836</b>	<b>19 265</b>	<b>618 101</b>	
Adições:				
Geradas internamente	-	1 388	1 388	
Adquiridas a terceiros	2 392	2 304	4 696	
Transferências	1 274	( 1 274)	-	
Variação cambial	161	-	161	
<b>Saldo a 31 de Março de 2012</b>	<b>602 663</b>	<b>21 683</b>	<b>624 346</b>	
<b>Amortizações</b>				
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2010</b>	<b>458 133</b>	<b>-</b>	<b>458 133</b>	
Amortizações do período	10 443	-	10 443	
Variação cambial	( 15)	-	( 15)	
<b>Saldo a 31 de Março de 2011</b>	<b>468 561</b>	<b>-</b>	<b>468 561</b>	
Amortizações do período	31 179	-	31 179	
Variação cambial	119	-	119	
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2011</b>	<b>499 859</b>	<b>-</b>	<b>499 859</b>	
Amortizações do período	10 351	-	10 351	
Variação cambial	5	-	5	
<b>Saldo a 31 de Março de 2012</b>	<b>510 215</b>	<b>-</b>	<b>510 215</b>	
<b>Saldo líquido a 31 de Março de 2012</b>	<b>92 448</b>	<b>21 683</b>	<b>114 131</b>	
<b>Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2011</b>	<b>98 977</b>	<b>19 265</b>	<b>118 242</b>	
<b>Saldo líquido a 31 de Março de 2011</b>	<b>93 689</b>	<b>22 255</b>	<b>115 944</b>	

## NOTA 28 – INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E ASSOCIADAS

Os dados financeiros relativos às empresas subsidiárias e associadas, são apresentados no quadro seguinte:

	31.03.2011			31.12.2011			(milhares de euros)	
	Nº de acções	Participação directa no capital	Valor nominal (euros)	Custo da participação	Nº de acções	Participação directa no capital	Valor nominal (euros)	
BES AÇORES	2 013 303	57,52%	5,00	9 653	2 013 303	57,52%	5,00	9 653
BES FINANCE	100 000	100,00%	1,00	25	100 000	100,00%	1,00	25
BES ORIENTE	199 500	99,75%	93,61	21 341	199 500	99,75%	96,59	21 341
BES ANGOLA	8 856 548	51,94%	7,48	61 351	8 856 548	51,94%	7,72	61 351
BES-VIDA	24 999 800	50,00%	1,00	474 996	24 999 800	50,00%	1,00	474 996
BESI	45 253 800	100,00%	5,00	316 103	45 253 800	100,00%	5,00	316 103
BESNAC	1 000	100,00%	0,74	36	1 000	100,00%	0,77	36
BEST	20 181 680	32,03%	1,00	20 182	20 181 680	32,03%	1,00	20 182
AVISTAR	300 000 000	100,00%	1,00	300 000	300 000 000	100,00%	1,00	300 000
BIC INTERNATIONAL BANK	10 200 000	100,00%	1,00	224 197	10 200 000	100,00%	1,00	224 197
E.S. BANK	3 188 525	99,99%	3,74	71 027	3 188 525	99,99%	3,86	71 027
E.S. PLC	29 997	99,99%	5,00	38	29 997	99,99%	5,00	38
BES SEGUROS	749 800	24,99%	5,00	3 749	749 800	24,99%	5,00	3 749
E.S. TECH VENTURES	65 000 000	100,00%	1,00	65 000	65 000 000	100,00%	1,00	65 000
ESAF SGPS	2 114 700	89,99%	5,00	60 388	2 114 900	90,00%	5,00	60 394
ESCLINC	100	100,00%	6 076,63	786	100	100,00%	6 272,47	786
ES CONCESSÕES	682 306	71,66%	5,00	20 602	682 306	71,66%	5,00	20 602
ESEGUR	242 000	44,00%	5,00	9 634	242 000	44,00%	5,00	9 634
ESGEST	20 000	100,00%	5,00	100	20 000	100,00%	5,00	100
E.S. REPRESENTAÇÕES	49 995	99,99%	0,41	39	49 995	99,99%	0,41	39
LOCARENT	525 000	50,00%	5,00	2 967	525 000	50,00%	5,00	2 967
QUINTA DOS CÓNEGOS	599 400	81,00%	5,00	4 893	599 400	81,00%	5,00	4 893
PARSUNI	1	100,00%	5 000,00	5	1	100,00%	5 000,00	5
SCI GEORGES MANDEL	15 750	22,57%	152,45	2 401	15 750	22,57%	152,45	2 401
BES BETEILIGUNGS GMBH	1	100,00%	25 000,00	365 025	1	100,00%	25 000,00	365 025
ES SERVICIOS	13 998	100,00%	0,39	1 558	13 998	100,00%	0,39	1 558
ESAF ESPANHA	975 000	50,00%	10,00	42 765	975 000	50,00%	10,00	42 765
PRAÇA DO MARQUÉS	3 185 000	100,00%	4,99	27 724	3 185 000	100,00%	4,99	27 724
OBLG	199 900	66,63%	5,00	-	199 900	66,63%	5,00	-
BES ÁFRICA	5 200 000	100,00%	5,00	26 000	5 200 000	100,00%	5,00	26 000
BANCO DELLE TRE VENEZIE SPA	5 275	20,00%	5,00	8 926	5 275	20,00%	5,00	8 926
AMAN BANK	4 000 802	40,00%	5,00	40 269	4 000 802	40,00%	5,00	40 269
UNICRE-AM	350 029	17,50%	6,00	11 497	350 029	17,50%	6,00	11 497
IJAR	122 499	35,00%	8,00	12 362	122 499	35,00%	8,00	12 362
			<b>2 205 639</b>				<b>2 205 645</b>	
<b>Perdas por Imparidade</b>			( 450 937)				( 450 937)	
			<b>1 754 702</b>				<b>1 754 708</b>	

No decorrer dos primeiros três meses de 2012, ocorreram as seguintes alterações na rubrica de investimentos em subsidiárias e associadas:

- Em Fevereiro de 2012, o Banco alienou 200 acções da ESAF ao BES Açores e ao BEST.

O movimento das perdas por imparidade relativas aos investimentos em subsidiárias e associadas foi como segue:

	Período de três meses findo em			(milhares de euros)	
	31.03.2011	31.12.2010	31.03.2010		
Saldo inicial	450 937	107 929	107 929		
Dotações	-	346 362	-		
Utilizações	-	( 3 353)	-		
Outros	-	( 1)	-		
<b>Saldo final</b>	<b>450 937</b>	<b>450 937</b>	<b>107 929</b>		

## NOTA 29 – OUTROS ACTIVOS

A rubrica Outros activos a 31 de Março de 2012 e 31 de Dezembro de 2011 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.03.2011	31.12.2011
<b>Devedores e outras aplicações</b>		
Devedores por bonificações de juros de crédito imobiliário	42 078	48 591
Contas caução	941 564	1 079 103
Suprimentos, prestações suplementares e activos subordinados	140 600	140 600
Sector público administrativo	140 237	134 925
Outros devedores diversos	<u>1 275 291</u>	<u>1 357 265</u>
	<u>2 539 770</u>	<u>2 760 484</u>
Perdas por imparidade para devedores e outras aplicações	<u>( 62 375)</u>	<u>( 38 258)</u>
	<b><u>2 477 395</u></b>	<b><u>2 722 226</u></b>
<b>Outros activos</b>		
Ouro, outros metais preciosos, numismática, medalhistica e outras disponibilidades	9 755	9 939
Outros activos	<u>64 985</u>	<u>71 873</u>
	<b><u>74 740</u></b>	<b><u>81 812</u></b>
<b>Proveitos a receber</b>	<b>25 715</b>	<b>29 190</b>
<b>Despesas com custo diferido</b>	<b>140 565</b>	<b>108 392</b>
<b>Pensões de reforma</b>	<b>89 597</b>	<b>117 554</b>
	<b><u>2 808 012</u></b>	<b><u>3 059 174</u></b>

Em 31 de Março de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, os suprimentos, prestações suplementares e activos subordinados incluem 100 000 milhares de euros relativos a suprimentos à Locarent – Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas, S.A..

Em 31 de Março de 2012, a rubrica Outros devedores diversos inclui 800 000 milhares de euros relativos a prestações acessórias concedidas à Avistar, SGPS, SA (31 de Dezembro de 2011: 800 000 milhares de euros).

Em 31 de Março de 2012, a rubrica de despesas com custo diferido inclui o montante de 65 478 milhares de euros (31 de Dezembro de 2011: 65 630 milhares de euros) relativo à diferença entre o valor nominal dos empréstimos concedidos aos colaboradores do Banco no âmbito do ACT para o Sector Bancário e o seu justo valor à data da concessão, calculado de acordo com o IAS 39. Este valor é reconhecido em custos com pessoal durante o menor do prazo residual do empréstimo e o número de anos estimado de vida activa remanescente do colaborador.

Os movimentos ocorridos em perdas por imparidade em Outros activos são apresentados como segue:

	(milhares de euros)		
	31.03.2011	31.12.2011	31.03.2011
Saldo inicial	38 258	5 514	5 513
Dotações	25 980	32 745	-
Reversões	( 2 905)	-	-
Outros	1 042	( 1)	1
<b>Saldo final</b>	<b>62 375</b>	<b>38 258</b>	<b>5 514</b>

### NOTA 30 – RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS

A rubrica de Recursos de bancos centrais é apresentada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.03.2012	31.12.2011
<b>Recursos do Sistema Europeu de Bancos Centrais</b>		
Depósitos	59 094	22 018
Outros recursos	12 000 000	8 700 000
	<b>12 059 094</b>	<b>8 722 018</b>
<b>Recursos de outros Bancos Centrais</b>		
Depósitos	588 784	510 184
	<b>588 784</b>	<b>510 184</b>
	<b>12 647 878</b>	<b>9 232 202</b>

Os outros recursos do Sistema Europeu de Bancos Centrais, no valor de 12 000 milhões de euros (31 de Dezembro de 2011: 8 700 milhões de euros), encontram-se colateralizados por activos financeiros do Banco (ver Nota 40).

### NOTA 31 – RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

A rubrica de Recursos de outras instituições de crédito é apresentada como segue:

	(milhares de euros)	
	<b>31.03.2012</b>	<b>31.12.2011</b>
<b>No país</b>		
Depósitos	432 798	783 401
Recursos a muito curto prazo	125 218	251 043
Operações com acordo de recompra	165 417	170 440
Outros recursos	1 805	1 577
	<b>725 238</b>	<b>1 206 461</b>
<b>No estrangeiro</b>		
Depósitos	6 369 390	5 563 143
Empréstimos	1 394 250	1 591 609
Recursos a muito curto prazo	83 128	1 584 531
Operações com acordo de recompra	895 087	1 040 581
Outros recursos	141 060	153 373
	<b>8 882 915</b>	<b>9 933 237</b>
	<b>9 608 153</b>	<b>11 139 698</b>

### NOTA 32 – RECURSOS DE CLIENTES

O saldo da rubrica recursos de clientes é composto, quanto à sua natureza, como segue:

	(milhares de euros)	
	<b>31.03.2012</b>	<b>31.12.2011</b>
<b>Depósitos à vista</b>		
Depósitos à ordem	6 994 819	6 657 791
<b>Depósitos a prazo</b>		
Depósitos a prazo	23 114 412	22 592 826
Outros	11 969	3 245
	<b>23 126 381</b>	<b>22 596 071</b>
<b>Depósitos de poupança</b>		
Reformados	13 321	14 505
Outros	1 448 553	1 455 824
	<b>1 461 874</b>	<b>1 470 329</b>
<b>Outros recursos</b>	<b>417 512</b>	<b>455 182</b>
	<b>32 000 586</b>	<b>31 179 373</b>

### NOTA 33 – RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

A rubrica Responsabilidades representadas por títulos decompõe-se como segue:

	(milhares de euros)	
	31.03.2012	31.12.2011
Certificados de depósitos	649 035	641 205
Euro Medium Term Notes	5 044 551	5 566 664
Obrigações	1 028 835	2 702 875
Obrigações hipotecárias	892 875	933 732
Outras responsabilidades	322 509	319 183
	<b>7 937 805</b>	<b>10 163 659</b>

Em 31 de Dezembro de 2011, as obrigações emitidas pelo Banco incluem 1 572 milhões de euros de obrigações emitidas com a garantia do Estado Português.

No âmbito do Programa de Emissão de Obrigações Hipotecárias, cujo montante máximo é de 10 000 milhões de euros, o Banco procedeu a emissões que totalizaram 4 290 milhões de euros. As características das emissões vivas a 31 de Março de 2012 são como segue:

Designação	Valor Nominal (milhares de euros)	Valor de balanço (milhares de euros)	Data Emissão	Data de Reembolso	Periodicidade do pagamento dos juros	Taxa de Juro	Rating
BES Obrigações hipotecárias 3,375%	1 000 000	851 376	17-11-2009	17-02-2015	Anual	3,375%	Baa3
BES Obrigações hipotecárias DUE JUL 17	750 000	168	07-07-2010	09-07-2017	Anual	Euribor 6 Meses + 0,60%	Baa3
BES Obrigações hipotecárias 21/07/2017	1 250 000	15	21-07-2010	21-07-2017	Anual	Euribor 6 Meses + 0,60%	Baa3
BES Obrigações hipotecárias DUE 4,6%	40 000	41 316	15-12-2010	26-01-2017	Anual	Taxa fixa 4,6%	Baa3
BES Obrigações hipotecárias HIPOT. 2018	1 250 000	-	25-01-2011	25-01-2018	Anual	Euribor 6 Meses + 0,60%	Baa3

Estas obrigações são garantidas por um conjunto de créditos à habitação e demais activos que se encontram segregados como património autónomo nas contas do Banco, conferindo assim privilégios creditórios especiais aos detentores destes títulos sobre quaisquer outros credores. As condições da referida emissão enquadram-se no Decreto-Lei n.º59/2006 e nos Avisos n.os 5, 6, 7 e 8 e a Instrução n.º 13 do Banco de Portugal.

O valor dos créditos que contragarantem esta emissão, em 31 de Março de 2012, ascende a 5 496,5 milhões de euros (31 de Dezembro de 2011: 5 305,9 milhões de euros) (ver Nota 22).

O movimento ocorrido durante os primeiros três meses de 2012 nas responsabilidades representadas por títulos foi o seguinte:

	Saldo em 31.12.2011	Emissões	Reembolsos	Compras (líquidas)	Outros Movimentos <sup>a)</sup>	Saldo em 31.03.2012
Certificados de depósitos	641 205	9 892 <sup>b)</sup>	-	-	( 2 062)	649 035
<i>Euro Medium Term Notes (EMTN)</i>	5 566 664	880 065	(1 150 000)	( 272 985)	20 807	5 044 551
Obrigações	2 702 875	-	(1 589 402)	( 34 446)	( 50 192)	1 028 835
Obrigações hipotecárias	933 732	-	-	( 22 139)	( 18 718)	892 875
Outras responsabilidades	319 183	-	-	-	3 326	322 509
	<b>10 163 659</b>	<b>889 957</b>	<b>( 2 739 402)</b>	<b>( 329 570)</b>	<b>( 46 839)</b>	<b>7 937 805</b>

<sup>a)</sup> Os outros movimentos incluem o juro corrido em balanço, correcções por operações de cobertura, correcções de justo valor e variação cambial

<sup>b)</sup> No caso específico dos certificados de depósito, por serem instrumentos de curto prazo, o valor das emissões é apresentado líquido de reembolsos

As emissões ocorridas nos primeiros três meses de 2012 são como segue:

Entidade	Descrição	Moeda	Valor de balanço	31.03.2012	
				Maturidade	Taxa de juro
BES - Sede	BES DUE FEV.14	EUR	104 420	2014	Taxa fixa 6,5%
BES - Sede	BES 4 ANOS 7%	EUR	118 456	2016	Taxa Fixa 7%
BESLD	EMTN Series 1	EUR	129 294	2014	Taxa fixa 6,5%
BESLD	EMTN Series 2	EUR	112 994	2016	Taxa fixa 7%
BESLD	EMTN Series 3	EUR	125 196	2022	Taxa fixa 5%
BESLD	EMTN Series 4	EUR	42 677	2014	Taxa fixa 6,5%
BESLD	EMTN Series 5	EUR	36 784	2016	Taxa fixa 7%
BESLD	EMTN Series 6	EUR	182 447	2022	Taxa fixa 5%
BESLD	EMTN Series 8	EUR	40 352	2015	Taxa fixa 6,75%

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.7, no caso de compras de títulos representativos de responsabilidades do Banco, os mesmos são anulados do passivo e a diferença entre o valor de compra e o respectivo valor de balanço é reconhecida em resultados. Na sequência das compras efectuadas até 31 de Março de 2012, o Banco reconheceu um ganho de 41,2 milhões de euros (ver Notas 11 e 36).

**NOTA 34 – PROVISÕES**

A 31 de Março de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, a rubrica Provisões apresenta os seguintes movimentos:

	(milhares de euros)		
	<b>Provisão para riscos gerais de crédito</b>	<b>Outras provisões</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2010</b>	<b>449 606</b>	<b>178 883</b>	<b>628 489</b>
Dotações / (reposições)	( 3 536)	1 217	( 2 319)
Utilizações	( 628)	( 3 100)	( 3 728)
Transferências	-	56	56
Diferenças de câmbio e outras	( 564)	( 82)	( 646)
<b>Saldo a 31 de Março de 2011</b>	<b>444 878</b>	<b>176 974</b>	<b>621 852</b>
Dotações / (reposições)	( 12 938)	( 3 834)	( 16 772)
Utilizações	628	( 25 518)	( 24 890)
Transferências	-	( 56)	( 56)
Diferenças de câmbio e outras	882	89	971
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2011</b>	<b>433 450</b>	<b>147 655</b>	<b>581 105</b>
Dotações / (reposições)	( 15 079)	( 10 510)	( 25 589)
Utilizações	-	( 8 006)	( 8 006)
Diferenças de câmbio e outras	426	( 269)	157
<b>Saldo a 31 de Março de 2012</b>	<b>418 797</b>	<b>128 870</b>	<b>547 667</b>

As Outras provisões, cujo valor ascende a 128,9 milhões de euros (31 de Dezembro de 2011: 147,7 milhões de euros), visam a cobertura de determinadas contingências devidamente identificadas, decorrente da actividade do Banco, sendo as mais relevantes as seguintes:

- Contingências decorrentes do processo de permuta de acções do Banco Boavista Interatlântico, por acções do Bradesco, ocorrida durante o exercício de 2000. O Banco constituiu provisões no valor de 62,7 milhões de euros (31 de Dezembro de 2011: 61,4 milhões de euros) para cobertura de eventuais perdas com o referido processo;
- Contingências associadas a processos de falência de clientes que poderão implicar perdas para o Banco. As provisões registadas com vista à cobertura destas perdas ascendem a cerca de 22,5 milhões de euros em 31 de Março de 2012 (31 de Dezembro de 2011: 22,5 milhões de euros);
- Contingências associadas a processos em curso relativos a matérias fiscais. Para fazer face a estas contingências, o Banco mantém provisões de cerca de 20,9 milhões de euros (31 de Dezembro de 2011: 32,7 milhões de euros);
- Provisões associadas a processos em curso relativas a operações comerciais realizadas no estrangeiro no valor de 3,5 milhões de euros (31 de Dezembro de 2011: 11,8 milhões de euros);

- O valor remanescente, de cerca de 19,3 milhões de euros (31 de Dezembro de 2011: 19,3 milhões de euros), destina-se à cobertura de perdas potenciais decorrentes da actividade normal do Banco tais como, entre outras, fraudes, roubos e assaltos e processos judiciais em curso.

### NOTA 35 – IMPOSTOS

O Banco está sujeito a tributação em sede de imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e correspondentes Derramas.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capital próprio. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do exercício.

O cálculo do imposto corrente do período de três meses findo em 31 de Março de 2012 foi apurado com base numa taxa nominal de IRC e Derrama Municipal de 26,5%, de acordo com a Lei n.º 107-B/2003, de 31 de Dezembro, a Lei nº2/2007, de 15 de Janeiro (que aprovou a Lei das Finanças Locais), acrescida de uma taxa adicional até 5% referente à Derrama Estadual que incide sobre lucros tributáveis acima dos 10 milhões de Euros, nos termos previstos na Lei nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2012).

Adicionalmente, para efeitos do cálculo do imposto corrente do período de três meses findo em 31 de Março de 2012, foi tomado em consideração o Decreto-Lei nº 127/2011, de 31 de Dezembro, que regula a transferência de responsabilidades pelos encargos com as pensões de reforma e sobrevivência dos reformados e pensionistas para a Segurança Social, e que consagrou um regime especial de dedutibilidade fiscal dos gastos e outras variações patrimoniais decorrentes dessa transferência:

- O impacto decorrente da variação patrimonial negativa associada à alteração da política contabilística de reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais anteriormente diferidos, será integralmente dedutível, em partes iguais, durante 10 anos, a partir do exercício que se inicia em 1 de Janeiro de 2012. Este impacto é registado em rubricas de capital próprio;
- O impacto decorrente da liquidação (determinado pela diferença entre a responsabilidade mensurada de acordo com os critérios da IAS 19 e os critérios definidos no acordo) será integralmente dedutível para efeitos do apuramento do lucro tributável, em partes iguais, em função da média do número de anos de esperança de vida dos pensionistas cujas responsabilidades foram transferidas (18 anos no caso do BES), a partir do exercício que se inicia em 1 de Janeiro de 2012. Este impacto é registado em rubricas de resultados.

Os impostos diferidos activos resultantes da transferência das responsabilidades e da alteração da política contabilística do reconhecimento dos desvios actuariais são pois recuperáveis nos prazos de 10 e 18 anos, via rubricas de capital próprio e via rubricas de resultados, respectivamente.

O cálculo do imposto corrente do exercício de 2011 foi apurado com base numa taxa nominal de IRC e Derrama Municipal de 26,5% de acordo com a Lei n.º 107-B/2003, de 31 de Dezembro, e a Lei nº2/2007, de 15 de Janeiro (que aprovou a Lei das Finanças Locais), acrescida de uma taxa adicional de 2,5% referente à Derrama Estadual prevista no âmbito das medidas adicionais do Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) aprovadas pela Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho.

Em termos de imposto corrente relativo ao exercício de 2011, a Sucursal Financeira Exterior na Zona Franca da Madeira beneficiava, ao abrigo do artigo 33.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, de uma isenção de IRC até 31 de Dezembro de 2011. Para efeitos da aplicação desta isenção, considerava-se que pelo menos 85% do lucro tributável da actividade global do Banco era resultante de actividades exercidas fora do âmbito institucional da Zona Franca da Madeira.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Na medida em que a alteração das taxas de Derrama Estadual prevista na Lei nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2012), se aplica apenas aos exercícios de 2012 e de 2013 e não se estima que nesses exercícios ocorra a reversão de diferenças temporárias com impacto líquido significativo, a mesma não foi tomada em consideração no cálculo do imposto diferido a 31 de Dezembro de 2011 e a 31 de Março de 2012. Assim, para o exercício e período em causa, o imposto diferido foi apurado com base numa taxa agregada de 29%, resultante do somatório das taxas de IRC (25%), Derrama Municipal (1,5%) e Derrama Estadual (2,5%) acima referidas.

As declarações de autoliquidação do Banco ficam sujeitas a inspecção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos ou de seis anos em caso da existência de prejuízos fiscais. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração do que, no contexto das demonstrações financeiras individuais, não ocorrerão encargos adicionais de valor significativo.

Os activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 31 de Março de 2012 e em 31 de Dezembro de 2011 podem ser analisados como seguem:

	Activo		Passivo		Líquido	
	31.03.2012	31.12.2011	31.03.2012	31.12.2011	31.03.2012	31.12.2011
Instrumentos financeiros	80 815	104 639	(40 303)	(65 810)	40 512	38 829
Crédito a clientes	325 555	310 248	-	-	325 555	310 248
Outros activos tangíveis	-	-	(9 026)	(9 068)	(9 026)	(9 068)
Activos intangíveis	102	102	-	-	102	102
Investimentos em subsidiárias e associadas	58 268	54 045	(9 353)	(9 353)	48 915	44 692
Provisões	28 494	28 052	-	-	28 494	28 052
Pensões	277 458	284 741	(37 952)	(38 947)	239 506	245 794
Prémios de antiguidade	7 313	7 162	-	-	7 313	7 162
Prejuízos fiscais reportáveis	-	7 704	(731)	-	(731)	7 704
Outros	2 722	2 845	-	(616)	2 722	2 229
<b>Activo/(passivo) por imposto diferido</b>	<b>780 727</b>	<b>799 538</b>	<b>(97 365)</b>	<b>(123 794)</b>	<b>683 362</b>	<b>675 744</b>

Os movimentos ocorridos nas rubricas de impostos diferidos de balanço tiveram as seguintes contrapartidas:

	(milhares de euros)	
	31.03.2012	31.12.2011
<b>Saldo inicial</b>	<b>675 744</b>	<b>505 970</b>
Reconhecido em resultados	31 735	147 534
Reconhecido em reservas de justo valor	(26 609)	51 701
Reconhecido em reservas - outro rendimento integral	(5 199)	(9 356)
Reconhecido em outras reservas	5 051	(24 124)
Variação cambial e outros	2 640	4 019
<b>Saldo no final (Activo/(Passivo))</b>	<b>683 362</b>	<b>675 744</b>

O imposto reconhecido em resultados e reservas durante os períodos findos em 31 de Março de 2012 e de 31 de Dezembro de 2011 teve as seguintes origens:

	31.03.2012		31.12.2011	
	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas
<b>Impostos Diferidos</b>				
Instrumentos financeiros	(28 292)	26 609	(9 060)	(51 701)
Crédito a clientes	(15 307)	-	(78 371)	-
Outros activos tangíveis	(42)	-	(171)	-
Activos intangíveis	-	-	-	-
Investimentos em associadas e subsidiárias	(4 223)	-	(50 224)	-
Provisões	(442)	-	763	-
Pensões	1 089	5 199	(21 994)	5 374
SAMS	-	-	-	-
Prémios de antiguidade	(151)	-	659	-
Prejuízos fiscais reportáveis	13 486	(5 051)	11 907	28 106
Outros	2 147	-	(1 043)	-
<b>Impostos Diferidos</b>	<b>(31 735)</b>	<b>26 757</b>	<b>(147 534)</b>	<b>(18 221)</b>
<b>Impostos Correntes</b>	<b>33 132</b>	<b>1 313</b>	<b>4 278</b>	<b>4 497</b>
<b>Total de imposto reconhecido</b>	<b>1 397</b>	<b>28 070</b>	<b>(143 256)</b>	<b>(13 724)</b>

O imposto corrente reconhecido em reservas inclui um proveito de 27 milhares de euros relativos ao custo incorrido com o aumento de capital (31 de Dezembro de 2011: 326 milhares de euros) e um proveito

de 1 286 milhares de euros relativos a pensões de reforma (31 de Dezembro de 2011: custo de 254 milhares de euros). Em 31 de Dezembro de 2011, o imposto corrente reconhecido em reservas incluía ainda um custo de 4 570 milhares de euros relativo às derramas Municipal e Estadual sobre as mais-valias reconhecidas em reservas.

A reconciliação da taxa de imposto pode ser analisada como segue:

	<b>(milhares de euros)</b>	
	<b>31.03.2012</b>	<b>31.12.2011</b>
	<b>%</b>	<b>Valor</b>
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>45 111</b>
Contribuição Extraordinária sobre o Sector Bancário		( 7 380)
<b>Resultado antes de impostos para reconciliação da taxa de imposto</b>		<b>52 491</b>
Taxa de imposto	29,0	29,0
Imposto apurado com base na taxa de imposto		13 082
Dividendos excluídos de tributação	-	43,6
Lucros em unidades com regime de tributação mais favorável	3,2	3,6
(Mais)/Menos valias fiscais <i>versus</i> contabilísticas	1,9	( 8 825)
Custos não dedutíveis	13,6	(32,3)
Utilização de prejuízos fiscais reportáveis para os quais não havia sido constituído imposto diferido activo	(57,7)	( 26 040)
Outros	13,0	5 886
<b>Imposto do período</b>	<b>3,1</b>	<b>1 397</b>
		<b>57,8</b> <b>( 143 256)</b>

No seguimento da Lei nº55-A/2010, de 31 de Dezembro, foi criada a Contribuição sobre o Sector Bancário. A 31 de Março de 2012, o Banco reconheceu como custo o valor de 7,4 milhões de euros (31 de Dezembro de 2011: 28,7 milhões de euros), o qual foi incluído nos Outros resultados de exploração – Impostos directos e indirectos (ver Nota 11).

### NOTA 36 – PASSIVOS SUBORDINADOS

A rubrica Passivos subordinados decompõe-se como segue:

	<b>(milhares de euros)</b>	
	<b>31.03.2012</b>	<b>31.12.2011</b>
Obrigações	720 963	718 363
Empréstimos	144 429	166 518
Obrigações perpétuas	11 523	11 304
	<b>876 915</b>	<b>896 185</b>

O movimento ocorrido durante os primeiros três meses de 2012 nos passivos subordinados foi o seguinte:

	(milhares de euros)					
	<b>Saldo em 31.12.2011</b>	<b>Emissões</b>	<b>Reembolsos</b>	<b>Compras (líquidas)</b>	<b>Outros Movimentos <sup>(a)</sup></b>	<b>Saldo em 31.03.2012</b>
Obrigações	718 363	-	-	( 18)	2 618	720 963
Empréstimos	166 518	-	( 9 098)	-	( 12 991)	144 429
Obrigações perpétuas	11 304	-	-	-	219	11 523
	<b>896 185</b>	<b>-</b>	<b>( 9 098)</b>	<b>( 18)</b>	<b>( 10 154)</b>	<b>876 915</b>

<sup>a)</sup> Os outros movimentos incluem o juro corrido em balanço, correções por operações de cobertura, correções de justo valor e variação cambial

As principais características dos passivos subordinados são apresentadas como segue:

Designação	Moeda	Data de emissão	Valor de emissão	Valor de balanço	31.03.2012		Maturidade
					Taxa de juro actual		
Empréstimos Subordinados Perpétuos	EUR	2002	500 000	36 670	6,63%		2012 a)
Empréstimos Subordinados Perpétuos	EUR	2004	500 000	87 585	4,51%		2015 a)
Empréstimos Subordinados	EUR	2008	20 000	20 174	Euribor 3M + 1%		2018
Obrigações Subordinadas	EUR	2004	25 000	25 337	Euribor 6M + 1,25%		2014
Obrigações Subordinadas	EUR	2008	41 550	11 163	Euribor 3M + 1%		2018
Obrigações Subordinadas Perpétuas	EUR	2005	15 000	11 523	Euribor 3M + 2,25%		2015 a)
Obrigações Subordinadas	EUR	2008	638 450	625 944	Euribor 3M + 1%		2019
Obrigações Subordinadas	EUR	2008	50 000	50 081	Euribor 3M + 1,05%		2018
Obrigações Subordinadas	EUR	2011	8 174	8 438	10,00%		2021
			<b>1 798 174</b>	<b>876 915</b>			

a) data da call option

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.7, no caso de compras de títulos representativos de responsabilidades do Banco, os mesmos são anulados do passivo e a diferença entre o valor de compra e o respectivo valor de balanço é reconhecida em resultados. Na sequência das compras efectuadas até 31 de Março de 2012, o Banco não reconheceu qualquer resultado (ver Notas 11 e 33).

## NOTA 37 – OUTROS PASSIVOS

A rubrica Outros passivos a 31 de Março de 2012 e a 31 de Dezembro de 2011 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.03.2012	31.12.2011
<b>Credores e outros recursos</b>		
Sector público administrativo	178 557	159 422
Contas caução	101 519	111 874
Credores diversos		
Credores por fornecimento de bens	31 208	45 712
Credores por operações sobre valores mobiliários	9 922	9 811
Outros credores	110 921	91 414
	<b>432 127</b>	<b>418 233</b>
<b>Custos a pagar</b>		
Prémios por antiguidade (ver Nota 13)	25 216	24 947
Outros custos a pagar	100 538	126 733
	<b>125 754</b>	<b>151 680</b>
<b>Receitas com proveito diferido</b>	<b>67 769</b>	<b>32 662</b>
<b>Outras contas de regularização</b>		
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	315 977	143 454
Operações cambiais a liquidar	13 690	23 603
Outras operações a regularizar	92 946	102 109
	<b>422 613</b>	<b>269 166</b>
	<b>1 048 263</b>	<b>871 741</b>

As operações sobre valores mobiliários a regularizar reflectem as operações realizadas com títulos a aguardar liquidação, registadas na *trade date* conforme política contabilística descrita na Nota 2.5.

## NOTA 38 – CAPITAL, PRÉMIOS DE EMISSÃO E ACÇÕES PRÓPRIAS

### *Acções ordinárias*

Em 31 de Março de 2012, o capital social do Banco no valor de 4 030,2 milhões de euros encontrava-se representado por 1 461 240 084 de acções totalmente subscritas e realizadas por diferentes accionistas, dos quais se destacam as seguintes entidades:

	% Capital	
	31.03.2012	31.12.2011
BESPAR - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	35,00%	35,00%
Credit Agricole, S.A.	8,63%	8,63%
Bradport, SGPS, S.A. <sup>(1)</sup>	4,83%	4,83%
Silchester International Investors Limited	5,67%	5,67%
Espírito Santo Financial Group, S.A.	2,48%	2,27%
PT Prestações - Mandatária de Aquisições e Gestão de Bens, S.A. <sup>(2)</sup>	2,09%	2,09%
Outros	41,30%	41,51%
	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

(1) Sociedade de direito português inteiramente detida pelo Banco Bradesco (Brasil), à qual são imputáveis os direitos de voto

(2) Empresa dominada integral e indirectamente por Portugal Telecom, SGPS

No final do exercício de 2011 o Banco realizou um aumento de capital através do lançamento de uma oferta de troca (OPT) sobre valores mobiliários emitidos pelo Banco Espírito Santo, Banco Espírito Santo de Investimento e BES Finance.

Em resultado da operação de oferta de troca sobre valores mobiliários, que decorreu entre os dias 14 e 30 de Novembro, foram emitidas 294 573 418 novas acções ordinárias do BES a €1,80 por acção e 81 736 obrigações de caixa subordinadas de valor nominal de €100 cada:

Emitente	Natureza	Valor Nominal objecto de aceitação nas Ofertas	Contrapartida	
			Nº Acções BES emitidas	Nº Obrigações de Caixa emitidas
<b>BES</b>	Valores mobiliários perpétuos subordinados com juros condicionados	€ 238 400 000 USD 2 727 000	128 527 730 992 857	70 400 1 918
<b>BES INVESTIMENTO</b>	Valores mobiliários perpétuos subordinados com juros condicionados	€ 46 269 000	25 180 367	9 418
<b>BES FINANCE</b>	<i>Undated Subordinated Notes</i> <i>Non-cumulative guaranteed step-up preference shares series A</i>	€ 184 214 000 € 197 446 000	72 960 255 66 912 209	não aplicável não aplicável
	<b>TOTAL</b>	<b>€ 668 308 530</b>	<b>294 573 418</b>	<b>81 736</b>

O impacto desta operação nos Capitais próprios do Banco apresenta-se como segue:

	(milhões de euros)
Capital	530
Prémios de emissão	( 4)
Acções preferenciais	( 197)
Outros instrumentos de capital	( 240)
Outras reservas e resultados transitados	55
Resultado do exercício	38
Interesses que não controlam	( 46)
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>136</b>

#### *Prémios de emissão*

Em 31 de Março de 2012, os prémios de emissão totalizavam 1 075 738 milhares de euros, referentes ao prémio pago pelos accionistas nos aumentos de capital.

#### *Outros instrumentos de capital*

No exercício de 2010 o Banco procedeu à emissão de obrigações perpétuas no valor de 270 milhões de euros, e de um empréstimo subordinado perpétuo no valor de 600 milhões de euros. Todas as emissões têm juro condicionado não cumulativo, pagável apenas se e quando declarado pelo Conselho de Administração.

As características das emissões são as seguintes:

Descrição	Data de emissão	Moeda	Valor de emissão	Valor de balanço	Taxa de juro	Pagamento de cupão	(milhares de euros) Possibilidade de reembolso <sup>(1)</sup>
Obrigações perpétuas	Dez/10	EUR	264 952	26 243	8,50%	15/Mar e 14/Set	A partir de Set/15
Obrigações perpétuas	Dez/10	USD	5 080	3 041	8,00%	15/Mar e 14/Set	A partir de Set/15
Empréstimo perpétuo	Dez/10	EUR	600 000	598 240	5,58%	02/Jul <sup>(2)</sup>	A partir de Jul/14
<b>870 032    627 524</b>							

<sup>(1)</sup> O reembolso destes títulos poderá ser efectuado na sua totalidade, mas não parcialmente, por opção do emitente, mediante aprovação prévia do Banco de Portugal

<sup>(2)</sup> A partir de Julho de 2014 o juro será pago trimestralmente com base na aplicação da taxa Euribor a três meses, acrescida de 2,67%, sobre o montante utilizado.

Durante os primeiros três meses de 2012 o Banco adquiriu 12,7 milhões de euros do empréstimo subordinado, tendo registado uma mais-valia líquida de imposto de 6 528 milhares de euros reconhecida em Outras reservas. Em resultado da oferta de troca sobre valores mobiliários, realizada em 2011, os Outros Instrumentos de Capital emitidos pelo BES foram reduzidos em 240 448 milhares de euros.

Durante os três primeiros meses de 2012, o Banco efectuou pagamento de juros no montante de 1 251 milhares de euros relativos às obrigações perpétuas,

Estas emissões são subordinadas em relação a qualquer passivo do BES e *pari passu* relativamente a quaisquer obrigações subordinadas de características idênticas que venham a ser emitidas pelo Banco. Face às suas características são consideradas como instrumentos de capital, de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.9.

### *Acções próprias*

Em 27 de Janeiro de 2012, o BES alienou 67 184 acções próprias, fora de bolsa, na sequência da reforma de dois administradores a quem tinha sido atribuído um lote de 33 592 acções relativo à distribuição de resultados de 2010, de acordo com o Plano de Remuneração Variável em Instrumentos Financeiros (PRVIF) aprovado em Assembleia Geral de 6 de Abril de 2010 e de acordo com a proposta do Conselho de Administração sobre aquisição e alienação de acções próprias aprovada em Assembleia Geral de 31 de Março de 2011.

O movimento ocorrido nas acções próprias é como segue:

	31.03.2012	31.12.2011		
	Nº de acções	Valor (milhares de euros)	Nº de acções	Valor (milhares de euros)
Saldo no início do período/ exercício	342 475	997	-	-
Aquisições <sup>(1)</sup>	-	-	342 475	997
Acções alienadas <sup>(2)</sup>	67 184	( 89)	-	-
Saldo no final do período/ exercício	275 291	908	342 475	997

<sup>(1)</sup> Accções adquiridas no âmbito do PRVIF, ao preço de 2,909 euros por acção.

<sup>(2)</sup> Accções alienadas ao preço de 1,315 por acção.

## NOTA 39 – RESERVAS DE JUSTO VALOR, OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

### *Reserva legal*

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. A legislação portuguesa aplicável ao sector bancário (Artigo 97º do Decreto-lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro) exige que a reserva legal seja anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até a um limite igual ao valor do capital social ou ao somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior.

### *Reservas de justo valor*

As reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de activos financeiros disponíveis para venda, líquidas de imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores. O valor desta reserva é apresentado líquido de imposto diferido.

Os movimentos ocorridos nestas rubricas foram os seguintes:

(milhares de euros)

	Reservas de justo valor			Outras Reservas e Resultados Transitados			Total Outras Reservas e Resultados Transitados
	Activos financeiros disponíveis p/ venda	Reservas por impostos diferidos	Total Reserva de Justo valor	Desvios actuariais (valor líquido de impostos)	Reserva Legal	Outras reservas e Resultados Transitados	
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2010 (reexpresso)</b>	<b>2 588</b>	<b>5 653</b>	<b>8 241</b>	<b>( 656 367)</b>	<b>59 000</b>	<b>469 970</b>	<b>( 127 397)</b>
Alterações de justo valor	( 83 895)	8 864	( 75 031)	-	-	26 000	151 849
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	-	( 3 298)
Pensões - Regime transitório	-	-	-	( 3 298)	-	-	( 6 048)
Plano de incentivos baseado em acções, líquido de imposto	-	-	-	-	-	( 6 048)	( 6 048)
Outros movimentos	-	-	-	-	-	( 83)	( 83)
<b>Saldo em 31 de Março de 2011</b>	<b>( 81 307)</b>	<b>14 517</b>	<b>( 66 790)</b>	<b>( 659 665)</b>	<b>85 000</b>	<b>589 688</b>	<b>15 023</b>
Compra de outros instrumentos de capital	-	-	-	-	-	50 975	50 975
Aumento de capital - Troca de Instrumentos de Capital	-	-	-	-	-	54 673	54 673
Desvios actuariais	-	-	-	22 908	-	-	22 908
Alterações de justo valor	( 135 743)	42 837	( 92 906)	-	-	-	-
Pensões - Regime transitório	-	-	-	( 9 893)	-	-	( 9 893)
Juros de outros instrumentos de capital	-	-	-	-	-	( 6 376)	( 6 376)
Dividendos de outros instrumentos de capital	-	-	-	-	-	( 11 351)	( 11 351)
Outros movimentos	-	-	-	-	-	( 1 951)	( 1 951)
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2011</b>	<b>( 217 050)</b>	<b>57 354</b>	<b>( 159 696)</b>	<b>( 646 650)</b>	<b>85 000</b>	<b>675 658</b>	<b>114 008</b>
Alterações de justo valor	98 747	( 26 542)	72 205	-	-	-	-
Compra de Outros instrumentos de capital (a)	-	-	-	-	-	6 528	6 528
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	( 133 089)	( 133 089)
Juros de outros instrumentos de capital	-	-	-	-	-	( 1 251)	( 1 251)
Pensões - Regime transitório	-	-	-	( 2 689)	-	-	( 2 689)
Outros movimentos	-	-	-	-	-	3	3
<b>Saldo em 31 de Março de 2012</b>	<b>( 118 303)</b>	<b>30 812</b>	<b>( 87 491)</b>	<b>( 649 339)</b>	<b>85 000</b>	<b>547 849</b>	<b>( 16 490)</b>

(a) Valor líquido de imposto

O movimento da reserva de justo valor, líquida de impostos diferidos, pode ser assim analisado:

(milhares de euros)

	31.03.2012	31.12.2011
<b>Saldo no início do período</b>	<b>( 159 696)</b>	<b>8 241</b>
Variação de justo valor	118 109	( 249 044)
Alienações do período	( 22 367)	( 16 234)
Imparidade reconhecida no período	3 005	45 640
Impostos diferidos reconhecidos no período em reservas (ver nota 35)	( 26 542)	51 701
<b>Saldo no final do período</b>	<b>( 87 491)</b>	<b>( 159 696)</b>

## NOTA 40 – PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

Para além dos instrumentos financeiros derivados, existiam em 31 de Março de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, os seguintes saldos relativos a contas extrapatrimoniais:

	(milhares de euros)	
	<b>31.03.2012</b>	<b>31.12.2011</b>
<b>Passivos contingentes</b>		
Garantias e avales prestados	14 573 727	15 691 225
Activos financeiros dados em garantia	17 120 463	12 493 786
Créditos documentários abertos	2 868 478	2 635 186
Outros	317 941	356 919
	<b>34 880 609</b>	<b>31 177 116</b>
<b>Compromissos</b>		
Compromissos revogáveis	7 275 946	7 988 988
Compromissos irrevogáveis	4 502 116	3 957 908
	<b>11 778 062</b>	<b>11 946 896</b>

As garantias e avales prestados são operações bancárias que não se traduzem por mobilização de fundos por parte do Banco.

Em 31 de Março de 2012, a rubrica de activos dados em garantia inclui:

- Títulos dados em garantia ao Banco de Portugal no âmbito da abertura de crédito com garantia para operações de cedência de liquidez no montante de 15 834 milhões de euros;
- Títulos dados em garantia à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários no âmbito do Sistema de Indemnização aos Investidores no montante de 13 916 milhares de euros (31 de Dezembro de 2011: 16 981 milhares de euros);
- Títulos dados em garantia ao Fundo de Garantia de Depósitos no montante de 79 000 milhares de euros (31 de Dezembro de 2011: 64 000 de euros);
- Títulos dados em garantia ao Banco europeu de Investimento no montante de 1 190 milhões de euros (31 de Dezembro de 2011: 1 214 milhares de euros).

Estes activos financeiros dados em garantia encontram-se registados nas diversas carteiras de títulos do Banco e podem ser executados em caso de incumprimento, por parte do Banco, das obrigações contratuais assumidas nos termos e condições dos contratos celebrados.

Os créditos documentários são compromissos irrevogáveis, por parte do Banco, por conta dos seus clientes, de pagar/mandar pagar um montante determinado ao fornecedor de uma dada mercadoria ou serviço, dentro de um prazo estipulado, contra a apresentação de documentos referentes à expedição da mercadoria ou prestação do serviço. A condição de irrevogável consiste no facto de não ser viável o seu cancelamento ou alteração sem o acordo expresso de todas as partes envolvidas.

Os compromissos, revogáveis e irrevogáveis, representam acordos contratuais para a concessão de crédito com os clientes do Banco (p.e. linhas de crédito não utilizadas) os quais, de forma geral, são contratados por prazos fixos ou com outros requisitos de expiração e, normalmente, requerem o pagamento de uma comissão. Substancialmente todos os compromissos de concessão de crédito em vigor requerem que os clientes mantenham determinados requisitos verificados aquando da contratualização dos mesmos.

Não obstante as particularidades destes passivos contingentes e compromissos, a apreciação destas operações obedece aos mesmos princípios básicos de uma qualquer outra operação comercial, nomeadamente o da solvabilidade quer do cliente quer do negócio que lhes estão subjacentes, sendo que o Banco requer que estas operações sejam devidamente colateralizadas quando necessário. Uma vez que é expectável que a maioria dos mesmos expire sem ter sido utilizado, os montantes indicados não representam necessariamente necessidades de caixa futuras.

Adicionalmente, as responsabilidades evidenciadas em contas extrapatrimoniais relacionadas com a prestação de serviços bancários são como segue:

	(milhares de euros)	
	31.03.2012	31.12.2011
Depósito e guarda de valores	51 152 608	50 661 185
Valores recebidos para cobrança	263 919	270 695
Crédito securitizado sob gestão ( <i>servicing</i> )	6 978 231	8 867 304
Outras responsabilidades por prestação de serviços	3 406 247	3 461 155
	<b>61 801 005</b>	<b>63 260 339</b>

## NOTA 41 – TRANSACÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

O valor das transacções do Banco com partes relacionadas em 31 de Março de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, assim como os respectivos custos e proveitos reconhecidos no período em análise, resume-se como segue:

	31.03.2012					31.12.2011					(milhares de euros)	
	Activos	Passivos	Garantias	Proveitos	Custos	Activos	Passivos	Garantias	Proveitos	Custos		
<b>Empresas subsidiárias</b>												
ES RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO	-	423	-	-	898	-	510	-	-	-	5 649	-
ES CONCESSÕES	185 188	69	51 861	3 688	-	178 959	54	51 847	12 248	-	-	-
ES ACE 2	-	301	-	329	1 379	-	312	-	1 317	5 744	-	-
ESAF	-	58 502	4 035	3 486	317	-	28 294	4 035	15 674	526	-	-
ESAF ESPANHA	382	27 688	-	1 168	98	383	25 838	-	5 028	365	-	-
ES SERVICIOS	54 410	144	-	359	685	35 225	138	-	806	3 203	-	-
ESGEST	-	516	-	-	235	-	522	-	-	976	-	-
ESINF	-	859	-	-	884	-	963	-	-	5 017	-	-
BESNAC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	466	-	-
BESI	1 326 176	178 500	3 633	8 147	1 385	1 415 457	268 564	11 350	23 005	11 226	-	-
BES GMBH	-	4 024	1 073 854	-	15	-	20	1 095 572	5 088	20	-	-
BES ORIENTE	15	133 837	-	-	1 490	53	112 316	-	-	3 372	-	-
BES FINANCE	524 734	4 589 673	9 675 750	5 480	62 953	244 545	4 487 408	9 699 587	110 401	334 768	-	-
ES PLC	301 410	1 093 064	1 267 000	818	5 117	183 410	1 804 179	2 619 857	2 628	3 428	-	-
ES BANK	18 789	1151	-	-	-	20 041	5 960	-	-	-	-	-
ES TECH VENTURES	44 303	30	-	31	-	44 263	28	-	1 785	-	-	-
ES REPRESENTAÇÕES	-	-	-	-	4	-	-	-	-	32	-	-
ESCLINC	-	-	-	-	276	-	-	-	-	1 350	-	-
BEST	23 233	102 442	14	59	1 955	13 181	268 097	-	615	4 042	-	-
BES AÇORES	130 152	27 049	-	1 801	125	167 648	25 776	-	1 591	332	-	-
BES ANGOLA	2 288 365	25 282	-	33 294	36	2 189 164	36 512	-	111 000	74	-	-
QUINTA DOS CONEGOS	1 028	-	-	-	-	1 007	-	-	-	-	-	-
BIBL	1 515 265	989 989	3 004 600	7 066	28 958	2 020 965	1 462 933	2 981 714	32 831	102 313	-	-
FCR PME	-	3 095	-	-	18	-	3 094	-	-	63	-	-
FIQ VENTURES II	21 795	42	-	411	-	21 321	8	-	1 427	-	-	-
SPE-LM6	187 683	-	-	1 255	343	189 514	-	-	4 331	1 019	-	-
SPE-LM7	1 383 268	-	-	5 051	150	1 404 012	-	-	24 189	81	-	-
FT LPF1	146 416	2 171	-	1 139	-	153 061	9 070	-	8 746	-	-	-
PRAÇA DO MARQUES	2 120	698	-	-	360	2 120	1 490	-	-	1 440	-	-
PARSUNI	17	2	-	-	-	17	-	-	-	-	-	-
SPE-SMEI	6 579	-	-	393	-	7 844	-	-	560	-	-	-
AVISTAR	800 000	206 049	-	65	1 120	800 000	194 192	-	282	7 078	-	-
FCR_BES_GROWTH	-	2 916	-	-	-	-	626	-	-	-	-	-
FCR_VENTURES_III	18 784	43	-	392	-	22 398	13	-	1 428	-	-	-
AMAN BANK	-	39 756	-	132	-	1 469	3 092	-	-	-	-	-
OBLOG	-	800	-	-	-	-	1 175	-	-	-	-	-
BES ÁFRICA	-	204	-	8	-	-	508	-	32	-	-	-
BANCO DE CABO VERDE	-	54 255	1 123	-	-	-	13 420	-	-	-	-	-
ES VANGUARDA	-	328	-	-	3	-	500	-	-	-	-	-
CLNs	52 104	100 000	-	230	1 546	51 835	100 000	-	1 621	9 590	-	-
	<b>9 032 216</b>	<b>7 643 902</b>	<b>15 081 870</b>	<b>74 802</b>	<b>110 350</b>	<b>9 167 892</b>	<b>8 855 612</b>	<b>16 463 962</b>	<b>366 633</b>	<b>502 174</b>		
<b>Empresas associadas</b>												
BES VIDA	1 219 847	273 691	-	18 628	966	1 355 199	263 447	-	22 796	1 797	-	-
ES VÉNÉTIE	719 945	3 136	12 460	376	-	865 066	139 804	11 794	2 626	125	-	-
LOCARENT	140 462	2 029	-	1 020	2 078	142 261	312	-	4 608	8 764	-	-
BES SEGUROS	8	9 820	-	-	5	3	8 471	-	-	11	-	-
ESEGUR	1 155	9	2 197	4	-	2 308	219	2 197	119	-	-	-
ES CONTACT CENTER	1 856	-	43	24	-	1 988	-	43	114	-	-	-
EMPARK	39 676	-	-	611	-	40 080	-	-	2 499	-	-	-
SOUSACAMP	30	2	-	2	-	-	5	-	-	-	-	-
ASCENDI GROUP SGPS	234 548	5 666	29 362	3 575	-	188 034	8 337	29 358	8 634	7	-	-
NANIUM	38 686	2 774	18 387	154	-	42 044	2 752	18 387	971	-	-	-
ASCENDI PINHAL INTERIOR	45 884	64 204	15 374	506	47	33 732	10 686	15 374	1 505	103	-	-
AENOR DOURO	271 887	2 203	11 000	3 037	1	247 956	1 898	12 000	11 202	18	-	-
SCUTVIAS	8 154	-	6 868	54	-	8 154	-	6 868	219	-	-	-
PALEXPO	6 855	244	-	123	-	6 800	75	-	495	-	-	-
UNICRE	9 701	10	-	9	-	1	10 003	-	-	280	-	-
OUTRAS	35 197	23 995	4 731	472	54	37 871	20 412	4 684	1 243	80	-	-
	<b>2 773 891</b>	<b>387 783</b>	<b>100 422</b>	<b>28 595</b>	<b>3 151</b>	<b>2 971 497</b>	<b>466 421</b>	<b>100 705</b>	<b>57 031</b>	<b>11 185</b>		

No âmbito do acordo de distribuição e gestão operacional existentes entre o BES, a BES Vida e o Credit Agricole, o BES concedeu à BES Vida uma garantia de retorno sobre um conjunto de activos associados a contratos de seguros e de investimento. O BES regista esta garantia no passivo pelo seu justo valor, por contrapartida de resultados, sempre que o retorno esperado dos activos é inferior à rentabilidade mínima garantida aos segurados. O valor da responsabilidade perante a BES VIDA, reconhecida em balanço em 31 de Março de 2012 era de 3,4 milhões de euros (31 de Dezembro de 2011: 6,8 milhões de euros).

Em 31 de Março de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, o montante global dos activos e passivos do Banco que se referem a operações realizadas com entidades subsidiárias, associadas e relacionadas do Grupo ESFG (holding do Banco), para além das acima referidas, resume-se como segue:

	31.03.2012					(milhares de euros)			
	Activos					Garantias	Passivos	Proveitos	Custos
	Aplicações em Instituições de crédito	Crédito	Títulos	Outros	Total				
ES IRMÃOS	-	99 897	-	-	99 897	-	-	1 303	-
ESPÍRITO SANTO FINANCIÉRE, SA	-	209 847	-	-	209 847	-	98	-	-
ES SAUDE	-	21 242	31 143	-	52 385	26 363	14 003	109	3
GRUPO CRÉDIT AGRICOLE	973	6	-	95	1 074	1 148	287	6	-
PARTRAN	-	-	-	-	-	-	24	-	-
BANQUE PRIVÉE ESPÍRITO SANTO	608	-	-	-	608	7 190	18 034	-	10
COMPANHIA SEGUROS TRANQUILIDADE	-	140 090	-	-	140 090	21 076	138 325	16	86
ES BANK PANAMA	-	-	-	-	-	-	2 177	-	-
BESPAR	-	-	-	-	-	-	562	-	-
ESF PORTUGAL	-	-	-	-	-	-	117	-	-
OPWAY	-	11 580	-	-	11 580	47 649	553	176	-
T - VIDA	-	89 843	298 979	-	388 822	-	109 121	4	79
CONSTRUCCIONES SARRION	-	21 111	-	-	21 111	820	-	-	-
ESPÍRITO SANTO RESOURCES	-	1	-	-	1	-	957	-	1
ESFG	-	-	-	-	-	-	29	-	-
EUROP ASSISTANCE	-	7	-	-	7	8	3 292	-	1
ESUMÉDICA	-	1 965	-	-	1 965	4	-	26	-
OUTRAS	-	41 526	23 658	-	65 184	25 362	36 103	337	121
<b>TOTAL</b>	<b>1 581</b>	<b>637 115</b>	<b>353 780</b>	<b>95</b>	<b>992 571</b>	<b>129 620</b>	<b>323 682</b>	<b>1 977</b>	<b>301</b>

	31.12.2011					(milhares de euros)			
	Activos					Garantias	Passivos	Proveitos	Custos
	Aplicações em Instituições de crédito	Crédito	Títulos	Outros	Total				
ES IRMÃOS	-	99 341	-	-	99 341	-	-	5 242	-
ESPÍRITO SANTO FINANCIÉRE, SA	-	173 644	-	-	173 644	-	154	-	-
ES SAUDE	-	22 479	31 143	-	53 622	24 870	23 873	398	25
GRUPO CRÉDIT AGRICOLE	973	5	-	57	1 035	1 150	460	23	-
PARTRAN	-	-	-	-	-	-	14	-	-
BANQUE PRIVÉE ESPÍRITO SANTO	25 588	-	-	-	25 588	7 874	16 744	-	56
COMPANHIA SEGUROS TRANQUILIDADE	-	167 298	-	-	167 298	21 155	101 811	58	232
ES BANK PANAMA	-	-	-	-	-	-	719	-	-
BESPAR	-	-	-	-	-	-	729	-	-
ESF PORTUGAL	-	-	-	-	-	-	449	-	-
OPWAY	-	14 133	-	-	14 133	47 642	13 073	282	-
T - VIDA	-	85 981	275 778	-	361 759	-	96 105	48	25
CONSTRUCCIONES SARRION	-	21 111	-	-	21 111	820	-	-	-
ESPÍRITO SANTO RESOURCES	-	1	-	-	1	-	901	-	7
ESFG	-	-	-	-	-	-	23	-	-
EUROP ASSISTANCE (b)	-	15	-	-	15	8	1 835	-	-
ESUMÉDICA (a)	-	1 949	-	-	1 949	4	-	109	-
OUTRAS	-	38 448	1 126	-	39 574	22 293	30 213	888	180
<b>TOTAL</b>	<b>26 561</b>	<b>624 405</b>	<b>308 047</b>	<b>57</b>	<b>959 070</b>	<b>125 816</b>	<b>287 103</b>	<b>7 048</b>	<b>525</b>

Em 31 de Março de 2012 o valor do crédito concedido pelo BES ao pessoal chave da gestão ascendia a 15 956 milhares de euros (31 de Dezembro de 2011: 16 117 milhares de euros).

Em 31 de Março de 2012 o valor dos créditos concedidos pelo Banco aos Administradores da ESFG que não são cumulativamente Administradores do BES ascendia a 4 079 milhares de euros (31 de Dezembro de 2011: 4 911 milhares de euros).

Todas as transacções efectuadas com partes relacionadas são realizadas a preços normais de mercado, obedecendo ao princípio do justo valor.

Os créditos concedidos aos administradores correspondem a actos compreendidos no próprio comércio da Sociedade e nenhuma vantagem especial lhes foi concedida (nº5 do artigo 397 do Código das

Sociedades Comerciais), pelo que não se encontram abrangidos pelas disposições constantes dos nºs 1, 2, 3 e 4 do artigo 397.º do Código das Sociedades Comerciais.

A concessão de crédito pelas instituições de crédito aos seus administradores é ainda regulada pelo artigo 85.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF) e pela Instrução do Banco de Portugal nº 17/2011 que entrou em vigor em 21 de Agosto 2011.

Do disposto nas referidas normas, salientam-se as seguintes regras:

(i) Proibição de concessão de crédito sob qualquer forma ou modalidade, incluindo a prestação de garantias:

- a membros executivos do Conselho de Administração, a membros da Comissão de Auditoria, e a sociedades ou outros entes colectivos directa ou indirectamente dominados por quaisquer daqueles membros, com excepção de operações de carácter ou finalidade social, operações decorrentes da política de pessoal ou de crédito decorrente da utilização de cartões de crédito associados à conta de depósito em condições similares às praticadas com outros clientes de perfil e risco análogos, nos termos do disposto no nº4 do art. 85º do RGICSF;

- aos cônjuges e parentes em 1º grau de membros executivos do Conselho de Administração ou de membros da Comissão de Auditoria e a sociedades ou outros entes colectivos directa ou indirectamente dominados por qualquer daqueles pessoas, salvo nos casos em que tenha havido ilisão da presunção (prevista no nº 2 do art.º 85º do RGICSF) de que o crédito concedido a tais pessoas e entidades é crédito indireto aos membros executivos do Conselho de Administração ou aos membros da Comissão de Auditoria, conforme for o caso, ou nos casos que se enquadrem nas situações previstas no nº4 do artº 85º do RGICSF, acima referidas.

(ii) imposição do cumprimento de determinados procedimentos, designadamente de comunicação prévia ao Banco de Portugal, nos casos em que se verifique a ilisão da presunção de crédito indireto prevista no nº 2 do art.º 85º do RGICSF.

(iii) imposição do cumprimento dos requisitos de aprovação por uma maioria de, pelo menos, 2/3 dos restantes membros do Conselho de Administração e de obtenção de parecer favorável da Comissão de Auditoria nos casos de concessão de crédito aos membros não executivos do Conselho de Administração (que não sejam membros da Comissão de Auditoria) e/ou às sociedades ou outros entes colectivos por eles directa ou indirectamente dominados.

As operações são aprovadas e realizadas a preços normais de mercado e os administradores beneficiários não intervêm na apreciação e decisão dos casos em que sejam parte interessada.

Os créditos concedidos a membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização do BES cumprem com todas as referidas exigências.

Todos os créditos concedidos às partes relacionadas integram o modelo de imparidade, sendo objecto de determinação de imparidade em moldes idênticos aos estabelecidos para os créditos comerciais concedidos pelo Banco. Em 31 de Março de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, não se verificou qualquer situação de imparidade específica com créditos concedidos a partes relacionadas. Refira-se ainda que os mesmos são integrados no conjunto de créditos considerado como mais apropriado para efeitos do cálculo da imparidade numa base colectiva tal como referido na Nota 2.4 — Crédito concedido.

## **NOTA 42 – SECURITIZAÇÃO DE ACTIVOS**

A 31 de Março de 2012, encontravam-se em curso as seguintes operações de securitização efectuadas pelo BES:

Emissão	Data de Início	Montante Inicial	Montante actual	Activo securitizado	(milhares de euros)
Lusitano Mortgages No.1 plc	Dezembro de 2002	1 000 000	387 379	Crédito à habitação (regime bonificado)	
Lusitano Mortgages No.2 plc	Novembro de 2003	1 000 000	386 153	Crédito à habitação (regime geral e bonificado)	
Lusitano Mortgages No.3 plc	Novembro de 2004	1 200 000	551 306	Crédito à habitação (regime geral)	
Lusitano Mortgages No.4 plc	Setembro de 2005	1 200 000	626 913	Crédito à habitação (regime geral)	
Lusitano Mortgages No.5 plc	Setembro de 2006	1 400 000	869 576	Crédito à habitação (regime geral)	
Lusitano SME No.1 plc	Outubro de 2006	862 607	342 253	Crédito a pequenas e médias empresas	
Lusitano Mortgages No.6 plc	Julho de 2007	1 100 000	787 435	Crédito à habitação (regime geral)	
Lusitano Project Finance No.1, FTC	Dezembro de 2007	1 079 100	144 475 <sup>(1)</sup>	Crédito Project Finance	
Lusitano Mortgages No.7 plc	Setembro de 2008	1 900 000	1 857 062	Crédito à habitação (regime geral)	
Lusitano Leverage finance No.1 BV	Fevereiro de 2010	516 534 <sup>(2)</sup>	227 801	Crédito Leverage Finance	
Lusitano Finance N.º 3	Novembro de 2011	657 981	577 982	Crédito a particulares	
IM BES Empresas 1	Novembro de 2011	485 000	446 281	Crédito a pequenas e médias empresas	

<sup>(1)</sup> Em Março de 2011, a carteira de crédito associada a esta operação foi parcialmente alienada, tendo o remanescente (créditos domésticos) sido transferido para o Fundo de Titularização de Crédito "Lusitano Project Finance No.1 FTC"

<sup>(2)</sup> Esta operação de securitização inclui 382 062 milhares de euros de créditos provenientes do BES e 134 472 milhares de euros de créditos de outras entidades intervenientes (BES Investimento e ES Vénécie)

De acordo com a opção permitida pelo IFRS 1, o BES decidiu aplicar os requisitos de desreconhecimento do IAS 39 para as operações realizadas a partir de 1 de Janeiro de 2004. Assim, os activos desreconhecidos até essa data, de acordo com as anteriores políticas contabilísticas, não foram reexpressos no balanço.

Os activos cedidos no âmbito das operações de securitização realizadas após 1 de Janeiro de 2004, foram desreconhecidos uma vez que o Banco transferiu substancialmente os riscos e benefícios associados à sua detenção.

No exercício de 2011 realizaram-se duas operações de securitização: uma de crédito a particulares (Lusitano Finance No. 3) com créditos provenientes do BES e outra de crédito a empresas (IM BES Empresas 1) com créditos provenientes da sucursal do BES em Espanha. No exercício de 2010 realizaram-se as seguintes operações de securitização: uma de crédito a empresas (Lusitano Leverage Finance No. 1)

com créditos provenientes da Sucursal do BES em Londres, do BESI e do ES Vénétie e outra de crédito a empresas e de papel comercial (Lusitano SME No. 2), sendo que esta última foi reembolsada antecipadamente em Março de 2012 (ver Nota 46). Os créditos abrangidos por estas operações não foram desreconhecidos dos respectivos balanços uma vez que as entidades mantiveram a maioria dos riscos e benefícios associados aos créditos securitizados.

#### **NOTA 43 – JUSTO VALOR DOS ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS**

O justo valor dos activos e passivos financeiros para o Banco é como segue:

	31.03.2012		(milhares de euros)	
	Total	Valor de Balanço	31.12.2011	Justo Valor
Caixa e disponibilidades bancos centrais	867 441	867 441	481 371	481 371
Disponibilidades em outras instituições de crédito	187 831	187 831	341 698	341 698
Activos financeiros detidos para negociação	2 021 092	2 021 092	1 783 039	1 783 039
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	2 100 392	2 100 392	1 969 331	1 969 331
Activos financeiros disponíveis para venda	14 026 879	14 026 879	14 275 267	14 275 267
Aplicações em instituições de crédito	6 851 789	6 851 789	7 928 825	7 928 825
Crédito a clientes	38 293 635	35 979 670	39 115 887	36 690 979
Investimentos detidos até à maturidade	782 514	642 113	830 077	665 999
Derivados para gestão do risco	428 376	428 376	487 923	487 923
<b>Activos financeiros</b>	<b>65 559 949</b>	<b>63 105 583</b>	<b>67 213 418</b>	<b>64 624 432</b>
Recursos de bancos centrais	12 647 878	12 647 878	9 232 202	9 232 202
Passivos financeiros detidos para negociação	1 531 123	1 531 123	1 605 217	1 605 217
Recursos de outras instituições de crédito	9 608 153	9 061 139	11 139 698	10 274 189
Recursos de clientes e outros empréstimos	32 000 586	32 000 586	31 179 373	31 179 373
Responsabilidades representadas por títulos	7 937 805	7 390 304	10 163 659	9 031 891
Passivos financeiros associados a activos transferidos	1 181 104	1 181 104	2 951 364	2 951 364
Derivados para gestão do risco	103 819	103 819	155 741	155 741
Passivos subordinados	876 915	787 050	896 185	780 242
<b>Passivos financeiros</b>	<b>65 887 383</b>	<b>64 703 003</b>	<b>67 323 439</b>	<b>65 210 219</b>

Os Activos e Passivos ao justo valor do Banco foram valorizados de acordo com a metodologia descrita no Relatório e contas de 31 de Dezembro de 2011.

As principais metodologias e pressupostos utilizados na estimativa do justo valor dos activos e passivos financeiros registados no balanço ao custo amortizado são analisados como segue:

*Caixa e disponibilidades em bancos centrais, Disponibilidades em outras instituições de crédito e Aplicações em instituições de crédito*

Estes activos são de muito curto prazo pelo que o valor de balanço é uma estimativa razoável do respectivo justo valor.

*Crédito a clientes*

O justo valor do crédito a clientes é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações são pagas nas datas contratualmente definidas. Os fluxos de caixa futuros esperados das carteiras de crédito homogéneas, como por exemplo o crédito à habitação, são estimados numa base de *portfolio*. As taxas de desconto utilizadas são as taxas actuais praticadas para empréstimos com características similares.

#### *Investimentos detidos até à maturidade*

O justo valor destes instrumentos financeiros é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis. Caso não existam, o justo valor é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros no futuro para estes instrumentos.

#### *Recursos de bancos centrais e Recursos de outras instituições de crédito*

Estes passivos são de muito curto prazo pelo que o valor de balanço é uma estimativa razoável do respectivo justo valor.

#### *Recursos de clientes e outros empréstimos*

O justo valor destes instrumentos financeiros é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas. A taxa de desconto utilizada é a que reflecte as taxas praticadas para os créditos com características similares à data do balanço. Considerando que as taxas de juro aplicáveis são renovadas por períodos inferiores a um ano, não existem diferenças materialmente relevantes no seu justo valor.

#### *Responsabilidades representadas por títulos e Passivos subordinados*

O justo valor é baseado em cotações de mercado quando disponíveis; caso não existam, é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros no futuro para estes instrumentos.

### **NOTA 44 – GESTÃO DOS RISCOS DE ACTIVIDADE**

O Banco está exposto aos seguintes riscos decorrentes do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de mercado;
- Risco de liquidez;
- Risco operacional.

#### *Risco de crédito*

O Risco de Crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento do cliente ou contraparte relativamente às obrigações contratuais estabelecidas com o Banco no âmbito da sua actividade creditícia. O risco de crédito está essencialmente presente nos

produtos tradicionais bancários (empréstimos, garantias e outros passivos contingentes) e em produtos de negociação (Swaps, Forwards e Opções – risco de contraparte).

É efectuada uma gestão permanente das carteiras de crédito que privilegia a interacção entre as várias equipas envolvidas na gestão de risco ao longo das sucessivas fases da vida do processo de crédito. Esta abordagem é complementada pela introdução de melhorias contínuas tanto no plano das metodologias e ferramentas de avaliação e controlo dos riscos, como ao nível dos procedimentos e circuitos de decisão.

O acompanhamento do perfil de risco de crédito do Banco, nomeadamente no que se refere à evolução das exposições de crédito e monitorização das perdas creditícias, é efectuado regularmente pelo Comité de Risco. São igualmente objecto de análises regulares o cumprimento dos limites de crédito aprovados e o correcto funcionamento dos mecanismos associados às aprovações de linhas de crédito no âmbito da actividade corrente das áreas comerciais.

Seguidamente apresenta-se a informação relativa à exposição do BES ao risco de crédito:

	(milhares de euros)	
	31.03.2012	31.12.2011
Disponibilidades e aplicações em Instituições de crédito	7 743 855	8 549 195
Activos financeiros detidos para negociação	2 002 208	1 770 793
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	380 233	178 140
Activos financeiros disponíveis para venda	13 060 094	13 456 714
Crédito a clientes	38 923 635	39 115 887
Investimentos detidos até à maturidade	782 514	830 077
Derivados para gestão de risco	428 376	487 923
Outros activos	1 421 309	1 563 688
Garantias e avales prestados	14 573 727	15 691 225
Créditos documentários	2 868 478	2 635 186
Compromissos irrevogáveis	4 502 116	3 957 908
Risco de crédito associado às entidades de referência dos derivados de crédito	163 458	136 540
	<b>86 850 003</b>	<b>88 373 276</b>

A repartição por sectores de actividade, para o período de três meses findo em 31 de Março de 2012 e o exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, encontra-se apresentada conforme segue:

	31.03.2012										(milhares de euros)
	Crédito sobre clientes		Activos financeiros detidos p/ negociação	Outros activos fin. ao Justo valor através de resultados	Derivados para gestão de risco	Activos financeiros detidos para venda		Investimentos detidos até à maturidade		Garantias e avales prestados	
	Valor bruto	Impariedade <sup>[a]</sup>	Valor bruto	Valor bruto	Valor bruto	Valor bruto	Impariedade	Valor bruto	Impariedade		
Agricultura, Silvicultura e Pesca	416 675	( 17 347)	11145	-	-	19 693	( 3 087)	-	-	-	39 136
Indústrias Extractivas	200 020	( 8 604)	1339	-	-	1 344	( 537)	-	-	-	21 106
Indústrias Alimentares, das Bebidas e Tabaco	756 363	( 40 750)	9 068	-	-	39 259	( 52)	-	-	-	90 343
Têxteis e Vestuário	318 957	( 27 641)	1132	-	-	28 614	( 2 238)	-	-	-	13 523
Curtumes e Calçado	69 793	( 6 121)	296	-	-	499	( 499)	-	-	-	2 038
Madeira e Cortiça	159 155	( 25 878)	708	-	-	1 330	-	-	-	-	6 171
Papel e Indústrias Gráficas	304 796	( 6 801)	5 302	-	-	112 668	( 1 967)	-	-	-	86 097
Refinaria de Petróleo	37 549	( 155)	3 206	-	-	349	-	-	-	-	4 517
Produtos Químicos e de Borracha	443 118	( 10 131)	11 088	-	-	57 845	( 10 837)	-	-	-	92 338
Produtos Minerais não Metálicos	318 207	( 17 373)	431	-	-	31 054	( 7 450)	-	-	-	24 784
Indústrias Metalúrgicas de Base e p. metálicos	674 591	( 35 375)	1 020	-	-	6 215	( 0)	-	-	-	128 744
Fabricação de Máquinas, Eq. e Ap. Eléctricos	179 256	( 7 296)	2 382	-	-	61 899	( 2 077)	-	-	-	132 050
Fabricação de Material de Transporte	469 753	( 13 949)	500	-	-	558	( 99)	-	-	-	27 569
Outras Industrias Transformadoras	274 315	( 25 015)	691	-	-	11 892	( 6 203)	-	-	-	34 201
Electricidade, Gás e Água	964 117	( 7 589)	71 684	-	-	371 282	-	-	-	-	478 027
Construção e Obras Públicas	3 765 614	( 246 115)	126 344	56 000	-	181 499	( 1 687)	-	-	-	2 313 230
Comércio por Grosso e a Retailho	2 706 215	( 211 259)	15 618	-	-	367 300	( 15 218)	-	-	-	491 612
Turismo	1 479 622	( 61 409)	6 900	-	-	8 290	( 379)	-	-	-	90 994
Transportes e Comunicações	1 623 253	( 73 644)	107 974	-	-	409 656	-	-	-	-	981 270
Actividades Financeiras	2 696 959	( 193 971)	990 567	1 675 341	428 376	6 248 872	( 32 368)	544 484	( 19 472)	-	6 885 796
Actividades Imobiliárias	4 822 951	( 274 612)	41 882	70 000	-	315 050	( 1 779)	-	-	-	391 273
Serviços Prestados às Empresas	3 962 634	( 167 228)	125 903	90 002	-	1 489 468	( 16 658)	-	-	-	1 553 696
Administração e Serviços Públicos	959 002	( 23 511)	447 083	209 049	-	3 910 917	-	131 713	-	-	278 698
Outras actividades de serviços colectivos	2 120 205	( 233 923)	38 669	-	-	475 316	( 25 760)	127 215	( 11 351)	-	315 309
Crédito à Habitação	8 417 480	( 143 331)	-	-	-	-	-	-	-	-	39
Crédito a Particulares	2 218 575	( 157 349)	-	-	-	-	-	-	-	-	86 547
Outros	184 712	( 2 672)	160	-	-	4 909	( 4)	-	-	-	4 618
<b>TOTAL</b>	<b>40 543 887</b>	<b>( 2 039 049)</b>	<b>2 021 092</b>	<b>2 100 392</b>	<b>428 376</b>	<b>14 155 777</b>	<b>( 128 898)</b>	<b>813 336</b>	<b>( 30 822)</b>	<b>14 573 727</b>	

<sup>[a]</sup> Inclui provisão para Impariedade no valor de 1 620 252 milhares de euros (ver Nota 22) e provisão para riscos gerais de crédito no valor de 418 797 milhares de euros (ver Nota 34)

	31.12.2011										(milhares de euros)
	Crédito sobre clientes		Activos financeiros detidos p/ negociação	Outros activos fin. ao Justo valor através de resultados	Derivados para gestão de risco	Activos financeiros detidos para venda		Investimentos detidos até à maturidade		Garantias e avales prestados	
	Valor bruto	Impariedade <sup>[a]</sup>	Valor bruto	Valor bruto	Valor bruto	Valor bruto	Impariedade	Valor bruto	Impariedade		
Agricultura, Silvicultura e Pesca	419 649	( 16 128)	11 111	-	-	11 315	( 3 087)	-	-	-	45 505
Indústrias Extractivas	186 523	( 7 110)	1 645	-	-	1 027	( 546)	-	-	-	18 586
Indústrias Alimentares, das Bebidas e Tabaco	770 235	( 42 938)	10 918	-	-	22 286	( 52)	-	-	-	93 096
Têxteis e Vestuário	310 403	( 27 562)	1 906	-	-	20 103	( 2 238)	-	-	-	14 992
Curtumes e Calçado	70 265	( 5 699)	459	-	-	515	( 499)	-	-	-	2 040
Madeira e Cortiça	155 022	( 23 635)	812	-	-	1 372	-	-	-	-	6 879
Papel e Indústrias Gráficas	307 717	( 5 877)	4 929	-	-	116 078	( 1 989)	-	-	-	87 922
Refinaria de Petróleo	29 233	( 191)	2 679	-	-	-	-	-	-	-	4 620
Produtos Químicos e de Borracha	446 121	( 9 381)	11 156	-	-	47 255	( 10 856)	-	-	-	95 245
Produtos Minerais não Metálicos	334 045	( 17 835)	475	-	-	33 370	( 7 458)	-	-	-	26 855
Indústrias Metalúrgicas de Base e p. metálicos	686 995	( 34 820)	1 308	-	-	-	-	-	-	-	119 266
Fabricação de Máquinas, Eq. e Ap. Eléctricos	184 633	( 6 812)	2 381	-	-	50 455	( 2 077)	-	-	-	139 011
Fabricação de Material de Transporte	480 550	( 14 074)	504	-	-	576	( 99)	-	-	-	29 429
Outras Industrias Transformadoras	260 658	( 23 458)	1 665	-	-	11 843	( 6 199)	-	-	-	44 328
Electricidade, Gás e Água	1 019 353	( 7 930)	58 564	-	-	391 041	-	-	-	-	471 915
Construção e Obras Públicas	3 741 305	( 228 610)	127 220	56 000	-	152 583	( 1 687)	-	-	-	2 388 812
Comércio por Grosso e a Retailho	2 754 598	( 204 951)	16 642	-	-	301 816	( 15 203)	-	-	-	531 202
Turismo	1 466 097	( 53 515)	8 435	-	-	643	( 379)	-	-	-	95 728
Transportes e Comunicações	1 557 424	( 76 457)	106 876	-	-	512 370	-	-	-	-	1 020 237
Actividades Financeiras	2 449 804	( 191 370)	1 060 726	1 715 319	487 923	7 597 840	( 29 917)	578 045	( 21 036)	-	7 880 243
Actividades Imobiliárias	4 905 677	( 266 888)	45 987	70 000	-	267 815	( 1 776)	-	-	-	446 987
Serviços Prestados às Empresas	3 952 567	( 155 244)	124 071	90 002	-	1 456 342	( 16 537)	-	-	-	1 685 040
Administração e Serviços Públicos	979 723	( 20 459)	124 825	-	-	2 782 240	-	147 545	-	-	242 513
Outras actividades de serviços colectivos	2 120 494	( 223 700)	52 264	38 010	-	607 512	( 25 797)	126 581	( 10 923)	-	108 387
Crédito à Habitação	8 493 281	( 137 861)	-	-	-	-	-	-	-	-	39
Crédito a Particulares	2 318 535	( 149 445)	-	-	-	-	-	-	-	-	90 911
Outros	237 452	( 3 972)	5 481	-	-	18 199	( 2 933)	-	-	-	1 437
<b>TOTAL</b>	<b>40 638 359</b>	<b>( 1 955 922)</b>	<b>1 783 039</b>	<b>1 969 331</b>	<b>487 923</b>	<b>14 404 596</b>	<b>( 129 329)</b>	<b>862 036</b>	<b>( 31 959)</b>	<b>15 691 225</b>	

<sup>[a]</sup> Inclui provisão para Impariedade no valor de 1 522 472 milhares de euros (ver Nota 22) e provisão para riscos gerais de crédito no valor de 433 450 milhares de euros (ver Nota 34)

### *Risco de mercado*

O Risco de mercado representa genericamente a eventual perda resultante de uma alteração adversa do valor de um instrumento financeiro como consequência da variação de taxas de juro, taxas de câmbio, preços de acções e de mercadoria.

A gestão de risco de mercado é integrada com a gestão do balanço através da estrutura ALCO (*Asset and Liability Committee*) constituída ao mais alto nível da instituição. Este órgão é responsável pela definição de políticas de afectação e estruturação do balanço bem como pelo controlo da exposição aos riscos de taxa de juro, de taxa de câmbio e de liquidez.

Ao nível do risco de mercado o principal elemento de mensuração de riscos consiste na estimação das perdas potenciais sob condições adversas de mercado, para o qual a metodologia *Value at Risk* (VaR) é utilizada. O Banco utiliza um VaR com recurso à simulação de Monte Carlo, com um intervalo de confiança de 99% e um período de investimento de 10 dias. As volatilidades e correlações são históricas com base num período de observação de um ano. Como complemento ao VaR têm sido desenvolvidos cenários extremos (*stress-testing*) que permitem avaliar os impactos de perdas potenciais superiores às consideradas na medida do VaR.

	milhares de euros	
	<b>31.03.2012</b>	<b>31.12.2011</b>
Risco cambial	3 038	4 263
Risco taxa de juro	20 776	3 768
Acções e Mercadorias	17 844	13 124
Volatilidade	4 302	7 321
Spread de Crédito	63 426	13 600
Efeito da diversificação	( 16 507)	( 7 522)
<b>Total</b>	<b>92 879</b>	<b>34 554</b>

O BES apresenta um valor em risco (VaR) de aproximadamente 93 milhões de euros para as suas posições de negociação (31 de Dezembro de 2011: cerca de 35 milhões de euros).

O modelo utilizado para o cálculo da análise de sensibilidade do risco de taxa de juro da carteira bancária baseia-se numa aproximação ao modelo da duração, sendo efectuados cenários paralelos para deslocação da curva de rendimentos de 200 p.b. em todos os escalões de taxa de juro.

As medidas de risco da taxa de juro quantificam, essencialmente, os efeitos sobre a situação líquida e o resultado financeiro de variações das taxas de juro. O risco de taxa de juro na óptica do efeito sobre a situação líquida do BES cifrou-se em 329 milhões de euros em 31 de Março de 2012, que compara com 531 milhões de euros no final de 2011.

No quadro seguinte apresentam-se as taxas médias de juro verificadas para as grandes categorias de activos e passivos financeiros do Banco, para o período de três meses findo em 31 de Março de 2012 e o exercício findo 31 de Dezembro de 2011, bem assim como os respectivos saldos médios e os juros do período:

	31.03.2012			31.12.2011		
	Saldo médio do período	Juro do período	Taxa de juro média	Saldo médio do exercício	Juro do exercício	Taxa de juro média
Activos monetários	7 925 172	82 755	4,23%	9 114 100	317 826	3,49%
Crédito a clientes	40 261 768	464 820	4,68%	41 617 026	1 783 165	4,28%
Aplicações em títulos	15 104 080	161 099	4,33%	13 966 897	459 791	3,29%
Aplicações diferenciais	1 450 324	-	-	442 410	-	-
<b>Activos financeiros</b>	<b>64 741 344</b>	<b>708 674</b>	<b>4,44%</b>	<b>65 140 433</b>	<b>2 560 782</b>	<b>3,93%</b>
Recursos monetários	21 897 334	134 046	2,48%	22 045 650	513 729	2,33%
Recursos de clientes	30 929 837	244 112	3,20%	28 201 594	821 014	2,91%
Outros recursos	11 914 173	142 749	4,86%	14 893 189	572 101	3,84%
<b>Passivos financeiros</b>	<b>64 741 344</b>	<b>520 907</b>	<b>3,26%</b>	<b>65 140 433</b>	<b>1 906 844</b>	<b>2,93%</b>
<b>Resultado Financeiro</b>		<b>187 767</b>	<b>1,18%</b>		<b>653 938</b>	<b>1,00%</b>

No que se refere ao risco cambial, a repartição dos activos e dos passivos, a 31 de Março de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, por moeda, é analisado como segue:

	31.03.2012				31.12.2011			
	Posições à Vista	Posições a Prazo	Outros elementos	Posição Líquida	Posições à Vista	Posições a Prazo	Outros elementos	Posição Líquida
USD DOLAR DOS E.U.A.	( 2 500 434)	2 526 599	( 39 206)	( 13 041)	( 885 277)	909 868	15 846	40 437
GBP LIBRA ESTERLINA	250 603	( 251 450)	3 986	3 139	391 069	( 402 883)	( 80)	( 11 894)
BRL REAL BRASILEIRO	39 316	( 54 035)	1 366	( 13 353)	38 061	( 64 429)	11 687	( 14 681)
DKK COROA DINAMARQUESA	( 1 426)	1 321	-	( 105)	133	( 3 720)	-	( 3 587)
JPY IENE JAPONÊS	( 6 282)	19 986	( 2 242)	11 462	( 8 666)	17 400	( 10 271)	( 1 537)
CHF FRANCO SUICO	46 459	( 4 414)	( 43 859)	( 1 814)	47 521	( 47 674)	3 228	3 075
SEK COROA SUECA	( 462)	2 870	2	2 410	( 2 269)	1 305	182	( 782)
NOK COROA NORUEGUESA	( 44 226)	42 121	( 2)	( 2 107)	( 3 261)	1 030	( 54)	( 2 285)
CAD DOLAR CANADIANO	3 767	( 17 767)	16 614	2 614	35 766	( 53 078)	19 793	2 481
ZAR RAND DA ÁFRICA DO SUL	( 2 390)	1 241	( 33)	( 1 182)	( 1 137)	( 715)	2 637	785
AUD DOLAR AUSTRALIANO	81 243	( 84 568)	4 757	1 432	98 265	( 101 357)	3 106	14
CZK COROA CHECA	137	-	-	137	3 785	302	( 2 247)	1 840
MXN PESO MEXICANO	85 627	( 89 248)	4 000	379	77 485	( 80 520)	3 215	180
OUTROS	123 599	( 14 723)	7 441	116 316	108 595	( 54 178)	80 297	134 714
	<b>( 1 924 469)</b>	<b>2 077 933</b>	<b>( 47 176)</b>	<b>106 287</b>	<b>( 99 930)</b>	<b>121 351</b>	<b>127 339</b>	<b>148 760</b>

### Exposição a dívida pública de países periféricos da Zona Euro

Em 31 de Março de 2012 a exposição do Banco a dívida pública de países “periféricos” da Zona Euro apresenta-se como segue:

						(milhares de euros)
						<b>31.03.2012</b>
	Crédito sobre clientes	Activos financeiros detidos p/ negociação e ao Justo Valor	Instrumentos Derivados <sup>(1)</sup>	Activos financeiros disponíveis para venda	Investimentos detidos até à maturidade	Total
Portugal	807 988	674 021	40 327	3 870 516	-	5 392 853
Espanha	104 620	-	( 90)	27 171	-	131 701
Grécia	-	-	-	-	-	-
Irlanda	-	-	-	-	-	-
Itália	-	-	-	-	-	-
Hungria	-	-	-	-	-	-
	<b>912 608</b>	<b>674 021</b>	<b>40 238</b>	<b>3 897 687</b>	-	<b>5 524 554</b>

<sup>(1)</sup> Valores apresentados pelo líquido: a receber/(a pagar)

						(milhares de euros)
						<b>31.12.2011</b>
	Crédito sobre clientes	Activos financeiros detidos p/ negociação e ao Justo Valor	Instrumentos Derivados <sup>(1)</sup>	Activos financeiros disponíveis para venda	Investimentos detidos até à maturidade	Total
Portugal	820 000	123 852	67 428	2 771 298	-	3 782 578
Espanha	-	-	1 989	3 598	-	5 587
Grécia	-	-	( 265)	-	-	( 265)
Irlanda	-	-	-	-	-	-
Itália	-	-	( 2 865)	-	-	( 2 865)
Hungria	-	-	-	-	-	-
	<b>820 000</b>	<b>123 852</b>	<b>66 287</b>	<b>2 774 896</b>	-	<b>3 785 035</b>

<sup>(1)</sup> Valores apresentados pelo líquido: a receber/(a pagar)

Todas as exposições apresentadas encontram-se registadas no balanço do Banco pelo seu justo valor com base em valores de cotação de mercado e no caso dos derivados com base em métodos de valorização com parâmetros/ preços observáveis no mercado. O Crédito a clientes encontra-se registado ao custo amortizado.

O detalhe sobre a exposição a títulos na carteira de Activos Financeiros Disponíveis para Venda e de Activos Financeiros Detidos para Negociação é como segue:

(milhares de euros)

	31.03.2012					
	Valor Nominal	Valor Cotação	Juro Corrido	Valor de Balanço	Imparidade	Reservas Justo Valor
<b>Activos Disponíveis para Venda</b>						
<b>Portugal</b>	<b>4 768 845</b>	<b>3 769 282</b>	<b>101 234</b>	<b>3 870 516</b>	-	( 24 832)
Maturidade até 1 ano	2 111 056	2 091 303	19 183	2 110 486	-	371
Maturidade superior 1 ano	2 657 789	1 677 979	82 051	1 760 030	-	( 25 203)
<b>Espanha</b>	<b>27 022</b>	<b>27 072</b>	<b>99</b>	<b>27 171</b>	-	( 113)
Maturidade até 1 ano	23 522	23 420	89	23 509	-	( 2)
Maturidade superior 1 ano	3 500	3 652	10	3 662	-	( 111)
	<b>4 795 867</b>	<b>3 796 354</b>	<b>101 333</b>	<b>3 897 687</b>	-	( 24 945)
<b>Activos Financeiros de Negociação e ao justo valor</b>						
Portugal	851 713	646 862	27 159	674 021	-	-
Espanha	-	-	-	-	-	-
	<b>851 713</b>	<b>646 862</b>	<b>27 159</b>	<b>674 021</b>	-	-
	31.12.2011					
	Valor Nominal	Valor Cotação	Juro Corrido	Valor de Balanço	Imparidade	Reservas Justo Valor
<b>Activos Disponíveis para Venda</b>						
<b>Portugal</b>	<b>3 136 700</b>	<b>2 731 807</b>	<b>39 491</b>	<b>2 771 298</b>	-	( 123 213)
Maturidade até 1 ano	2 023 946	1 995 177	14 477	2 009 654	-	( 16 600)
Maturidade superior 1 ano	1 112 754	736 630	25 014	761 644	-	( 106 613)
<b>Espanha</b>	<b>3 536</b>	<b>3 531</b>	<b>67</b>	<b>3 598</b>	-	( 9)
Maturidade até 1 ano	3 514	3 508	66	3 574	-	( 4)
Maturidade superior 1 ano	22	23	1	24	-	( 5)
	<b>3 140 236</b>	<b>2 735 338</b>	<b>39 558</b>	<b>2 774 896</b>	-	( 123 222)
<b>Activos Financeiros de Negociação</b>						
Portugal	126 208	120 458	3 394	123 852	-	-
Espanha	-	-	-	-	-	-
	<b>126 208</b>	<b>120 458</b>	<b>3 394</b>	<b>123 852</b>	-	-

### Risco de liquidez

O Risco de Liquidez, por definição, advém da incapacidade potencial de financiar o activo satisfazendo as responsabilidades exigidas nas datas devidas e da existência de potenciais dificuldades de liquidação de posições em carteira, sem incorrer em perdas significativas. O controlo dos níveis de liquidez tem como objectivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo, encontrando-se a estratégia financeira do Banco desenvolvida no Relatório de Gestão.

O primeiro trimestre de 2012 ficou marcado pela estabilização do sentimento e das condições dos mercados financeiros. Para esta estabilização muito contribuíram:

- A actuação do Banco Central Europeu que, para além de ter reduzido a taxa de referência de 1,5% para 1% no final do ano de 2011, realizou, entre Dez 11 e Fev 12, duas operações de cedência de liquidez a três anos (LTRO), alargou os critérios de elegibilidade dos activos aceites como colateral em operações de política monetária e reduziu o limite das reservas mínimas obrigatórias junto do Banco Central Europeu. Estas medidas permitiram um acréscimo de liquidez disponível no mercado, num período onde estava previsto ocorrerem importantes vencimentos de dívida do sector bancário; e
- A reestruturação da dívida grega, apesar de não dissipar por completo a crise da dívida soberana das economias "periféricas" da Zona Euro.

Contudo, a restritividade orçamental e o *deleverage* da actividade económica conduziram a uma nova desaceleração da economia europeia ao longo do trimestre, tendo-se, também, assistido a novos *downgrades* ao *rating* da República Portuguesa, com repercussão nos *ratings* dos bancos portugueses, em particular nos ratings do BES.

Neste contexto, o Banco manteve accionadas ao longo do trimestre um conjunto de medidas de contingência que lhe permitiram financiar a sua actividade, colmatando assim a inacessibilidade aos mercados financeiros. As medidas implementadas dividem-se em três grandes grupos:

- Continuação da política de deleverage do balanço implementada a partir de meados de 2010;
- Aumento da base de depósitos de clientes reforçando a orientação estratégica de manter este produto como a principal fonte de financiamento;
- Reforço dos activos elegíveis para desconto junto do BCE, de modo a garantir o acesso às operações de refinanciamento principais e de prazo alargado, as quais têm sido fundamentais para colmatar a inacessibilidade aos mercados de financiamento de curto e médio prazo.

Neste sentido, o Banco, para além de incrementar os seus activos elegíveis ao abrigo dos novos critérios de elegibilidade, executou duas emissões de obrigações com garantia da República Portuguesa no montante total de 2 500 milhões de euros e com maturidade de 3 anos. Estas duas emissões permitiram aumentar os activos elegíveis para desconto junto do BCE em 2 500 milhões de euros, o que perfaz a quase totalidade do montante de emissões de médio e longo prazo que madurou no primeiro trimestre de 2012.

Ao longo do primeiro trimestre de 2012, os depósitos registaram um aumento de 1,8 mil milhões de euros. Esta evolução foi acompanhada por um aumento da taxa média de 25 p.b. enquanto a *Euribor* média 3M caiu 35 p.b.. Este aumento do custo médio dos depósitos traduz, essencialmente, o alongamento do seu prazo médio contratado. Por outro lado, o Banco tem vindo a ajustar as suas políticas de *pricing* nos *portfolios* de crédito de Empresas e de Institucionais às condições prevalecentes no mercado.

Com o objectivo de avaliar a exposição global a este tipo de risco são elaborados relatórios que permitem não só identificar os *mismatch* negativos, como efectuar a cobertura dinâmica dos mesmos.

No quadro seguinte apresenta-se a síntese das posições de liquidez, calculadas segundo as regras exigidas pelo Banco de Portugal (instrução nº 13/2009):

	(milhões de euros)	
	<b>31.03.2012</b>	<b>31.12.2011</b>
<i>Mismatch</i> acumulado <sup>(1)</sup>	6 469	1 683
<i>Buffer</i> de activos líquidos <sup>(2)</sup>	( 1 173)	1 877
<b>Posição de liquidez</b>	<b>5 296</b>	<b>3 560</b>
Outros activos liquidificáveis	206	222
<b>Liquidez global</b>	<b>5 502</b>	<b>3 782</b>

(1) O *mismatch* acumulado corresponde à diferença entre os activos e passivos com prazos residuais até um ano

(2) O buffer de activos líquidos reflecte o montante de activos, com maturidade residual superior a um ano, que possam ser utilizados para a obtenção de liquidez imediata, em concreto, os activos elegíveis como garantia em operações de crédito junto de bancos centrais (deduzidos dos respectivos haircuts), excluindo os activos dados em garantia em operações de crédito com maturidade superior a 1 ano.

Em 31 de Março de 2012 a posição de liquidez era positiva em 5 502 milhões de euros (31 de Dezembro de 2011: positiva em 3 782 milhões de euros).

#### *Risco operacional*

O Risco operacional traduz-se, genericamente, na eventualidade de perdas originadas por falhas na prossecução de procedimentos internos, pelos comportamentos das pessoas ou dos sistemas informáticos, ou ainda, por eventos externos à organização.

Para gestão do risco operacional, foi desenvolvido e implementado um sistema que visa assegurar a uniformização, sistematização e recorrência das actividades de identificação, monitorização, controlo e mitigação deste risco. Este sistema é suportado por uma estrutura organizacional, integrada no Departamento de Risco Global exclusivamente dedicada a esta tarefa bem como representantes designados por cada um dos departamentos e subsidiárias considerados relevantes.

#### *Gestão de Capital e Rácio de Solvabilidade*

Os principais objectivos da gestão de capital no Banco são (i) permitir o crescimento sustentado da actividade através da geração de capital suficiente para suportar o aumento dos activos, (ii) cumprir os requisitos mínimos definidos pelas entidades de supervisão em termos de adequação de capital e (iii) assegurar o cumprimento dos objectivos estratégicos do Banco em matéria de adequação de capital.

A definição da estratégia a adoptar em termos de gestão de capital é da competência da Comissão Executiva encontrando-se integrada na definição global de objectivos do Banco.

Em termos prudenciais, o Banco está sujeito à supervisão do Banco de Portugal que, tendo por base a Directiva Comunitária sobre adequação de capitais, estabelece as regras que a este nível deverão ser observadas pelas diversas instituições sob a sua supervisão. Estas regras determinam um rácio mínimo de fundos próprios totais em relação aos requisitos exigidos pelos riscos assumidos, que as instituições deverão cumprir.

No âmbito da implementação do novo acordo de capital, e fazendo uso da faculdade concedida pelo novo regime prudencial instituído pelos Decretos-Lei 103/2007 e 104/2007, que transpuseram para o ordenamento jurídico nacional os princípios universalmente designados por “Basileia II”, o Banco foi autorizado a utilizar, com efeitos em 31 de Março de 2009, a abordagem baseada no uso de modelos internos para o tratamento do risco de crédito (método “*Internal Ratings Based*” – *IRB*) para o risco de crédito e o método “*Standard*” para o tratamento do risco operacional (método “*The Standardized Approach*” – *TSA*).

Os elementos de capital do Banco dividem-se em Fundos Próprios de Base, Fundos Próprios Complementares e Deduções, com a seguinte composição:

- Fundos Próprios considerados como Core Tier I: Esta categoria inclui essencialmente o capital estatutário realizado, as reservas elegíveis (excluindo as reservas de justo valor positivas), os resultados positivos retidos do período quando certificados. São deduzidas as reservas de justo valor negativas associadas a acções ou outros instrumentos de capital, o valor de balanço dos montantes relativos a activos intangíveis, desvios actuariais negativos decorrentes de responsabilidades com benefícios pós emprego a empregados acima do limite do corredor e, quando aplicável, os resultados negativos do período.
- Fundos Próprios de Base (FPB): Para além dos valores considerados como Core Tier I, esta categoria inclui as acções preferenciais e instrumentos de capital híbridos. Desde 2007 passaram também a ser deduzidas em 50% do seu valor as participações superiores a 10% em instituições financeiras e entidades seguradoras. Em 2009, decorrente da aplicação do método IRB para risco de crédito, passou igualmente a ser ajustado 50% do montante das perdas esperadas para posições em risco deduzidas das somas de correções de valor e provisões existentes.
- Fundos Próprios Complementares (FPC): Incorpora essencialmente a dívida subordinada emitida elegível e 45% das reservas de justo valor positivas associadas a acções ou outros instrumentos de capital. São deduzidas as participações em instituições financeiras e entidades seguradoras em 50% do seu valor, bem como, em 2009, 50% do montante das perdas esperadas para as posições em risco deduzidas das somas de correções de valor e provisões existentes, decorrente da aplicação do método IRB para risco de crédito.
- Deduções (D): Compreendem essencialmente a amortização prudencial dos imóveis recebidos em dação para liquidação de créditos.

Adicionalmente, a composição da base de capital está sujeita a um conjunto de limites. Desta forma, as regras prudenciais estabelecem que os FPC não podem exceder os FPB. Adicionalmente, determinadas componentes dos FPC (o designado Lower Tier II) não podem superar os 50% dos FPB.

Em Dezembro de 2008, o Banco de Portugal publicou o Aviso 11/2008, que estabeleceu um período transitório de quatro anos, de Dezembro de 2009 a Dezembro de 2012, para o reconhecimento dos desvios actuariais totais apurados em 2008, deduzidos do rendimento esperado dos activos do fundo relativos a este mesmo ano.

Em Maio de 2011, decorrente da negociação do Programa de Assistência Financeira a Portugal, o Banco de Portugal emitiu o Aviso 3/2011, que vem estabelecer novos patamares mínimos de solvabilidade a serem seguidos pelos grupos financeiros sujeitos à supervisão do Banco de Portugal. Assim, as Instituições Financeiras deverão atingir um Rácio Core Tier I não inferior a 9% em 31 de Dezembro de 2011, e de 10% até 31 de Dezembro de 2012.

Os principais movimentos ocorridos nos FPB em 31 de Março de 2012 e 31 de Dezembro de 2011 apresentam-se no quadro seguinte:

	Período de três meses findo em	(milhões de euros)	Exercício findo em
	31.03.2012		31.12.2011
<b>Saldo no início do período</b>	<b>5 395</b>	<b>5 331</b>	
Aumento de capital	-	521	
Instrumentos híbridos	( 13)	( 623)	
Reservas e Resultados elegíveis (excluindo reservas de reavaliação)	13	( 127)	
Variação dos desvios actuariais de benefícios pós-emprego fora do corredor	3	170	
Amortização do período transitório dos IFRS	( 3)	( 11)	
Dedução de participações em Sociedades Financeiras e outros elementos	3	138	
Activos intangíveis	4	2	
Reservas de reavaliação	2	( 5)	
Outros efeitos	-	( 1)	
<b>Saldo no fim do período</b>	<b>5 404</b>	<b>5 395</b>	

O quadro seguinte apresenta um sumário dos cálculos de requisitos de capital do BES para 31 de Março de 2012 e 31 de Dezembro de 2011:

	(milhões de euros)	
	31.03.2012	31.12.2011
<b>A - Fundos Próprios</b>		
Capital ordinário realizado, Prémios de Emissão e Acções Próprias	5 100	5 100
Reservas e Resultados elegíveis (excluindo reservas de reavaliação)	541	528
Activos Intangíveis	( 114)	( 118)
Desvios Actuariais de responsabilidades pós-emprego com impacto prudencial	( 242)	( 245)
Reservas de Reavaliação com impacto prudencial	( 8)	( 10)
Período transitório IFRS	20	23
<b>Fundos Próprios para determinação do Rácio Core Tier I</b>	<b>( A1 )</b>	<b>5 297</b>
Instrumentos Híbridos elegíveis para Tier I	232	245
Dedução de Particip. em Sociedades Financeiras e outros elementos	( 125)	( 128)
<b>Fundos Próprios de Base (TIER I)</b>	<b>( A2 )</b>	<b>5 404</b>
45% das Reservas de Reavaliação de Justo Valor Positivas	15	16
Divida Subordinada elegível	851	867
Dedução de Particip. em Sociedades Financeiras e outros elementos	( 103)	( 104)
<b>Fundos Próprios Complementares (TIER II)</b>		<b>763</b>
Deduções	( 115)	( 110)
<b>Fundos Próprios Elegíveis</b>	<b>( A3 )</b>	<b>6 052</b>
<b>B- Activos de Risco Equivalentes</b>		
Calculados de Acordo com o Aviso 5/2007 (Riscos de Crédito)	54 356	56 324
Calculados de Acordo com o Aviso 8/2007 (Riscos de Mercado)	780	682
Calculados de Acordo com o Aviso 9/2007 (Risco Operacional)	2 099	2 306
<b>Total de Activos de Risco Equivalentes</b>	<b>( B )</b>	<b>57 235</b>
<b>C- Rácios Prudenciais</b>		
Rácio Core Tier 1	( A1 / B )	9,3%
Rácio Tier 1	( A2 / B )	9,4%
<b>Rácio de Solvabilidade</b>	<b>( A3 / B )</b>	<b>10,6%</b>

#### NOTA 45 – COMPROMISSOS CONTRATUAIS

##### *Operações de Securitização*

Ao longo do ano de 2011 e durante o ano de 2012, as operações de titularização originadas pelo BES sofreram sucessivos cortes de *rating*, na sequência dos *downgrades* efectuados pelas várias agências de *rating* à República Portuguesa e aos bancos portugueses. Tradicionalmente, este tipo de operações incluem nas suas estruturas diversos mecanismos de protecção de risco, nomeadamente pelo despoletar de substituições de contrapartes com notações de risco abaixo de níveis mínimos exigidos pelas agências de *rating* ou pelo desencadear de acções correctivas que permitam mitigar o risco de exposição a essas contrapartes.

O BES actuava como contraparte de *swap* em duas das suas operações de titularizações de créditos hipotecários (Lusitano Mortgages No.6 e o Lusitano Mortgages No.7). O desempenho destas funções em operações de titularização está reservado a entidades que respeitem os níveis mínimos de *rating* estabelecidos pelas agências de *rating*. Assim, na sequência dos *downgrades*, a posição do BES na operação Lusitano Mortgages No.6 foi transferida para uma instituição financeira que respeita os critérios de elegibilidade das agências e na operação Lusitano Mortgages No.7, procedeu-se à reestruturação da operação.

Adicionalmente, na sequência do  *downgrade* da República Portuguesa por parte da Moody's, em Fevereiro de 2012, esta agência de rating fixou em Baa1 o rating máximo atribuível a obrigações emitidas em operações de titularização. Assim, a operação de titularização de crédito a pequenas e médias empresas realizada pelo BES em Dezembro de 2010 – Lusitano SME No.2 – perdeu a elegibilidade para redesconto junto do BCE, tendo o BES optado por exercer a sua opção de reembolso antecipado no dia 23 de Março de 2012.

#### *Obrigações Hipotecárias*

As emissões de obrigações hipotecárias sofreram igualmente um forte impacto pelo  *downgrade* da República Portuguesa e dos bancos portugueses. Como consequência, o BES deixou de poder ser contraparte nas operações *swaps* de taxa de juro, tendo procedido à sua transferência e, em alguns casos, à sua anulação.

#### *Contract Support Annex (CSA)*

O BES tem um conjunto de contratos negociados com contrapartes com quem negoceia derivados em mercado de balcão. Os *CSA* revestem a forma de contrato de colateral estabelecido entre duas partes que negoceiam entre si derivados *Over-the-Counter*, tendo como principal objectivo fornecer protecção contra o risco de crédito, estabelecendo para o efeito um conjunto de regras relativas ao colateral. As transacções de derivados são regulamentadas pelo *International Swaps and Derivatives Association (ISDA)* e apresentam uma margem mínima de risco que pode alterar de acordo com o *rating* das partes.

### **NOTA 46 – ALTERAÇÃO DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS**

No final do exercício de 2011 o Banco tomou a decisão de proceder à alteração da política contabilística relativa ao tratamento dos desvios actuariais, deixando de utilizar o método do corredor e passando a reconhecer os ganhos e perdas actuariais em outro rendimento integral (Other comprehensive income – OCI), conforme permitido pelo parágrafo 93A do IAS 19.

A decisão de alterar a política contabilística teve como base o entendimento de que o reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais em capital próprio na rubrica de outro rendimento integral proporciona uma informação mais relevante sobre a posição do Banco no que se refere às suas responsabilidades

com pensões de reforma. Este entendimento é corroborado pelo próprio IASB no parágrafo BC48B do IAS 19, onde é referido que o reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais de forma imediata em capital próprio proporciona uma informação mais fidedigna das operações do que o método do corredor.

De acordo com o parágrafo 29 do IAS 8, a alteração de uma política contabilística torna necessário que o Banco reexpresse as suas demonstrações financeiras como se tivesse adoptado desde sempre a política de reconhecimento em capital próprio dos ganhos e perdas actuariais.

Desta forma, apresentam-se de seguida os ajustamentos efectuados às demonstrações financeiras do Banco a 1 de Janeiro de 2011 e 31 de Março de 2011:

Balanço	1 de Janeiro de 2011			31 de Março de 2011	
	Reportado	Ajustamentos	Reexpresso	Reportado	Ajustamentos
<b>Activo</b>					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	488 677	-	488 677	486 385	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	262 986	-	262 986	411 386	-
Activos financeiros detidos para negociação	2 077 134	-	2 077 134	1 370 963	-
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	1 780 171	-	1 780 171	1 772 328	-
Activos financeiros disponíveis para venda	12 094 262	-	12 094 262	11 200 650	-
Aplicações em instituições de crédito	8 472 098	-	8 472 098	8 461 369	-
Crédito a clientes	41 095 813	-	41 095 813	40 859 284	-
Investimentos detidos até à maturidade	1 669 268	-	1 669 268	1 554 037	-
Derivados para gestão de risco	499 544	-	499 544	272 222	-
Activos não correntes detidos para venda	529 586	-	529 586	558 433	-
Outros activos tangíveis	379 541	-	379 541	371 656	-
Activos intangíveis	120 190	-	120 190	115 944	-
Investimentos em associadas	1 776 600	-	1 776 600	1 785 701	-
Activos por impostos correntes	77 669	-	77 669	77 251	-
Activos por impostos diferidos	403 621	257 143	660 764	394 237	256 096
Outros activos	4 236 713	( 886 625)	3 350 088	4 006 276	-875 703
<b>Total de Activo</b>	<b>75 963 873</b>	<b>( 629 482)</b>	<b>75 334 391</b>	<b>73 698 122</b>	<b>( 619 607)</b>
<b>Passivo</b>					
Recursos de bancos centrais	7 391 791	-	7 391 791	7 693 274	-
Passivos financeiros detidos para negociação	1 658 661	-	1 658 661	1 549 728	-
Recursos de outras instituições de crédito	13 565 577	-	13 565 577	14 289 130	-
Recursos de clientes	26 591 014	-	26 591 014	25 539 240	-
Responsabilidades representadas por títulos	14 054 753	-	14 054 753	12 244 854	-
Passivos financeiros associados a activos transferidos	2 043 754	-	2 043 754	2 053 735	-
Derivados para gestão de risco	277 407	-	277 407	198 839	-
Provisões	628 489	-	628 489	621 852	-
Passivos por impostos correntes	2 871	-	2 871	3 941	-
Passivos por impostos diferidos	154 794	-	154 794	144 901	-
Passivos subordinados	2 504 508	-	2 504 508	2 471 430	-
Outros passivos	832 674	-	832 674	738 583	-
<b>Total de Passivo</b>	<b>69 706 293</b>	<b>-</b>	<b>69 706 293</b>	<b>67 549 507</b>	<b>-</b>
<b>Capital Próprio</b>					
Capital	3 500 000	-	3 500 000	3 500 000	-
Prémios de emissão	1 080 257	-	1 080 257	1 080 258	-
Outros instrumentos de capital	868 193	-	868 193	867 654	-
Acções próprias	-	-	-	( 997)	-
Reservas, resultados transitados e outro rendimento integral	553 133	( 629 482)	( 76 349)	577 715	-630 529
Resultado líquido do exercício atribuível aos accionistas do Banco	255 997	-	255 997	123 985	10 922
<b>Total de Capital Próprio</b>	<b>6 257 580</b>	<b>( 629 482)</b>	<b>5 628 098</b>	<b>6 148 615</b>	<b>( 619 607)</b>
<b>Total de Passivo e Capital Próprio</b>	<b>75 963 873</b>	<b>( 629 482)</b>	<b>75 334 391</b>	<b>73 698 122</b>	<b>( 619 607)</b>

(milhares de euros)

Demonstração de Resultados	31 de Março de 2011		
	Reportado	Ajustamentos	Reexpresso
Juros e proveitos similares	679 751	-	679 751
Juros e custos similares	539 834	-	539 834
<b>Margem financeira</b>	<b>139 917</b>	-	<b>139 917</b>
Rendimentos de instrumentos de capital	131 431	-	131 431
Rendimentos de serviços e comissões	139 558	-	139 558
Encargos com serviços e comissões	( 39 286)	-	( 39 286)
Resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados	( 30 500)	-	( 30 500)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	40 513	-	40 513
Resultados de reavaliação cambial	29 331	-	29 331
Resultados de alienação de outros activos	( 23 496)	-	( 23 496)
Outros resultados de exploração	28 105	-	28 105
<b>Proveitos operacionais</b>	<b>415 573</b>	-	<b>415 573</b>
Custos com pessoal	104 689	( 10 922)	93 767
Gastos gerais administrativos	80 193	-	80 193
Depreciações e amortizações	21 488	-	21 488
Provisões líquidas de anulações	( 2 319)	-	( 2 319)
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	56 097	-	56 097
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	2 772	-	2 772
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	19 091	-	19 091
<b>Custos operacionais</b>	<b>282 011</b>	( 10 922)	<b>271 089</b>
Alienação de subsidiárias e associadas	-	-	-
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>133 562</b>	<b>10 922</b>	<b>144 484</b>
<b>Impostos</b>			
Correntes	1 948	-	1 948
Diferidos	7 629	-	7 629
<b>Resultado Líquido do exercício</b>	<b>123 985</b>	<b>10 922</b>	<b>134 907</b>

Os ajustamentos efectuados ao outro rendimento integral em 31 de Março de 2011 podem ser analisados como segue:

Demonstração do Rendimento Integral	31 de Março de 2011		
	Reportado	Ajustamentos	Reexpresso
<b>Resultado Líquido do exercício</b>	<b>123 985</b>	<b>10 922</b>	<b>134 907</b>
<b>Outro rendimento integral do exercício</b>			
Benefícios de longo prazo	-	-	-
Pensões - regime transitório	( 3 298)	-	( 3 298)
Diferenças de câmbio	( 539)	-	( 539)
	( 3 837)	-	( 3 837)
Activos disponíveis para venda			
Ganhos e perdas no exercício	( 27 283)	-	( 27 283)
Transferência de ganhos e perdas realizados para resultados do exercício	( 38 884)	-	( 38 884)
Impostos diferidos	( 8 864)	-	( 8 864)
	( 75 031)	-	( 75 031)
<b>Total do rendimento integral do exercício</b>	<b>45 117</b>	<b>10 922</b>	<b>56 039</b>

O detalhe dos ajustamentos efectuados com vista à alteração da política contabilística analisa-se como segue:

	<b>Desvios actuariais em balanço de acordo com a anterior política contabilística</b>	Impacto da alteração da política contabilística		
		<b>No activo</b>	<b>No rendimento integral</b>	<b>Nos resultados</b>
<b>Valores brutos</b>				
1 de Janeiro de 2011	<b>886 625</b>	( 886 625)	( 886 625)	-
Perdas actuariais do exercício	-	-	-	-
Amortização do exercício	( 11 241)	11 241	-	11 241
Outros	319	( 319)	( 319)	-
31 de Março de 2011	<b>875 703</b>	( 875 703)	( 886 944)	11 241
<b>Imposto</b>				
1 de Janeiro de 2011		<b>257 143</b>	<b>257 143</b>	-
Imposto do exercício		( 1 047)	( 1 047)	-
31 de Março de 2011		<b>256 096</b>	<b>256 096</b>	-
<b>Efeito Líquido</b>				
1 de Janeiro de 2011		( 629 482)	( 629 482)	-
31 de Março de 2011		( 619 607)	( 630 848)	11 241

## NOTA 47 – EVENTOS SUBSEQUENTES

- O Conselho de Administração do BES, após parecer favorável da Comissão de Auditoria, deliberou, em 11 de Abril de 2012, um aumento de capital social por novas entradas em dinheiro a realizar através de subscrição pública de até 2 556 688 387 novas acções ordinárias. As referidas novas acções foram oferecidas para subscrição com observância dos direitos de preferência dos accionistas ao preço de subscrição de 0,395 euros por acção, permitindo um encaixe de até 1 010 milhões de euros. Com a presente operação o Grupo BES deverá cumprir com o requisito mínimo de Core Tier I de 9% exigido pela Autoridade Bancária Europeia (EBA) para 30 de Junho de 2012 e com o requisito mínimo de 10% que os grupos financeiros sujeitos à supervisão do Banco de Portugal deverão cumprir em 31 de Dezembro de 2012. A liquidação financeira concretizou-se em 11 de Maio último e a admissão à negociação das novas acções à NYSE Euronext Lisbon ocorreu em 14 de Maio, não se tendo registado alterações relevantes na estrutura de accionistas de referência do BES;
- Em 11 de Maio de 2012, o BES concretizou a aquisição de 50% do capital social da BES- Vida, Companhia de Seguros, S.A., pelo valor global de €225 milhões. Com esta aquisição o BES passará a deter a totalidade do capital social da BES Vida, ficando assim com o respectivo controlo de gestão, com vista a potenciar a comercialização de seguros daquela companhia de seguros.